



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO-PRPG  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL-PPGHB

**JÉSSIKA MARIA LIMA**

***NOSSA VIDA, NOSSA LUTA:***  
A Igreja Católica e o Movimento de Educação de Base no Piauí (1962-1968)

Teresina – PI  
2019

JÉSSIKA MARIA LIMA

***NOSSA VIDA, NOSSA LUTA:***

A Igreja Católica e o Movimento de Educação de Base no Piauí (1962-1968)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação do Professor Doutor José Petrucio de Farias Júnior, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Teresina – PI  
2019

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

L732n Lima, Jéssika Maria.

Nossa vida, nossa luta: a Igreja Católica e o Movimento de Educação de Base no Piauí (1962-1968) / Jéssika Maria Lima. -- 2020.

197 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, CCHL, Teresina, 2020.

“Orientador: Prof. Dr. José Petrúcio de Farias Júnior”.

1. História- Piauí. 2. Movimento de Educação de Base - História. 3. Igreja Católica. 4. Escolas Radiofônicas. I. Título.

CDD: 981.22

JÉSSIKA MARIA LIMA

***NOSSA VIDA, NOSSA LUTA:***

A Igreja Católica e o Movimento de Educação de Base no Piauí (1962-1968)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação do Professor Doutor José Petrucio de Farias Júnior, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Apresentada e aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Petrucio de Farias Júnior (Orientador)  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

---

Profa. Dr.<sup>a</sup> Cláudia Cristina da Silva Fontineles (Examinadora Interna)  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

---

Profa. Dr.<sup>a</sup> Silvana Malusá Baraúna (Examinadora externa)  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

---

Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (Suplente)  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

## AGRADECIMENTOS

“Até aqui nos ajudou o Senhor” (I Samuel 7.12). Agradeço imensamente a Deus, por ser o meu principal suporte, meu porto seguro, aquele que me dá forças para continuar e capacidade mental para desenvolver esse árduo trabalho.

Aos meus pais, por me darem todo o apoio e acreditarem que sou capaz. São eles que me motivaram e deram todo o suporte desde o início da minha educação. Foi por meio deles, que compreendi que a educação transforma vidas e pode ser um instrumento para alcançar um futuro melhor...

À minha vizinha Joana que tenho tanto apreço por ela. Foi ela uma das minhas principais bases na formação do ser humano que sou hoje. Ensinou-me coisas valiosas que levo comigo, foi ela quem me alertou sobre a sagacidade do tempo e os seus desdobramentos... Infelizmente o tempo a levou! Não pude aproveitá-la melhor durante esses dois últimos anos, a vida adulta também é cruel por nos fazer abdicar de muitas coisas em nome do sucesso profissional. Tristemente não fui tão presente e eu não a tenho mais.

Ao professor orientador Petrucio por suas valiosas orientações que me ajudaram a amadurecer a minha concepção sobre o meu objeto de estudo ao longo dessa trajetória. Posso até compará-lo a uma águia, pois sempre via além, possuía uma visão ampla e me conduziu pelos melhores caminhos possíveis. Obrigada pela paciência, pelos ensinamentos. O senhor é um grande mestre!

Aos professores do mestrado por auxiliarem no meu desenvolvimento intelectual, em especial a professora Cláudia Cristina que esteve presente na minha banca de qualificação e contribuiu significativamente para o desenvolvimento do meu trabalho. E a professora Silvana Malusá que se dispôs estar presente desde a minha qualificação, trazendo relevantes colaborações que foram de suma importância para a progressão da minha pesquisa. Obrigada as duas pelos valiosos ensinamentos.

Ao meu namorado Ywry por acreditar em mim e ser um dos meus incentivadores nessa caminhada. Você foi o ponto de fuga no meio do stress e tensão. Obrigada por toda compreensão, companheirismo, carinho, atenção.

Aos meus amigos de turma do mestrado, em especial a Karina, Ábdon, Kamila, Irisneide, Franciadna, Alessandra, Francisco Neto, Marcus Pierre, por partilharmos momentos de angústia e alegria. Antes de começar as aulas do mestrado, queria ter o controle do “Click” para chegar justamente nesse momento do depósito da dissertação. Que boba! Imagina o quanto eu deixaria de viver, não iria aproveitar os bons momentos de risada, descontração, parceria, amizade e até mesmo os de tensão. Na verdade, “a felicidade está no caminho e não na chegada”. A vida foi muito gentil em apresentar vocês.

Ao Cássio por apresentar-me o tema do MEB e ser sempre solícito. Obrigada por me acompanhar ao arquivo do MEB, aquela visita foi muito importante na coleta de fonte. Agradeço também a Socorro, responsável pelo acervo do MEB, por possibilitar minha primeira visita ao arquivo, embora ela tenha me bloqueado no whatsapp, não guardo mágoas (rsrs). Obrigada Cássio mais uma vez por me socorrer.

À Irisneide Máximo que possibilitou o meu contato com Dom Augusto.

Às minhas amigas Aline Costa, Jaciara Rocha, Lidiegida Maria que me acompanharam nessa trajetória oferecendo apoio emocional.

Aos meus entrevistados Professora Maria do Carmo Alves do Bomfim e Dom Augusto Alves da Rocha, que se dispuserem a partilharem sobre suas experiências no MEB, obrigada pela disponibilidade.

Às secretárias do mestrado Rairana e Dona Eliete, por executarem um excelente trabalho e serem sempre prestativas...

Ao professor Francisco Nascimento por ser um exímio coordenador do mestrado.

À CAPES, que me disponibilizou o apoio financeiro com o qual pude contar durante 24 meses.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, muito obrigada!

## RESUMO

O Movimento de Educação de Base foi criado em 1961 por intermédio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na qual visava proporcionar uma educação de base para as regiões em desenvolvimento no Brasil, tais como: Nordeste, Norte e Centro-Oeste. A aprovação do Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, pelo presidente Jânio Quadros simbolizou um elo entre Estado e Igreja. No Piauí, o Movimento fundou-se oficialmente em 1962 com a instalação da Rádio Pioneira do Piauí, estando à frente dessa empreitada Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo metropolitano. No período ele era diretor nacional do Movimento, possuía destaque em âmbito nacional e local, esteve presente na direção de órgãos da Igreja tais como: CNBB, CELAM e era bastante engajado em lutas sociais. O presente trabalho objetiva pesquisar o desenvolvimento político cultural do MEB no Piauí. Dessa maneira, a pesquisa tem o empenho de investigar o papel do MEB na construção do saber escolar no que diz respeito à concepção de cidadão e na construção de uma identidade cristã com preceitos católicos; compreender o processo de funcionamento das escolas radiofônicas no Piauí e o seu poder de incentivo a transformação das comunidades. Como também, analisar o conteúdo impresso na cartilha *Mutirão* transmitido pelas ondas do rádio para as escolas radiofônicas. A escolha da temporalidade de 1962 a 1968 compreende o período de fundação do MEB-PI, o primeiro quinquênio do Movimento, o início do Regime Civil-Militar (1964) quando ocorreram as perseguições e redefinições ao Movimento para não entrar em conflito com a nova Ordem Vigente. O ano de 1968 representou um marco para história da Igreja com a realização da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (1968) em Medellín para o desenvolvimento de uma ação pastoral mais apropriada às necessidades do povo latino-americano. Outro acontecimento relevante na história do Brasil consistiu no endurecimento do Regime com a emissão do Ato Institucional nº 5. A metodologia deste trabalho se fundamentou na utilização da metodologia de História Oral, por meio da qual empregamos a técnica da entrevista, visando compreender, através de atores sociais, como este passado é, ainda hoje, construído no presente; na análise de fontes orais, fontes materiais, tais como: relatórios nacionais e locais do MEB, o Jornal *O Dominical*, da Arquidiocese de Teresina. Com base no desenvolvimento da pesquisa, podemos perceber que o Movimento fundamentou sua ação educacional em princípios apostólicos. Por meio do livro de leitura o *Mutirão* verificou-se a intenção de propiciar uma educação que dialogava com preceitos morais católicos. Identificou-se ainda um ensino que possuía propósitos que transcendia apenas a alfabetização. Nesse sentido o MEB possuía objetivos mais profundos que compreendia a promoção humana através da emancipação dos sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** História. Movimento de Educação de Base. Igreja Católica. Escolas Radiofônicas.

## RÉSUMÉ

Le *Movimento de Educação de Base*<sup>1</sup> (MEB) a été créé en 1961 par le biais de la *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*<sup>2</sup> (CNBB), dans le but de fournir une éducation de base aux régions en développement du Brésil, telles que le Nord-Est, le Nord et le Centre-Ouest. L'approbation du décret n° 50.370 du 21 mars 1961 par le président Jânio Quadros a symbolisé un lien entre l'État et l'Église. Au Piauí, le Mouvement a été officiellement fondé en 1962 avec l'installation de la *Rádio Pioneira do Piauí*, avec Dom Avelar Brandão Vilela, l'archevêque métropolitain, à la tête de cet action. À l'époque il était directeur national du Mouvement, il occupait une place importante au niveau national et local, il était présent dans la gestion d'organismes de l'église tels que: CNBB, CELAM et était très engagé dans les luttes sociales. Ce travail a pour but d'étudier le développement politique et culturel du MEB au Piauí. La recherche a ainsi pour tâche d'examiner le rôle du MEB dans la construction du savoir scolaire concernant la conception du citoyen et dans la construction d'une identité chrétienne fondée sur des préceptes catholiques; et aussi comprendre le processus de fonctionnement des écoles de radio au Piauí et son pouvoir d'encourager la transformation des communautés. En outre, analyser le contenu imprimé du livret *Mutirão*, transmis par les ondes radio aux écoles de radio. Le choix de la temporalité de 1962 à 1968 inclut la période de fondation du MEB-PI, les cinq premières années du Mouvement, le début du *Regime Civil-Militar*<sup>3</sup> (1964), quand les persécutions et les redéfinitions contre le Mouvement ont eu lieu afin de ne pas entrer en conflit avec le nouveau commande. L'année 1968 a marqué un tournant dans l'histoire de l'Église avec la deuxième *Conferência Geral do Episcopado Latino-americano*<sup>4</sup> (1968) à Medellín pour le développement d'une action pastorale plus adaptée aux besoins du peuple latino-américain. Un autre événement important dans l'histoire du Brésil a été le durcissement du Régime avec la promulgation de l'Acte Institutionnel n° 5. La méthodologie de ce travail était basée sur l'utilisation de la méthodologie de l'histoire orale, à travers laquelle nous avons utilisé la technique de l'entretien, dans le but de comprendre, par le biais d'acteurs sociaux, comment ce passé se construit encore aujourd'hui ; dans l'analyse des sources orales, des sources matérielles telles que: les rapports nationaux et locaux du MEB, le journal *O Dominical*, de l'archidiocèse de Teresina. Sur la base du développement de la recherche, nous pouvons voir que le Mouvement a basé son action éducative sur des principes apostoliques. À travers la lecture du livre *Mutirão*, a été confirmé dans l'intention de fournir une éducation dialoguant avec les préceptes moraux catholiques. Il a également été identifié un enseignement dont les objectifs dépassaient la simple alphabétisation. En ce sens, le MEB avait des objectifs plus profonds qui comprenaient la promotion humaine à travers l'émancipation des sujets.

**MOTS-CLÉS:** Histoire. Movimento de Educação de Base. Église Catholique. Écoles de radio

---

<sup>1</sup> Mouvement pour l'Éducation de Base

<sup>2</sup> Conférence Nationale des Évêques Brésiliens

<sup>3</sup> Régime Civilo-Militaire

<sup>4</sup> Conférence générale de l'épiscopat latino-américain



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AC – Ação Católica

ACB – Ação Católica Brasileira

AI5 – Ato Institucional n° 5

AP – Ação Popular

CEAA – Campanha de Educação de adolescentes e adultos

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

EAD – Educação a Distância

ER – Escola Radiofônica

ESG – Escola Superior de Guerra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MCP – Movimento de Cultura Popular

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação e Cultura

RENEC - Rede Nacional de Emissoras Católicas

SAR – Serviço de Assistência Rural

SIRENA – Sistema Radioeducativo Nacional

SIRESE – Sistema Radioeducativo de Sergipe

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1 – Número de Escolas Radiofônicas por Unidades da Federação (1961-1966)<br>.....             | 117 |
| Quadro 2 – Número e localização das Escolas Radiofônicas no Piauí (janeiro a junho de 1965)<br>..... | 120 |
| Quadro 3 – Localização, número de Escolas Radiofônicas e alunos .....                                | 121 |
| Quadro 4 – Número de municípios, escolas e participantes.....  | 121 |
| Quadro 5 – Planejamento Mensal – conhecimentos Gerais – Maio de 1965 .....                           | 126 |

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>11</b>  |
| <b>2. IGREJA E ESTADO: A IDEOLOGIA POLÍTICA DO MEB NA DITADURA MILITAR .....</b>                             | <b>22</b>  |
| <b>2.1. A relação histórica entre a Igreja e o Estado .....</b>  | <b>22</b>  |
| <b>2.1.1. A Igreja da Neocristandade .....</b>   | <b>22</b>  |
| <b>2.1.2. Igreja Progressista .....</b>  | <b>27</b>  |
| <b>2.2. Dom Avelar: a marca progressista do catolicismo no Piauí .....</b>                                   | <b>53</b>  |
| <b>3. A EDUCAÇÃO POR MEIO DAS ONDAS DO RÁDIO: AS ESCOLAS RADIOFÔNICAS DO MEB NO PIAUÍ .....</b>              | <b>68</b>  |
| <b>2.1. O início da radiodifusão no Piauí.....</b>   | <b>70</b>  |
| <b>2.2. A Rádio Pioneira de Teresina.....</b>  | <b>79</b>  |
| <b>2.3. As experiências de educação através da radiodifusão.....</b>   | <b>84</b>  |
| <b>2.4. A educação através das ondas do rádio: as escolas radiofônicas no Piauí.....</b>                     | <b>92</b>  |
| <b>4. A VINCULAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS E DOS MANUAIS DIDÁTICOS DO MEB .....</b>     | <b>131</b> |
| <b>4.1. O material didático do MEB .....</b>   | <b>132</b> |
| <b>4.1.1. I Encontro Nacional de Coordenadores.....</b>  | <b>135</b> |
| <b>4.1.2. I Encontro Nacional de Alfabetização .....</b>   | <b>144</b> |
| <b>4.2. O livro de leitura o <i>Mutirão</i> .....</b>  | <b>147</b> |
| <b>4.2.1. A conscientização por meio do trabalho do homem do campo.....</b>                                  | <b>152</b> |
| <b>4.2.2. A conscientização por meio da dimensão política, familiar, educativa, festiva e religiosa.....</b> | <b>162</b> |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>183</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>188</b> |
| <b>FONTES.....</b>   | <b>193</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O analfabetismo foi um dos problemas que assolou o desenvolvimento social brasileiro, porém, um dos principais motivos que justifica este fato é a concentração de riquezas, provocando a exclusão da população menos favorecida, e conseqüentemente o processo de involução dessas camadas mais pobres. Segundo o IBGE, em 1950, a parcela de analfabetismo entre a população a partir de quinze anos de idade alcançava cerca de 50%; em 1960 a taxa atingia uma média de 39,7%; em 1970 a taxa girava em torno de 33,7%<sup>5</sup>.

A preocupação da Igreja frente aos problemas sociais revela não só sua missão episcopal de evangelização, como também, a sua função social enquanto geradora de alternativas para combater de forma ativa esses dilemas, uma maneira que a Igreja encontrou para estar presente nos diferentes segmentos da sociedade, de certa forma, um modo de controle de massas para possíveis tumultos ou revolta das classes mais populares. De acordo com Scott Mainwaring, essa postura começou a ser definida a partir da década de 1950, quando o modelo da neocristandade começou a declinar frente aos avanços do mundo moderno, foi necessária uma nova forma de abordagem para que a Igreja se inserisse de forma ativa na sociedade, até então, a instituição estava mais ligada com a classe média e os setores políticos, como forma de cristianizar esses setores, porém, com o avanço do protestantismo e espiritismo, a Igreja procurou meios de estabelecer-se entre as camadas populares e defender o *status quo* de religião predominante no Brasil<sup>6</sup>.

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado em 1961 por meio da iniciativa da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), com o intuito de promover a alfabetização voltada para jovens e adultos, preferencialmente da zona rural. Tinha como intuito promover a Educação de Base conforme as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que consistia na promoção integral do homem, visando aspectos não só direcionados a ler, escrever e contar. Além disso, tal projeto educacional visava alcançar áreas menos favorecidas, tais como: as zonas Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

---

5

Acessado

em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>

<sup>6</sup> MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985**. Tradução Heloise Braz de Oliveira Pietro. São Paulo: Brasiliense, 2004.

A aprovação do pedido da proposta educacional do MEB junto ao Poder Federal reforça o respeito que a Igreja possuía diante de líderes populistas como Jânio Quadros, no caso em questão, a petição foi intermediada por D. José Vicente Távora, membro da CNBB, na qual foi oficializada através do Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961. Foram firmados convênios entre o MEB e o Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Saúde, Comissão do Vale São Francisco. Para que as escolas radiofônicas tivessem um bom desenvolvimento, foi necessário que a CNBB colocasse à disposição do Governo sua rede de emissoras, instaladas ou em instalação<sup>7</sup>.

A aprovação do MEB pelo Poder Federal se baseou também em experiências bem sucedidas de educação popular promovida pela Igreja Católica, tais como: “as escolas radiofônicas do SAR, da arquidiocese de Natal; e o SIRESE, instalado pela arquidiocese de Aracaju”<sup>8</sup>, estes projetos foram desenvolvidos no nordeste e utilizaram a rádio como propagadora do ensino, para alcançar um contingente maior de pessoas.

A escolha dessa temática se deu pelo interesse sobre a história da educação. Durante a graduação, trabalhei com a casa-escola da professora aposentada Joana Lima<sup>9</sup>, um ensino que acontecia no espaço doméstico, geralmente na casa do professor. Era corriqueira essa forma de educação, principalmente no meio rural, essas escolas existiam em consequência das lacunas deixadas pelo poder público. O meu contato com o MEB, considero como uma dádiva, o conheci através da indicação de um amigo da turma de mestrado, e desde então me interessei por ser uma proposta bastante instigante, com muitos questionamentos a serem respondidos.

Com o desejo de aprofundar nossos estudos sobre o tema exposto, o presente trabalho objetiva pesquisar o desenvolvimento político-cultural do Movimento de Educação de Base (MEB) no Piauí, com o intuito de analisar a implementação e funcionamento das escolas

---

<sup>7</sup> FÁVERO, Osmar. Uma **pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas-SP: Autores Associados, 2006, (Coleção Educação Contemporânea).

<sup>8</sup> FÁVERO, 2006, p. 37.

<sup>9</sup> Joana Lima foi uma professora leiga que iniciou sua carreira magisterial em 1972 na zona rural de Alto Longá. No período, ela morava na fazenda Lagoa Grande, propriedade da família. A professora Joana Lima fez parte do grupo de docentes que lecionou em sua própria residência, por isso o nome dessa educação ganhou a nomenclatura de casa-escola. Os principais fatores que motivaram a existência desse tipo de ensino era a carência de escolas e professores. A ação da professora Joana Lima foi impulsionada pelo analfabetismo da região em que morava e pela falta de oportunidade de as crianças e adolescentes ter acesso à escola. Por falta de um espaço físico, ela destinou uma sala de sua residência para o funcionamento da escola. Ler mais em: LIMA, Jéssika Maria. **A PROFESSORA JOANA DE JESUS LIMA E A “SUA” CASA-ESCOLA EM LAGOA GRANDE-PI – 1972 A 1984**. 2015. 57 f. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2015.

radifônicas do MEB. Nossa hipótese é a de que os discursos escolares estavam comprometidos com a propagação de uma identidade cristã, permeada por noções de cidadão e cidadania que, se exploradas, permitir-nos-ão compreender a ação política da Igreja junto a tais comunidades iletradas. Assim, como objetivos para a base desta pesquisa, apresentamos: investigar o papel do MEB na construção do saber escolar no que diz respeito à concepção de cidadão e na constituição de uma identidade político-religiosa; analisar a relação entre Igreja e Estado no estabelecimento do MEB nas regiões em desenvolvimento do Brasil, destacando principalmente a atuação do MEB no Piauí; entender a estrutura política educacional do MEB durante os anos de 1962 a 1968; analisar o processo de funcionamento das escolas radiofônicas no Piauí e o seu poder de incentivo a transformação das comunidades. Como também, explorar o conteúdo impresso nas cartilhas transmitidas por meio das aulas radiofônicas para as escolas.

A nossa análise compreendeu o período de 1962 a 1968. Escolhemos 1962 porque foi o ano de fundação do MEB no Piauí. Este arco temporal nos permite perceber o desenvolvimento do Movimento com aspirações progressistas, comprometido com transformações sociais. Como também, os regressos e as repressões que sofreu com a instalação do Regime Civil-Militar, que resultou nas redefinições e adequações para que o Movimento continuasse existindo. Observamos essa conjuntura de transição na análise do livro de leitura o *Mutirão* de 1965. O ano de 1966 está relacionado ao final da primeira fase do Movimento que teve início em 1961 com a criação do MEB por meio do Decreto nº 50.370. No artigo 2º foi definido um plano quinquenal em que estabeleceu a meta de instalação de 15.000 Escolas Radiofônicas<sup>10</sup>. O ano de 1968 foi um marco para história da Igreja com a realização da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (1968) em Medellín para o desenvolvimento de uma ação pastoral mais apropriada às necessidades do povo latino-americano. Outro acontecimento relevante na história do Brasil consistiu no endurecimento do Regime com a emissão do Ato Institucional nº 5. O arco cronológico de 1962-1968 representou as utopias, as lutas, as repressões, as adequações e as resistências.

---

<sup>10</sup> CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Primeira parte.** p. 7. Disponível em: [http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

A fundação do MEB está vinculada a uma nova postura da Igreja Católica. Caracteriza-se por estar mais atenta às demandas dos menos favorecidos. De acordo com Scott Mainwaring:

As encíclicas de João XXIII, tais como *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) modificaram o pensamento católico oficial. Ambas desenvolveram uma nova concepção da Igreja, mais em sintonia com o mundo secular moderno, comprometida em melhorar o destino dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social<sup>11</sup>.

As emergências do mundo moderno fundamentaram um posicionamento mais progressista de muitos bispos. Nesse sentido, a ação pastoral foi alinhada a problemas socioeconômicos das camadas populares na intenção de promover justiça social. A posição assumida pelo Papa João XXIII foi primordial para legitimar a ação dos bispos, ou seja, um trabalho mais engajado estava amparado no comprometimento da Igreja mundial, representado pelo Papa.

O MEB configurou-se como uma iniciativa da Igreja, portanto, a ação educacional está investida de valores católicos. Nesse sentido, o Movimento possuiu o objetivo de promover educação de base para as comunidades das zonas brasileiras em desenvolvimento que, ao mesmo tempo, servia como um instrumento para execução das atividades pastorais. Com base nessa ideia,

Qualquer movimento feito por cristãos é apostólico. O MEB, por ser realizado por cristãos e por ser assumido pela Igreja, possui, portanto, um sentido apostólico. No entanto, tendo como fim específico a ação educativa e social, a natureza do MEB exige, além de princípios gerais e doutrinários uma dimensão histórica, um contato com o real, envolvendo valores ideológicos<sup>12</sup>.

Por meio do excerto, percebemos o posicionamento da Igreja em vincular a ação educativa com intenções pastorais. Por meio disso, trabalhamos na perspectiva da constituição de uma identidade político-religiosa atrelada à concepção de cidadão. Nesse sentido, havia o propósito de formar sujeitos ativos e reflexivos capazes em promover mudanças em seu meio com um caráter moralmente católico, ou seja, fundamentado, de acordo com Felipe Ziotti Narita, em uma “gramática moral”<sup>13</sup> que consiste na propagação de valores cristãos.

---

<sup>11</sup> MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985**. Tradução Heloise Braz de oliveira Pietro. – São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 62.

<sup>12</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Primeira parte. p. 14.

<sup>13</sup> NARITA, Felipe Ziotti. **A educação da sociedade imperial: moral, religião e forma social na modernidade oitocentista**. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

A construção da identidade político-religiosa do MEB se baseia, conforme Kathryn Woodward, em conjuntos *simbólicos e sociais*<sup>14</sup>. A seleção do que é representativo ocorre de maneira intencionada. Desse modo, a Igreja valoriza conceitos morais que estejam em consonância com sua doutrina, assim, ela configura-se como um “vetor de força”. Tomaz Tadeu da Silva defende que “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade”<sup>15</sup>.

A composição e posicionamento político dos primeiros cinco anos do MEB tem muito a dizer sobre os movimentos sociais que ocorreram no Brasil a partir da década de 1960. Conforme Fávero, a maior parte dos integrantes que compunham o MEB era proveniente de organizações eclesiais, tais como: a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Agrária Católica (JAC). Dessa maneira, a força progressista da Ação Católica era marcante no movimento<sup>16</sup>.

O envolvimento do MEB com outros movimentos na década de 1960, tais como: os Centros de Cultura Popular da UNE, o Método de Alfabetização Paulo Freire, angariou novos princípios e valores sociais que resultou em uma redefinição de sua estrutura. Sua relação com a cultura popular e as concepções libertadoras baseadas nos projetos de alfabetização de jovens e adultos de Paulo Freire provocou a produção de uma educação calcada na conscientização do ser enquanto sujeito de direitos e de ação. Freire defende a

Educação que tratasse de ajudar o homem brasileiro em sua emersão e o inserisse criticamente no seu processo histórico. Educação que por isso mesmo libertasse pela conscientização (desenvolvido da tomada de consciência). Não aquela educação que domestica e acomoda. Educação, afinal, que promovesse a “ingenuidade”, característica da emersão, em criticidade, com a qual o homem opta e decide<sup>17</sup>.

Conforme o excerto, a educação possui uma práxis libertadora capaz de conscientizar o indivíduo sobre sua condição histórica, instiga-o a refletir criticamente sobre as causas dos problemas socioeconômicos que assolam sua realidade. Nesse sentido, constrói-se um ensino que desperta o sujeito para o mundo. Perceberemos ao longo do trabalho que o MEB trabalhou nessa perspectiva em promover uma educação conscientizadora.

---

<sup>14</sup> WOODWART, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 10.

<sup>15</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 91.

<sup>16</sup> FÁVERO, 2006.

<sup>17</sup> FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação vol. 1, p. 66



A cultura popular<sup>18</sup> representou um pilar importante na confecção dos materiais didáticos do movimento, haja vista, que eram mais voltados para a realidade dos alunos, na qual promoviam a partir desse ensino, um reconhecimento de si. As reflexões de Paulo Freire foram significativas para a concepção da conscientização enquanto ação transformadora. Um dos seus métodos mais conhecidos é a palavra geradora, na qual consiste empregar o universo vocabular do aluno numa tentativa de aproximar ensino e realidade. Segundo Wagner da Silva Texeira:

Foram através desses debates que Freire fez suas ‘primeiras análises, as primeiras pesquisas do que eu passei a chamar depois de universo temático’. Os temas eram oriundos das questões levantadas pelo cotidiano das populações pesquisadas. Freire tentou primeiro introjetar e extrojetar palavras através de projeções de figuras acompanhadas com seus respectivos nomes em baixo<sup>19</sup>.

No Piauí, o Movimento fundou-se oficialmente em 1962 com a instalação da Rádio Pioneira do Piauí, estando à frente dessa empreitada Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo metropolitano, no período ele era diretor nacional do Movimento, possuía destaque em âmbito nacional e local, esteve presente na direção de órgãos da Igreja tais como: CNBB, Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e era bastante engajado em lutas sociais. O primeiro coordenador do MEB em Teresina, o Padre Isidoro Pires de Souza, destaca de forma bastante eufórica o momento histórico que estavam vivendo,

Vivemos um momento histórico para o Piauí. Rádio Pioneira de Teresina - mais uma voz que se espraiandose de campina em campina, ecoando de quebrada em quebrada (...) uma voz autorizada em prol da educação e do povo. O resultado de uma batalha insana, travada, desde o início, com os olhos voltados para o Movimento de Educação de Base. Sim Senhores ouvintes, o MEB neste instante, tem o justo orgulho de ter sido o móvel principal da luta gloriosa por mais uma emissora para o Piauí.(...) O nosso pioneirismo alcança outro campo que não o da Antigüidade. O nosso pioneirismo está na linha da Educação de Base, campo ainda inexplorado na radiofonia piauiense. Pioneirismo na tarefa urgente **de levar luz a tantas inteligências ainda obnubiladas pelas trevas da alienação aos problemas mais agudos da nacionalidade, campo profícuo à**

---

<sup>18</sup> A cultura popular esteve imbricada nos movimentos sociais de cunho educacional e cultural no início da década de 1960 principalmente em Recife. Um dos mais icônicos foi o MPC (Movimento de Cultura Popular), que além da preocupação com a alfabetização de crianças, jovens e adultos, também priorizava a fomentação da cultura. O movimento tinha a intenção de “Compreender a cultura popular, ou seja, interpretar adequadamente e sistematizar aquilo que houvesse de mais específico e significativo da cultura do povo, valorizando a produção cultural das massas” (Paiva, 1987, p. 236-237 apud TEIXEIRA, 2008, p.48). Paulo Freire esteve envolvido no movimento e foi responsável pela criação de um método para a alfabetização de adultos. O MEB foi influenciado por esses movimentos.

<sup>19</sup> TEXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta: História dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)**. 2008. 229f. Tese (em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói. p. 51.

**germinação de idéias e ideologias alheias e até adversas à consciências brasileira.** Pioneirismo no que concerne à veiculação de princípios atingentes ao homem todo, êste composto maravilhoso de alma e corpo, detentor de uma destinação eterna e transcendente. Pioneirismo na tarefa altíssima de **libertar inteligências moças criminosas unicamente pelo crime de não saber ler.**(...) <sup>20</sup> (grifo nosso).

A euforia encontra-se de forma marcante no discurso do Padre Isidoro, a consciência de se estar vivendo um momento histórico na história do Piauí pelo desenvolvimento da educação de base. Entende-se por educação de base o “mínimo fundamental de conhecimentos, em termos das necessidades individuais, mas levando em conta os problemas da coletividade, e promovendo a busca de soluções para essas necessidades e esses problemas, através de métodos ativos” <sup>21</sup>. No entusiasmo do Padre Isidoro Pires de Souza é perceptível à forma religiosa como ele se posiciona, fazendo uma metáfora em que utiliza as expressões *luz* e *trevas*. Ele encara o MEB como um condutor de luz que levará conhecimento e também como mecanismo de consciência política, na qual tem o objetivo de tornar as pessoas cientes dos problemas que assolam a realidade cotidiana e fazê-las ativas ao combate. Em sua declaração ele deixou explícitos propósitos sociais e políticos. D. Nivaldo Monte, defende que:

Quando o episcopado brasileiro pensou em criar o MEB, foi movido por um duplo objetivo: o de conscientizar o povo de sua dignidade de pessoas humanas, para **o melhor exercício de suas responsabilidades individuais e sociais**, e de poder usar melhores e **mais amplos meios para levar às massas pobres e marginalizadas, dos nossos sertões, o anúncio explícito da salvação em Jesus Cristo** <sup>22</sup>. (grifo nosso).

Por meio desta assertiva, fica clara a intencionalidade da Igreja, evangelizar e conscientizar por meio da educação. É explícito o intuito político que a Igreja quer desempenhar por meio do MEB. O conceito de conscientização é recorrente nas diretrizes do movimento, tem a ideia de tornar o homem ciente de sua dignidade, como um ser dotado de direitos, deveres, respeito e valores. Se foi necessário essa atividade de conscientização do homem enquanto cidadão, é porque de certa forma, os indivíduos não se autoconheciam enquanto tal ou esse direito lhes era negado. A ação de evangelizar, além de estar pautada nos dogmas religiosos, também possui uma concepção política, na qual tem intenção de doutrinar os corpos a agirem de acordo com o conjunto de normas vigentes da sociedade em que estão inseridos.

<sup>20</sup> SOUZA, 1962, p. 1 apud SOUSA, p. 3.

<sup>21</sup> FÁVERO, 2006, p. 22.

<sup>22</sup> MONTE, D. Nivaldo. O MEB: origem, experiência e visão do episcopado. In: **Igreja e educação popular**. Cadernos da A.E.C do Brasil. 1985. p. 10.

Com a instauração do Golpe Militar (1964), o MEB foi um dos poucos movimentos que sobreviveu a esse período de repressão, e mais uma vez o reconhecimento que a Igreja Católica tinha perante o Poder Federal, possibilitou-lhe a continuar desenvolvendo o projeto<sup>23</sup>. Um dos fatores que nos ajuda a entender o porquê dessa tolerância é explicada pela domesticação dos corpos que a Igreja desempenha através de suas doutrinas. Porém, a forma como o MEB estava estruturado nos seus cinco primeiros anos foi desmontada para adequar-se ao novo sistema vigente.

A ideologia política da ditadura militar permeou os diversos âmbitos sociais, e esteve presente de diversas formas possíveis na realidade da sociedade. O conceito de ideologia suscita uma discussão abrangente e rica, segundo Terry Eagleton<sup>24</sup>, ela possui uma significação ampla, na qual engloba: relação com o pensamento de identidade; está intrinsecamente ligado a questões de signo e valores de uma sociedade; o ideário de um determinado grupo, que pode ser minoria ou dominante; ação de legitimar; a utilização de ideias não verdadeiras que ludibriam a sociedade com o objetivo de legitimar um poder dominante; discurso e poder; pode ser uma crença; tem uma natureza ilusória e acima de tudo é poder.

Como foi explicitado acima, ideologia é um conceito amplo, cheia de meandros, porém, a melhor linha que se encaixa na pesquisa é a ideologia que legitima o poder dominante, no caso o governo militar. A forma como os militares acenderam ao poder por meio de um golpe de estado fez-se necessário criar mecanismos para atestarem sua dominância no país. Para isto, utilizaram de violência física e do discurso, para convencer as massas populares a aceitarem o novo governo e também tornarem-se agentes propagadores dos valores da nova ordem. Com relação ao discurso, “a ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade”<sup>25</sup>, ou seja, as intencionalidades do discurso para atingir seus objetivos. A ideologia é um discurso comprometido com interesses políticos de quem o produz, por isso é indispensável investigar as marcas de autoria e destinatário a fim de que reflitamos acerca de suas intencionalidades e objetivos de produção. Por meio disso, podemos dizer que um dos principais mecanismos utilizados pelo Governo Militar foi a Ideologia de Segurança Nacional.

---

<sup>23</sup> FÁVERO, 2006.

<sup>24</sup> EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

<sup>25</sup> EAGLETON, 1997, p. 22.

O material didático desenvolvido para o MEB tinha dois desafios a serem cumpridos, primeiro, está em conformidade com o Regime Militar e, segundo, o conteúdo a ser confeccionado para a alfabetização de jovens e adultos precisava fazer sentido para a realidade daquelas pessoas, sem ferir os ideais do governo. Conseguindo unir esses dois objetivos, o Estado reforçaria a perpetuação do seu sistema.

A ideologia se torna atuante quando se faz presente na realidade dos sujeitos e se torna referência para a vida, “um modo de dominação é geralmente legitimado quando os que estão submetidos a ele passam a julgar seu próprio comportamento pelos critérios de seus governantes”<sup>26</sup>. Levando em consideração o contexto ditatorial brasileiro, fizeram de forma autoritária a sociedade acatar o novo padrão social brasileiro, tornando-os aliados na medida em que esses colaboravam e difundiam os ideais do governo.

Outro mecanismo utilizado é o ensino escolar, os valores estatais se fazem presentes no currículo e nos livros, Tomaz Tadeu da Silva destaca:

A produção e a disseminação da ideologia é feita pelos aparelhos ideológicos de estado, entre os quais se situa, de modo privilegiado, na argumentação de Althusser, justamente a escola. A escola constitui-se num aparelho ideológico central porque, afirma Althusser, atinge praticamente toda a população por um período prolongado de tempo<sup>27</sup>.

A estruturação do currículo escolar é a forma pela qual os principais ideais de um estado se fazem presentes, isso porque, fornece parâmetros que embasam na preparação e formação dos mais jovens, é uma forma de moldar os sujeitos de acordo com a ordem vigente. Por isso o currículo é poder e formador de identidades, além de legitimador das ideologias do Estado.

Nesta pesquisa, por meio dos manuais didáticos do MEB, vamos analisar em que medida os discursos escolares, chancelados pelo MEB para divulgação junto a escolas radiofônicas, corroboram com as ideologias políticas vigentes ou apresentam marcas de contestação da ordem social, implementada pelos militares que ocupavam os espaços de poder. A relação das produções didáticas, os conteúdos especificamente falando, está ligada à

---

<sup>26</sup> EAGLETON, 1997, p. 59.

<sup>27</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: autêntica, 2005, p. 31.

formação do “processo de construção das identidades nacionais ou do processo de sua preservação”<sup>28</sup>.

Para a realização deste trabalho será imprescindível o uso de fontes materiais, tais como: as cartilhas, relatórios do MEB, fontes orais e hemerográficas. Tivemos acesso aos documentos sobre o MEB-PI no acervo do Movimento que se localiza no Edifício Paulo VI, em Teresina. Com relação aos documentos de produção a nível nacional, obtemos por meio do banco de dados do MEB-GO, disponível na internet.

Em parte deste trabalho, será utilizada a técnica de História Oral, na qual visa evidenciar atores sociais que participaram do Movimento de Educação de Base no Piauí, e procurar entender como este passado é construído no presente, por meio das experiências vivenciadas e memórias produzidas a partir do momento atual. A abordagem escolhida do gênero narrativo foi a História Oral Temática, haja vista, que ela possibilita uma relação dialógica dos relatos orais com as fontes escritas. Nesta modalidade, se faz necessário o uso de questionários ou roteiros para nortear a pesquisa, estes terão um caráter semiestruturado, para não provocar certa coerção ao narrador. A história oral promove novas abordagens de interpretação do passado, como também possibilita uma sensação de maior aproximação com o passado, “A experiência do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento”<sup>29</sup>.

O trabalho será dividido em três capítulos, no primeiro, *Igreja e Estado: a ideologia política do MEB na ditadura militar* será explorada a historiografia que discute a relação do Estado e Igreja, o papel moral, civilizador e catequizador que esta exerceu ao longo dos anos e como compactuou e combateu o Regime Militar. Analisar o papel social da Igreja e sua preocupação com o sujeito enquanto cidadão e pertencente a uma nação. No interior desta discussão, pretendemos entender a atuação educacional e política da Igreja no estado do Piauí junto a comunidades rurais sem desconsiderar as circunstâncias políticos-culturais do período.

No segundo capítulo, *A educação através das ondas do rádio: as escolas radiofônicas do MEB no Piauí*, objetiva discorrer sobre o desenvolvimento do rádio no Piauí, com o intuito principal de abordar a Rádio Pioneira de Teresina como mecanismo de propagação das aulas para as escolas radiofônicas, estas ganham destaque no MEB por concretizar ações

---

<sup>28</sup> CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. p. 555.

<sup>29</sup> ALBERTI, Verena. Ouvir Contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 22.

educacionais junto a comunidades rurais. Pretendemos investigar o perfil sociológico do monitor, discorrer sobre a estrutura organizacional das escolas radiofônicas, no que tange a realização de treinamentos e encontros para monitores. Perceber os reflexos da instauração do Regime Civil-Militar no MEB.

No terceiro capítulo, *A vinculação político-ideológico dos manuais didáticos do MEB*, analisaremos o conteúdo das produções didáticas. Buscaremos investigação sobre a concepção de cidadão e a formação da identidade cristã por meio dos manuais. Compreendemos que essas produções didáticas estão investidas de função ideológica e cultura que dialogam, mas também duelam com os projetos políticos vigentes. Em síntese, questionamo-nos em que medida a proposta educacional do MEB contribuiu para a construção de uma concepção de cidadão, ativo e transformador do seu meio, que integra, por sua vez, discursos que visam à construção da identidade pautada em princípios morais católicos.

O MEB foi um movimento que alcançou várias regiões do país, por este motivo, existe um acervo considerável sobre ele. O que podemos observar nas análises de alguns trabalhos sobre o tema, é que os autores se detêm sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento do MEB em seus respectivos estados, na qual priorizam questões referentes: ao sindicalismo rural; à historiografia local do MEB, em que destacam suas particularidades; movimentos progressista ligados ao MEB, exemplos: JUC, JAC e JOC; o avanço tecnológico com o surgimento do rádio, entre outros temas. Enfim, o MEB já foi trabalhado por diferentes vertentes, e abordado de forma transversal em pesquisas realizadas no Piauí, o que propomos é uma análise do movimento no Piauí, abordando suas escolas radiofônicas e seus materiais didáticos como meio de construção da noção de cidadania desses sujeitos.

## **2. IGREJA E ESTADO: A IDEOLOGIA POLÍTICA DO MEB NA DITADURA MILITAR**

### **2.1. A relação histórica entre a Igreja e o Estado**

Falar sobre a Igreja e Estado em tempos atuais, significa apontar para uma complexidade de poder tradicional e ao mesmo tempo carismático. Analisar historicamente esta Instituição é perceber as posturas heterogêneas que a tecem, as mudanças, as permanências, as relações de poder, os envolvimento políticos.

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de emergência e estabelecimento do MEB no Nordeste, especificamente no Piauí, sob a ótica da parceria entre Estado e Igreja no âmbito educacional. Tem o intuito de compreender a formação do MEB e sua abordagem ideológica política, por meio do seu envolvimento com a Igreja, que, por ser fruto desta instituição, carrega consigo as marcas da transformação da abordagem da pastoral católica. O MEB é produto de uma ala progressista da Igreja e do laicato que ansiava por mudanças estruturais na sociedade.

#### **2.1.1. A Igreja da Neocristandade**

Após a proclamação da República e a separação Estado e Igreja, conforme Debal, a Instituição Católica passou por uma série crise de adaptação, principalmente financeira, pois ela funcionava como um setor administrativo do Estado, no qual este era o responsável pela arrecadação do dízimo e o pagamento do clero<sup>30</sup>. A Igreja, que no período monárquico estava submetida ao padroado, tinha sua autonomia refreada e regradada pelo imperador Dom Pedro II; em troca, o catolicismo era a religião oficial, que conseqüentemente desfrutava de privilégios por sua submissão ao Estado. Dessa maneira, segundo Scott Mainwaring, o Vaticano não tinha controle sobre a Igreja brasileira. Esse distanciamento provocou certa descaracterização da identidade clerical, muitos padres não viviam mais no celibato e mantiveram uma postura

---

<sup>30</sup> DEBALD, Blausius Silvano. A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro – 1889 / 1960. In: **Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 51-61, jan./jun. 2007, p. 53.

secular<sup>31</sup>. Na segunda metade do século XIX o Vaticano tentou uma reaproximação com a Igreja brasileira,

No Brasil, fez pressão para que houvesse um catolicismo mais oficial e "aceitável". Sentindo-se ameaçado, o Vaticano passou a promover uma presença católica mais marcante dentro da sociedade. Os líderes do movimento reformista no Brasil eram politicamente conservadores, adeptos dos ensinamentos do Papa Pio IX (1846 a 1878). Estavam intimamente ligados a Roma, eram intolerantes em relação à maçonaria e aos grupos religiosos rivais insistiam na obediência à hierarquia, no celibato e no uso de trajes clericais. Essa nova orientação gerou conflitos dentro da Igreja e, entre 1872 e 1875, também levou a um dos mais sérios desentendimentos entre a Igreja e o Estado na história do Brasil<sup>32</sup>.

Conforme o excerto, a alta cúpula da Igreja se preocupou com a perda de identidade do catolicismo, precisava que a instituição voltasse para os trilhos, além de ver também a necessidade de se fazer mais presente na sociedade. Com relação a esse conflito Estado-Igreja, as influências positivistas e maçônicas que Dom Pedro possuía reforçaram a não aceitação de certos posicionamentos da Igreja. Após a ruptura, a Igreja conseguiu mais autonomia e passou por uma série de reformas internas, que diziam respeito a sua reestruturação financeira, com “a expansão organizacional e adoção de novas estratégias e práticas pastorais, mas sem depender diretamente das estruturas políticas e do apoio governamental”<sup>33</sup>.

Segundo Mainwaring, a partir de 1916, começou a ser desenvolvido de forma mais contundente o modelo da neocrisandade, que tinha como um dos principais líderes D. Sebastião Leme. Foi uma maneira de a Igreja combater a secularização<sup>34</sup> e se tornar mais influente na sociedade. Era um projeto conservador, que visava cristianizar os vários setores da sociedade, que atingiu a classe média e instituições políticas, com o intuito de “salvaguardar o caráter cristão da vida social<sup>35</sup>”. Com isso, a Igreja buscava mudar a sua abordagem para conseguir controle e continuar sendo a religião mais forte do país, isso

<sup>31</sup> MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985**. Tradução Heloíse Braz de oliveira Pietro. – São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 42.

<sup>32</sup> MAINWARING, 2004, p. 42.

<sup>33</sup> CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. *In USP* – Ano III, n. II, PP. 95-116, 2016. p. 103.

<sup>34</sup> Entende-se por secularização o processo pelo qual a sociedade moderna se distancia dos ensinamentos baseados na doutrina religiosa para fundamentar a realidade, e passa a buscar por explicações mais lógicas e científicas. Segundo João Francisco Regis de Moraes, esses diversos fatores “convergem, contemporaneamente, para a configuração de uma realidade social que fez as igrejas cristãs sentirem-se severamente ameaçadas em sua sobrevivência”. MORAIS, João Francisco Regis de. **Os bispos e a política no Brasil: O pensamento social da CNBB**. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982. p. 20.

<sup>35</sup> MAINWARING, 2004, p. 48.



também se caracteriza como um contra-ataque em resposta a grande onda de crescimento do protestantismo e outras práticas condenadas pela doutrina religiosa.

A Igreja, ao longo do tempo, desenvolveu maneiras de dominação sobre a sociedade, colocando em prática várias estratégias para conseguir se propagar entre os homens, através de missões evangelizadoras, bem como por meio da educação, no sistema de ensino, fazendo com que suas doutrinas permeassem tanto dentro do espaço religioso, quanto em espaços seculares. A religião não induz somente a fé entre seus fiéis, a partir de uma doutrina, ela articula-se em uma rede capaz de influenciar diretamente a vida do sujeito em sociedade.

Levando em consideração essa discussão, a religião católica é uma ideologia, que cultiva, através da teoria e na prática, a realização e execução dos seus ensinamentos. Isso confirma uma das vertentes da ideologia, na qual Terry Eagleton<sup>36</sup> apresenta que para uma ideologia ter sucesso, ela precisa fazer sentido na vida prática dos sujeitos.

A Igreja Católica foi perspicaz no envolvimento político com o Estado, ela se manteve próxima ao poder, para influenciar nas decisões políticas e também receber proteção e privilégios. Essa situação a favorecia, pois possuía autonomia para se desenvolver de acordo com sua missão eclesial. Percebemos isso, principalmente, na Era Vargas.

Conforme Mainwaring, Dom Sebastião Leme criou, em 1932, a LEC (Liga Eleitoral Católica), que tinha o intuito de instruir os fiéis católicos a votar. Os candidatos apoiados pela liga defendiam os interesses da Igreja, era uma maneira efetiva da Igreja estar vinculada ao Estado, com o benefício de poder atuar de forma direta<sup>37</sup>. Um demonstrativo da sua atuação, é que, na “eleição de 1933, para compor a Assembleia Constituinte, a maioria dos candidatos apoiados pela LEC foram eleitos<sup>38</sup>”. Prova de que os interesses da Igreja estavam sendo defendidos, é que “A Constituição de 1934 incorporou as principais exigências da LEC, incluindo apoio financeiro à Igreja, a proibição do divórcio e o reconhecimento do casamento religioso, a educação religiosa no ensino escolar e subsídios do estado para as escolas católicas<sup>39</sup>”.

---

<sup>36</sup> EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997. p. 36.

<sup>37</sup> MAINWARING, 2004, p. 48.

<sup>38</sup> DEBALD, Blausius Silvano. A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro – 1889 / 1960. In: **Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 51-61, jan./jun. 2007.

<sup>39</sup> MAINWARING, 2004, p. 48.

A Ação Católica (AC) foi outro movimento criado pela Igreja internacional e introduzido no Brasil na década de 1930, a sua atuação foi marcante na história do Brasil, principalmente no segundo meado da década de 1950 e nos anos de 1960<sup>40</sup>. A Ação Católica Brasileira teve envolvimento no desenvolvimento do MEB, pois partilhavam de princípios ideológicos semelhantes, buscavam a transformação da sociedade em um sistema mais justo e igualitário. Dessa maneira, a Ação Católica Brasileira (ACB) foi uma das principais organizações da Igreja que inseriu o laicato em atividades de evangelização e política, foi uma maneira da Igreja se agregar na sociedade para influenciá-la. A ACB estava submetida à hierarquia religiosa e devia-lhe obediência, por esse motivo, tinha uma autonomia regradada pela Igreja.

Sob Pio XI, os movimentos da Ação Católica tornaram-se peças-chave dentro da Igreja. Pio XI (1922-1939) julgava os partidos políticos como sendo demasiadamente divisionistas, mas, mesmo assim, buscava alianças com o estado para defender os interesses católicos ele apoiou diretamente e encorajou Dom Sebastião Leme em seus esforços para promover uma restauração católica<sup>41</sup>.

Conforme o excerto, os incentivos partiam da alta cúpula da Igreja Católica para retomar ou conservar o posto de principal religião ocidental. Mesmo considerando as possibilidades de querelas no meio político, e a concepção de que a Igreja tinha que ficar acima da política, percebeu que não havia como defender os interesses da instituição com mais eficiência sem estabelecer vínculos com o Estado.

Na era Vargas, foi construída uma relação bastante benéfica entre Estado e Igreja. Caracterizou-se como um dos períodos de maior aproximação entre essas duas instâncias, depois do fim do padroado. Estabeleceu-se uma vinculação proveitosa para ambas, isso porque agiam em uma espécie de cooperação, possuíam interesses parecidos e linhas ideológicas semelhantes,

A ênfase que a Igreja atribuía à ordem, ao nacionalismo, ao patriotismo e ao anticomunismo coincidia com a orientação de Vargas. Clérigos destacados acreditavam que a legislação de Getúlio realizava a doutrina social da Igreja e que o Estado Novo efetivamente conseguia superar os males do liberalismo e do comunismo<sup>42</sup>.

A relação de interesses era mútua, um favorecia o outro. Por esse motivo, a Igreja não contestou o autoritarismo presente no governo de Vargas. A relação entre Estado-Igreja era

---

<sup>40</sup> DEBALD, 2007, p. 56.

<sup>41</sup> MAINWARING, 2004, p. 43.

<sup>42</sup> MAINWARING, 2004, p. 47.

favorável a Getúlio, pois, sendo o seu governo caracterizado pelo populismo, a influência que a Igreja tinha sobre a sociedade era conveniente ao Estado, “o governo getulista via como uma possibilidade de aproximação com o povo, valendo-se do canal institucional da Igreja Católica, pois os seguimentos populares também interessavam aos governos populistas<sup>43</sup>”.

A inserção da Igreja Católica na sociedade se deu através da criação de vários movimentos leigos e em diferentes segmentos político-sociais, para conseguir ampliar a influência da instituição entre os indivíduos, dentre eles se destacam: a Liga Brasileira das Senhoras Católica (1910), a Aliança Feminina (1919), a Congregação Mariana (1924), os Círculos Operários (1930), a Juventude Operária Católica (1930) e a Ação Católica Brasileira (1935)<sup>44</sup>. Dessa forma, a neocristandade também é marcada pela introdução dos leigos de forma mais ativa nas atividades da Igreja, as quais não se restringiam apenas a assuntos religiosos, era também voltada para assuntos políticos. De acordo com Cancian, “as organizações se converteram em canais de participação de leigos pertencentes às classes médias que atuaram como combativos militantes defensores da fé católica para influenciar as elites políticas e sociais”<sup>45</sup>.

A Igreja passou por diversas crises, porém, a instituição internacional e nacional sempre procuraram meios de se restabelecer frente aos novos desafios que foram surgindo. Ela se moldou, mudou sua abordagem, mas sempre procurou manter uma coesão organizacional. Algo interessante que é possível notar nesse segmento, é que ela se esforçou durante todo o tempo para manter uma unidade institucional, embora fosse bastante heterogênea internamente. As suas mudanças partem de fatores internos e externos, afinal, Igreja e sociedade se influenciam mutuamente, as transformações e emergências da sociedade são refletidas no meio eclesial, estes por sua vez adaptam a postura da missão social e evangelizadora para atender as novas demandas.

---

<sup>43</sup> DEBALD, 2007, p. 56.

<sup>44</sup> MAINWARING, 2004, p. 47.

<sup>45</sup> CANCIAN, 2016, p. 104.

### 2.1.2. Igreja Progressista

Nada é cristalizado, tudo muda. Partindo do princípio de hibridismo cultural de Homi Bhabha<sup>46</sup>, em que o autor defende o processo de identificação, que ocorre por meio da interação que diz respeito à repetição e à ambivalência, que se referem à questão de ressocialização de novos elementos, que são organizados de acordo com os interesses, esse processo irá se caracterizar de forma fluída, interconecta e mutável. Dessa maneira, não existe cultura estanque. Podemos dizer que a Igreja negociou novos interesses com a sociedade moderna por conta da emergência que surgiu em que o modelo da neocristandade começou a entrar em crise em meados da década de 1940, quando a sociedade surgia com novas demandas, e o fim da Segunda Guerra Mundial lançava novas emergências, como o crescimento do comunismo. A modernização da sociedade era iminente, tornou-se inviável para a Igreja continuar combatendo a secularização e o modernismo, que já estava imbricado no cotidiano dos sujeitos. Conforme Mainwaring,

O sucesso do modelo da neocristandade dependia de sua capacidade de combater a secularização, de usar o Estado para exercer influência sobre a sociedade e de manter um monopólio religioso. No período pós-guerra, ele não se mostrou capaz de satisfazer essas condições. A sociedade brasileira modificava-se rapidamente e nenhuma ação da Igreja poderia evitar que isso ocorresse. [...] Por volta de 1945, o antimodernismo se tornara insustentável para uma instituição que tinha a pretensão de ser universal e que se preocupava especialmente em influenciar o Estado e as elites<sup>47</sup>.

Como já foi mencionando anteriormente, a instituição canalizou esforços em cristianizar o Estado e as elites, viu nessas instâncias como meios de inserção e de influência na sociedade. Conseqüentemente, negligenciou a sua atenção às massas, e essa situação incentivou membros do clero a repensar a missão social da Igreja que pudesse atender às necessidades da população. Para Mainwaring, a “Expansão do protestantismo e do espiritismo tornou aparente o que era verdade há algum tempo: a Igreja não estava efetivamente atingindo as massas”<sup>48</sup>.

É notório, no período de 1945-1964, o aumento das mobilizações sociais, e essa efervescência minou principalmente entre os estudantes, através da União Nacional dos Estudantes (UNE) e Juventude Universitária Católica (JUC), e, entre as classes populares,

---

<sup>46</sup> BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

<sup>47</sup> MAINWARING, 2004, p. 53.

<sup>48</sup> MAINWARING, 2004, p. 53.

dentre elas os operários e camponeses, eles eram os setores mais politizados. Essas emergências, que eram contestadas por esses movimentos, fez o setor da Igreja mais progressista refletir sobre as necessidades da população brasileira. Conforme José Murilo de Carvalho, “a Igreja Católica começara a abandonar sua tradicional posição política reacionária e investia no movimento estudantil, no movimento operário e camponês, na educação de base”<sup>49</sup>. Consequentemente, a Instituição eclesiástica endossava essas mobilizações por meio das organizações Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Industrial Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e o MEB.

Esse período histórico foi caracterizado pela luta dos direitos políticos<sup>50</sup>, em que vários setores sociais constituíram organizações para terem voz ativa no espaço político. Os camponeses, principalmente os do Nordeste, organizaram-se nas denominadas Ligas Camponesas para conquistar direitos civis e sociais que lhes foram renegados, visto que eles não estavam incluídos na legislação trabalhista, estando sujeitos a abusos dos seus empregadores. De acordo com Carvalho:

O movimento começou no Nordeste em 1955, sob o nome de Ligas Camponesas. Ganhou notoriedade com a adesão de um advogado e deputado com grande talento mobilizador, Francisco Julião. Sociedades civis, as Ligas escapavam a legislação sindical e, portanto, ao controle do Ministério do Trabalho. Mas ficavam também fora da proteção das leis trabalhistas, fato que lhes trouxe dificuldades na competição com os sindicatos.<sup>51</sup>

Conforme o fragmento, a formação das Ligas Camponesas configurou-se como uma resposta à falta de aparato jurídico de proteção aos trabalhadores, que se uniram para defender seus interesses e lutar contra as injustiças no campo. Dessa forma, “crescia o movimento dos “sem-terra”, exigindo desde a abolição de trabalhos tradicionais no campo, até melhorias salariais e infraestruturais – escolas, esgotos, estradas, habitações”<sup>52</sup>. O movimento dos trabalhadores rurais foi um dos mais fortes impulsionadores na questão da reforma de base no que dizia respeito ao caso agrário.

---

<sup>49</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 139.

<sup>50</sup> CARVALHO, 2007, 120. Segundo José Murilo de Carvalho, a cidadania subdivide-se em três categorias de direito: civil, político e social.

<sup>51</sup> CARVALHO, 2007, p. 138.

<sup>52</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente 1964-1992**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

Na cidade, ganhou força o movimento sindical dos trabalhadores através das organizações dos operários que lutaram por melhores salários e segurança. Segundo Angela de Castro Gomes, “a década de 1950 foi marcada por numerosas e importantes agitações na área do trabalho organizado. Houve greves e outros tipos de manifestação que mobilizaram sindicatos fortes como o dos ferroviários, marítimos, metalúrgicos, bancários, em algumas cidades importantes do país”<sup>53</sup>. Os sindicatos se popularizaram no período da Era Vargas, por esse motivo, era comum muitos militantes se autodenominarem varguistas. Entretanto, os sindicatos não tinham tanto autonomia, pois estavam submetidos ao aparelho estatal, diferentemente da década de 1960 que já gozavam de certa liberdade. De acordo com Gomes na “Constituição de 1946 o modelo de organização sindical corporativista, centrado na unidade dos sindicatos (alimentados pelo imposto sindical) e na tutela estatal, não foi tocado”<sup>54</sup>. Outra característica importante do sindicalismo urbano se apresentou como um dos períodos mais promissores para a carreira política de operários militantes. À medida que esses movimentos cresciam, aumentavam a sua influência no campo político. Dessa maneira, “após 1946, a cidadania, entendida tanto como direito de voto quanto como participação política através dos sindicatos, expandiu-se”<sup>55</sup>.

Outro movimento que ganhou força na zona urbana eram os movimentos estudantis, que alcançaram secundaristas e universitários, que se organizaram através da UNE (União Nacional dos Estudantes). Foi notória e importante a atuação dessa organização no meio social, visto que desenvolvia trabalho cultural de conscientização política, através da música e do teatro de rua, que por meio disso, “criou um Centro popular de Cultura em que trabalhavam artistas de talento, sobretudo músicos”<sup>56</sup>.

Podemos depreender, a partir dessa discussão, que todos esses setores de mobilização política estavam envolvidos e motivados pelas Reformas de Base. Uma das principais propostas de João Goulart contemplaria reformas no meio agrário, bancárias, fiscal e educacional, desse modo, as camadas populares seriam as principais beneficiadas.

A relação Estado-Igreja ficou um pouco mais vulnerável no período do pós-1945. Com a saída de Vargas, a instituição teve que se adaptar às novas exigências e procurar manter o vínculo estatal, “os governos democráticos do período de 1945-1964 tentaram

---

<sup>53</sup> GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 49.

<sup>54</sup> GOMES, 2002, p. 46.

<sup>55</sup> GOMES, 2002, p. 47.

<sup>56</sup> CARVALHO, 2007, p. 138.

conquistar o apoio da Igreja e em troca concederam alguns favores, mas a negociação não era tão favorável nem tão estável como o fora sob o governo de Vargas<sup>57</sup>”. As instituições já eram mais secularizadas que outrora, ficou inviável a Igreja manter certa influência sobre elas de acordo com sua conduta conservadora, porém, era importante para o Estado tê-la como aliada.

Segundo Maiwaring<sup>58</sup>, foi possível identificar, por volta de 1955, três segmentos na Igreja, subgrupos que foram se agrupando de acordo com sua linha de pensamento sobre a missão da Igreja. Os mais resistentes à mudança e mais distantes das camadas populares são denominados de *tradicionalistas*, que outrora era da facção da neocristandade, e, como o próprio nome sugere, eles eram tradicionais, se restringiam a uma posição de “orientadora espiritual”<sup>59</sup> e tinham certas resistências a mudanças profundas tanto no seio da instituição como também na sociedade, e não apoiavam mobilizações radicais. Os *modernizadores conservadores* eram um grupo mais flexível e estava mais aberto a negociações com o mundo moderno. Sentiam a necessidade de se aterem para questões sociais, na qual priorizavam a justiça social, porém não eram favoráveis a mudanças radicais. Os *reformistas* eram mais progressistas e ansiavam por mudanças mais radicais no meio social, esse grupo esteve presente no endossamento de várias mobilizações sociais na década a partir de 1955-1964. Enquanto os *tradicionalistas* eram acomodados com situação de dominação vigente, os *reformistas* se caracterizavam por questionarem a realidade e procurarem soluções através da ação.

O período de 1955-1964 foi uma era de efervescência política e social, provocou mudanças na sociedade, na Igreja Católica e no Estado. As transformações nessas instâncias influenciaram as mobilizações populares do tempo, tudo estava interligado. Conforme Mainwaring, a ala progressista na Igreja cresceu consideravelmente devido a mudanças na hierarquia católica. Em 1958, o papa Pio XII faleceu. Ele, que tinha uma abordagem conservadora, foi substituído por João XXIII, que possuía uma postura mais reformista, através do seu papado foram proporcionadas modificações na concepção da missão social da Igreja. Um dos marcos de sua atuação transformadora são as encíclicas *Mater Et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), que possuem um olhar mais sensível quanto aos problemas sociais, passam a refletir de forma mais incisiva sobre a justiça social e do papel da Igreja

---

<sup>57</sup> MAINWARING, 2004, p. 55.

<sup>58</sup> MAINWARING, 2004, p. 56-57.

<sup>59</sup> MORAIS, 1982, p. 25.

frente a esses problemas, a preocupação com a dignidade humana<sup>60</sup>. Dessa forma, essas provocações fermentaram as ações pastorais no combate às desigualdades sociais. A Igreja percebeu que, para ocorrer a evangelização de forma eficiente, era necessária não somente a salvação da alma, mas também condições dignas de vida para os sujeitos.

Essas discussões foram mais estimuladas durante o Concílio Vaticano II (1962-1965) que teve como idealizador e condutor do evento o próprio João XXIII. Esse fato foi outro indicativo das mudanças que a Igreja internacional vinha desenvolvendo e a maneira como influenciou na transformação da Igreja Católica brasileira. A emergência do mundo contemporâneo a impulsionou a tomar uma atitude frente às novas demandas. Conforme João Francisco Regis de Moraes aponta, “bastante pressionada de fora, a estrutura hierárquica despertou para o fato de sua marginalização crescente. (...) João XXIII convoca o Concílio Vaticano II, a partir da urgência de repensar a Igreja em termos de *corpo vivo e presente*”<sup>61</sup>.

O Vaticano II ocorria na Europa e reunia bispos de vários países para discutirem sobre *a presença* da Igreja<sup>62</sup> no mundo contemporâneo com a finalidade de promover uma nova concepção de Igreja, em que esta estaria mais sensível aos problemas sociais que assolavam principalmente os pobres. Também foi discutido, “a importância do laicato dentro da Igreja, motivou, por exemplo, maiores responsabilidades, corresponsabilidade entre os papas e os bispos, ou entre padres e leigos dentro da Igreja, a noção de Igreja como o povo de Deus, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível<sup>63</sup>”. Dessa maneira, ocorreu a aproximação do leigo aos deveres eclesiais, tornando-o auxiliar e participante. Além disso, promoveu “um respaldo, agora oficial, escrito, para o que de certa forma já vinham praticando, mesmo que de forma tímida desde os anos 50, quando se iniciaram ações no sentido de valorizar a presença e o trabalho do laicato, através de mecanismos como a Ação Católica<sup>64</sup>”. Antes do Vaticano II, já aconteciam movimentos sociais em busca de melhorias, os grupos leigos já faziam parte dessa luta, através de associações da juventude, que estavam relacionadas com a Ação Católica, dentre elas, a JAC, JEC, JIC, JOC, JUC. Um dos passos mais importantes foi legitimar essas lutas sociais.

Mas, dentro de uma instituição hierárquica como a Igreja Romana, a legitimação de cima é muito importante. Embora o Vaticano possa chegar a

---

<sup>60</sup> MAINWARING, 2004, p. 62.

<sup>61</sup> MORAIS, 1982, p. 25.

<sup>62</sup> MORAIS, 1982, p. 19.

<sup>63</sup> MAINWARING, 2004, p. 62.

<sup>64</sup> GONÇALVES, Angelo Barreiro. A Igreja Católica e o golpe de 1964. *Akrópolis*, Umuarama, v. 12, nº 1, jan./mar., 2004.



nunca criar novos programas ou novas teologias radicais, suas posições influenciam o processo que acaba por determinar quais concepções da missão da Igreja se tornarão hegemônicas, ajudando, portanto, a determinar as práticas pastorais no mundo inteiro<sup>65</sup>.

A Igreja, por ser uma instituição gigantesca e de influência mundial, ao reconhecer tais movimentos, tornam-nos legítimos perante a sociedade, garantindo proteção a tais organizações de mobilização social, porém, em contrapartida, ela as controla. Conseqüentemente, as convicções do papado de João XXIII influenciaram as ações pastorais brasileiras que trilham por caminhos progressistas, que repensaram a missão da Igreja e desenvolveram ações que visassem à promoção social.

A partir dessa nova postura da Igreja, os movimentos sociais, que já aconteciam anteriormente, conseguiram alcançar maior expressividade, e levou muitos líderes religiosos a aderirem à luta. De acordo com Lucilia de Almeida Alves Delgado,

O tecido histórico da década de 1960 convida-nos a um movimento no olhar que vislumbra a pluralidade do período. O pensamento religioso não evoluiu sozinho no espaço institucional e simbólico. Ele interagiu com outras formas de pensamento e outras esferas de organização social, política e cultural<sup>66</sup>.

Ocorreu uma relação de influências entre as novas mudanças na Igreja institucional com as emergências do mundo moderno. O envolvimento de líderes religiosos com causas sociais foi decisivo na fundamentação de seus projetos como, por exemplo, o Movimento de Educação de Base, que foi fruto dessa conjuntura histórica. Criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na qual conseguiu o apoio financeiro em parceria com o Estado, através da aprovação do presidente Jânio Quadros, quem encabeçou as negociações foi Dom José Távora, o movimento tinha o intuito de promover a educação de base para jovens e adultos<sup>67</sup>. Dessa maneira, o MEB:

É um Movimento educativo que o Episcopado brasileiro fêz surgir, em determinado momento de nossa história, porque encontrou o povo não só desprovido de meios necessários à sua Salvação na vida da graça, mas até mesmo daqueles meios que lhe servem para sua integração na vida social e, conseqüentemente, para sua realização humana. Salvar homens, no Brasil, implica em que se lhes dêem condições de serem Homens. <sup>68</sup>

<sup>65</sup> MAINWARING, 2004, p. 63.

<sup>66</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica 2010, p. 108.

<sup>67</sup> FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966)**. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

<sup>68</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Primeira parte. p. 13-14.

Conforme o fragmento, o MEB nasceu da urgência de um período histórico brasileiro em que o povo se encontrava oprimido. Dessa maneira, a ação educativa do MEB seria uma estratégia de combate às injustiças sociais, oferecendo aos homens condições de alcançarem sua dignidade por meio do conhecimento crítico de sua realidade. Assim, a Igreja privilegia o homem em sua plenitude, alma e corpo, ou seja, além de priorizar a salvação do sujeito, a Instituição volta sua preocupação para as condições de vida dos indivíduos.

A postura progressista da Igreja não agradou a ala conservadora, que via com maus olhos essa abordagem mais radical de mudanças sociais, pois, em sua concepção, era como se a Igreja estivesse se afastando do seu papel evangelizador e priorizando causas políticas. Os conservadores, por estarem mais próximos às elites e por partilharem convicções semelhantes, não apoiavam transformações radicais. De acordo com Leonardo Boff:

Falar em justiça social e libertação já implica situar-se no coração do domínio da política. Por isso, precisamos articular a luta pela justiça com o campo da política. Não existe palavra mais ambígua que esta. As forças reacionárias da sociedade e da Igreja se valem desta ambiguidade para se dimensionarem de lutar pela justiça. Em letras garrafais se pode ler: “A Igreja não pode entrar em política.” “Não queremos política dentro da igreja (edifício da Igreja).” “Não queremos política na missa.”<sup>69</sup>

Outro fator que podemos apontar, que contribuiu para o crescimento dos movimentos sociais, era a postura favorável do governo de João Goulart, na qual “A mobilização política se fazia em torno do que se chamou “reformas de base”, termo geral para indicar reformas da estrutura agrária, fiscal, bancária e educacional”<sup>70</sup>. Dessa forma, o intuito consistia em promover mudanças profundas e radicais no meio social. A proposta criou expectativa e aceitação no meio popular, pois seriam os maiores beneficiados, “o movimento sindical, aliado aos estudantes, aos camponeses e a diferentes setores da sociedade brasileira, reivindicava reformas de base e implementação de políticas nacionalistas pelo governo federal”<sup>71</sup>. Entretanto, a sociedade conservadora e elite não apoiavam, pois teriam seus interesses afetados. A reforma de base soava, para muitos, como um processo do comunismo. Um dos objetivos era democratizar a posse de terra, com o intuito de ceder extensões de terras inexploradas para os camponeses que não tinham propriedade, em contrapartida os proprietários seriam indenizados por meio do reembolso de títulos da dívida pública. Porém, para isso ocorrer, deveria mudar a Constituição, porque nesta estava previsto, que as

<sup>69</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Edição revista. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 69.

<sup>70</sup> CARVALHO, 2007, p. 140.

<sup>71</sup> DELGADO, 2010, p. 97.

indenizações deveriam ser restituídas em dinheiro. A intensa politização das mobilizações populares não agradava aos conservadores, visto que, quanto mais ativos na política e cientes dos seus direitos, mais afrontosos e menos submissos eles seriam. Dessa forma, os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pela polarização social, o medo da suposta iminência do comunismo fazia com que setores conservadores contestassem e se opusessem ferrenhamente ao governo de João Goulart.

Em contrapartida, os setores conservadores se articulavam para conter essa onda de mobilizações sociais. Neste grupo, se alinhavam os empresários, políticos, e militares. Através da fundação, em 1961, do Instituto de Pesquisas e Estruturas Sociais (IPES), conjuntamente com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), começaram “acirrada campanha contra o que consideravam a “bolchevização” do país, tendo como lemas básicos a segurança interna e a construção “racional” do desenvolvimento”<sup>72</sup>. Eram organizações que estavam consoantes com os Estados Unidos, e, como incentivo, recebiam recursos provenientes do exterior. A prioridade desses organismos era defender os interesses burgueses. Eles foram importantes no apoio e sustentação ao Golpe Civil Militar.

A Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, foi um importante organismo de planejamento e articulação da Doutrina de Segurança Nacional, ideologia essa que embasou e legitimou a atuação do governo militar. Possuía influência externa na conjuntura da Guerra Fria, em que apoiava os Estados Unidos, enquanto este percebia a aliança com a ESG vantajosa para conter a onda crescente do comunismo. Segundo Mendonça e Fontes,

Desenvolvendo uma visão globalizante e organicista da sociedade, a ESG procurava soluções para a crise brasileira antes do próprio golpe, treinando oficiais e procurando aliados na sociedade civil dispostos a comungar de sua doutrina. A ESG desenvolveu uma ação claramente difusora de ideologias, propagando uma visão dos problemas relativos ao desenvolvimento brasileiro que fundava-se: na crença da segurança como precondição do desenvolvimento; na necessidade do controle global da sociedade e, sobretudo, na prioridade das questões econômicas sobre as políticas<sup>73</sup>.

A ideologia da Doutrina de Segurança Nacional legitimou o Golpe Civil Militar, a declaração de um inimigo comum (comunismo) e o planejamento político e econômico baseado em dois pilares denominado binômio segurança-desenvolvimento, partindo do princípio que, para haver progresso, ambos deveriam ser trabalhos concomitantemente.

---

<sup>72</sup> MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 15.

<sup>73</sup> MENDONÇA; FREITAS, 1996, p. 37.

A Escola Superior de Guerra desenvolvia um importante centro de estudo e pesquisa sobre a situação do Brasil que visava produzir plano de ações para o desenvolvimento nacional, principalmente econômico, pois através deste se conseguiriam alcançar o crescimento do país. Foi no seio da instituição que foi instrumentalizada a Doutrina de Segurança Nacional, que seria posteriormente a base de sustentação do regime militar. A ESG visava também, de acordo com Ailton Laurentino Caris Fagundes, unificar as forças armadas e buscar apoio popular para a legitimação das ações dos militares<sup>74</sup>. Dessa maneira, a ESG tinha como objetivo tornar as forças armadas uma instituição coesa, bem como também reafirmar sua soberania para a nação, de forma que os cidadãos acreditassem que os militares fossem os mais capazes de governar o país para reestabelecer a ordem,

Coube à Escola Superior de Guerra um papel fundamental na mudança de mentalidade no sentido de legitimar entre as tropas e, mais tarde, também entre as elites da sociedade civil, justificando não apenas as ações de deposição de um governo como, e principalmente, a tomada do poder pelos militares e a sua permanência no governo<sup>75</sup>.

A ESG tinha consciência da necessidade de tornar a elite econômica do país aliada as forças armadas, como uma maneira de apoio ao novo governo, primeiro, com o intuito de evidenciar que possuíam aprovação civil, e, segundo, porque detinham os meios de produção que representavam o sustentáculo para o desenvolvimento econômico do país. A permanência no governo se justificou através da Doutrina de Segurança Nacional, que visava o desenvolvimento econômico do país, assim como também garantir a proteção da Nação às forças subversivas internas, ou seja, foi estabelecida a consciência de uma “guerra permanente” contra um inimigo (os comunistas), e foi por meio da instalação do medo e terror que os cidadãos sentiam a necessidade de apoiar o regime militar. Conforme apontam Victor Leandro Chaves Gomes e Hélio de Lena

Fica evidente, pois, que a infiltração generalizada do comunismo consolida e justifica a repressão interna, por meio dos órgãos de informação do governo. É nesse quadro de conflito e tensão contínua que a Doutrina promoverá a submissão das atividades da nação à sua política de segurança<sup>76</sup>.

Este é um dos mecanismos encontrado pela Doutrina de Segurança Nacional para conseguir controlar a Nação e mantê-la protegida, fazendo, assim, que os sujeitos, de forma

---

<sup>74</sup> FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris. Do golpe à ditadura: a Doutrina de Segurança Nacional e a construção do Regime Militar. *In: OPSIS*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 60-78 - jan./jun. 2014. p. 62

<sup>75</sup> FAGUNDES, 2014, p. 64.

<sup>76</sup> GOMES, Victor Leandro Chaves; LENA, Hélio de. A construção autoritária do Regime Civil-Militar no Brasil: Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais (1964-1969). *In: OPSIS*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 79-100 - jan./jun. 2014. p. 85

voluntária ou involuntária, abrissem mão de sua liberdade por sua proteção, ficando o Estado encarregado de monitorar tudo para melhor agir, detectar o inimigo e combatê-lo de forma repressiva. A segurança nacional estava sobreposta em relação à liberdade individual.

É interessante a forma como a Doutrina de Segurança Nacional foi trabalhada para domesticar os corpos e para legitimar a permanência dos militares no poder durante muitos anos. Gomes e Lena nos chamam a atenção para uma característica marcada da DSN:

Um das principais premissas da Doutrina de Segurança Nacional é a rejeição da ideia de divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em choque com a noção de unidade política. [...] Tal coesão política pressupõe, necessariamente, o fim do pluralismo político, condição essencial para a resolução de conflitos. Além da afirmação da pátria como unidade, destaca-se a função disciplinadora que está implícita na sua aceitação. Trata-se de formar as novas gerações inculcando-lhes valores como fidelidade, conformismo, docilidade e obediência<sup>77</sup>.

A intenção de cultivar o sentimento de pertencimento a uma nação, em que os sujeitos estão justapostos harmoniosamente, inexistindo a concepção de divisão de classes, é uma maneira de evitar conflitos e mascarar a situação de opressão dos menos favorecidos, fazendo com que eles se conformem com sua condição. Consoante com o que aponta Terry Eagleton “Acredita-se que as ideologias com frequência conferem coesão aos grupos ou classes que as sustentam, fundindo-os em uma identidade unitária, ainda que internamente diferenciada, o que lhes permite talvez impor uma certa unidade ao conjunto da sociedade”<sup>78</sup>, busca-se afirmar a coesão de uma nação entre os sujeitos, algo que não é plenamente de todos, porém, procura camuflar as diferenças com uma falsa sensação de identidade nacional. Essa característica da DSN, exposta anteriormente, vai contra o pensamento de Paulo Freire, que, em sua luta por meio da educação popular, incentivava os indivíduos a se conscientizarem de seu estado de opressão para que pudessem lutar por sua libertação. A forma como é naturalizada a docilidade e obediência entre os oprimidos favorece os setores privilegiados dos opressores para que a sociedade permaneça organizada de um modo que não ofereça risco a esta estabilidade. Segundo Freire, “Os oprimidos têm medo em assumir a liberdade, enquanto os opressores tem medo de perder a liberdade de oprimir”<sup>79</sup>.

A Escola de Segurança Nacional, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, conseguiu permear a consciência da sociedade, despertando situações reais e irreais para justificar suas ações e conseguir aprovação popular. No âmbito da segurança, a ideologia da

<sup>77</sup> GOMES; LENA, 2014, p. 83-84.

<sup>78</sup> EAGLETON, 1997, p. 50

<sup>79</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005. P. 37.

DSN fundamentou a defesa do país contra um inimigo comum da nação, que no caso seriam os subversivos, que, influenciados pelo comunismo, poderiam desvirtuar a pátria. A luta contra essa ameaça deveria ser feita por todos, e a intenção também seria naturalizar a repressão feita pelos militares para conter o “caos”. Conforme destaca Terry Eagleton “uma ideologia bem-sucedida deve funcionar tanto em termos práticos quanto teóricos, descobrindo algum modo de ligar esses níveis”<sup>80</sup>, ou seja, precisa de arcabouço teórico para fundamentar a ideologia, porém, precisa fazer sentido no cotidiano para que seja praticável. Podemos afirmar que a ESG conseguiu desenvolver teorias através de pesquisas e estudos sobre a situação nacional e internacional que embasaram a DSN a eleger os dois pilares principais de atuação, que seriam: economia e segurança como os principais suportes para o desenvolvimento do país. Na prática, aproveitaram a situação conturbada do Brasil no início da década de 1960, bem como também o cenário internacional da Guerra Fria, e a Revolução Cubana (1959), para fundamentar seus ideais contra a “bandeira vermelha” que ameaçava o país a tomar os mesmos rumos de Cuba. Essas convicções respaldaram o regime militar, e também foram propagadas no seio da sociedade a fim de conseguir apoio popular.

O MEB nasceu na década de 1960, um período turbulento, de muitas agitações sociais, os primeiros quatro anos foram de intensas mobilizações, que alcançou diversos setores, tanto urbanos quanto rurais. O Método de Paulo Freire, que, assim como o MEB, teve importante relevância social, consistia em desenvolver uma alfabetização conscientizadora, que forneceria condições necessárias para o sujeito conseguir sua autonomia e identificar e solucionar os problemas de sua realidade.

Os programas de educação popular mais significativos em termos de impactos sobre a Igreja foram o Método Paulo Freire e o Movimento de Educação de Base (MEB). Freire e o MEB estavam menos preocupados com formulações teóricas sobre a fé e mais atentos ao trabalho popular. Ambos, Paulo Freire e MEB estavam comprometidos com a transformação da sociedade, mas nenhum deles lidou extensivamente com considerações teológicas, como fizera a JUC, ou com o socialismo humanista, como fizera AP. sua contribuição para a mudança na Igreja repousava mais no desenvolvimento de um novo tipo de trabalho junto às classes populares<sup>81</sup>.

Assim, o MEB inaugurava uma abordagem inovadora junto às comunidades, pois executava uma educação que visava o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre sua realidade, com o intuito de promover transformações sociais. E mais, “O MEB antecipava as

---

<sup>80</sup> EAGLETON, 1997, p. 53

<sup>81</sup> MAINWARING, 2004, p. 88.

práticas pedagógicas da Igreja popular ao ressaltar a necessidade de se trabalhar a partir de problemas concretos”<sup>82</sup>.

Por ter sido criado nessa conjuntura histórica, O MEB teve contato com outros movimentos e adotou, em seu plano, concepções e ações de outras organizações, como por exemplo, o Método de Paulo Freire, visto que os objetivos desses movimentos se entrecruzavam. Freire preconizava que a educação deveria ser libertadora, que o processo de alfabetização deveria estar relacionado com o cotidiano do aluno, o ensino deveria estar próximo ao aluno, para que a assimilação fosse feita de forma mais rápida e eficiente. Freire era muito preocupado com a questão da dignidade, e, por isso, desenvolveu um sistema de ensino pautado no respeito, democracia e na busca de autonomia do indivíduo para transformar sua realidade. Freire adverte que: “a liberdade, que é uma conquista, e não um doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz”<sup>83</sup>. A educação que ele propunha era de luta constante pela liberdade para que ela se mantenha.

A educação conscientizadora, de acordo com Paulo Freire, consiste em desenvolver, por meio da práxis, a reflexão e ação dos sujeitos, para que, por meio destas ele promova a mudança da sua realidade<sup>84</sup>. Tornar o homem consciente significa deixá-lo ativo e atento para as injustiças sociais, propiciar essa visão saliente do mundo e mostrar que é possível a transformação representa a subversão das regras do mundo que foram instituídas e naturalizadas ao longo dos anos, ou seja, “em verdade, instaurada uma situação de violência, de opressão, ela gera toda uma forma de ser e comportar-se nos que estão envolvidos nela. Nos opressores e nos oprimidos. Uns e outros, porque concretamente banhados nesta situação, refletem a opressão que os marca”<sup>85</sup>, a luta permanente de libertação é para transformar a situação em que se encontra o oprimido, porém, Freire adverte que essa é uma ação que deve ser realizada pelos afetados para que alcance êxito na conquista, afinal, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”<sup>86</sup>, os homens unidos em prol de um propósito se tornam mais fortes. Percebe-se que o processo de libertação é complexo, a liberdade não é algo dado e sim buscado incessantemente, não

---

<sup>82</sup> MAINWARING, 2004, p. 88.

<sup>83</sup> FREIRE, 2005, p. 37.

<sup>84</sup> FREIRE, 2005, p. 42.

<sup>85</sup> FREIRE, 2005, p. 50.

<sup>86</sup> FREIRE, 2005, p. 58.

adianta apenas um tomar consciência e o restante do grupo não, afinal, um indivíduo solitário não tem energia o suficiente para transformar as estruturas do mundo.

A percepção do mundo de forma consciente é importante, pois “até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões de seu estado de opressão “aceitam” fatalistamente a sua opressão”<sup>87</sup>. Conhecer a realidade em que se está inserido é indispensável na luta pela mudança. Paulo Freire incentiva uma educação problematizadora que desenvolve a conscientização, a criação, a autonomia, a transformação, a libertação, torna o homem reflexivo, ele deixa de ser objeto para ser sujeito. Freire se opõe a um ensino que engessa o indivíduo, que o domestica, “a educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais”<sup>88</sup>.

Percebemos que o MEB absorveu muito desses princípios, pois desenvolvia um ensino mais embasado na realidade dos sujeitos e incentivava o processo de autonomia do indivíduo, a serem ativos na busca de soluções para problemas do seu dia-a-dia, “nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais”<sup>89</sup>.

O MEB se desenvolveu no intuito de fomentar a cidadania em seu viés social através da promoção da educação, pois este é um dos principais direitos, sendo essencial no desenvolvimento social, político e crítico dos sujeitos, para que eles possam reivindicar direitos quando estes estiverem faltando, serem capazes de detectar de quais injustiças eles estão sendo vítimas para que possam lutar contra elas. Dessa maneira, a concepção de Educação de Base consistia em:

Considerando as dimensões totais do homem e utilizando todos os processos autênticos de conscientização, contribuir, de modo decisivo, para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, numa perspectiva de autopromoção, que leve a uma transformação decisiva de mentalidades e estruturas. Essa transformação se nos afigura necessária e urgente no momento atual<sup>90</sup>.

A proposta do MEB era trabalhar com uma educação conscientizadora capaz de fornecer subsídios para que as comunidades encontrassem meios de autonomia. De acordo

---

<sup>87</sup> FREIRE, 2005, p. 57-58.

<sup>88</sup> FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação vol. 1. p. 31.

<sup>89</sup> FREIRE, 1979, p. 61.

<sup>90</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Primeira parte, p. 21-22.



com José Murilo Carvalho, “a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política”<sup>91</sup>.

É interessante observar a relação que se desenhou entre a Igreja e o Estado na década de 1960 e as relações de poder existentes nessas esferas. Como já foi discutida anteriormente, a Igreja é uma instituição heterogênea, em seu interior existem interesses diversos e divergentes. Existia a ala dos progressistas que estavam mais afins com as propostas de governo de João Goulart, porém, havia o setor tradicionalista hierárquico que não apoiou a linha de atuação do presidente, e, por conta disso, se aliou a setores conservadores da sociedade e aos militares. De certa forma, era unanimidade a não aceitação do comunismo pela Igreja, e foi um dos motivos mais fortes para implantação do regime militar como meio de impedir a dominação da “bandeira vermelha”. O crescente número de movimentos sociais e a militarização não agradaram os setores conservadores, pois afrontaram diretamente seus interesses, que consistia em “um programa de desenvolvimento arrojado, internacionalizado, direcionado por um lado para implantação de indústrias de ponta, e por outro para preservação da estrutura agrária do País”<sup>92</sup>. Dessa maneira, de acordo com Lucilia Delgado, a sociedade polarizou-se:

De um lado reuniam-se os setores reformistas, representados por sindicatos, UNE, ligas camponesas, frente parlamentares de cunho nacionalista e reformista, artista e intelectuais vinculados a movimentos culturais militantes, clero e leigos da Igreja católica progressista. Em outra posição, [...] estavam vinculados militares da Escola Superior de Guerra (ESG), proprietários rurais, setores do empresariado nacional, parlamentares – principalmente UDN, investidores internacionais, expressivos segmentos da classe média e setores conservadores da Igreja católica<sup>93</sup>.

A Ação Católica fomentou vários movimentos sociais, mostrando atuação de líderes religiosos e principalmente dos leigos, que foram os principais sujeitos a conduzirem essas ações, pois tinham a aprovação da Igreja e estavam protegidos por ela. A Ação Católica, por ser um segmento da Igreja, foi um meio que a instituição encontrou de estar envolvida com a sociedade e uma forma de controle da Igreja sobre os movimentos, pois, de certa forma, não apoiavam a militarização radical e o comunismo. Assim, “essa autonomia tinha limites. Embora movimentos leigos reajam a mudanças na sociedade em geral, eles sempre são parte da Igreja institucional”<sup>94</sup>.

---

<sup>91</sup> CARVALHO, 2007, p. 11.

<sup>92</sup> DELGADO, 2010, p. 98.

<sup>93</sup> DELGADO, 2010, p. 98.

<sup>94</sup> MAINWARING, 2004, p. 83.

A JUC, a princípio, foi um meio da Igreja Católica se inserir e influenciar o meio universitário através dos militantes jucistas. Como aponta Angelo Barreiros Gonçalves, “A práxis já JUC foi o infiltramento nas organizações estudantis universitárias. (...) Rapidamente a juventude leiga católica passou a dominar politicamente a maioria dos diretórios das Universidades Católicas e das Universidades oficiais<sup>95</sup>”.

A JUC foi um dos movimentos que mais se destacou e que encontrou empecilhos com a instituição, pois esta não queria dar mais autonomia para os jucistas e as visões de atuação de ambos começavam a entrar em conflitos. De acordo com Wagner da Silva Teixeira,

Com grande desenvolvimento no meio universitário, a JUC contava com estrutura e apoio da hierarquia católica. No final dos anos 1950 e início dos anos 1960 começou a “virada”. Os universitários católicos iniciaram uma reflexão sobre a sociedade brasileira que culmina com a opção pelo socialismo e a condenação do capitalismo como sistema injusto e desigual<sup>96</sup>.

Dessa maneira, a JUC se envolveu de forma mais ativa no meio acadêmico, por meio do movimento estudantil, e sua ligação com a esquerda a tornou mais militante. Consequentemente, as divergências entre Igreja e JUC se tornaram mais latentes, resultando em que, ainda em 1961, “a CNBB reagiu e elaborou uma série de documentos restringindo a ação dos militantes fora do movimento, na tentativa de impedir a militância no movimento estudantil, além de combater as posições progressistas que a JUC vinha tomando”<sup>97</sup>. Por conseguinte, o movimento se dissolveu enquanto uma organização da Igreja, e reergueu-se novamente fora do domínio eclesiástico, formando a Ação Popular (AP).

A JUC julgava não haver razão que a obrigasse a seguir as determinações de bispos que nada tivessem contribuído para o movimento. Depois de 1961, os espaços mais importantes para a participação católica progressista na política passaram a ser a Ação Popular, o Movimento de Educação de Base e o movimento Paulo Freire. A AP representou um dos principais canais católicos para atividade política de esquerda<sup>98</sup>.

Entre conflitos e união, assim se configurava a esquerda católica. Todos esses fatos contribuíram de forma direta ou indiretamente no desenvolvimento do MEB. O Movimento foi fruto de um período que se caracterizava como uma “experiência democrática” na história

---

<sup>95</sup> GONÇALVES, 2004, p. 51.

<sup>96</sup> TEXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta: História dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)**. 2008. 229f. Tese (em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói, p. 68.

<sup>97</sup> TEXEIRA, 2008, p. 69.

<sup>98</sup> MAINWARING, 2004, p. 83.

do Brasil. Por isso, foi possível perceber ideias revolucionárias no campo educacional que se comprometiam com a transformação social, bem como, também, as utopias de uma era.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi uma organização criada pela Igreja em 1952<sup>99</sup> no intuito de tratar assuntos referentes à instituição, as emergências e necessidade no mundo, enfim, um local de debate para os bispos exporem seus posicionamentos, “a CNBB foi resultado da conscientização do episcopado nacional de que o vasto território do Brasil demandava uma organicidade das ações de missão evangelizadora e atividades pastorais”<sup>100</sup>. A CNBB foi um dos principais meios de propagação da voz da Igreja. Embora houvesse disparidades de convicções, o que evidencia a heterogeneidade da instituição, porém as declarações expedidas pela CNBB refletem o posicionamento geral da instituição frente a qualquer assunto político, social ou religioso, “a CNBB é a autoridade máxima da Igreja Católica no Brasil, suas posições merecem destaque especial em qualquer avaliação da visão política da Igreja<sup>101</sup>”. Esta instância foi importante veículo de legitimação do golpe militar, embora, anos depois, com o endurecimento do sistema, ela tenha se colocado à frente como defensora dos direitos humanos.

Geralmente, a concepção política e religiosa dos bispos que compõe a CNBB influencia no posicionamento que esta organização tem em diversos momentos da história,

Desde a criação da CNBB, os bispos progressistas haviam ocupado as posições de liderança. Em outubro de 1964, uma lista de candidatos conservadores derrotava os bispos progressistas que haviam dominado a CNBB desde o seu princípio. A posição mais importante, a de secretário geral, foi transferida de Dom Helder Câmara a Dom José Gonçalves, um conservador, e o novo presidente foi Dom Agnelo Rossi, arcebispo de São Paulo, também um conservador<sup>102</sup>.

É perceptível que os bispos progressistas ocuparam importantes cargos e tiveram voz ativa na CNBB, por esse motivo é que os movimentos sociais tiveram apoio da Igreja, movimentos como o MEB, que partiu de padres engajados em causas sociais, com o apoio da CNBB. Desde a criação desta organização, os bispos progressistas estiveram presentes no desenvolvimento dessa conferência, e um dos nomes mais notáveis e que foi responsável por sua fundação foi Dom Hélder Câmara. Porém, em outubro de 1964 os principais representantes são substituídos por bispos conservadores, consequentemente o

---

<sup>99</sup> CANCIAN, 2016, p. 107.

<sup>100</sup> CANCIAN, 2016, p. 107.

<sup>101</sup> MAINWARING, 2004, p. 105.

<sup>102</sup> MAINWARING, 2004, p. 104.

posicionamento da CNBB muda e acompanha a concepção religiosa e política de seus líderes<sup>103</sup>. Percebe-se que essa mudança de liderança na CNBB acontece em decorrência ao golpe, pois já não era mais bem visto os progressistas ocuparem cargos de comando. Foi uma forma de a Igreja combater a associação de movimentos leigos católicos com o comunismo.

Dom Hélder Câmara foi um bispo bastante atuante em questões de lutas sociais, percebia que a missão da Igreja deveria contemplar o ser humano por inteiro, atendendo necessidades espirituais como também materiais. Em 12 de março de 1964, foi nomeado Arcebispo de Olinda e Recife, possuía um forte posicionamento político e defendia as lutas sociais. A sua posição fortemente politizada foi alvo de repressão pelo governo militar e possuía também a desaprovação de bispos conservadores. Como aponta Luiz Alberto Gómez de Souza:

D. Hélder Câmara, desde seu discurso de posse em Recife, em março de 1964, não cessou de denunciar o autoritarismo e as violações de direitos. Seu nome desapareceu dos meios de comunicação brasileiros por imposição da censura, ao mesmo tempo em que alcançou enorme repercussão internacional; o governo pressionou e conseguiu que não lhe fosse concedido o Prêmio Nobel da Paz<sup>104</sup>.

A forma como Dom Hélder Câmara foi boicotado dizia muito sobre o período histórico em que se estava vivenciando. Ter um bispo bastante atuante em questões políticas e sociais colocaria a ordem do país em perigo, a forma encontrada pelo sistema foi silenciá-lo, para tentar impedir que ele alcançasse as massas.

Por sua nova composição de bispos, a CNBB tornou-se mais conservadora, o que provocou uma mudança de foco: “entre 1964 e 1968, a CNBB preocupou-se mais com sua ordem interna do que com a política e com a ação social<sup>105</sup>”. A nova postura majoritária da Igreja, o medo constante do comunismo, a radicalização dos movimentos sociais, esses motivos influenciaram a Igreja a apoiar e legitimar o golpe militar, pois os viam como os únicos capazes de deter as agitações e as desordens sociais.

Outro movimento que foi muito importante na legitimação do golpe foram as Marchas do Rosário, que ficaram popularmente conhecidas por Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreram nos anos de 1963 e 1964 em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Conforme Renato Cancian, tal movimento tinha como principal intuito combater a

---

<sup>103</sup> MAINWARING, 2004, p. 104.

<sup>104</sup> SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados* 18 (52), 2004.

<sup>105</sup> MAINWARING, 2004, p. 104.

ameaça comunista. Foram organizadas principalmente por mulheres católicas da classe média. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade que alcançou mais notoriedade ocorreu em março de 1964, na qual combatiam as tendências comunistas do governo de João Goulart. O referido movimento ocorreu em São Paulo e mais de quinhentas mil pessoas participaram do ato. O medo iminente da bandeira vermelha fez crescer o medo entre a população. Essas mulheres católicas estavam organizadas em ligas, denominadas: Campanha da Mulher pela Democracia e União Cívica Feminina, e de certa forma receberam o apoio da ala conservadora da Igreja<sup>106</sup>.

Várias forças confluíram para o apoio da intervenção militar, a comprovação de fato que a Igreja Católica apoiou o Golpe Militar se dá por meio das declarações emitidas pela CNBB, uma delas publicada em 03 de junho de 1964:

O povo brasileiro via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder.../ e mais as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra.../ ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.../... Reconhecemos e lamentamos que, até mesmo em movimentos de orientação católica, tem havido facilidades e abusos por parte de um ou outro elemento que burlou nossa vigilância, ou de outros que foram vítimas de seu próprio idealismo, da falta de malícia ou da inadequada apreciação dos fatos.../ Por outro lado, não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada e gratuita, velada ou explícita, de que Bispos, Sacerdotes e fiéis ou organizações, como por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas ou comunizantes. Isto se deve, às vezes, à própria tática comunista, outras vezes a certos elementos inconformados com atitude aberta e corajosa de verdadeiros apóstolos da Igreja, do Clero e do Laicato, que pregam a sã doutrina, seja contra o comunismo, seja contra gritantes injustiças sociais e focos de corrupção e de degradação dos valores morais<sup>107</sup>.

Nessa passagem da declaração ficam evidentes vários objetivos agudos que levaram a CNBB a apoiar o golpe. O medo do comunismo era latente, a Igreja desaprovava a postura ideológica deste movimento, pois os considerava anticristãos. No trecho também é perceptível a aprovação da intervenção militar pelos cidadãos, quando destaca o empenho destes através das orações. Neste discurso, é perceptível o papel de heróis da pátria que foi incorporado aos militares, pois salvaram o Brasil do perigo iminente. José Wellington Germano aponta que:

---

<sup>106</sup> CANCIAN, 2016. p. 109.

<sup>107</sup> **Declaração da CNBB sobre a situação nacional.** In: GONÇALVES, 2004, p. 53.

De acordo com o imaginário social instituinte, o discurso ditatorial aparece, desde a primeira hora, como salvacionista. O Exército e as Forças Armadas salvaram a democracia, salvaram o Brasil da desordem, da subversão e do comunismo, abrindo, assim, as portas do desenvolvimento e do progresso à medida que a ordem foi restabelecida<sup>108</sup>.

Esse é um discurso que fazia parte da ideologia de Segurança Nacional, em que detectavam o inimigo e o derrotavam, e os mais aptos para desempenharem a ação eram o Exército e as Forças Armadas. Através desse excerto, fica evidente o binômio segurança-desenvolvimento que foi sustentado durante a Ditadura Civil Militar.

Ainda sobre a declaração da CNBB, percebe-se que tiveram a preocupação de defender os movimentos da Igreja, primeiro, por colocar uma visão ingênua dos ativistas com objetivos idealizadores com a intenção de justificar seus atos; segundo, por deixar bem claro o não envolvimento dos bispos, sacerdotes, fiéis e organizações com o comunismo, aproveitando ainda para culpar o comunismo.

No período compreendido entre 1964 a 1968, a CNBB permaneceu em silêncio frente ao posicionamento do governo ditatorial. O que não significa dizer que toda a Igreja permaneceu calada. Porém, com o enrijecimento do sistema autoritário através do Ato Institucional nº 5 (AI5), que foi baixado em dezembro de 1968, e o crescente desrespeito aos direitos civis e humanos, resultaram na mobilização de muitos setores da sociedade e da Igreja progressista a protestar contra os abusos cometidos pelo governo militar.

O AI-5 ficou conhecido também como o “golpe dentro do golpe”. O governo militar se tornou mais truculento, “o Congresso foi temporariamente fechado, e a liberdade civil e de imprensa, eliminados”<sup>109</sup>. Foram os anos mais duros da ditadura, pois, por conta de o Estado estar fundamentado na Doutrina de Segurança Nacional, foi dada carta branca para os militares agirem com mais violência contra aqueles que contrariassem a ordem vigente ou fossem considerados perigosos à ordem. De acordo com Gomes e Lena,

O perigo é identificado nas chamadas “ideologia estranhas”, externas, diferentes das locais. Constata-se que aqueles cidadãos que acabaram se associando internamente com essas ideologias foram tratados como adversários perigosos da nação, ou seja, como hostis aos interesses da unidade nacional. É por isso que o elemento desestabilizador, aquele

---

<sup>108</sup> GERMANO, José Wellington. Ordem e progresso: o discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 32, n. 18, p. 79-112, maio/ago. 2008. p. 100.

<sup>109</sup> DELGADO, 2010, p. 112.

contrário à unificação proposta pela Doutrina, é considerado “subversivo”, “inimigo”, como estranho que não tem direito de pertencer à nação<sup>110</sup>.

Dessa forma, o período mais recrudescido da Ditadura Civil-Militar (1968-1974) foi marcado como um atentado à dignidade e aos direitos humanos. Assim, “ao empunhar a bandeira dos direitos sociais, organizações católicas progressistas, bem como outras organizações da sociedade civil, entraram num confronto direto com o Estado, principalmente depois da publicação do Ato Institucional nº 5(AI-5)”<sup>111</sup>.

A Igreja se manifestou perante as atrocidades que foram cometidas pelos militares. O ponto alto para que a instituição começasse a se manifestar foi em consequência da prisão de padres. Estes líderes, por serem mais atuante perante a causa social e tornarem a igreja como um espaço de proteção aos militantes, foram considerados subversivos. Um dos casos que teve visibilidade e contestação mundial foi a prisão dos padres franceses Michel Le Vem, Xavier Berthou e Hervé Crouguennec em Minas Gerais,

Os padres franceses, próximos à militância jocista de Belo Horizonte, acabaram por apoiar os trabalhadores, que se envolveram na greve dos operários de Contagem, ocorrida em 1968. Sua ação altamente politizada, que teve no movimento grevista sua mais forte manifestação, trouxe como decorrência sua prisão em novembro de 1968, praticamente às vésperas do Ato Institucional de número 5, conjuntura na qual o regime autoritário caminhava para um profundo recrudescimento, que caracterizou os denominados *anos de chumbo* da ditadura brasileira no pós 1964<sup>112</sup>.

Muitos líderes religiosos, por possuírem uma ação pastoral mais voltada para o engajamento social, e por terem mais contato com os setores sociais que reivindicavam seus direitos, terminavam por apoiar esses militantes. Estes padres, por serem considerados subversivos e, de certa forma, ajudarem na desordem social, foram enquadrados pela Doutrina de Segurança Nacional como perigosos. Esse fato gerou indignação não só por parte da Igreja Católica Brasileira, como também por parte do Vaticano. Este acontecimento “da prisão dos padres franceses provocou certo estremecimento nas relações entre governo federal e Igreja católica. A CNBB indignou-se”<sup>113</sup>. É interessante destacar que a Igreja somente se posicionou depois que os clérigos de sua instituição foram atingidos e a notícia ter tomado proporções mundiais.

---

<sup>110</sup> GOMES; LENA, 2014, p. 84.

<sup>111</sup> DELGADO, 2010, p. 112.

<sup>112</sup> DELGADO, 2010, p. 103.

<sup>113</sup> DELGADO, 2010, p. 104.

Muitos membros do clero, envolvidos em lutas direta e indiretamente contra o regime militar, sofreram repressão dos militares. O caso dos padres franceses que foram presos não foi um caso isolado, padres brasileiros e os leigos dos movimentos da Igreja Católica também foram presos e sofreram certo abuso. Diante da situação conflitante e de injustiça, a CNBB não pode mais permanecer em silêncio. Esses episódios forçaram-na a tomar uma posição contra aos crimes de direitos humanos. Essa atitude combativa alcançou o apoio de bispos conservadores. Um documento produzido pela CNBB, durante a Assembleia Geral em 1970, evidencia os abusos do regime militar:

Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzida na forma de assaltos, sequestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. [...] Pensamos no exercício da JUSTIÇA, [...] que sinceramente, cremos estar sendo violentado com frequência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em base a suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência não raro, do fundamental direito de defesa. [...] Seríamos omissos se não frisássemos, neste momento, nossa posição firme contra toda e qualquer espécie de tortura<sup>114</sup>.

O teor do documento reflete as denúncias contra a violência aplicada pelo regime militar, e criticava a forma de condução dos processos sobre os suspeitos, principalmente o fato de ter sido banido o direito a *habeas corpus*. Todos esses abusos infligiam à dignidade humana, ou seja, os direitos humanos. Uma declaração como essa, expedida pela CNBB, contribuiu para deslegitimar o regime ditatorial, visto que a Igreja exerce influência sobre a sociedade. Esses fatores corroboraram para um estremecimento da relação Igreja-Estado, porém, “não provocou a ruptura entre ambas as instituições. A Igreja contemporânea não atua como força insurgente contra o poder ou autoridade política estabelecida, pois suas relações com os estados nacionais se assentam na legalidade e respeito aos princípios de soberania” <sup>115</sup>, considerando que, ainda segundo Cancian, esta relação Igreja-Estado é pautada no diálogo.

A trajetória da Igreja Progressista não sucumbiu mediante a repressão do regime militar. Durante este período, começou a se constituir, a partir de meados da década de 1960, a Igreja popular, que possuía uma atuação mais local, e que visava solucionar os problemas sociais, passando o padrão missionário do catolicismo brasileiro por uma nova configuração. A Igreja popular teve mais expressão em locais em que as injustiças sociais eram mais agudas, “seja como resultado da tortura, das infames desigualdades em São Paulo, da

---

<sup>114</sup> Documento da Décima Primeira Assembleia Geral da CNBB, SEDOC, 1970-1971, p. 85-86 apud DELGADO, 2010, p. 112.

<sup>115</sup> CANCIAN, 2016, p. 115.



violência contra os camponeses nas áreas fronteiriças do Amazonas ou da repressão contra a Igreja no Nordeste”<sup>116</sup>.

Outro acontecimento importante que impulsionou a Igreja popular foi a Conferência de Medellín, esta que se realizou em 1968 na Colômbia e contou com a presença do episcopado Latino Americano. É interessante destacar que Dom Avelar, fundador do MEB no Piauí, no período era presidente do CELAM e participou do evento. Segundo Mainwaring, “Medellín começou como uma tentativa inspirada pelo Vaticano II para compreender o papel da Igreja em meio às mudanças das sociedades latino-americanas”<sup>117</sup>. Dessa maneira, Medellín foi uma releitura inspirada no Concílio Vaticano II que ocorria na Europa com a presença de bispos de todo o mundo, na qual desenvolveram o conceito da “Igreja como Povo de Deus”, porém com o intuito de atender as necessidades do contexto latino.

Na Conferência de Medellín ocorreu uma apropriação dos discursos proferidos no Concílio em tornar a Igreja *presente* no mundo, promovendo a adaptação para a realidade da América Latina. É relevante destacar que outros países latinos também passavam por ditaduras militares. Segundo o depoimento de Dom Cândido Padin,

O acontecimento de Medellín foi o primeiro esforço da Igreja da América Latina de aplicar as orientações do Concílio Vaticano II à realidade deste continente. Foi a primeira vez que o episcopado da Igreja católica de um continente inteiro assumiu o compromisso de organizar sua ação pastoral segundo um plano comum. Isto é possível graças à existência do CELAM – Conselho Episcopal Latino-americano – organismo fundado em 1955 para ajudar a Igreja de cada país latino-americano a conhecer as realidades comuns e a planejar respostas pastorais adequadas<sup>118</sup>.

Dessa maneira, a conferência de Medellín representou um acontecimento marcante para a história da Igreja Católica da América Latina, pois nela foram desenvolvidos análises e instrumentos de ação progressistas de combate às injustiças sociais. Conforme os autores Giseli do Prado Siqueira, Paulo Agostinho N. Baptista e Wellington Teodoro Silva:

O objetivo do Papa Paulo VI ao convocar essa reunião, como diz o próprio título da proposta da Conferência – A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio –, era ler a realidade latino-americana à luz

<sup>116</sup> MAINWARING, 2004, p. 131-132.

<sup>117</sup> MAINWARING, 2004, p. 132

<sup>118</sup> PADIN, Dom Cândido. Depoimento especial feito oralmente e gravado na Vila Kostka. Itapaci, set. 1980. In: MORAIS, João Francisco Regis de. **Os bispos e a política no Brasil: O pensamento social da CNBB**. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982. p. 40.

do Concílio Vaticano II. Os bispos fizeram mais do que isso. Leram o Concílio à luz da realidade latino-americana<sup>119</sup>.

À vista desse fragmento, os bispos na Conferência em Medellín traduziram as emergências das calamidades sociais como fazendo parte da missão social da Igreja, pois era necessário privilegiar o corpo e o espírito. No entanto, analisaram esses problemas sob uma ótica estrutural. Desta forma, de acordo com Dom Cândido,

Pela análise da realidade, viu-se que a pobreza do homem na América Latina estava marcada pela dependência econômica e cultural, numa gritante injustiça institucionalizada; isto é, as próprias estruturas sociais, econômicas e políticas eram causas de muitas injustiças existentes nos diferentes países da América Latina. Em par com o anúncio da salvação do Evangelho, surgiu a grande mensagem de libertação como exigência da realização integral do homem destinado a participar da ressurreição de Jesus Cristo. Esta mensagem foi central nos 16 documentos das várias comissões. É por isso que o documento de Medellín é conhecido, principalmente por este alerta, em todo o continente, para a necessidade de uma libertação do homem-americano<sup>120</sup>.

Conforme o excerto, os bispos analisaram a “dependência econômica e cultural” que sujeitava o homem na América Latina, não como um fatalismo, mas sim uma consequência estrutural da história desta parte do continente, por terem sido colonizados por países da Europa. Desse modo, os países latinos constituíram-se sob o signo da dominação e da exploração, que resultaram em injustiças sociais. De acordo com Boff, a partir dessa reflexão, “a marginalização é consequência do tipo de organização elitista, de acumulação privada, enfim, da própria estrutura econômico-social do sistema capitalista. Aí emerge a questão política, e o tema da libertação ganha conteúdos concretos e históricos”. A forma como a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano foi conduzida, levou ao desenvolvendo da concepção de Teologia da Libertação como necessária à missão pastoral da Igreja, pois somente por meio da libertação integral do homem ele poderia vencer o estado de opressão em que se encontrava. Assim, “Com Medellín ganha identidade própria a Igreja latino-americana e surge uma forma original de fazer teologia, a teologia da libertação e sua opção pelos pobres”<sup>121</sup>.

É evidente que tal libertação era entendida nos termos do Evangelho, isto é, uma libertação integral do homem buscando a realização dos seus valores em todas as dimensões, quer as dimensões sociais, econômicas e políticas,

<sup>119</sup> SIQUEIRA, Giseli do Prado; BAPTISTA, Paulo Agostinho N.; SILVA, Wellington Teodoro. A Conferência de Medellín: contexto político-ecclesial e a posição sobre a Educação e a Juventude. In: Dossiê de Medellín: 50 anos. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 648-676, maio/ago. 2018, p. 649.

<sup>120</sup> PADIN, 1980, p. 41.

<sup>121</sup> SIQUEIRA; BAPTISTA; SILVA, 2018, p. 649.

mas fundamentas todas na dimensão do Reino de Deus, ou seja, o homem destinado à comunhão com Deus e seus irmãos.<sup>122</sup>

Em consonância com o fragmento, Dom Cândido evidenciou que as bases dessa libertação seriam fomentadas pela dimensão religiosa. Dessa forma, o ideal consistia na vinculação cristã com a política, para alcançar a promoção integral do homem, se preocupando com sua salvação, esta que é alcançada mediante Deus, como também com a condição de vida desses sujeitos. Nesse caso, os bispos ficavam incumbidos dessa responsabilidade para promover meios que possibilitasse ao homem superar os seus problemas socioeconômicos. De acordo com Paulo Agostinho Nogueira Baptista,

Se o Concílio fala da salvação e de seu mistério, os latino-americanos leram a categoria salvação como libertação (econômica, política, cultural, pedagógica, religiosa). Da mesma forma, eles o fizeram em relação ao tema da promoção humana, interpretada como libertação dos oprimidos e da pobreza, empobrecimento produzido pelos processos econômicos e políticos. Quando o Vaticano II reflete sobre a história da salvação “refere-se também a historia da perdição e ao pecado do mundo”, e aqui na América Latina falou-se em pecado estrutural e social: eles “contradizem a vontade de Deus”<sup>123</sup>.

Interessante observar, conforme o fragmento, que a leitura feita sobre os aspectos da salvação e da promoção humana, foi encarada de forma progressista, a fim de adequar a realidade da América Latina. Por fim, o autor coloca essa situação de opressão e dominação ao homem como um “pecado estrutural e social”. Conforme Leonardo Boff, um dos teóricos responsáveis pela formação da concepção da Teoria da Libertação, defende, “não se trata de uma libertação apenas do pecado, mas de uma libertação que também possui dimensões históricas (econômicas, políticas e culturais)”<sup>124</sup>.

O povo marginalizado se configura como o principal foco a ser canalizado na ação da libertação. Dessa maneira, os sujeitos tem que se fazerem ativos nesse processo para alcançarem de forma efetiva a emancipação. Para Boff, “O sujeito histórico desta libertação seria o povo oprimido, que deve elaborar a sua consciência de sua situação de oprimido, organizar-se e articular práticas que intencionem e apontem para uma sociedade alternativa menos dependente e injustiçada”<sup>125</sup>. Dessa maneira, a percepção do mundo de forma consciente é importante, pois, segundo Paulo Freire, “até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões de seu estado de opressão “aceitam” fatalistamente a sua

<sup>122</sup> PADIN, 1980, p. 41.

<sup>123</sup> BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. Religião, política e Teologia da Libertação: trajetória e desafios. In: Rev. **Pistis Praxis**, Teol. Pastor., Curitiba, v. 6, n. 1, p. 229-254, jan./abr. 2014, p. 240.

<sup>124</sup> BOFF, 2005, p. 35.

<sup>125</sup> BOFF, 2005, p. 34.

opressão”<sup>126</sup>. Por isso, Freire defende a inserção crítica do sujeito em seu meio social. Conhecer a realidade em que se está inserido é indispensável na luta pela mudança. Assim, “pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará”<sup>127</sup>. Desse modo, o povo seria o responsável pela condução da sua própria libertação.

De certa forma, o MEB já desenvolvia, no período compreendido em seu quinquênio (1961-1966), a concepção de conscientização do povo por meio da sua ação educativa. Por isso, o MEB preconizou uma educação de base que:

Sendo a educação de base aquela que se preocupa com a pessoa humana só através do processo de conscientização, que evidencia o valor básico da pessoa, do seu dom, da sua comunicação, que explicita, portanto, a sua eminente dignidade, pode-se então evidenciar o sentido das próprias exigências do homem<sup>128</sup>.

Assim, a Conferência de Medellín e a concepção de Teologia da Libertação legitimaram a ação educativa do MEB que privilegiava a conscientização e o desenvolvimento de instrumentos para superar as dificuldades socioeconômicas, para alcançar a dignidade do homem.

Conforme Baptista, a Teologia da Libertação (TdL) não nasce puramente como uma teoria teológica ou política. O desenvolvimento da TdL consistiu em uma conjuntura histórica de mudança interna da Igreja, na qual privilegiou-se a ação transformadora em relação ao pobre, a perspectiva analítica das condições sociais, a ação inovadora do Vaticano II, que posteriormente foram sustentados e atualizados em Medellín<sup>129</sup>. Dessa maneira, conforme Dom Cândido:

É verdade que nossa Conferência, no Brasil, já tinha alguns documentos publicados que demonstravam a preocupação do episcopado brasileiro por essa libertação do homem brasileiro. [...] A CNBB, a partir de Medellín, aperfeiçoou a sua formação técnica da pastoral. Elaborou-se um plano de pastoral fundado nas técnicas modernas de planejamento. Isto nos ajudou imensamente a tornar flexível, mais adaptável a pastoral a todas as variações no tempo e espaço<sup>130</sup>.

Consoante ao que foi tratado neste fragmento, Dom Cândido revela que já havia uma preocupação com a promoção do homem, e podemos depreender que essas primeiras ações

---

<sup>126</sup> FREIRE, 2005, p. 57-58.

<sup>127</sup> FREIRE, 2005, p. 35.

<sup>128</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Primeira parte. p. 13.

<sup>129</sup> BAPTISTA, 2014, p. 235.

<sup>130</sup> PADIN, 1980.

foram frutos do Vaticano II. Entretanto, a Conferência em Medellín representou uma coesão na missão pastoral para a Igreja da América Latina, na qual baseava esses projetos a fim de combater as injustiças sociais, que eram uma decorrência estrutural da história dessa parte do continente, e incentivar a libertação do homem.

Bispos e padres se tornaram mais sensíveis a questões sociais, esta se tornava uma emergência sobre a qual a Igreja não poderia mais silenciar. Porém, Medellín não exerceu influência somente sobre o episcopado, também incorporou os leigos às responsabilidades eclesiais, algo que já era incentivado desde o Vaticano II. Essa era uma forma de aproximar a Igreja do povo. O documento aprovado pelo CELAM durante a conferência privilegia aspectos como:

À necessidade de mudanças estruturais na América Latina, à importância de se estimular as comunidades eclesiais de base, à atenção privilegiada da Igreja aos pobres, ao caráter pecaminoso das estruturas sociais injustas, à necessidade de ver os aspectos positivos da secularização e à importância de se ter uma Igreja pobre<sup>131</sup>.

Um dos pontos altos da Igreja popular foi a criação e a popularização das Comunidades Eclesiais de Base, que contribuíram para dinamizar a missão social da Igreja Católica. Através das CEBs ocorreu uma aproximação entre o clero e o povo, com a qual se tinha o intuito de promover a evangelização e a participação efetiva do leigo. De acordo com Boff:

Primeiramente, a comunidade eclesial de base significa mais que um instrumento mediante o qual a igreja atinge o povo e o evangeliza. É uma forma nova e original de se viver a fé cristã, de se organizar a comunidade ao redor da Palavra, dos sacramentos e dos novos ministérios exercidos por leigos (homens e mulheres). Há uma nova distribuição do poder na comunidade, muito mais participado, evitando-se toda centralização e dominação a partir de um centro de poder<sup>132</sup>.

As CEBs também se desenvolveram como espaço de reflexão sobre a realidade e um espaço que desenvolve suas ações democraticamente. Dessa maneira, as CEBs se caracterizam como “comunidades abertas ao mundo, à sociedade. A leitura e partilha do Evangelho que praticam dentro delas levam-nas a se orientar para a atuação social”<sup>133</sup>. Dessa maneira, as CEBs se caracterizaram como um importante instrumento para a libertação, seja em aspectos espirituais, ou relacionado à superação a uma realidade de opressão.

---

<sup>131</sup> MAINWARING, 2004, p. 133.

<sup>132</sup> BOFF, 2005, p. 36.

<sup>133</sup> BOFF, 2005, p. 262.

As CEBs, ao longo da ditadura militar, se tornam politizadas e um espaço de confronto contra os abusos do regime militar. A postura combatente da Igreja popular não agradou a ditadura militar, e a repressão e tortura atingiram os líderes eclesiais que tinha a ação pastoral voltada para um engajamento social. Uma forma que o General Médici encontrou para controlar o conflito Estado-Igreja, no intuito de abafar casos de tortura, foi por meio da “Comissão Bipartite que funcionou secretamente entre os anos de 1970 e 1974 contando com a participação de oficiais militares, representantes do governo, intelectuais católicos e um grupo de bispos considerados mais influente do episcopado nacional”<sup>134</sup>. Essa medida foi paliativa.

A Igreja popular foi um importante espaço de resistência contra o regime militar. Caracterizou-se como um lugar de contestação contra as injustiças econômicas e sociais que assolaram grande parte da população brasileira. O ímpeto pela transformação foi um dos motores que provocaram uma série de mobilizações. A nova missão social da Igreja procurava atingir o indivíduo por inteiro, privilegiando questões espirituais bem como também condições materiais. A dignidade humana se tornou um assunto sensível a ser tratado. O processo da gênese da Igreja popular está ligado às experiências progressistas católicas da década de 1950. A Teologia da Libertação se caracterizava como um instrumento para fundamentar as ações da Igreja católica. O MEB, por ser fruto da Igreja e por se enquadrar em uma ação progressista, traz em seu bojo as ideologias que respaldaram a transformação da Igreja. Essas mudanças ocorridas foram refletidas na conjuntura do MEB.

## **2.2. Dom Avelar: a marca progressista do catolicismo no Piauí**

A Igreja Católica brasileira passou por um processo de mudança e adaptação ao mundo moderno, tornando-se mais próxima da realidade da população. A hierarquia eclesial repensou a missão social e evangelizadora da Igreja. Essa transformação contribuiu para legitimar movimentos sociais dos mais diversos setores, e os oprimidos passaram a ter voz no meio político, tendo sido relevante a postura de muitos líderes da Igreja ao prestarem atenção ao sofrimento do povo.

No Piauí, Dom Avelar Brandão Vilela foi o elemento surpresa para o cenário piauiense, pois ele foi um agenciador de transformações que alcançou o âmbito religioso,

---

<sup>134</sup> CANCIAN, 2016, p. 113.

político, educacional e social, tendo sido peça fundamental na fundação do MEB no Piauí. Este sujeito histórico representa uma importante faceta do Movimento de Educação de Base piauiense.

Dom Avelar reflete a transformação da Igreja da neocristandade em progressista, pois esteve engajado com questões de ordem social, fomentou a sindicalização rural, fundou: o MEB em 1962; a Ação Social Arquidiocesana (ASA) em 1956; a FAFI (Faculdade de Filosofia Católica) em 1957; a Rádio Pioneira de Teresina em 1962, entre outras ações. Foi nomeado arcebispo de Teresina em 1955, porém assumiu em 1956, e permaneceu até 1971. Foi o segundo arcebispo e o quarto bispo do Piauí. O seu antecessor, Dom Severino, atuou na arquidiocese durante 31 anos, o seu legado foi mais tradicional direcionado na “organização da Igreja Católica no Piauí, promovendo transformações mais de caráter institucional”<sup>135</sup>, como por exemplo, a expansão de paróquias pelo estado.

Podemos perceber a ruptura entre os dois bispados através da mensagem de advertência em uma placa exposta às portas do Palácio Arquiepiscopal Nossa Senhora das Graças em Teresina, em meados de 1950<sup>136</sup>: “Quem tiver problemas políticos, dirija-se às autoridades políticas e não ao bispo”<sup>137</sup>. Essa frase reflete o caráter conservador da Igreja e da gestão de Dom Severino, que entendia que a instituição deveria estar acima de setores políticos, e que o papel do líder religioso estava mais ligado a assuntos espirituais e de ordem administrativa da Igreja. De acordo com Mainwaring, “o padre tinha de se posicionar acima do mundo, rejeitar as tendências seculares que estavam minando a moralidade e a fé católica”<sup>138</sup>. Tinha-se a concepção de que o mundo secular era pernicioso a moral cristã, por esse motivo, fiéis e clérigos deveriam se afastar dele. Em 1956, quando Dom Avelar chegou a Teresina, a sua missão pastoral divergiu bastante do Arcebispo anterior, vista que, além de representante da Igreja Católica, ele assumiu outras responsabilidades, políticas, educacionais e sociais, a sua batina não o limitou de atingir outros campos. Com o lema “Evangélizar e Humanizar”, ele marcou uma nova postura da Igreja Católica no Piauí, trouxe os ventos progressistas da mudança.

---

<sup>135</sup> ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto:** trajetória e representação do Arcebispo do Piauí (1956-1971). Teresina, 2008. Dissertação (Mestrado de História) – Universidade Federal do Piauí. p. 110.

<sup>136</sup> CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **Dom Avelar Brandão Vilela:** uma biografia histórica. Teresina, 2010. 207 f. Dissertação (mestrado de História) – Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. 2010. p. 25.

<sup>137</sup> O RENOVADOR e o diplomata. **Revista Veja**, Rio de Janeiro, n. 231, p. 50, 7 fev. 1973. apud CARVALHO, 2010, p. 25

<sup>138</sup> MAINWARING, 2004, p. 45.

A sociedade teresinense criou bastante expectativa com a chegada do novo Arcebispo Dom Avelar, pois depositavam fé na figura de um líder religioso como provedor de mudanças. A sua propaganda começou a circular pelos jornais da cidade, de acordo com a matéria reproduzida pelo jornal O Dominical, veículo de informação que pertencia a Igreja Católica, em 1956:

Matéria que antecipa o seu plano de ação dá conta do primeiro encontro de Dom Avelar com o governador Gayoso e Almendra, em reunião no Serviço Nacional de Informação do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1956. Ao lado de deputados da bancada federal do Piauí, o chefe do Executivo tomou conhecimento de suas pretensões de intervir nas questões sociais<sup>139</sup>.

Por meio deste enxerto, percebemos a relação política estabelecida entre Igreja e Estado. Outro fator que podemos observar é o prestígio que Dom Avelar desenvolvia como figura religiosa e política, a sua missão de caráter social foi traçada antes mesmo de sua chegada ao Piauí. Era interessante para o governador do estado constituir uma aliança com o Arcebispo, posto que ele desenvolveria ações de responsabilidade do setor executivo, e, dessa maneira, ele ultrapassaria a sua incumbência da missão sacerdotal para atingir questões do meio social. Dom Avelar sabia que não poderia executar tais ações sem apoio financeiro do estado, por esse motivo era necessário firmar acordos. Dessa forma, ele representou a esperança de transformação no cenário piauiense, este que sofria de vários problemas estruturais, tais como: a precariedade da saúde e educação, fragilidades no saneamento básico das cidades, dentre outros.

Dom Avelar foi um sujeito múltiplo no contexto teresinense. Um ser multifacetado, pois, além de desenvolver a Igreja católica no Piauí, por meio de ações de expansão do catolicismo através da construção de paróquias em Teresina, como também em outras cidades do Piauí, foi responsável pelo desenvolvimento político, cultural, educacional e econômico no Estado. Podemos denotar em sua trajetória um líder religioso, um político, um intelectual. O intuito é analisar a postura de Dom Avelar frente a questões sociais, focando principalmente em sua atuação de impulsionador do Movimento de Educação de Base, e, dessa forma, podemos afirmar que ele foi um bispo sensível aos problemas sociais que afligiam principalmente aos pobres; também esteve envolvido com a questão agrária no que se refere à sindicalização rural.

A postura de Dom Avelar, frente a problemas sociais, diz muito sobre sua trajetória anterior. Em 1946, aos 34 anos, Dom Avelar assumiu o episcopado na cidade de Petrolina em

---

<sup>139</sup> CARVALHO, 2010, p. 55.



Pernambuco, um lugar castigado pela seca, onde o Arcebispo começou a desenvolver medidas de combate a essa realidade cruel do Nordeste brasileiro, por meio da criação:

Departamento Diocesano de Ação Católica, a granja Santa Isabel, postos de colonização mediante convênio com o Ministério da Agricultura. Criou também uma Escola de Economia Doméstica, o Centro Social Pio XII; realizou semanas ruralistas, e, em 1948, organizou o 1º Congresso Eucarístico de Petrolina, para comemorar os 25 anos da Diocese<sup>140</sup>.

O seu engajamento social se desenvolveu juntamente com sua missão episcopal, pois Dom Avelar não dissociava a evangelização e expansão do catolicismo com intervenção no meio social. É interessante que ele procurava amparo do Estado, afinal, estava executando ações de responsabilidade governamental. De acordo com seu lema “Evangelizar e Humanizar” eram duas ações intrínsecas ao compromisso religioso, era necessário promover a dignidade às pessoas que necessitavam neste ponto, alma e corpo são privilegiados. Suas experiências anteriores em lugares subdesenvolvidos o ajudaram a fomentar sua atuação no Piauí, visto que também era um lugar de economia fraca, pautada no extrativismo e na agropecuária, que geravam rendas insuficientes para contemplar todos os setores. Outro fator que agrava a situação era a má distribuição da renda, com uma população, em sua maioria, analfabeta e rural.

A sua marca como homem de luta começou a ser desenhada logo em poucas semanas após sua chegada ao Piauí, “em Teresina, no período de seis a onze de agosto de 1956, três meses após sua chegada, a Arquidiocese e o Ministério da Agricultura patrocinaram a Primeira Semana Ruralista”<sup>141</sup>. A partir de medidas como essa, percebe-se que Dom Avelar era preocupado com o homem do campo, pois sabia das fragilidades desse meio. Ele fomentou o sindicalismo rural como meio de combate às Ligas Camponesas de ordem comunista, cujo principal líder era Francisco Julião, pois, segundo o Arcebispo: “havia o perigo iminente desses sindicatos caírem nas mãos dos comunistas, a Igreja procurou antecipar-se ao seu trabalho, ou entrar na luta pela criação de sindicatos autênticos”<sup>142</sup>. É interessante como ele foi enfático sobre a autenticidade do sindicato de ordem cristã, para não abrir margem para más interpretações. O comunismo era encarado de forma negativa pela Igreja pelo fato de considerar esse movimento contrário aos princípios cristãos e também por possuírem uma postura mais violenta, não respeitando a legislação brasileira.

O objetivo de Dom Avelar era incentivar a fundação de sindicatos para fomentar o movimento rural, dessa maneira, essas associações serviram de base para as lutas dos

---

<sup>140</sup> CARVALHO, 2010, p. 61.

<sup>141</sup> ARAÚJO, 2008, p. 65.

<sup>142</sup> O DOMINICAL, 10 de Maio 1964, p.14

camponeses, conseqüentemente, eles estavam exercendo seu direito político de poder instituir organizações para terem voz ativa no campo político para fazer reivindicações. O diferencial desses sindicatos estava em sua fundamentação cristã, que procuravam articular-se dentro da legalidade. Porém, isto não impediu de criar conflitos, segundo Maria do Amparo Alves de Carvalho:

Conforme já se declarou, essa nova realidade que despontava com a criação dos sindicatos desagradou consideravelmente as elites agrárias piauienses, que chegaram a sugerir a Dom Avelar que mandasse suspender aquelas atividades no campo. O Arcebispo, entretanto, teve um posicionamento que contrariou os proprietários, que o tomaram por inimigo e acusaram a organização de convivência com o movimento comunista<sup>143</sup>.

De acordo com o enxerto acima, era inevitável que houvesse conflitos entre a Igreja e os proprietários de terras, afinal, eram os interesses deles que estavam sendo diretamente atingidos. Ser comunista durante a década de 1960 era encarado de forma pejorativa perante a sociedade, até mesmo a Igreja era contra esse movimento e incentivou a criação dos sindicatos justamente para combaterem a presença das Ligas Camponesas, denominados como ameaça vermelha no campo. Essas divergências aumentaram ainda mais a partir de 1964 com a instalação do Golpe Militar.

Uma parte da Igreja apoiava a reforma agrária no campo, pois a percebia como uma maneira de equilibrar as desigualdades existentes no meio urbano e rural. Em matéria divulgada pelo jornal O Dominical, intitulada "A Encíclica "Mater et Magistra" e a Reforma Agrária", o editor apresenta a preocupação do Papa João XXIII com relação à condição dos camponeses e o incentivo para uma reforma no campo como meio de igualar as diferenças sociais,

Uma sadia reforma agrária não deve se limitar a um simples processo de distribuição de terra, mediante desapropriações ou castigos tributários, sem uma contrapartida, do serviço assistencial, sob múltiplos aspectos. É, preciso vê e considerar, sobretudo, a distribuição do rendimento social agrícola outros trabalhadores, proprietários, de terras ou empresários, consoante a participação de cada um na produção da riqueza, organizada no sentido do rendimento e produtividade. (...) Por outro lado, reforma agrária significa reforma de estrutura. E as estruturas estão entre si vinculadas. A agricultura depende da indústria, do comércio e dos demais setores da atividade humana. (...) Ora, examinando-se o que está escrito na encíclica "Mater et Magistra", verifica se, em primeira linha, uma observação de muita profundidade. (...) O setor agrícola, considera o Pontífice, é o setor deprimido da humanidade, tanto no que diz respeito ao índice de

---

<sup>143</sup> CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão**: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em História). Teresina: UFPI, 2006. p. 75.

produtividade da mão de obra, como pelo que se refere ao nível de vida das populações rurais. (...) A exigência da justiça social recomenda, entre outras maneiras desejáveis, fazer que os trabalhadores possam chegar a participar na propriedade das empresas, pois é necessário procurar com todo o empenho que, para o futuro, os capitais ganhos não se acumulem nas mãos dos ricos senão na justa medida, e se distribuam com certa abundância entre os operários <sup>144</sup>.

A Igreja levantava a bandeira em favor da reforma agrária, porém, de acordo com o que foi posto acima, defendiam transformações mais profundas no meio rural, não se restringindo apenas a distribuição de terras entre os camponeses, mas distribuição dos lucros de acordo com o trabalho realizado por cada um, sendo assim, perceptível uma aproximação com ideologias socialistas, talvez por isso, os movimentos patrocinados pela Igreja tenham sido associados ao comunismo. Em contrapartida, o Papa João XXIII fez um discurso veemente contra o capitalismo, por ser um sistema selvagem que resulta em grandes desigualdades sociais. É perceptível a preocupação do Pontífice com as populações rurais, pois as considera as mais oprimidas e injustiçadas pelo sistema.

A Arquidiocese do Piauí, por possuir um Arcebispo proeminente no meio das causas sociais, influenciou os líderes da Igreja a também atuarem em defesa dos fracos e oprimidos e a desenvolverem ações de assistência social. Dessa maneira, podemos afirmar que Dom Avelar representou uma figura de ação, mas também de influência, afinal, ele não poderia realizar todas essas atividades sozinho, era necessário o apoio dos padres e dos fiéis. Por meio de um assunto tratado no jornal *O Dominical*, percebemos a atuação do Pe. Raimundo José em defesa dos sindicatos rurais:

Sindicatos - Por quê?

Prometemos que voltaríamos a escrever sobre os sindicatos. Fá-lo-emos do ponto de vista da Igreja. Que é o ponto de vista da Verdade. A igreja é o desdobramento de Cristo no tempo e no espaço. É sua presença atual entre nós. E Cristo é a Verdade (jo. 14. 6). Segundo a doutrina social da Igreja, o fundamento dos sindicatos é um *direito natural* – o direito de associação. Não é de agora que a Igreja começou a pregá-lo<sup>145</sup>.

É interessante a maneira como o Pe. Raimundo José defende os sindicatos, pois ele elege o ponto de vista da Igreja enfaticamente como verdadeiro, justificando sua ideia pelo fato de a instituição possuir prestígio e ser a representante de Deus na terra, por esse motivo, ela não seria capaz de emitir inverdades. De acordo com a doutrina social da igreja, os sindicatos partem da premissa de ser um *direito natural*. O homem é um animal político,

<sup>144</sup> A ENCÍCLICA "Mater et Magistra" e a Reforma Agrária. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 16, 22 Abr. 1962, p. 3.

<sup>145</sup> JOSÉ, Pe. Raimundo. Sindicatos – Por quê? **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 17, 17 Maio 1964, p. 3.

dessa forma, é inerente do seu ser que ele crie associações, e a Igreja apoiava essa ação, pois era uma maneira da comunidade se fortalecer por meio do apoio mútuo. Outro fator que possa ter incentivado o Pe. Raimundo a emitir essa declaração diz respeito ao Golpe Civil Militar, pois, como percebemos, a matéria foi publicada em maio de 1964, logo, com a instauração desse sistema ocorreu à perseguição a essas organizações populares de cunho político e a associação destas com o comunismo. Abrigar a justificativa da defesa dos sindicatos sob as asas da Igreja tinha o intuito de passar legitimidade.

Além das suas contribuições no meio rural por meio do apoio à sindicalização rural, Dom Avelar atuava em outros meios: desenvolvia ações que pudessem também atingir a população do meio urbano; e executava projetos no âmbito político, social e educacional, na intenção de atender às necessidades dos piauienses.

A criação da Ação Social Arquidiocesana (ASA), por Dom Avelar, tinha o intuito de desenvolver trabalhos de assistência social que ocorriam na própria paróquia; eram oferecidos serviços de saúde e educação, e, no que se refere a cursos profissionalizantes, possuía o intento de capacitar o público para executar certos ofícios de ordem prática, tais como: cabeleireiro, manicure, pedicure, bordados, corte e costura, no qual possuía como público alvo as mulheres. O Arcebispo possuía um acordo com o Governo do Estado para que ele arcasse com as despesas financeiras dos profissionais que fossem atender nos centros<sup>146</sup>. De acordo com Araújo:

Na busca de melhorar as obras assistenciais a Igreja construiu Centros Sociais, que eram locais onde desenvolviam as ações de assistência à comunidade. Foram construídos os Centro Social Leão XIII (bairro Vila Operária), Centro Social Cristo rei (bairro Cristo rei), o Centro Social Nossa Senhora de Fátima (bairro de Fátima)<sup>147</sup>.

Uma matéria escrita pelo jornal *O Dominical*, intitulada “Arquidiocese promove impressionante ação de assistência social”<sup>148</sup>, apresenta o funcionamento do Centro Social Leão XIII e a dinamização dos serviços oferecidos em que destaca que milhares de pessoas humildes foram beneficiadas com saúde e educação. A relevância do trabalho de Dom Avelar foi evidenciada de maneira louvável pelo redator, que destacou:

Tão logo chegou a Teresina, dominado pelo desejo imenso e incontido de praticar o bem e de pregar a caridade, Dom Avelar Brandão Vilela fundou o Centro Social Leão XIII, hoje com vasto campo de ação e com atividade impressionante incomum, obra capaz de dar autêntico testemunho de luta,

---

<sup>146</sup> ARAÚJO, 2008, p. 41.

<sup>147</sup> ARAÚJO, 2008, p. 41.

<sup>148</sup> ARQUIDIOCESE promove impressionante ação de assistência social. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 16, 10 Maio 1964, p. 1.

desprendimento e sacrifício, de evangelização e humanização do povo humilde de nossa terra<sup>149</sup>.

Por meio do trecho acima, percebemos como a imagem de Dom Avelar era construída como agenciador de mudanças sociais. É perceptível o tom de exaltação que o redator descreve as ações do Arcebispo, evidenciando também a filosofia de missão “Evangelizar e humanizar”. Não podemos deixar de fazer uma leitura acentuada dessas ações, questionando até que ponto Dom Avelar estava desenvolvendo esses empreendimentos para promover a autonomia do sujeito ou somente para acomodá-los. Paulo Freire adverte: “os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua ‘generosidade’ continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça”<sup>150</sup>, o paternalismo tende a docilizar os sujeitos a naturalizar a realidade de opressão ao invés de incentivá-los a realizar transformação do seu mundo. É tênue a linha entre generosidade e a perpetuação das injustiças sociais, e o ato da doação, sem uma atividade reflexiva, incentiva a continuação do sistema da forma como está posto.

No Centro Social Leão XIII era oferecido instrução a nível primário, e, em 1964, havia 326 alunos matriculados, e, não havendo vaga disponível, havia ainda bastante procura. As aulas funcionavam durante o dia, à noite o espaço era reservado para o funcionamento das escolas radiofônicas do MEB. Ofertavam Ensino Profissional, destinado aos alunos do 3º ao 5º ano e Assistência Médica, em que disponibilizavam atendimento com médicos e dentistas, havendo também uma farmácia com preços acessíveis à clientela<sup>151</sup>.

Interessante destacar que Dom Avelar foi impulsionador da educação piauiense em vários âmbitos: a nível elementar, foi presidente estadual da Campanha Nacional de Educandários (CNEG), em que possuía o intuito de ampliar a rede ginásial, e, até 1961, já havia edificado cinco ginásios espalhados pelo Piauí<sup>152</sup>.

A nível superior, Dom Avelar juntou esforços para fundar a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI), que começou a funcionar a partir de 1958. A faculdade tinha o intuito de formar professores para o ensino médio, vista que a formação dos professores estava a cargo das escolas normais, porém estas eram destinadas a instrução de docentes que iriam atuar no Primeiro Grau. De acordo com Carvalho:

---

<sup>149</sup> ARQUIDIOCESE promove impressionante ação de assistência social. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 16, 10 Maio 1964, p. 1.

<sup>150</sup> FREIRE, 2005, p. 33.

<sup>151</sup> ARQUIDIOCESE promove impressionante ação de assistência social. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 16, 10 Maio 1964, p. 5.

<sup>152</sup> CARVALHO, 2010, p. 82.

No contexto piauiense, o esforço de Dom Avelar para reunir pensadores e políticos locais em torno da criação da Sociedade Piauiense de Cultura traz o simbolismo de ter sido o primeiro a agregar a intelectualidade local em torno do projeto de municimar no Estado uma instituição voltada à formação humanística de professores<sup>153</sup>.

Como intelectual, Dom Avelar percebeu as fragilidades do Piauí por não possuir um local para a formação de saberes, e, compreendendo que essa debilidade enfraquecia o estado e que, por isso, deveria ser sanado, ele mobilizou setores políticos e pensadores para tomarem providências. A FAFI se desenvolveu como um dos principais centros de intelectualidade do Piauí, e também como espaço de mobilização estudantil.

Nota-se que Dom Avelar foi sensível à questão da educação da população piauiense e a percebia como necessária para o desenvolvimento social. O índice de analfabetismo na década de 1960, no Brasil, representava 39,35% entre a população com mais de 15 anos<sup>154</sup>. Quando implantou o MEB em 1962 no Piauí, ele era o diretor nacional do Movimento. O MEB tinha como objetivo promover a alfabetização de jovens e adultos, porém, tinha um diferencial, pois visava desenvolver uma educação que possibilitasse a emancipação e conscientização dos indivíduos frente aos seus problemas, educação que promovia a transformação da realidade.

Foi por meio da instalação do MEB, que Dom Avelar concentrou esforços para fundar a Rádio Pioneira de Teresina, emissora que seria responsável pela propagação das aulas radiofônicas para as diversas escolas espalhadas pelo Piauí. Porém, o ensino não se restringia ao que era ensinado através das ondas do rádio: logo após a transmissão, monitores e alunos discutiam sobre o assunto ministrado, era o momento para tirar as dúvidas e socializar o conteúdo.

De acordo com o posicionamento do Monsenhor Isaac, primeiro diretor estadual do MEB:

[...] Dom Avelar foi, eu sempre digo, foi um bispo profeta porque viveu intensamente, tensamente essa transformação sócio-cultural do Brasil, e então, ele trouxe para o Piauí o Movimento de Educação de Base. O Movimento de Educação de Base ele foi implantado em todas as paróquias do interior e ele visava, assim realmente o que nós estamos chamando de cidadania, e para muita gente é coisa nova, invenção nova, uma descoberta nova, mas toda pregação do MEB era exatamente de cidadania, formar um cidadão, quer dizer na sua amplitude, na sua integralidade. Então esse movimento é claro, visava uma educação de escola, alfabetização para se conhecer melhor a realidade brasileira, colocar um jornal na mão do povo, povo do interior<sup>155</sup>.

<sup>153</sup> CARVALHO, 2010, p. 84.

<sup>154</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1998.

<sup>155</sup> VILARINHO, Monsenhor Isaac José. **Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho**.

Dom Avelar assumiu variados papéis, foi Arcebispo, político, intelectual, e a sua atuação como impulsionador da educação foi relevante para o desenvolvimento social e político da população. Nota-se que Monsenhor Isaac destaca o papel educador do MEB intrínseco ao processo de cidadania, visto que, através de um ensino conscientizador, os indivíduos, cientes de sua realidade, procurariam mudanças, teriam voz ativa no meio político para reivindicar outros direitos. Por meio desse relato memorial, podemos observar que a memória construída em torno de Dom Avelar tem um teor de exaltação e fascinação por sua trajetória.

O MEB se desenvolveu principalmente através do trabalho dos leigos, que se prontificaram para executar o projeto com primazia. De acordo com a professora Palmira Luzia Soares, que atuou no movimento:

E algumas vezes tínhamos encontros com Dom Avelar, onde ele tomava conhecimento do trabalho que a gente fazia sem interferir nas decisões, a não ser assim como orientador, como uma pessoa que reflete sobre o valor da pessoa humana, sobre o valor do cristianismo, sobre a evangelização, porque o trabalho era um meio para evangelizar e promover o homem para que ele aderisse ao evangelho de forma consciente. Entendeu?<sup>156</sup>

De acordo com a declaração da professora Palmira, Dom Avelar exerce o papel de tutor do movimento, e é possível perceber que ele confiava nas decisões dos condutores do MEB, visto que eles estavam mais inteirados dos desafios do movimento, o que não o impedia de orientar certas ações. A imagem que o Arcebispo construiu para si é refletida nesse relato memorial, no qual a entrevistada destaca primeiramente sua preocupação com a dignidade humana para que ocorresse de forma efetiva o processo de evangelização, afinal, o objetivo final era converter o maior número de pessoas possíveis. É relevante salientar que o trabalho da memória é uma constante reatualização dos fatos passados no presente, a releitura de acontecimentos serão baseadas nas emergências do atual e serão julgados em conceitos do agora. É compreensível que os relatores, ao se referir a Dom Avelar, deixem transparecer certa admiração e exaltação, afinal ele marcou a história política, religiosa e educacional do Piauí, e as memórias tendem a intensificar certo saudosismo, principalmente se o sujeito a quem se refere houver falecido.

---

Teresina, abr. 1998. Entrevista transcrita disponível nos anexos da dissertação CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão**: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em História). Teresina: UFPI, 2006.

<sup>156</sup> SOARES, Palmira Luzia. **Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho**. Teresina, ago. 1997. Entrevista transcrita disponível nos anexos da dissertação CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão**: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em História). Teresina: UFPI, 2006.

A imagem de Dom Avelar foi construída e propagada por meio de matérias jornalísticas a seu respeito, e também através da memória coletiva<sup>157</sup>. O seu legado evangelizador e humanizador atingiu de forma positiva os lugares em que atuou como bispo ou arcebispo. Promoveu um evangelho preocupado com a dignidade do homem, nesse sentindo, corpo e alma eram privilegiados por sua missão sacerdotal.

O jornal *O Dominical* era o semanário da Igreja Católica do Piauí que possuía a linha editorial focada em assuntos voltado para o meio religioso, porém não se abstinha em tratar questões nacionais e até mundiais, pautando, todavia, as informações e opiniões emitidas pelo jornal em uma visão doutrinária cristã católica. O periódico possuía o intuito de instruir os fiéis através ensinamentos contidos no semanário. Habitualmente, *O Dominical* noticiava as ações do Arcebispo no boletim, como também as viagens nacionais e internacionais que ele realizava em prol da missão religiosa. Os redatores possuíam certo zelo com a sua imagem no periódico; em datas que completava ano de sacerdócio no Piauí, recebia homenagens que o exaltavam como exímio líder religioso, matérias tais como: “Dom Avelar completará oito anos de sacrifício, amor e luta em favor do Piauí”, em que abordam os principais trabalhos que ele realizou, desde a fundação da FAFI, MEB, Rádio Pioneira, a Ação Social Arquidiocesana, entre outras, “fêz inúmeros trabalhos, que seria cansativo enumerar”<sup>158</sup>, expondo que sua ação foi ampla e abundante no território do Piauí. Enalteciam-no de maneira veemente:

Suas atividades, numerosas e impressionantes, dão verdadeiro testemunho de amor e doação à causa cristã do nosso povo. Procurou, sempre, orientar sua atividade apostólica, obedecendo o binômio de seus princípios, que são, também, princípios da Igreja basilares da Igreja: Evangelizar e Humanizar. (...) Homem de visão larga, prático e objetivo, sabe ser, sobretudo, um homem de ação. (...) Vem deixando, em tôda a Arquidiocese, um traço definido de sua passagem<sup>159</sup>.

É perceptível, através do trecho anterior, o enobrecimento em torno do Arcebispo; a sua trajetória foi marcada pelo amor e doação ao evangelho. Dom Avelar se caracterizou como “homem de ação”, fato que pode ser atestado por meio de sua carreira, como também pela fala das pessoas que foram atingidas pelo seu trabalho. A memória produzida em seu

---

<sup>157</sup> Conceito utilizado baseado em Maurice Halbwachs, em que a memória coletiva é formada de acordo com as sociabilidades de um grupo de sujeitos; a memória individual se forma a partir dessa memória do grupo. As lembranças de certas vivências tomarão como referência a noção da representação de um passado cultivado pelos indivíduos. A função da memória coletiva de lembranças de um passado compartilhado é promover a filiação entre os indivíduos. HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

<sup>158</sup> DOM AVELAR completará oito anos de sacrifício, amor e luta em favor do Piauí. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 15, 3 Maio 1964. p. 1.

<sup>159</sup> DOM AVELAR completará oito anos de sacrifício, amor e luta em favor do Piauí. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 15, 3 Maio 1964. p. 1.



entorno é sobre alguém que deixou um legado que marcou a história do Piauí em questão de desenvolvimento social e religioso.

Há homens marcados a quem Deus destaca para missões especiais no seio de um povo. Até parece que sem eles a História não poderia desenrolar-se. (...) Dom Avelar Brandão Vilela, nosso Arcebispo Metropolitano, é um destes gigantes providenciais (...). Quem não o conhece no Piauí? Quem já não sentiu direta ou indiretamente o influxo da sua portentosa personalidade?<sup>160</sup>

De acordo com a declaração anterior, o redator nos lança um questionamento pertinente: seria possível à realização de tais obras com outro Arcebispo? Bem, a resposta para essa questão é complicada, dada à imprevisibilidade do “se”, o que podemos afirmar, de acordo com os fatos, é que Dom Avelar representou para o Piauí um elemento surpresa que transformou a história social do Estado. Consonante com o enxerto acima, as ações de Dom Avelar foram colocadas em certa magnitude, sugerindo o autor que suas obras teriam atingido direta ou indiretamente muitas pessoas, e por esse motivo ele era conhecido em todo o Estado.

A atuação social de Dom Avelar estava pautada nas concepções das encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), do Papa João XXIII, como também nas contribuições inovadoras do Concílio Vaticano II (1961-1965), que foram adaptadas à realidade latina com a realização da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín (1968).

De acordo com a discussão, podemos afirmar que o sujeito histórico Dom Avelar se constitui como um “lugar de memória”<sup>161</sup>, por meio da memória presente nos relatos dos que conviveram com ele, bem como através de sua imagem propagada nos veículos de informação. Tomaremos aqui como exemplo principal o jornal *O Dominical*. De acordo com Nora,

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólica e funcional (...) os três aspectos coexistem sempre. (...) É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou<sup>162</sup>.

Dom Avelar obedece aos três critérios para ser de fato um “lugar de memória”. No sentindo material, podemos demarcar suas ações, que foram materializadas ao longo de sua trajetória, como, por exemplo, o MEB, a Rádio Pioneira, a FAFI, os Centros de Assistência

<sup>160</sup> 6º ANIVERSÁRIO da posse de Dom Avelar. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 18, 6 Maio 1962. p. 1.

<sup>161</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981. p. 9.

<sup>162</sup> NORA, 1981, p. 21-22.

Social, entre outros. De acordo com Sonia Maria dos Santos Carvalho, podemos também indicar a construção de uma estátua em sua homenagem, localizada na Praça da Liberdade, centro de Teresina, cuja edificação se deu em 1987, ação que foi empreendida pelo governo do Estado juntamente com a prefeitura. É relevante destacar que, em 1986, período em que o Arcebispo morreu, ele estava exercendo sacerdócio em Salvador-BA. Transferiram-no para a capital baiana em 1971, mas, mesmo após quinze anos de sua partida, os seus feitos ainda eram lembrados pelos piauienses<sup>163</sup>. Em relação ao fator funcional, a cristalização da lembrança e a transmissão se dão através das matérias jornalísticas escritas sobre Dom Avelar, nas quais a sua imagem foi propagada e conseqüentemente construída sua reputação como exímio líder religioso preocupado com questões sociais; como também por meio dos relatos memoriais que são difundidos ao longo dos anos. No que concerne à simbologia, todos esses fatores acima citados convergem para formar uma aura simbólica em torno da imagem de Dom Avelar.

No contexto nacional, Dom Avelar também se fez presente no cenário do catolicismo brasileiro. Durante o período em que foi Arcebispo de Teresina (1956-1971), exerceu a função de vice-presidente, por duas vezes, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), principal voz da Igreja Católica; vice-presidente e presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em que coordenou e presidiu a II Conferência Geral que ocorreu em Medellín – Colômbia em 1968<sup>164</sup>, evento que significou avanços para as Igrejas da América Latina, visto que foi uma adaptação do Concílio Vaticano II para a realidade latina. Por participar e presidir eventos nacionais e internacionais, Dom Avelar desenvolveu olhar mais crítico sobre a forma como era desenvolvida a missão evangelizadora, e, por esse motivo, baseava suas ações de acordo com os parâmetros eleitos como os mais emergentes, ou seja, promovia uma missão atualizada de acordo com os moldes do que era tratado nessas reuniões. Diante disso, ele possuía uma visão privilegiada de questões discutidas a âmbito nacional e internacional.

Dom Avelar participou do evento Concílio Vaticano II na Europa (1962-1965). O jornal *O Dominical* anunciou sua partida com grande expectativa. Em entrevista, o Arcebispo expôs sobre a “existência de uma pauta de trabalhos a serem executados no Concílio. (...) Declarou nos ainda que os esquemas a serem debatidos serão, entre outros, os ‘Da Divina

---

<sup>163</sup> CARVALHO, 2010, p. 69.

<sup>164</sup> SOUZA JÚNIOR, Edvaldo Vieira de. **Dom Avelar Brandão versus Dom Helder Câmara: Apontamentos sobre Eclesialidade e política no discurso e prática das CEBs em Salvador e Recife (1964 a 1985)**, 2016. 315 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, p. 38.

Revelação’, ‘Da Igreja’, ‘Do Ecumenismo’ e ‘Da Igreja no mundo de nosso tempo’”<sup>165</sup>. Percebemos, no último item, o objetivo da Igreja em se fazer presente no mundo, e, nesse sentido, ela parte de um trabalho de compreensão da realidade em que privilegiam aspectos de exame e soluções para seus problemas. Quando retornou de Roma, foi novamente noticiado pelo *Dominical* e, em entrevista, fez considerações sobre o evento, na qual afirmou ser o Concílio um lugar onde “nascem decretos de suma importância para a regulamentação da vida da Igreja”<sup>166</sup>, ou seja, a postura das instituições seguem esses parâmetros para que se mantenha a unidade da Igreja. Porém, um dos temas mais privilegiados pela fala do Arcebispo foi sobre o Ecumenismo, pois destaca que “Observou a necessidade de uma troca de idéias entre grupos de representantes de várias religiões que aceitam o cristianismo, dentro de um ambiente sincero e objetivo”<sup>167</sup>. Intrigante esse último ponto: afinal, a Igreja mudou sua postura da neocristandade para a progressista com o objetivo de atingir as massas e combater o avanço do espiritismo e protestantismo.

Em Teresina, o Arcebispo foi responsável pela fundação da Ação Católica e a constituição dos seus setores especializados, tais como: Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Independente Católica (JIC); Juventude Operária Católica (JOC); Juventude Universitária Católica (JUC)<sup>168</sup>. A AC foi uma das maneiras encontrada pela Igreja para integrar o leigo das diversas classes ao serviço da instituição, fazendo-se a Igreja presente em diversos campos sociais, e, nesse sentido, alcançando um número maior de pessoas.

Dom Avelar foi um importante líder religioso que marcou a história dos lugares por onde passou. Em Teresina, desenvolveu a sua missão baseada no lema “Evangelizar e Humanizar”, por meio dela, realizou relevante trabalho no meio social, promovendo a humanização através de serviços de assistência social e educação. Em âmbito nacional, esteve presente nas principais organizações da Igreja (CNBB e CELAM), por esse motivo, tinha lugar privilegiado nas discussões da instituição e se fazia atuante nesses meios. Dom Avelar reflete também a conexão entre Igreja e Estado, pois foi observado que, nas ações sociais que empreendia, ele buscava apoio financeiro do governo para realização dos projetos. Outro fato que pode comprovar esta ligação foi a construção da estátua do Arcebispo, realizada pelo

<sup>165</sup> DOM AVELAR seguiu para Roma: foi ao Concílio. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 34, 13 Set. 1964. p. 4.

<sup>166</sup> DOM AVELAR retornou domingo a Teresina. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 49, 25 Dez. 1964, p. 1.

<sup>167</sup> DOM AVELAR retornou domingo a Teresina. **O Dominical**, Teresina, ano XXIX, n 49, 25 Dez. 1964, p. 6.

<sup>168</sup> DOM AVELAR completará oito anos de sacrifício, amor e luta em favor do Piauí. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 15, 3 Maio 1964, p. 1.

governo juntamente com o município de Teresina. O seu sacerdócio foi marcado pela ação, e, por meio dele, o Piauí pôde vivenciar o catolicismo progressista.

### 3. A EDUCAÇÃO POR MEIO DAS ONDAS DO RÁDIO: AS ESCOLAS RADIOFÔNICAS DO MEB NO PIAUÍ

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias<sup>169</sup>.

A reflexão de Paulo Freire apresenta muitos pontos de contato com a filosofia de ação das escolas radiofônicas do MEB, uma vez que tanto o referido pedagogo quanto as propostas educativas do MEB partem da premissa de promover uma educação que viabilize a conscientização da realidade social dos sujeitos. Através dessa atividade, os agentes educativos do MEB e, principalmente, os educandos, arquitetariam estratégias para combater seus problemas sociais. O MEB tinha o intuito de proporcionar uma educação conscientizadora e transformadora que incentivasse o desenvolvimento social e político dos indivíduos, pois, conforme as diretrizes do Movimento, “o MEB não visa apenas alfabetizar, o conteúdo de seus programas educativos não é apenas de linguagem ou aritmética. Uma variedade de assuntos que permitam colaborar na formação integral dos alunos e situá-los, objetivamente, na realidade em que vivem também faz parte da programação”<sup>170</sup>, por meio da educação, que se configura com um dos mais importantes direitos concebidos pela cidadania, que oferece meios de esclarecimento para os sujeitos e os impulsiona a lutar por melhorias e a terem voz ativa no meio político e social. Em consonância com essa linha de raciocínio, Paulo Freire também preza pela busca do conhecimento e da conscientização dos educandos, pois, na medida em que o trabalho de desenvolvimento em comunidade alcança patamares superiores, os resultados se tornam satisfatórios para todos. Por isso, Freire incentivou a busca constante da “consciência reflexiva sobre sua realidade”<sup>171</sup>.

É justo iniciar a discussão desse capítulo com um pensamento de Paulo Freire, afinal, ele foi um dos mais importantes intelectuais do meio educacional, que colaborou para o bojo de ideias pedagógicas no Brasil e no mundo. Impulsionador da educação popular, ele

---

<sup>169</sup> FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação vol. 1. p. 30.

<sup>170</sup> PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. **Relatório preliminar do Movimento de Educação de Base de 1966**. Teresina, 1966. p. 24.

<sup>171</sup> FREIRE, 1979, p. 30.

desenvolveu métodos de alfabetização para jovens e adultos. Uma de suas experiências mais ousadas, que lhe conferiu reconhecimento, se refere à alfabetização de jovens e adultos em quarenta dias. O desafio foi apresentado e cumprido. Ele baseou o método de ensino amparado na realidade dos alunos, fazendo associação com características do cotidiano deles, que ficou conhecida como palavra geradora. As ideias de Paulo Freire contribuíram para fomentar a metodologia de ensino do MEB, pois foi baseado na concepção da instrução pautada no cotidiano dos alunos, na intenção de propiciar a identificação entre os sujeitos e aquilo que é ensinado.

O MEB foi criado em 1961, através da ação da CNBB em convênio com o Governo Federal. No Piauí, o movimento foi implantado por meio dos esforços de Dom Avelar, em 1962. O presente capítulo tem o objetivo de analisar o desenvolvimento do rádio no Piauí como um dos mecanismos para a implementação do MEB. Exploraremos a atuação da Rádio Pioneira de Teresina como principal difusora das aulas para as escolas radiofônicas (E.R.). Nas E.Rs., o monitor ganha papel de destaque, visto que ele é alguém que vai auxiliar presencialmente os alunos, exercendo papel de líder perante a comunidade, desenvolvendo a animação popular em movimento eminentemente comunitário, mas que recebe suporte do MEB. É essencial que eles sejam das próprias localidades, nas quais desempenham papel voluntário, ou seja, não recebem pagamento pelo trabalho realizado. O MEB preza bastante pela qualificação do seu pessoal, por isso eram recorrentes as capacitações para supervisores, coordenadores e monitores, “Os treinamentos do MEB são, por isso mesmo, instrumentos educativos de excepcional valor, pois visam à conscientização dos treinandos e sua capacitação para as atividades específicas do MEB”<sup>172</sup>. Com relação ao treinamento dos monitores, era apresentado para eles o que significava o MEB e sobre a sistemática de seu funcionamento, preparava-os pedagogicamente para os desafios que eles iriam enfrentar nas escolas radiofônicas. Os Encontros com os monitores que estavam na ativa eram de suma importância para avaliação da situação da E.R., pois nesses encontros eles socializavam as dificuldades e os sucessos, além de traçarem, junto aos coordenadores, planos de ações para aplicarem em suas E.R.

O MEB condiciona a admissão de pessoal para seus quadros, a treinamentos e estágios especializados, ainda proporciona a seu pessoal uma capacitação cada vez mais adequada ao trabalho educativo. O aperfeiçoamento de seu pessoal representa um investimento, pela experiência que cada um adquire,

---

<sup>172</sup> Relatório preliminar do Movimento de Educação de Base, 1966. p. 8.

pelo entrosamento conseguido e pelo tempo de trabalho, que representam, sem dúvida, dados importantes para seu rendimento<sup>173</sup>.

## 2.1. O início da radiodifusão no Piauí

Analisar as escolas radiofônicas é também enveredar pela história da radiofusão brasileira e piauiense. Este meio de comunicação tornou-se um dos mais conceituados veículos de comunicação de massa no início do século XX, configurando-se como o principal canal de veiculação de ideologias, como propagandas políticas, tornando-se uma fundamental ferramenta política:

No processo de modernização do Estado brasileiro, o rádio foi um instrumento poderoso na divulgação do ideário estadonovista, e Getúlio Vargas soube como empregá-lo na construção do mito do “pai dos pobres”. A técnica da propaganda explora exaustivamente um dado clima de religiosidade constitutivo das relações entre o chefe e comandados, que se consubstancia principalmente no culto de veneração à pátria<sup>174</sup>.

A radiofusão no Brasil representou um momento de euforia e modernização, haja vista que essa era uma tecnologia popular na Europa. Como a transmissão é através de ondas de radiofrequência modulares, as quais se propagam eletromagneticamente no espaço, consequentemente possui um alcance maior da população, tanto em zonas urbanas quanto em zonas rurais. Por isso se configurou como um dos primeiros meios de comunicação de massa, que foi bastante utilizado como ferramenta política, a exemplo disto foi criado o programa “Hora do Brasil”, com alcance nacional, que funcionava como instrumento de propaganda, primeiramente utilizado por Getúlio Vargas, para anunciar seus feitos, servindo como aparelho ideológico e como forma de legitimar-se “pai dos pobres”. De acordo com José Murilo de Carvalho:

A partir de 1943, o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, começou a transmitir pelo rádio, durante a Hora do Brasil, uma série de palestras dirigidas aos trabalhadores. O programa era de transmissão obrigatória por todas as rádios. [...] Eram citadas as leis trabalhistas e previdenciárias, e outros programas, como os de construção de casas populares e de oferta de alimentação barata. O regime era apresentado como identificado com o povo e, como tal, democrático. Vargas era exaltado como o grande estadista que se tinha aproximado do povo, que lutava pelo povo,

<sup>173</sup> Relatório preliminar do Movimento de Educação de Base, 1966. p. 5.

<sup>174</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História e memória: o rádio por seus locutores. In: **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 3; ano III, nº4, 2006.

que se identificava com o povo. Era o grande benfeitor, o "pai dos pobres"<sup>175</sup>.

Dessa maneira, serviu como modelo e impulso para os governantes investirem em radiodifusão, pois representava modernização para o estado, além de servir também de ferramenta de promoção de suas imagens. A invenção do rádio proporcionou a interação entre os sujeitos. A voz do homem tomou proporções gigantescas, se fez presente em diversos lugares ao mesmo tempo, provocou a sensação de aproximação entre os indivíduos. Esse meio de comunicação oferece diversas maneiras de abordagem para atingir seu objetivo. Serve como um instrumento publicitário, que Abraham A. Moles denomina como “a doutrina demagógica dos publicistas”<sup>176</sup>, que tem um intuito mais econômico, e, nesse sentido, promove diversão e ao mesmo tempo induz ao consumismo.

A radiodifusão também pode ter objetivos mais políticos, em que se utiliza de seus meios de comunicação de massa para influenciar a população com conteúdos ideológicos. De acordo com Moles, esse sistema pode ser classificado como “A doutrina dogmática”<sup>177</sup>, que se caracteriza pelo intuito de propagar crenças em conformidade com os princípios estabelecidos por essas instâncias geradoras de informação, sendo essa prática, geralmente, bastante utilizada por “um partido político, a uma doutrina religiosa, a um estado que pretende refazer o mundo segundo uma ideologia definida”<sup>178</sup>. Podemos apontar que Getúlio Vargas se beneficiou dessa forma de propaganda de sua imagem para se firmar no meio social e conseguir a simpatia de um maior número de pessoas, principalmente entre os trabalhadores das classes populares, tais como os operários. É relevante ressaltar que o Estado Novo (1937-1945) foi pautado no autoritarismo, porém, tinha a preferência da maior parte da população, principalmente entre as camadas populares. A sua aceitabilidade foi confirmada quando retornou ao poder executivo através de eleições democráticas em 1950. Um dos motivos que contribuiu para que as massas populares o apoiassem foi sua política voltada para os direitos sociais, pois, segundo José Murilo de Carvalho,

A liderança que chegou ao poder em 1930 dedicou grande atenção no problema trabalhista e social. [...] O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi uma legislação introduzida em

---

<sup>175</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 124-125.

<sup>176</sup> MOLES, Abraham A. Doutrinas sobre a comunicação de massa. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa** / introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 85.

<sup>177</sup> MOLES, 2011, p. 89.

<sup>178</sup> MOLES, 2011, p. 90.



ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis<sup>179</sup>.

O autor do excerto acima problematiza a questão de aquisição de direitos sociais sem a participação ativa dos indivíduos envolvidos na causa. Getúlio Vargas agia de uma forma estratégica, tirava de um lado e adicionava em outro, conseguindo, dessa maneira, controlar a sociedade, visto que os indivíduos encaravam esses direitos como benesses do Estado, e, conseqüentemente, a participação política se configurava de forma raquítica. No período da ditadura militar, percebe-se o mesmo movimento. Carvalho defende que os direitos políticos e civis foram retraídos como uma maneira de controle, e em contrapartida, foram implementados os direitos sociais, em que atendiam aos trabalhadores rurais, embora os dois governos se caracterizassem como autoritários<sup>180</sup>.

Esses governos utilizaram-se do discurso ideológico como instrumento de motivações implícitas e explícitas para afetar os sujeitos e os induzi-los à sua dominação, porém, por mais arbitrária que seja um governo, segundo Eagleton<sup>181</sup>, os seus governantes precisam recompensar suas vítimas, para que estas não se revoltem e aceitem permanecer dominadas, tendo receio de se manifestar contra a ordem vigente. Por isso, eles utilizavam os direitos sociais como forma de benefício.

A ideologia de um estado permeia os diversos âmbitos da sociedade e adota os principais meios de alcance de massa para propagar seus ideais. É importante para um governo ter como aliado às mídias de comunicação, como, por exemplos, jornais escritos e programas jornalísticos na TV.

Dessa maneira, o Estado e a Igreja, se atribuem dos meios de comunicação de massa como um instrumento de propagação de suas ideologias, desenvolvendo programas sistematizados com o intuito de transmitir mensagens em que promovam sua imagem. Segundo Moles:

A “doutrina dogmática” do rádio age estabelecendo um filtro seletivo e progressivo dos itens que vai difundir. Esses itens, digam respeito a acontecimentos ou sejam culturais, serão todos apresentados nas mensagens. A *polarização* das mensagens, na direção desejada, realizar-se-á por meio de

---

<sup>179</sup> CARVALHO, 2007. p. 110.

<sup>180</sup> CARVALHO, 2007, p. 157.

<sup>181</sup> EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempó, 1997. p. 10.

diferentes acentuações, com frequências bastante sutis, conforme o item considerado aja no sentido de dogma adotado ou contrariamente a este<sup>182</sup>.

A polarização das mensagens ocorre de maneiras sutis, até que consiga estabelecer-se no seio da sociedade, sendo naturalizadas no cotidiano dos sujeitos. É crucial a seleção das informações, pois são a partir delas que as imagens e os significados são construídos. O que irá ganhar relevância e o que será silenciado deve ser bastante analisado de acordo com o objetivo que se quer atingir.

As formas de domínio público dos meios de comunicação de massa despertaram interesse nos líderes de Estado e na Igreja, que as viram como possibilidade de se fazerem presente no cotidiano das pessoas.

O início da comunicação de massa no Piauí é marcado pela presença das amplificadoras (serviço de alto-falante), um meio bastante rudimentar, pois suas ondas sonoras não possuíam grande alcance, podendo ser interceptado por concretos e ruídos da cidade. Estavam presentes principalmente no centro de Teresina, bastante utilizado pelos comerciantes para anúncio de seus produtos e serviços. Porém, não estava fora da fiscalização, conforme aponta Daniel Vasconcelos Solon,

As amplificadoras que funcionavam no centro da cidade nas décadas de 40 e 50 necessitavam de registro e sofriam fiscalização da prefeitura, sendo que durante o Estado Novo os alto-falantes estavam sujeitos à legislação que regulava o funcionamento das emissoras de rádio propriamente ditas. A administração municipal agia com a intenção de arrecadar tributos justamente sobre a “reprodutibilidade” dos serviços de alto-falantes, cujo faturamento estava atrelado à execução de discos, sob pedidos do público, além da veiculação de anúncios de casas comerciais<sup>183</sup>.

As amplificadoras também tiveram seu papel no cenário urbano teresinense, promovendo sociabilidades em meados do século XX, quando tomavam ruas e praças para poderem existir, afetando e sendo afetada pelas pessoas que povoavam esses ambientes. Elas possuíam um duplo ofício: durante o dia encaravam um exercício comercial e político, porém, quando anoitecia, o papel exercido era mais dinâmico, pois atendia a uma demanda jovem em busca de lazer e divertimento,

Depois que as lojas fechavam as portas, as amplificadoras continuavam a programação na praça Pedro II, local de encontro dos jovens, que tinham

---

<sup>182</sup> MOLES, 2011, p. 92.

<sup>183</sup> SOLON, Daniel Vasconcelos. **O eco dos alto-falantes**: Memória das amplificadoras e sociabilidades na Teresina de meados do século XX. (dissertação de mestrado) 162 f. Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2006, p. 60.

poucas opções de lazer em Teresina [...] A praça Pedro II, com seu conjunto de atrativos e ritos à noite, pode ser caracterizada não apenas como lugar de encontro, diversão e interação social. Pode ser vista ainda como um “lugar de memória<sup>184</sup>”.

A primeira experiência de radiodifusão no Piauí ocorreu em Parnaíba no final dos anos de 1930 de forma bastante experimental, que mais tarde foi oficializada como a Rádio Educadora de Parnaíba. Francisco Alcides do Nascimento aponta que “Evaldo Carvalho e Alcenor Madeira são tidos como os precursores da radiofonia no Piauí. Foi da oficina do primeiro, localizada no prédio onde funcionava a representação comercial do segundo, transformada em campo de experiência, que surgiram as primeiras transmissões<sup>185</sup>”. A constituição da primeira rádio nasceu de uma brincadeira, e, em sua primeira fase, a emissora era denominada Rádio PRKK – Rádio Três Cocos – e desde o início despertou interesse dos comerciantes da região, pois era um veículo de propaganda. A Prefeitura Municipal também se utilizava deste meio de transmissão com o intuito de propagar os feitos realizáveis no mandato. Porém, ela funcionava clandestinamente e logo foi enquadrada na lei que regulamentava o funcionamento da radiodifusão no Brasil. Através de uma correspondência do Departamento de Correios e Telégrafos foi solicitado o encerramento das atividades da rádio, fato que gerou bastante movimentação da população parnaibana, que se mobilizou com recursos financeiros e materiais para a legalização da PRKK.

A sociedade parnaibana teve papel fundante, como dissemos antes, na implantação da PRKK. No momento em que se fez necessário melhorar as instalações, o comércio ajudou com a quantia de três contos de réis, através de uma coleta. Os estúdios foram instalados em uma dependência da casa de residência de Alcenor Madeira, à Praça de Santo Antonio. Montou-se um transmissor mais potente<sup>186</sup>.

Quando legalizada, a PRKK passou a ser denominada Rádio Educadora de Parnaíba, na qual era sintonizada na frequência 920 kHz AM. Teve sua data de fundação oficializada em 13 de maio de 1940, e foi considerada pioneira no estado do Piauí. Por meio da nova estação piauiense, o governo do Estado do Piauí viu a possibilidade de aproximação com o litoral e as cidades situadas ao norte, isto se comprova mediante a assinatura do “Decreto Lei nº 264, de 14 de maio de 1940, que abriu crédito especial de 20:000\$000 (vinte contos de réis)”<sup>187</sup>, o qual se destinava para a instalação da rádio. Este meio de comunicação, desde o

---

<sup>184</sup> SOLON, 2006, p. 66.

<sup>185</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2004, p. 20-21.

<sup>186</sup> NASCIMENTO, 2004, p. 22.

<sup>187</sup> SOLON, 2006, p. 26.

início, despertou interesse principalmente dos políticos, pois viam através deste veículo a alternativa de acesso às camadas populares, promovendo uma sensação de estar mais próximo, de encurtamento de distâncias e, em contrapartida, promoviam uma autopromoção.

Com a instalação da primeira rádio piauiense, Teresina ficou mais motivada a também implantar esta tecnologia na capital. Em 1940 houve tentativas, na qual foi constituído um comitê de pessoas influentes do meio do comércio que procuraram estabelecer negociações com o interventor federal com o intuito de formação de uma sociedade para a exploração da radiodifusão<sup>188</sup>. A primeira emissora radiofônica teresinense foi finalmente fundada no dia 13 de julho de 1946, denominada Rádio Difusora de Teresina, mas sua primeira transmissão ocorreu somente em 18 de julho de 1948. Ficou conhecida popularmente como estação ZYQ-3. Um dos seus mais notáveis programas foi o “Grande Jornal Q/3”, dirigido por José Lopes dos Santos<sup>189</sup>, que foi ouvido assiduamente pela população teresinense e nos arredores, despertando interesse em geral por tratar de assuntos concernentes ao Estado e ao País.

Como não existia outra emissora radiofônica para dividir espaço com a Rádio Difusora de Teresina, até o início de 1960, ela tinha dominância no território piauiense, e foi através dela que os teresinenses tinham informação e entretenimento por meio de programas musicais e radionovelas, “A Rádio Difusora de Teresina, seguindo o exemplo da Rádio Nacional do Rio de Janeiro constituiu um grupo de radioatores e passou a produzir e transmitir novelas como ‘Santa Teresinha’ que foi levada ao ar a partir das 18 horas; ‘Maria Bonita e Lampião’<sup>190</sup>”.

A partir de 1960, duas novas emissoras foram fundadas e passaram a disputar com a Rádio Difusora de Teresina a preferência da sociedade piauiense, o que promoveu uma maior diversificação dos programas oferecidos por elas. De acordo com José Maria Vieira de Andrade e Luciana de Lima Pereira, a criação da segunda emissora ocorreu em 1960, denominada Rádio Clube de Teresina, embasada por princípios políticos em sua formação, na

---

<sup>188</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea

Publicações Editora, 2004, p. 23.

<sup>189</sup> “José Lopes dos Santos foi diretor da Rádio Difusora de Teresina e durante muitos anos foi redator e apresentador do jornal falado *O Grande Jornal Q/3*”. NASCIMENTO, 2004, p. 28.

<sup>190</sup> NASCIMENTO, 2004, p. 35.

qual objetivava a divulgação de seus ideais, e teve como um dos seus principais fundadores e administradores Valter Alencar<sup>191</sup>.

A terceira emissora de radiodifusão fundada com sede na capital piauiense foi a Rádio Pioneira de Teresina, que teve o seu início oficializado em setembro de 1962. A sua peculiaridade, perante as outras, era por estar envolvida em causas sociais, e um dos grandes motivos foi o MEB – Movimento de Educação de Base – e por fazer parte da RENECA – Rede Nacional de Emissoras Católicas. A implantação desta emissora fazia parte da empreitada de ampliar a rede de radiodifusão do Movimento, haja vista que se objetivava alcançar principalmente o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e até o início de 1962 o Piauí ainda não tinha sido contemplado.

Foi através da ação de Dom Avelar, empossado na capital piauiense em cinco de maio de 1956<sup>192</sup>, uma personalidade influente no meio católico e engajado em causas sociais, que se encarou a missão da implantação da Rádio Pioneira de Teresina. Esta emissora possuía, primordialmente, o objetivo de promover evangelização e educação de base por meio das escolas radiofônicas. O Arcebispo desenvolveu importante trabalho social e religioso no Piauí.

Dom Avelar era preocupado com os meios de comunicação que a Igreja possuía, pois sabia do poder de informação e influência que eles poderiam promover. Quando chegou a Teresina, revitalizou o jornal *O Dominical*, semanário que pertencia à instituição. Percebia-os como meio de combate ao avanço de doutrinas contrárias ao cristianismo. Com a implantação da Rádio Pioneira, compreendia-a como mecanismo de propagação da evangelização e educação. Essa sua postura diz respeito ao seu período de formação, enquanto ainda estudava no Seminário de Aracaju, segundo Sônia Maria dos Santos Carvalho:

Importavam os debates públicos travados nos veículos de comunicação que atingissem os valores cristãos de seu tempo, reservando a si, no ambiente dos prelos, uma função adicional à sua rotina religiosa: de diálogo com ideias vigentes para interpretação e mediação de conhecimentos para os fiéis da diocese. Operava uma vigilância permanente da arena jornalística, crendo na necessidade de os semanários católicos trabalharem na salvação dos homens, caso contrário, seriam sufocados pelo conteúdo ordinário de um campo de debates em mudanças<sup>193</sup>.

---

<sup>191</sup> ANDRADE, José Maria Vieira de. Pelas ondas do rádio: A trajetória da radiodifusão no Piauí na década de 1960. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003, p. 2.

<sup>192</sup> NASCIMENTO, 2004, p. 82

<sup>193</sup> CARVALHO, 2010, p. 38.

Ainda no período de sua formação, Dom Avelar percebia os meios de comunicação como aliados do Evangelho, visto que atuavam como faca de dois gumes, pois servia como instrumento de instrução para o povo e ao mesmo tempo combatia ideias mundanas capazes de corromper a moral cristã. Esta sua percepção mais crítica foi construída através de sua experiência enquanto redator de jornal religioso, pois, dessa maneira, ele compreendia o que uma rádio poderia significar para o contexto da época.

De acordo com Deoclécio Dantas:

Ele, ele era, sobretudo, um comunicador. Dom Avelar ele tinha a vontade e o desejo, sobretudo, pelo o talento que possuía de ser ouvido por um número maior de pessoas, ele achava que o altar, o público não era bastante pra aquilo. Então, ele, ele conseguiu isso, imagine as dificuldades, imensas dificuldades que ele enfrentou para conseguir montar essa emissora, e eu tenho quase certeza de que nessa iniciativa estava, dentro do desejo dele, primeiro de ser ouvido e depois de difundir as idéias mais liberais, as questões mais objetivas, defesa do interesse público, com mais energia<sup>194</sup>.

Deoclécio denomina Dom Avelar como comunicador, por ser o responsável pela fundação da Rádio Pioneira de Teresina e também por compreender que os meios de comunicação de massa poderiam ser instrumentos na propagação de princípios éticos-morais presente na narrativa Bíblica. Ele tornou o estúdio da rádio uma extensão do seu altar, no qual ministrava a oração “Por um dia feliz”, que era uma maneira de alcançar um maior número de pessoas possíveis. Na década de 60, o principal meio de comunicação de massa ainda era o rádio, logo, o único meio de vinculação de conteúdo ficava a cargo dessa rede de informação. Percebe-se que a memória de Deoclécio, construída em torno de Avelar, é revestida de admiração, pelo trabalho que ele desenvolveu e pela pessoa que ele foi, em que cada um o descreve da forma como foi afetado por esse sujeito e como o percebeu em sua trajetória. É recomendável considerar que o processo de rememoração consiste na constante atualização do passado com o olhar do presente, ou seja, é a partir do presente que o indivíduo reelabora suas lembranças, imprimindo a elas novas percepções. De acordo com Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregadas por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente<sup>195</sup>.

<sup>194</sup> DANTAS, Deoclécio. **Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 2004.

<sup>195</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1981. p. 9.

A memória faz parte da essência dos homens, que também está sujeita ao esquecimento. Um fato lembrado, nunca é de fato igualmente descrito como ocorreu, essas lacunas e falhas são inerentes à natureza humana. Por isso, na construção de uma narrativa pelo sujeito, é natural que ele opere “manipulações e revitalizações”, que são próprias do contexto atual em que o indivíduo está vivendo, isso porque, “a memória é um fenômeno sempre atual”, a rememoração sempre parte do presente. Dessa forma, o sujeito procura destacar as histórias que acha mais importantes. Não é de a natureza humana armazenar todo passado em sua memória, inconscientemente é guardado aquilo que de certa forma foi marcante. Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, memória se configura como entrecruzamento de tempos:

Tempo e memória, portanto, constituem-se em elementos de um único processo, são pontes de ligação, elos de corrente, que integram as múltiplas extensões da própria temporalidade e, movimento. A memória, por sua vez, como forma de conhecimento e como experiência, é um caminho possível para que sujeitos percorram os tempos de sua vida<sup>196</sup>.

Tempo e memória estão inevitavelmente unidos, é estabelecida uma relação de dependência entre ambos. O ato de relembrar acontece no presente, porém, a temporalidade que é evocada é o passado. De certa forma, a memória constitui um elo entre presente e passado. Delgado defende a memória enquanto conhecimento e experiência dos sujeitos no tempo.

Precisamos considerar, dessa forma, que a história oral traz em si uma carga de subjetividade e “vivacidade”, pois não tem como desvencilhar a experiência vivida do narrador com o fato histórico que se está relatando. De certa forma, nossas vivências utilizam pontos de referências em acontecimentos históricos para conseguir basear a memória em uma lógica cronológica, porém, ao fazer relatos de fatos passados, “é impossível reproduzi-lo em todos os seus meandros e acontecimentos os mais banais, tal qual aconteceu”<sup>197</sup>, o que é recordado não são os momentos na sua fidelidade do ocorrido, mas, as impressões que são feitas dele, ou seja, “a forma como foram interpretados e guardados”<sup>198</sup>.

Será através do testemunho desses personagens sociais que será possível a análise do vivido, vislumbrar as particularidades do ocorrido. Não tem como recorrer apenas à

<sup>196</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Alves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 38.

<sup>197</sup> ALBERTI, 2004, p. 13.

<sup>198</sup> PADRÓS, Enrique Serra. A memória confiscada: o tempo presente e as ditaduras de segurança nacional. In: Sigmund Freud Associação Psicanalítica. **Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**. Porto Alegre: Criação Humana, 2014. p. 196.

documentação e excluir esses agentes. Precisamos saber como eles foram afetados pelo movimento. Por isso a memória ganha papel de destaque. Ela se constrói novamente a partir do momento presente, as subjetividades que serão impressas pelos depoentes revelarão o caráter singular de suas impressões. Possibilitar esse contato dos agentes com a pesquisa é dar a oportunidade de voz, não que eles tenham permanecido em silêncio, mas permitir que eles se reconheçam enquanto participantes de uma história.

Sobre a memória voluntária, quando incorporada *por demandas e interesses políticos*, ela se reveste de atributos deliberativos, recriando um passado de forma interessada. Segundo Jacy Seixas, essa prática é corriqueira em grupos sociais heterogêneos, que reconstroem sua identidade e reivindicam o direito ao reconhecimento. Sobre esta questão, Michel Pollak evidencia as memórias subterrâneas, ou seja, são grupos minoritários marginalizados dominados que confrontam a memória estabelecida como oficial. Eles rompem com a estabilidade que a história dominadora tenta estabelecer, e, através da história oral, eles ganham evidência e uma oportunidade de também serem ouvidos. Irrompem o silêncio que lhes foi imposto, agora trazem memórias revestidas pelo ressentimento. Este silêncio, longe de ser esquecimento, se configura como “resistência que uma camada civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades”<sup>199</sup>. O silêncio se apresenta como uma possibilidade ao estudo da história, para procurar entender e problematizar certas conjecturas de uma sociedade. O olhar do historiador deve se voltar também para o não dito.

## 2.2. A Rádio Pioneira de Teresina

A fundação da Rádio Pioneira de Teresina está intrinsecamente ligada ao MEB e também ao desenvolvimento do Movimento no Piauí. Ela foi considerada como a detentora da voz da educação e cultura. O fato de Dom Avelar ter prestígio nacionalmente facilitou na concessão de canais radiofônicos, um processo burocrático que geralmente demandava bastante tempo:

O fato é que Dom Avelar conseguiu através desse encontro com o presidente João Goulart agilizar o processo de concessão. Ao voltar para Teresina, tratou de constituir uma diretoria mínima da emissora para efeito de registro

---

<sup>199</sup> POLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2(3), Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15. p. 5.



na Junta Comercial. Essa primeira diretoria tinha como superintendente: Dom Avelar; presidente: Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves; como diretor técnico: Padre Antônio José do Rego<sup>200</sup>.

O diferencial da Rádio Pioneira de Teresina consistiu em ser impulsionada pela Arquidiocese de Teresina, uma vez que o arcebispo Dom Avelar esteve à frente do processo. Por meio do Jornal *O Dominical*, que também pertencia à Arquidiocese, pudemos acompanhar notícias referentes à instalação da Rádio. Esse semanário veiculava principalmente mensagens de orientação católica, como também assuntos que envolviam o estado, o país e o mundo; possuía um posicionamento ideológico cristão-católico. Por intermédio desse periódico, anunciava, antes mesmo da inauguração da Rádio Pioneira de Teresina, a novidade que estava por vir. Com relação à dificuldade de concessão, podemos observar que em fevereiro de 1962 *O Dominical* divulgava: “Rádio Pioneira de Teresina: Dentro de mais alguns dias estará no ar a Voz da Arquidiocese, a Rádio Pioneira de Teresina<sup>201</sup>”, porém, apenas em setembro do mesmo ano é que ela pode estreiar, comprovando a demora na oficialização da emissora.

Segundo Francisco Alcides do Nascimento, pelo fato de a Igreja não poder assumir posse de uma emissora, a Rádio Pioneira de Teresina se constituiu por meio de uma sociedade de quotas de participação, que tinha como sócio majoritário o Arcebispo de Teresina<sup>202</sup>.

Foi emitida uma nota em *O Dominical* que comunicava o estabelecimento feito pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, Departamento Regional dos Correios e Telégrafos, Diretoria Regional do Piauí, no qual anunciava que “a Rádio Pioneira de Teresina LTDA nessa cidade, autorizada iniciar radiações normais período 06:00 às 23:00 horas diariamente frequências 1.160 e 4.795 KHZ prefixos ZYG-25 e ZYZ-26<sup>203</sup>”.

É interessante observar esta inserção da Igreja Católica em meios de comunicação de massa: como foi discutido na seção anterior, no período em que ela se caracterizava com o modelo da neocrisandade, tinha o objetivo de combater a secularização, como uma forma de deter ameaças que colocassem em risco a moral cristã; com o declínio desse modelo, e o surgimento de uma Igreja reformista, muda-se a forma de abordagem, e, a partir de 1950, a hierarquia compreende a modernização da sociedade como inerente do ser humano e das transformações do mundo. Dessa maneira, ela procurou fazer certas negociações para inserir-

<sup>200</sup> NASCIMENTO, 2004, p. 66-67.

<sup>201</sup> RÁDIO Pioneira de Teresina. **O Dominical**. Teresina, Ano XXVII, n 7, 18 Fev. 1962, p. 1.

<sup>202</sup> NASCIMENTO, 2004, p. 65.

<sup>203</sup> RÁDIO Pioneira de Teresina: o fim da batalha. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 32, 12 Ago. 1962, p. 1.

se no mundo, utilizando instrumentos da modernidade de seu tempo, tais como o rádio, que outrora criticara por considerar maléfico e disseminador de práticas permissivas que incentivavam o pecado; para propagar seus ideais e se fazer presente no mundo, porém, buscou maneiras de não consentir com novidades que ameaçassem sua unidade; por possuir algumas doutrinas rígidas, o rádio se transfigura de acordo com o papel que assume, ou seja, em conformidade com o conteúdo que transmite, que se caracteriza de forma santa ou profana.

A comunidade católica, quando se responsabiliza por uma emissora de rádio, procura manter uma postura canônica na produção de sua grade programática para se diferenciar de outras concorrentes consideradas profanas, vale lembrar que um dos principais intuítos eclesiais é a disseminação da evangelização. A Rádio Pioneira de Teresina seguiu esta dinâmica, o que provocou certa desvantagem em sua audiência, tornando necessária uma abertura para programas inovadores que fugissem um pouco da lógica da religiosidade, lógico, sem abandonar os pilares fundantes da ideologia católico da rádio. Sobre esta questão, Nascimento pontua que o responsável por essas mudanças na introdução de uma programação que também contemplou o entretenimento, sem abandonar os programas de cunho religiosos, foi o diretor Jesus Elias Tajra, que esteve à frente da direção no período de 1967 a 1987<sup>204</sup>. Dessa maneira, a Pioneira se constituiu como educadora, evangelizadora, comercial, popular e como lazer. A diversificação em uma grade de programação radiofônica se faz necessária para conquistar o grande público, sem, portanto, deixar de difundir seus ideais, segundo Moles “uma radiofusão religiosa desejará ser bem informada, completa, eclética etc. Difundirá todos os itens que lhe chegarem, mas com uma frágil polarização<sup>205</sup>”, dessa maneira, a vinculação de conteúdos variados pode provocar certa vulnerabilidade na difusão das concepções religiosas.

É relevante destacar que, assim como os meios de comunicação influenciam a sociedade, eles também são induzidos por elementos presentes no contexto do cotidiano secular. Dessa forma, “o quadro sociocultural aparece então como elemento principal que caracteriza os atos do sistema de comunicação”<sup>206</sup>. Dessa maneira, o diretor Jesus Elias Tajra observou a necessidade de atender a demanda da população que desejava programações que promovessem o lazer. A Rádio Pioneira de Teresina, por mais que possuísse como princípio

---

<sup>204</sup> NASCIMENTO, 2004, p. 71.

<sup>205</sup> MOLES, 2011, p. 92.

<sup>206</sup> MOLES, 2011, p. 99.

basilar a ideologia cristã, não se sustentaria se transmitisse apenas programas de cunho católicos, seria necessária a introdução da diversificação de conteúdo para que ela pudesse competir com outras emissoras e conquistar a audiência do público.

São algumas as peculiaridades que distinguem a Rádio Pioneira de Teresina de suas concorrentes, tais como: o fato de ter à frente Dom Avelar, uma figura influente no meio nacional e que se preocupava com causas sociais, tendo como lema “Humanizar e Evangelizar”, evidenciando uma tendência para princípios humanitários, privilegiando alma e corpo, o que se percebe através de sua iniciativa na constituição de uma rádio, na qual não objetivava apenas catequizar os seus fiéis, mas possuía também fins educacionais, visto que, até meados de 1960 o analfabetismo assolava cerca de 39,7%<sup>207</sup> da população acima de quinze anos. A educação entra como um princípio de humanização, conceito valorizado por Dom Avelar e pelos Bispos que tomaram a iniciativa para a realização do MEB, pois prezavam a premissa de promover o homem como um todo e não focar apenas na catequização e a alma, precisava antes de tudo tornar o homem um ser digno.

Esta ideologização estava consoante com as encíclicas sociais do papa João XXIII, *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), as quais apreciavam questões voltadas para transformação social pautadas na doutrina cristã. A primeira propõe, dentre as várias sugestões, para problemas sociais mais urgentes e graves, que se tenha um plano de ação para combater as injustiças sociais, dentre outros empecilhos, com o intuito de promover a formação do ser humano enquanto alguém que tem dignidade.

Um dos caminhos escolhidos para lutar contra as desigualdades sociais e promover o homem enquanto ser autônomo e digno é através da educação de base, que consistia na promoção integral do homem, visando aspectos não só direcionados a ler, escrever e contar, mas o desenvolvimento do sujeito como um todo, com um trabalho educacional junto às comunidades.

Uma matéria, escrita em *O Dominical* por Padre Isidoro Pires, expõe sua preocupação com a alfabetização do homem e destaca os objetivos do MEB e da Rádio Pioneira de Teresina:

---

<sup>207</sup>Acessado em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>

Há um grande número de analfabetos. – vamos então alfabetizá-los e tudo estará resolvido – Enchamos o país de escola de alfabetização e teremos um Brasil novo. Ilusão. É o tipo da solução simplista. Não basta alfabetizar. Não é suficiente instruir. – É preciso educar. E educar abrange o homem todo. Educar para a vida. Educar o homem da cidade e o homem do campo. Educar a criança sem esquecer o adulto que pode ainda ser recuperado. Abranger as massas numa ação total. Alfabetizar sim, mas sobretudo integrar o homem na sua realidade existencial, dando-lhe aquele mínimo de que necessita para esta integração. Levar o cidadão a aproveitar o potencial de realização latente na vida urbana; conduzir o homem do campo a realizar-se no meio campesino. A isto se propõe o Movimento de Educação de Base. A isto se propõe a Rádio Pioneira de Teresina, em vias de instalação, com a sua rede de Escolas Radiofônicas<sup>208</sup>.

Este assunto da educação de base, explanado pelo Pe. Isidoro Pires, justifica, de certa forma, a discussão acima. A preocupação com a formação completa do homem estava acima da alfabetização apenas elementar. Percebe-se o grau de complexidade da expressão educar proposto pelo padre, indicando um ensino que prepare o homem para a vida. O propósito de educação do MEB era proporcionar a cidadania e oferecer condições para que ele pudesse se desenvolver no meio social. No final da declaração, deixa evidente que a Rádio Pioneira nasce com o intuito de promover o MEB.

Outro fator característico dessa emissora radiofônica diz respeito ao seu aparato técnico, “O transmissor foi importado da Alemanha e esse equipamento ajudou a fazer toda diferença entre a Rádio Pioneira e as demais. A emissora podia ser ouvida em todo o Piauí, em alguns estados nordestinos e região norte do país<sup>209</sup>”.

Com relação ao nome da rádio, a expressão pioneira sugere semanticamente algo que foi primeiro, precursor ou iniciador, mas como já foi exposto anteriormente, a Rádio Pioneira de Teresina foi a terceira emissora radiofônica a ser fundada na capital piauiense, conforme explicitou Nascimento, “é neste plano que a emissora católica é pioneira, porque nasceu no Piauí, juntamente com um programa de educação à distância, planejada pelo Movimento de Educação de Base (MEB), e, nos primeiros anos foi dirigida por Francisco das Chagas Mendes<sup>210</sup>”.

Com a instalação da ditadura militar em 1964, os meios de comunicação em geral sofreram censuras, a liberdade de expressão foi sufocada, o que vigorou foi a vontade do novo regime, nenhuma mensagem de conteúdo suspeito poderia ser transmitida, principalmente as

---

<sup>208</sup> PIRES, Pe. Isidoro. Educação de Base. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 11, 18 Mar. 1962, p. 1.

<sup>209</sup> NASCIMENTO, 2004, p. 104.

<sup>210</sup> NASCIMENTO, 2004, p. 71.

que ofendiam de maneira direta a nova Organização. A Rádio Pioneira de Teresina foi visada pelo novo governo, visto que a sua ideologia de educação de base poderia ser confundido facilmente com iniciativas de esquerda, pois desenvolvia um ensino que pretendia promover a inclusão, reflexão, dignidade e autonomia, e possuía em sua essência influências de Paulo Freire, que foi um grande mentor da educação popular brasileira e um perseguido político pela Ditadura Militar. O MEB apropriou de muitos dos seus pensamentos, como por exemplo, a conscientização, a importância de fomentar um ensino que refletisse sobre a realidade dos educandos, e ao mesmo tempo, incentivasse os sujeitos a lutar por mudanças, dessa maneira, “a educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanentemente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham” <sup>211</sup>. Dessa forma, a educação conscientizadora do MEB representava uma ameaça para o Regime Civil Militar. Dom Avelar também foi alvejado, haja vista que ele era bastante ligado a questões sociais e tinha envolvimento com movimentos de causas rurais. O MEB precisou ser reestruturado para que continuasse funcionando.

Em 1968, ocorreu o endurecimento do sistema por meio do Ato Institucional nº5, durante o governo do general Costa e Silva, em que se reprimia direitos civis e políticos; a liberdade de expressão foi censurada, os conteúdos dos meios de comunicação de massa precisavam ser fiscalizados para que eles não divulgassem informações subversivas, “no início de 1970, foi introduzida a censura prévia em jornais, livros e outros meios de comunicação” <sup>212</sup>.

### **2.3. As experiências de educação através da radiodifusão**

O Rádio no Brasil, em meados do século XX, representou um grande avanço tecnológico, o que, de certa maneira, promoveu a aproximação da sociedade, pois fez a voz do homem presente em diversos lugares ao mesmo tempo. Constituiu-se como um mecanismo que proporcionava informação, educação, cultura e lazer, e logo se configurou como um meio de comunicação de massa.

---

<sup>211</sup> FREIRE, 2005, p. 82

<sup>212</sup> CARVALHO, 2007, p. 162.

Por todas as áreas (noticiários, programas musicais, radionovelas, educação e etc.) que se fez presente, o rádio destacou-se na vida da sociedade brasileira, o que se comprova através dos vários estudos em torno desse meio de comunicação, tais como: *História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina*, de Francisco Alcides do Nascimento; *Invisíveis asas das ondas ZYQ-3: Sociabilidade, Cultura e Cotidiano em Teresina (1948 – 1962)*, de Nilsângela Cardoso Lima, entre outros, que de uma maneira geral se apresentam como pesquisas riquíssimas na construção da história do rádio, na qual focam diferenciados gêneros de programas promovendo um verdadeiro espetáculo da vida social brasileira, ou seja, repercutem como esses programas radiofônicos afetaram e foram afetados pelas pessoas.

Uma das formas de caracterização da comunicação de massa, segundo John B. Thompson, diz respeito à “produção e difusão institucionalizadas de bens simbólicos”<sup>213</sup>. Isso posto, a vinculação do conteúdo passa por um processo de produção, na qual atende às expectativas da instituição responsável, que tem como principal objetivo ser difundido e alcançar um número maior de pessoas. É simbólico porque se propaga por meio da fala e carrega consigo significações que alcançam diversos espaços que são introduzidos no cotidiano da sociedade. De acordo com Thompson, “‘formas simbólicas’ é um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtores significativos. Falas linguísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito”<sup>214</sup>, dessa forma, vários signos são transmitidos pelas ondas do rádio, de forma intencional ou não, que se presentificam no cotidiano dos sujeitos.

As experiências da educação escolar, transmitidas pelas ondas sonoras do rádio, se caracterizam como o início da Educação a Distância no Brasil. Uma das principais instituições, que teve papel direto no desenvolvimento da EAD, foi a Igreja Católica através de seu episcopado. De acordo com Cláudia Morais Souza, “a articulação das emissoras em função do estabelecimento de um sistema educativo a distância foi a primeira experiência de instalação de uma rede nacionais de radioescolas com recepção organizada em território brasileiro”<sup>215</sup>. Isso porque se tinha à disposição a Rede Nacional de Emissoras Católicas – RENECA – espalhadas pelo território brasileiro, o que possibilitou uma maior abrangência do projeto. Cada emissora estava ligada à arquidiocese que transmitia o sinal para cada lugar que

<sup>213</sup> THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 289.

<sup>214</sup> THOMPSON, 1995, P. 79.

<sup>215</sup> SOUZA, Cláudia Morais. **Pelas ondas do rádio**: cultura popular, camponeses e o MEB. (Tese de doutoramento). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006, p. 42.

tivesse suas paróquias, o alcance era delimitado de acordo com a cobertura do raio das ondas sonoras. A RENEK fazia parte do órgão do Secretariado de Ação Social da CNBB, a sua atuação consistia em dar suporte para as iniciativas de radiodifusão da Igreja, que possuíam o intuito de evangelizar e alfabetizar, como por exemplo, a experiência de Dom Eugênio Sales em Natal em 1958 e o Sistema de Rádio Educativo de Sergipe – SIRESE em 1959, empreendimentos que antecederam o MEB e que serviram de base para fundamentar o Movimento. De acordo com Osmar Fávero:

Ao final de 1960, a RENEK promoveu, em Aracaju, o 1º Encontro de Educação de Base, do qual saiu a disposição de iniciar-se a instalação de escolas radiofônicas em outras dioceses. A partir desse encontro, recomeçam os entendimentos entre a CNBB, representada pelo arcebispo de Aracaju, d. José Távora, e o então eleito e ainda não empossado presidente Jânio Quadros, tendo em vista a criação do MEB<sup>216</sup>.

As experiências anteriores bem-sucedidas de educação de base serviram de suporte para iniciar uma empreitada maior que compreendesse mais dioceses em várias regiões, principalmente em zonas rurais e menos favorecidas. Dessa maneira, o MEB representou uma concentração de esforços para ampliar o alcance da alfabetização e da evangelização. É possível perceber que as iniciativas da Igreja de cunho social buscavam amparo junto ao poder federal.

Com a instalação de rádios para a execução do MEB, os bispos conseguiriam prestígio e influência decorrente da posse de uma estação de rádio, como também possuíam o interesse de utilizar esse veículo de informação para evangelizar e difundir ensinamentos pautados na doutrina católica<sup>217</sup>. O rádio seria benéfico para a missão pastoral da Igreja, pois estariam assistindo aos fiéis através de instruções religiosas, como também conquistando um novo público.

A presença da Igreja Católica nos meios de comunicação de massa foi estabelecida de forma conservadora, pois priorizou programas de natureza educacional, evangelizador e cultural para serem transmitidos nas emissoras radiofônicas. Travou uma luta para que o rádio mantivesse distância da lógica comercial ou de indústria de entretenimento. É interessante observar que a Igreja atuou de maneira intensa nos meios de comunicação da época, ou seja, utilizou rádio, imprensa escrita, e o cinema como forma de alcançar um maior número de

---

<sup>216</sup> FAVERO, 2006, p. 40.

<sup>217</sup> FAVERO, 2006, p. 41.

almas possíveis para evangelizar e doutrinar de acordo com o ideário católico<sup>218</sup>. Ela se apropriou de meios de comunicação de massa para difundir seus ideais cristãos e para se fazer mais presente entre os sujeitos.

As primeiras experiências de ensino a distância nasceram com o rádio e desde meados de 1920 até os dias atuais, essa modalidade de educação acompanhou e apropriou-se do desenvolvimento tecnológico na propagação desse ensino. Segundo Souza, a iniciativa da radiodifusão escolar não foi de iniciativa governamental, partiu de empreendimento privado, tendo a personalidade de Roquete Pinto, um empresário da indústria do ramo do rádio, à frente dessa ação<sup>219</sup>. “Em 1923, Roquete Pinto fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, tendo, nessa perspectiva, a ideia de educar o povo brasileiro<sup>220</sup>”. Ele foi um homem visionário que utilizou um meio de comunicação de massa para promover a educação do povo, permitiu-se olhar mais além e perceber que o rádio poderia oferecer muito mais que entretenimento. Como um projeto que se encaminhava de maneira pioneira e experimental, Roquete iniciou a educação via rádio promovendo ciclos de palestras com pessoas ilustres do meio intelectual:

Das repercussões positivas da iniciativa de Roquete Pinto, outras estações promoveram palestras e conferências educativas como a Rádio Clube Mayrink Veiga, também do Rio de Janeiro. Com estas iniciativas abriu-se caminho para que, em 1933, novamente sob a coordenação de Roquete Pinto, surgisse na Confederação Brasileira de Radiodifusão, a Comissão Radioeducativa com o intuito de promover o emprego da radiodifusão escolar nacional. Por meio das emissoras associadas à confederação, foram produzidas programas educativos que suplantaram a mera transmissão de palestras ou cursos e colocaram ouvintes e emissoras em contato, através de folhetos de aulas, correspondências e lições para avaliação de rendimento<sup>221</sup>.

Foi significativo que sua ação tenha servido de exemplo para outras estações promoverem a propagação do conhecimento, o que mostra a aceitabilidade da sociedade do Rio de Janeiro frente a esses programas educacionais. Como fica evidenciado no final desta citação, houve a necessidade de implantação de um sistema de interação professor-aluno para que houvesse um melhor aproveitamento dos assuntos ministrados. Porém, essas palestras ministradas por grandes nomes do meio intelectual, terminavam por definir um público alvo, ficando restrito a uma parcela da população mais elitizada, porque, de certa maneira, tenderia a excluir os analfabetos e pessoas menos letradas. De acordo com Cláudia Figueiredo Modesto, “A programação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro era composta de execuções

---

<sup>218</sup> SOUZA, 2006, p. 243-244.

<sup>219</sup> SOUZA, 2006, p. 245.

<sup>220</sup> NASCIMENTO, 2004, p. 15.

<sup>221</sup> SOUZA, 2006, p. 245-246.



de óperas e recitais de poesia, além de cursos de literatura e ciências. Por isso, o início do rádio do Brasil é também um marco para o começo da radiodifusão educativa no país”<sup>222</sup>. Dessa maneira, comprova o caráter intelectual dessa programação educativa. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro possuía o lema “pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil”.

Em 1936, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro se encontrava em crise, visto que o seu mentor se recusou a mercantilizar a rádio, pois, conseqüentemente, perderia sua essência educativa, científica e artística, por isso, em 1936 ele doou a emissora para o Ministério da Educação com a condição de manter a identidade original da rádio. O nome foi modificado para Rádio Ministério da Educação, ou Rádio MEC AM. Roquete Pinto continuou com a função de diretor da instituição<sup>223</sup>.

Mais uma vez, a iniciativa de Roquette Pinto na utilização do rádio para promover a educação serviu de exemplo, fato que se observa a partir do momento que,

As ações de Roquette Pinto chamaram a atenção de Anísio Teixeira que, ocupando, desde 1932 o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, criou na capital da República, a seção de Radiodifusão do Instituto de Pesquisas Federais, com o intuito de realizar estudos sobre a radioeducação, além, de incentivar a montagem de uma estação de transmissão de programas educativos<sup>224</sup>.

Anísio Teixeira foi relevante no desenvolvimento da educação no Brasil e, através da sua influência, colaborou de maneira intensa na criação da Rádio Escola Municipal do Distrito Federal, inaugurada em 1933. De acordo com Ana Baumworcel o “educador Anísio Teixeira, estabeleceu o contato direto entre emissora e ouvinte, criando caminho para a recepção organizada [...] também inovou no emprego de uma didática especial para o ensino radiofônico popular<sup>225</sup>”. Anísio Teixeira procurou revitalizar o ensino via rádio melhorando uma das principais lacunas existentes nessa educação, que é a relação do professor e o aluno, tentando estabelecer mais interação entre esses dois eixos.

Porém, como destaca Cláudia Moraes Souza, por mais que essas e outras iniciativas fossem desenvolvidas para ampliar a educação via rádio, ainda assim, se apresentaram de

<sup>222</sup> MODESTO, Cláudia Figueiredo. Rádio para quem? Dos ideais educativos de Roquette-Pinto às mãos dos políticos brasileiros: quase 90 anos de história. In: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Rio de Janeiro – 7 a 9 de maio de 2009. p. 2.

<sup>223</sup> MODESTO, 2009, p. 4.

<sup>224</sup> SOUZA, 2006, p. 247.

<sup>225</sup> BAUMWORCEL, Ana. Reflexão sobre o uso educativo do rádio no Brasil. Alcar 2015: **10º Encontro Nacional de História da Mídia** – UFRGS. ISSN 2175-6945.

maneira restrita e esporádica, visto que sua abrangência era mais regionalizada, somente a partir da década de 1950 começariam a desinibir iniciativas mais maduras na constituição da radiodifusão escolar, o que construiria um sistema educacional<sup>226</sup>.

A primeira iniciativa mais abrangente, na qual o objetivo se projetava com alcance nacional para a fomentação da educação via rádio, e que construiu o pilar para o desenvolvimento das escolas radiofônicas do MEB, foi o Sistema Radioeducativo Nacional (SIRENA), criado em 1958 pelo Ministério da Educação e Cultura. Osmar Fávero apresenta uma discussão profunda sobre a formação e desenvolvimento do MEB, na qual aponta que:

Muitas emissoras católicas mantinham convênio com o SIRENA e transmitiam seus programas. Nesse caso, o mecanismo normal para criar escolas consistia na distribuição de receptores pelos párocos, que se encarregavam de escolher e apoiar os monitores. Muitas dessas emissoras vieram a integrar o MEB, algumas com grande número de escolas instaladas naquela sistemática<sup>227</sup>.

Conforme Fávero, na década de 1950, o analfabetismo assolava mais da metade da população, o SIRENA fez parte do projeto do MEC em promover alfabetização, principalmente para jovens e adultos, e um dos objetivos era revigorar a Campanha de Educação de adolescentes e adultos (CEAA), que tinha como ideal direcionador de ensino pautado na Educação de Base de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), que definiu como prioridade não apenas os princípios básicos da alfabetização (ler, escrever e contar). O ensino englobava também princípios básicos de noção de saúde, higiene e agricultura<sup>228</sup>.

Antes que o MEB se constituísse, ele se embasou em experiências bem sucedidas no âmbito da radiodifusão escolar, uma dessas iniciativas mais significativas foi realizada por Dom Eugenio Sales, bispo auxiliar de Natal – Rio Grande do Norte, que desenvolveu um projeto, na qual objetivava a instalação de escolas radiofônicas, conseguindo efetivar esta empreitada em setembro de 1958. Ele tomou como exemplo o projeto de implantação de escolas radiofônicas na Colômbia em 1947, sob a direção do Padre José Salcedo, as quais definiram como prioridade as zonas rurais, ação que esteve orientada pelo Movimento de *Acción Cultural Popular*.

---

<sup>226</sup> SOUZA, 2006, p. 248.

<sup>227</sup> FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular:** análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas-SP: Autores Associados, 2006, (Coleção Educação Contemporânea). p. 37.

<sup>228</sup> FÁVERO, 2006, p. 51.

A partir de 1958, o SIRENA acabou por se tornar um parceiro técnico da diocese de Natal e do Serviço de Assistência Rural (SAR) (também criado e coordenado por Dom Eugenio Sales) ampliando as bases estruturais para a construção de uma rede radioeducativa de recepção organizada no país<sup>229</sup>.

O Sistema Radioeducativo de Sergipe (SIRESE) foi outra iniciativa que partiu do âmbito Católico, na qual o projeto nasceu no 2º Encontro de Bispos do Nordeste, que ocorreu em Natal, em maio de 1959. Tal sistema manteve associação também com o SIRENA. O objetivo era construir um sistema radioeducativo com abrangência estadual, visando um: “centro de execução, centro de treinamento de pessoal, estação transmissora e uma rede de escolas radiofônicas<sup>230</sup>”.

Todas essas experiências foram primordiais para a criação do MEB, principalmente essas ligadas à Igreja, pois foi através dessas ações bem-sucedidas que se tornou possível o desenvolvimento desse Movimento, sendo possível obter apoio do Governo Federal, visto que, técnica e empiricamente, o MEB estava bem amparado, pois tinha o apoio do SIRENA, do SAR, possuía também a sua disposição a RENECA, ampliando o seu grau de abrangência para âmbito nacional.

Em 1961, o MEB foi criado por iniciativa da Igreja Católica, através da CNBB que objetivava promover educação de base por meio de escolas radiofônicas, uma medida interessante, visto o grande número de analfabetos, e uma forma eficiente de alcançar a um maior contingente de pessoas. Conforme Fávero, a proposta foi elaborada por D. José Vicente Távora, Arcebispo de Aracaju, em acordo com todos os bispos e encaminhada para o então presidente Jânio Quadros, que foi aceita e oficializada através do Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961. Esse fato demonstra o prestígio que Igreja tinha perante o Governo Federal e a simpatia de Jânio por projetos de movimento de base<sup>231</sup>. “O primeiro convênio assinado entre a CNBB e o Ministério da Educação e Cultura (1961) teve duração de cinco anos. O acordo previa a instalação inicial de 15.000 escolas radiofônicas<sup>232</sup>”. Para isso, era necessário que a CNBB colocasse à disposição do governo federal a rede de emissoras filiadas à RENECA, comprometendo-se a aplicar adequadamente a verba recebida do poder público e a instigar a participação de voluntários a exercer funções junto às escolas como monitores<sup>233</sup>. A verba solicitada pelo MEB em 1961 foi de 414.300.000 mil cruzeiros, porém a quantia

---

<sup>229</sup> SOUZA, 2006, p. 251.

<sup>230</sup> FÁVERO, 2006, p. 39.

<sup>231</sup> FÁVERO, 2006, p. 20.

<sup>232</sup> PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. **CADERNOS MEB**. Teresina, 1994.

<sup>233</sup> FÁVERO, 2006, p. 20.

liberada era de 150 mil. Em 1962, o Movimento requisitou 604.190.00 mil cruzeiros e obteve 584.190.00 mil. Em 1963, o MEB solicitou 634.400.00 mil cruzeiros, no entanto recebeu 318.000.000 mil. Em 1964, o MEB solicitou 782.000.000, todavia, apenas 546.833.050 mil foram liberados. Em 1965, o MEB requisitou 823.000.000 mil cruzeiros e conseguiu 800.000.000 mil <sup>234</sup>. Geralmente, a verba era destinada para viagens de supervisão, encontros nacionais e estaduais, e treinamentos. De acordo com Dom Augusto Alves da Rocha<sup>235</sup>,

Então, foi criado esse grupo, o Governo imediatamente encampou também, aprovou esse projeto de alfabetização via experiência do rádio cativo. E, assim foi crescendo o MEB, foi se desenvolvendo e, o Governo então se aproximou e consagrou esse caminho de alfabetização com a dotação orçamentária direta, quer dizer, não dependia do Congresso aprovar ou não, mas já era uma dotação do Governo que apoiava esse tipo de organização<sup>236</sup>.

Por meio da fala de Dom Augusto, percebemos uma nítida relação entre Estado e Igreja. É perceptível o interesse de Jânio Quadros nessa educação popular proporcionada pelo MEB, isso fica mais evidente quando não dependia do congresso para aprovar ou não os repasses financeiros ao Movimento. Depreendemos que essa postura do presidente estava ligada ao fato dele ser populista. Ao que parece, no Governo de João Goulart o MEB também era beneficiado. A partir dessa ligação política, a Igreja também desfrutou de privilégios, pois

O Govêrno Federal compromete-se a facilitar a concessão de canais radiofônicos aos Srs. Bispos que desejarem emissoras para a transmissão de programas de educação de base, bem como a autorizar a requisição de funcionários federais e autárquicos para serviços julgados indispensáveis aos objetivos do Movimento<sup>237</sup>.

Nesse sentido, a Igreja recebia tanto o apoio financeiro, como em recursos humanos, sejam eles providos pelo Governo ou pela própria comunidade. Outra questão relevante, as

<sup>234</sup> CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Segunda parte.** p. 100. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>235</sup> Foi ordenado padre aos 26 anos de idade, sua primeira paróquia foi Simplício Mendes e Paulistana, tomou posse no dia 08 de janeiro de 1961 e, permaneceu até fevereiro de 1969. Depois assumiu a paróquia de Floriano entre os anos de 1969 a 1975. Foi nesse período que ele levou o MEB para Floriano, porém, foi um trabalho de poucos anos. Em 1975 foi ordenado bispo e passou a dirigir a Diocese de Picos. Devido a sua experiência anterior com o Movimento, ele instalou o MEB em Picos. Ele foi presidente do MEB na década de 1980 até 1993. (ROCHA, 2019). Embora não tenha participado efetivamente do MEB na década de 1960, a sua experiência como um líder religioso no Movimento é primordial para entendermos a Trajetória e os posicionamentos do MEB. Sem falar que, ele acompanhou a fundação do MEB e traz em si muitas ideologias do MEB. Afinal, a sua história de vida se entrelaçou ao Movimento.

<sup>236</sup> ROCHA, Dom Augusto Alves da. **Entrevista concedida a Jéssika Maria Lima.** Teresina, 04 fev. 2019.

<sup>237</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Primeira parte, p. 6.

emissoras não transmitiam apenas as aulas do programa de educação de base, a Igreja utilizava esse meio também para propagar os ensinamentos católicos.

O projeto foi desenvolvido principalmente nas regiões em desenvolvimento do país: Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tendo como principais objetivos:

I - executar naquelas áreas um programa intensivo de alfabetização, educação cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola, promoção social; II - suscitar, em torno de cada escola radiofônica, a organização da comunidade, despertando-lhe o espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do país; III - velar pelo desenvolvimento espiritual do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade<sup>238</sup>.

A alfabetização do MEB se caracterizava como uma educação de base, na qual prezava o desenvolvimento integral do homem, não só voltadas para o aprendizado das letras, privilegiando também a sua formação enquanto cidadão; objetivava que os alunos despertassem o espírito de iniciativa e de responsabilidade social; e não deixavam de lado a importância do crescimento intelectual para acompanhar os avanços econômicos. No último item, é explícita a preocupação da Igreja com um ensino voltado também para a evangelização.

#### **2.4. A educação através das ondas do rádio: as escolas radiofônicas no Piauí**

A presença das escolas radiofônicas representava a concretização do MEB, foi através delas que o movimento ganhou vida e ocupou as áreas mais distantes no território brasileiro, promovendo a educação de base, que possuía como objetivo:

As escolas radiofônicas atendendo à escolarização da população jovem e adulta, desenvolvendo um conteúdo de alfabetização (leitura, escrita e cálculo) ao qual se somavam alguns conhecimentos de saúde, de agricultura, de vida associativa, de religião, conhecimentos esses que deveriam ser apreendidos através de uma série de atividades complementares à escola que motivassem a mobilização e organização comunitárias<sup>239</sup>.

O MEB caracteriza-se como um movimento educacional que possuiu peculiaridades próprias frente a outros projetos, tais como a utilização do rádio para a propagação das aulas,

---

<sup>238</sup> FÁVERO, 2006, p. 56.

<sup>239</sup> FÁVERO, 2006, p. 130.

e o incentivo ao desenvolvimento de uma consciência política. Buscava-se promover o homem como um ser dotado de dignidade, procurando enfocar, de acordo com a assertiva acima, aspectos da vida comunitária, incentivando a criação de ações internas, como associativismo, cooperativismo, para desenvolver a comunidade, tornando-a capaz de solucionar os próprios problemas. O MEB defendia que “esta conscientização importa na afirmação de que cada homem tem o dever e o direito de empenhar-se na aquisição de condições de vida que lhe permitem, cada vez mais, realizar-se dignamente”<sup>240</sup>.

O MEB almejou uma educação de conhecimentos elementares que instrísse a população, bem como uma ação mais ampla que alcançasse toda a comunidade. Para a implantação desses sistemas comunitários era necessário à aceitação dos moradores, pois seriam eles quem executaria as ações:

Por uma questão de técnica de trabalho, nada fazemos nas comunidades, sem a adesão plena e consciente do povo. Costumamos debater com êles seus problemas e deixá-los encaminhar as próprias conclusões. Neste sentido a assessoria educativa do Projeto é também, e acima de tudo, a assessoria educativa do povo atingido<sup>241</sup>.

Os problemas destacados na assertiva acima dizem respeito às dificuldades socioeconômicas que assolavam a população que vivia nas zonas rurais, que por estarem geograficamente distantes dos centros urbanos, eram geralmente negligenciados, faltavam escolas, hospitais, saneamento básico, entre outros serviços. Produziam ações que visassem o desenvolvimento das comunidades era uma maneira de combater esses problemas. Dessa forma, também era objetivo do MEB:

Ao lado dessa programação radioeducativa, coloca-se uma programação mais ampla, que visa atingir tôda a comunidade, no sentido de organizá-la para um trabalho em função do seu desenvolvimento. Esta programação é elaborada pelas equipes locais, partindo das exigências das localidades. Assim, temos programações que visam incentivar a criação de clubes de jovens e de mães, a organização das associações recreativas e de mutirões para construção de estrada, roças e vilas, etc. A próxima meta que é a de conseguir que as comunidades assumam o trabalho sòzinhas, com tôda a responsabilidade, de modo que comecem a sentir desnecessária a nossa presença<sup>242</sup>.

---

<sup>240</sup> CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB. **Diretrizes para o funcionamento do MEB. Aprovado pelo Conselho Diretor Nacional, em 3/8/64.** p. 1. Disponível em: [http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqOzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqOzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>241</sup> Relatório preliminar do Movimento de Educação de Base, 1966. p. 16.

<sup>242</sup> Relatório preliminar do Movimento de Educação de Base, 1966. p. 24.

Essas ações comunitárias de associativismo e cooperativismo eram uma maneira de incentivar a população a diagnosticar as dificuldades que assolavam a sua realidade, e em contrapartida, desenvolver formas para tornar a vida nas comunidades mais dignas. Podemos inferir também que, de certa forma, essas atividades continham o êxodo rural.

No período de implantação do MEB no Piauí, em 1962, sob a orientação do arcebispo Dom Avelar, o Movimento cresceu vertiginosamente no Brasil. Em 1961 eram 2.687 rádios que atendiam 38.734 alunos, em 1962 eram 5.596 aparelhos que atingiam 108.571 alunos, como trabalho do MEB se concentrando mais no Nordeste<sup>243</sup>. Em apenas um ano de execução das atividades do MEB, percebemos um grande salto que se caracteriza como uma vitória ao Movimento. Em quatro anos de atividade, tinha compreendido 15 Unidades da Federação: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia, com 54 Sistemas de Educação de Base em funcionamento<sup>244</sup>.

A maneira como o movimento se realizava foi criando margem para o desenvolvimento do homem consciente de si e de seus problemas, a procura de soluções para alcançar a transformação, a partir da qual acabaria entrando em uma dimensão mais revolucionária na busca pela libertação<sup>245</sup>. Dessa maneira, a sua consciência política seria trabalhada, a fim de detectar a causa da sua subjugação e combatê-la, e, assim, os indivíduos se portariam de maneira ativa e combatente, conhecedores de seus direitos e deveres. Como já afirmamos antes, tal concepção de educação está afinada à proposta de Paulo Freire, que defende que “o diálogo precisa ser reflexivo e ativo, gerar a partir dele a conscientização. Os sujeitos precisam entender o processo e não apenas ser absorvido pela onda. Precisam entender o motivo”<sup>246</sup>. Freire baseou sua pedagogia em uma práxis libertadora e reflexiva, em que os sujeitos não são objetos do processo, mas são sujeitos que compreendem as engrenagens da sua realidade, capazes de lutar por transformações. Segundo Dayane Mendes da Silva e Andréia Ferreira dos Santos,

A partir de 1963 o MEB sofre influência de vários movimentos de educação popular que estavam ocorrendo em todo o país, e dentre estes, especialmente o sistema Paulo Freire. Foi no 1º Encontro Nacional de Coordenadores em Recife, ocorrido em dezembro de 1962, que implementou-se mais mudanças

---

<sup>243</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Segunda parte, p. 90.

<sup>244</sup> PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. **Relatório: Plano de Trabalho para 1965**. Teresina, 1965, p. 11.

<sup>245</sup> VAZ, 1968, p. 491-492 apud FÁVERO, 2006, p. 106

<sup>246</sup> FREIRE, 2006, p. 59.

no MEB, através da discussão e revisão dos trabalhos realizados nos anos anteriores. Esta reavaliação fundamentou novas práticas, reelaborando assim, o conceito de educação de base<sup>247</sup>.

O I Encontro Nacional de Coordenadores representou, segundo Wagner Texeira, “a virada” dentro do MEB, pois começavam a fomentar uma postura mais revolucionária que visava à transformação da estrutura da sociedade<sup>248</sup>. Com relação à reelaboração do conceito de educação de base, estava ligado à condição de proporcionar um ensino crítico e reflexivo sobre a realidade dos alunos, pois, de certa forma, a educação de base da UNESCO não era politizada.

O sucesso do Sistema Paulo Freire (SPF) de alfabetização para jovens e adultos resultou em sua divulgação para todo o país. O MEB absorveu algumas características do SPF, como por exemplo, a palavra geradora e um ensino reflexivo. Paulo Freire prezou a cultura popular, por isso, fundamentou esse sistema valorizando a cultura dos educandos, pois defendia, “há uma pluralidade nas relações do homem com seu mundo na medida em que responde aos desafios desse mesmo mundo em sua ampla variedade”<sup>249</sup>, por isso, era importante construir esse sistema pautado no mundo dos alunos, como uma maneira deles próprios reconhecerem o valor da cultura que produziam. Com relação à reformulação do conceito de educação de base, estava relacionado na introdução de um ensino conscientizador e crítico.

O MEB e o SPF têm muito em comum: são movimentos renovadores e não tradicionalistas; querem as mudanças necessárias feitas com o povo; visam que não haja “homem objeto” mas tão somente “homem sujeito”; pretendem que cada pessoa descubra seus problemas, os problemas de sua comunidade, conheça seus direitos e deveres, saiba tomar iniciativas e agir conscientemente, participando do fato das soluções nacionais; empregam na alfabetização e método analítico-sintético<sup>250</sup>.

O envolvimento das concepções de Paulo Freire no MEB é sentido pelas experiências dos personagens que trabalharam no Movimento. Desse modo, os ensinamentos de Freire

---

<sup>247</sup> SILVA, Dayane Mendes da; SANTOS, Andréia Ferreira dos. **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO BASE EM GOIÁS – MEB-GOIÁS: CONSTRUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO BENEDITO E JOVELINA**. Disponível em: <http://www2.unucseh.ueg.br/ceped/edipe/anais/vedipefinal/pdf/gt09/poster%20grafica/Dayane%20Mendes%20da%20Silva.PDF>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019. P. 7.

<sup>248</sup> TEIXEIRA, 2008, P. 89.

<sup>249</sup> FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. In: FÁVERO, Osmar (Org). **Cultura popular e educação popular**: memória do anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p. 99

<sup>250</sup> OLIVEIRA. Maria José de. Movimento de Educação de Base e o Sistema Paulo Freire. MEB/Sergipe.



transcenderam o seu campo de atuação. Os princípios do SPF foram aproveitados e usados na ação educativa do MEB. De acordo com Dom Augusto,

Quer dizer, o que interessava o MEB era as regiões mais deficitárias nesse campo da alfabetização. Então reforçou essas comunidades que precisavam da [inaudível], que precisavam de transporte para se deslocarem se encontrarem com os supervisores do trabalho do MEB. Eram todos, digamos assim, ensaiados e treinados no projeto, no caminho pedagógico, quer dizer, absorvendo as intuições de Paulo Freire<sup>251</sup>.

Por meio desse trecho, ratificamos a preferência do MEB em regiões em desenvolvimento. Dom Augusto também evidenciou que a ação educativa do MEB adotava as contribuições de Paulo Freire. Os treinamentos configuram-se como uma importante ferramenta para o desenvolvimento do Movimento, pois eram momentos de consolidação da ideologia pedagógica do MEB. Conforme a experiência de Maria do Carmo Alves do Bomfim<sup>252</sup>,

As pessoas que eram responsáveis pela formação em alfabetização, assistindo, ouvindo e repassando para os alunos, trabalhadores e trabalhadoras e jovens, as aulas de alfabetização. Tinha toda a orientação e que na época não se usava, não se difundia, publicamente que era o método Paulo Freire. Mas a alfabetização e os programas de ação comunitária todas eram com base na pedagogia de Paulo Freire, pedagogia da libertação<sup>253</sup>.

Por meio do relato de Bomfim, a impressão que nos passa é que a ação educativa do MEB não pode ser desassociada das influências de Paulo Freire. Por isso é perceptível, tanto nas diretrizes do Movimento como na prática, a importância que se dava para o desenvolvimento da conscientização. Um ensino que se baseava na realidade dos alunos, com a intenção de promover uma educação contextualizada. A sua fala ainda evidenciou as marcas da repressão que marcou a conjuntura histórica do Regime Ditatorial brasileiro. Se Freire era combatido por ameaçar a estrutura dominante, então, depreende-se que ele estava no caminho certo.

---

<sup>251</sup> ROCHA, 2019.

<sup>252</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim trabalhou como supervisora no MEB durante os anos de 1968 a 1972, a sua função consistia em visitar as comunidades, geralmente uma vez ao mês. Raramente exerceu o cargo de professora-locutora, ela conta que chegou a substituir Palmira algumas poucas vezes. Na década de 1960 ela cursou licenciatura em História na FAFI. Bomfim começou a trabalhar no MEB devido ao seu envolvimento na JUC, pois, durante sua vida acadêmica esteve ligada a esse movimento leigo que pertencia a Ação Católica. O responsável pela JUC era o Padre Isidoro Pires, que também exercia importante cargo administrativo no MEB. Devido a isso, ela começou a colaborar voluntariamente no MEB e depois foi efetivada no Movimento. Ela pertencia ao quadro de professores que o Estado disponibilizava ao MEB. Antes de Bomfim iniciar no MEB, já trabalhava como docente pelo Estado. (BOMFIM, 2019).

<sup>253</sup> BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **Entrevista concedida a Jessika Maria Lima**. Teresina, 08 jan. 2019.

Os dois entrevistados trazem em seus discursos peculiaridades, ou seja, os sentidos da experiência. Segundo Verena Alberti, “uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio do vivido”<sup>254</sup>. As emoções, as concepções, as certezas estão presentes na construção da narrativa a partir do presente em um processo de resignificação do vivido. Nesse sentido, “as entrevistas, tomadas como fonte, são uma forma de nos aproximarmos da realidade (do passado e do presente)”<sup>255</sup>. Interessante abordar, que tanto Dom Augusto, como Bomfim fizeram referência a Paulo Freire no decorrer de seus relatos sem estímulo externo, ou seja, ele não precisou ser lembrado nas perguntas para que os entrevistados falassem dele. É relevante observar como a história do MEB é construída por esses personagens. Consoante com Dom Augusto:

Assim, nascia uma proposta de alfabetização a partir do próprio povo e não uma escola formal que já vinha com ideias prontas, mas uma riqueza da comunidade cultural. Porque o ser humano, segundo Paulo Freire, ele não é tábula rasa na sua sabedoria, mas ele dispõe de uma sabedoria popular<sup>256</sup>.

Dom Augusto reafirmou a questão de o MEB ser uma iniciativa desenvolvida junto com o povo, ou seja, sem a colaboração da comunidade o MEB não prosperava. A ação educativa do Movimento se baseava na cultura popular para proporcionar uma identificação dos alunos ao processo de ensino. Mais uma vez a figura de Paulo Freire foi evidenciada a fim de fundamentar a ideia exposta.

O MEB seguia uma hierarquia que dinamizava o seu funcionamento. O ponto central responsável pelo movimento era o Conselho Diretor Nacional, que tinha em seu comando Bispos, e cuja cúpula localizava-se no Rio de Janeiro. A segunda instância, que aparecia no fluxograma logo depois da CDN, era o MEB/Nacional, a partir do qual se formavam o Conselho Fiscal, a Diretoria executiva e o Secretariado Central, e a este subordinavam-se as coordenações estaduais que se ligavam essencialmente às dioceses de cada estado<sup>257</sup>.

Para iniciar um trabalho em determinada área, era necessário primeiramente à aprovação do Bispo local mediante o cumprimento de exigências, tais como:

Autorizar os trabalhos iniciais do MEB em seu território, mediante a aceitação de seu Projeto Nacional e de sua Organização interna; apresentar para serem selecionados e treinados, a fim de constituírem a Equipe Local inicial, candidatos que preencham as condições básicas fundamentais

---

<sup>254</sup> ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 22.

<sup>255</sup> ALBERTI, 2004, p. 78.

<sup>256</sup> ROCHA, 2019.

<sup>257</sup> SOUZA, 2006, p. 37.

estabelecidas pela C.E.N. (Comissão Executiva Nacional), bem como aprovar a admissão ou demissão de elementos; examinar e aprovar o plano de trabalho local, observadas as linhas fundamentais dos projetos nacional e estadual; velar para que, na proposta orçamentária (mensal ou anual) na aplicação das verbas, na prestação de contas, sejam observadas as normas morais, e não apenas legais, tendo sempre em vista o fim específico a que destinam as verbas postas à disposição do MEB; orientar a E.L. (Equipe Local), procurando, através do diálogo pastoral, informar-se e informar, de modo a constituir-se uma equipe consciente, livre, zelosa, capaz de um trabalho verdadeiramente condizente com os objetivos do MEB.<sup>258</sup>

Dessa maneira, o Bispo representava a principal figura para liderar o MEB em sua área de atuação, como principal exigência ele deveria concordar e cumprir o Projeto Nacional do Movimento. Porém, ele não exerceria as responsabilidades de desenvolvimento do MEB sozinho, o Bispo escolhia os integrantes da sua Equipe Local. Assim, é natural que ele indicasse nomes que lhes fossem próximos. Era incumbência do Bispo zelar pelos recursos financeiros e aplicar a verba adequadamente. Fazia parte de suas atribuições instruir sua equipe a fim de desenvolverem um trabalho pautado na união. Procurava-se manter uma boa sistemática de organização para que o MEB pudesse se desenvolver de forma satisfatória.

É relevante salientar como ocorria a seleção das áreas de atuação para o desenvolvimento das escolas radiofônicas. Este processo era pautado em uma análise da realidade do lugar que deveria atender os seguintes requisitos:

Densidade demográfica e concentração de núcleos populacionais; Fácil acesso; Monitores e outros líderes que possam assumir o trabalho; Ótima recepção do som da Emissora; Alto índice de analfabetismo; Possibilidade de desenvolvimento econômico; Maior grau de conscientização e inquietação do povo; Trabalho de outras entidades; Homogeneidade entre áreas; Áreas de maior crescimento populacional; Grupos organizados atuantes; Receptividade para o trabalho do MEB; Possibilidade de irradiação.<sup>259</sup>

Conforme o fragmento, era necessário uma série de fatores para a implantação das escolas radiofônicas. A densidade demográfica fazia-se como uma condição para a realização das atividades do MEB, pois assim alcançaria um número maior de pessoas, podendo posteriormente, disseminar os núcleos radiofônicos por comunidades vizinhas. Era a partir do núcleo populacional que se escolhiam os monitores e os líderes para auxiliar na condução do desenvolvimento do MEB. O item “possibilidade de desenvolvimento econômico” estava relacionado com o interesse do Movimento em estimular instrumentos de ação que

<sup>258</sup> Movimento de Educação de Base – MEB. Diretrizes para o funcionamento do MEB. Aprovado pelo Conselho Diretor Nacional, em 3/8/64. p. 3-4.

<sup>259</sup> Relatório: Plano de trabalho para 1965. MEB, p. 20.

contribuíssem para o crescimento econômico local, a fim de priorizar toda a população. Com relação ao “trabalho de outras entidades”, podemos depreender que poderiam está se referindo a sindicatos. Um dos mais importantes pontos apresentados por esse excerto era a “receptividade para o trabalho do MEB”, pois o Movimento só teria condições de se desenvolver integralmente se houvesse a contribuição dos sujeitos, pois o MEB não acontecia sozinho. Entretanto, podemos observar alguns elementos excludentes, como por exemplo, “fácil acesso”, “Ótima recepção do som da Emissora”, embora este fosse necessário para a transmissão das aulas radiofônicas, “densidade demográfica”, “maior grau de conscientização”, este último coloca em questionamento a ação do Movimento, pois, nem todas as comunidades que foram focos dos centros radiofônicos encontravam-se conscientizadas antes do Movimento e um dos objetivos do MEB seria desenvolver um ensino pautado na conscientização, partindo da premissa que os homens estavam oprimidos.

As escolas radiofônicas representavam o legítimo núcleo de atuação do MEB, pois desde o alto escalão do movimento até a base, a principal preocupação era com a operacionalização desses centros radiofônicos, lá se materializavam todos os esforços de organização. Esta estrutura educacional possibilitava o contato entre o professor-locutor, os monitores e os alunos das comunidades.

Sobre o desenvolvimento do MEB no Piauí, a professora Palmira Luzia Soares esteve presente desde o início do MEB, ela trabalhou no movimento por onze anos durante os anos de 1962 a 1973, tendo sido testemunha de vários momentos importantes do Movimento no Piauí. Sobre o início das atividades do MEB, Palmira destaca:

Nós começamos fazendo um treinamento, veio uma moça da equipe nacional e fez um treinamento com a gente. Constou o treinamento de trabalhos em grupos, discussões em grupos, assuntos que eram colocados para serem discutidos e elaboração de script porque nós íamos trabalhar na Rádio Pioneira, como de fato elaboramos alguns programas, e a gente andou dando aulas<sup>260</sup>.

Em seu relato, ela deixou claro que, mesmo antes da instalação da Rádio Pioneira, os treinamentos já eram realizados, no intuito de deixar a equipe preparada para o início da execução do MEB nas comunidades. Percebemos que essas capacitações eram ministradas por indivíduos especializados vindos de fora, que compunham uma equipe nacional. Nesse

---

<sup>260</sup> SOARES, Palmira Luzia – **Entrevista concedida a Maria do Amparo Alves de Carvalho**. Teresina, ago. 1997. Transcrição da entrevista disponível nos anexos da dissertação: CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão**: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

sentido, o MEB era organizado, pois procuravam sistematizar o movimento, havia uma base comum de ensinamentos que estruturava os treinamentos, deixando, porém, espaço para que as equipes locais incluíssem as necessidades da localidade.

Para a implantação de um núcleo radiofônico em uma localidade, realizavam-se estudos e levantamentos na área a ser implantada a escola, buscando identificar os problemas locais para poder criar um plano de ação e atuar em cima das fragilidades para solucioná-las. Em relação ao trabalho de divulgação do MEB nas comunidades, Palmira aborda:

Nós começamos conquistando, fazendo divulgações das escolas radiofônicas em determinados locais, onde nós começávamos; e nós começávamos lá em debate com a comunidade, uma discussão e nós partíamos da colocação do problema, falta de trabalho, dificuldade de trabalho deles, falta de assistência médica, falta de escolas e dentro dessas colocações eles colocavam os problemas deles também, e nós então discutíamos os problemas, e saindo dali nós escolhíamos uma pessoa pra ser monitor, pra receber as aulas radiofônicas. Essas pessoas que eram escolhidas elas eram submetidas a um treinamento<sup>261</sup>.

Sobre o excerto acima destacado, além da divulgação do movimento nas comunidades, essas visitas que eram realizadas, tinham também o intuito de fazer o reconhecimento de área, verificando se era possível a instalação das escolas radiofônicas, pois, para isso, seria necessário um local para a realização das aulas. Havia também a escolha de um monitor, que geralmente era da própria comunidade, pois seria ele o responsável pela dinamização do conteúdo ministrado pelas escolas radiofônicas para os alunos, ou seja, ele tentaria tirar as dúvidas que surgissem, já que não seria possível uma interlocução direta com os professores na rádio. Era necessário que o monitor fosse alfabetizado. É interessante, quando Palmira expôs que eram levantados os problemas locais, essa era uma maneira de socializar essas dificuldades e, por meio da execução do MEB, procurar medidas que fossem capazes de combater e solucionar essas adversidades, porque a proposta do MEB não era apenas a alfabetização dos indivíduos, também se propunha à promoção do sujeito por completo, contemplando medidas que ajudassem na autonomia dos indivíduos. Dessa maneira:

No funcionamento do Sistema Radio Educativo é essencial a adequação da programação à realidade das comunidades a que ela se dirige. Por isso, o trabalho do MEB exige o conhecimento prévio dos problemas, das necessidades e dos recursos existentes nas áreas a serem atingidas, como uma fase necessária para fundamentação de todo o trabalho posterior. Êste estudo, que antecede a criação de núcleos nas comunidades é, continuamente, atualizado nas vistas constantes das equipes locais.<sup>262</sup>

---

<sup>261</sup> SOARES, 1997.

<sup>262</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Segunda parte, p. 72.

Durante os anos de existência do Movimento, este foi sofrendo mudanças em sua estrutura. Quando fundado em 1961, possuía o intuito de promover uma educação de base pautada nos princípios da UNESCO, porém, não tinha um teor mais crítico e conscientizante. Segundo Edvânia Duarte Rodrigues, “no primeiro ano de funcionamento, o MEB desenvolvia uma educação de base que levava para os alunos conhecimentos mínimos, além de difundir a fé católica”<sup>263</sup>. Essas características foram sendo adquiridas a partir dos anos de 1962-1963, decorrente do I Encontro Nacional de Coordenadores em 1962, o envolvimento do MEB com o MPC, e os princípios de Paulo Freire. Em 1964, as diretrizes educacionais do MEB eram as seguintes:

O fim essencial do MEB é cooperar na formação do homem (adulto ou adolescente), nas áreas de desenvolvimento do País, no sentido de levá-lo a tomar consciência de sua dignidade como criatura humana, feita à imagem de Deus e remida por Cristo, Salvador do Mundo, e, como consequência, transformá-lo em agente de criação original de cultura de um povo.

Esta conscientização importa:

- a) Na afirmação de um Deus criador, de quem tudo depende e a quem todos estão subordinados;
- b) Na afirmação de ser o homem um valor em si mesmo, superior a toda ordem temporal e subordinado a Deus;
- c) Na afirmação de que todos os homens têm o mesmo valor essencial e as diversidades entre eles só são admissíveis na medida em que não se transformem na dominação de um homem sobre outro;
- d) Na afirmação de que cada homem deve prestar a seu semelhante a ajuda de que necessita para sua realização;
- e) Na afirmação de que o homem é por natureza um ser social e, por conseguinte, a sua promoção só pode realizar-se devidamente em atividades comunitárias que redundem na integração do indivíduo na comunidade;
- f) Na afirmação de que sua integração na comunidade deve realizar-se através de opções conscientes e livres, cuja variedade lhe deve ser proposta sem que nenhuma lhe possa ser imposta<sup>264</sup>.

Apesar da implantação do Regime Civil Militar em 1964, o MEB manteve o conceito de conscientização como o principal meio para a promoção da dignidade. Os princípios religiosos foram bastante frisados e incisivos com o intuito de deixar evidente que o Movimento era tutelado pela Igreja e, por isso, teria em sua essência valores de ordem cristã. O trabalho do MEB incentivava os homens a se reconhecerem como iguais e por isso combater a ideia de dominação de um sobre o outro. Esta ideia nos faz lembrar a *Pedagogia*

<sup>263</sup> RODRIGUES, Edvânia Duarte. **Estratégias argumentativas na construção do discurso ideológico**: um estudo da produção didático-pedagógico do MEB. 2009, 179 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009, p. 23.

<sup>264</sup> Movimento de Educação de Base – MEB. Diretrizes para o funcionamento do MEB. Aprovado pelo Conselho Diretor Nacional, em 3/8/64. p. 1.

*do Oprimido* de Paulo Freire, na qual o autor defende que os oprimidos busquem a liberdade, sem o intuito de tornarem-se opressores. Fazia parte também das diretrizes do MEB, estimular nos sujeitos o sentimento de harmonia e cooperação como meio para alcançar a melhoria na condição de vida nas comunidades.

Interessante salientar uma crítica feita por Paulo Freire a Osmar Fávero, sobre a educação transmitida pelo rádio, em uma entrevista realizada por Ana Baumworcel e apresentada em seu artigo intitulado “As escolas radiofônicas do MEB”, na qual ela destacou o seguinte: “Falou que as escolas radiofônicas do MEB eram como Saci. Só tinham uma perna de ida e não tinha outra perna pra voltar. Claro na perspectiva de diálogo dele<sup>265</sup>”. Esta proposição cabe muito bem nessa discussão feita anteriormente, que de maneira geral, abrange todas as iniciativas de rádio educação, visto que, por mais que se promovam ações de aproximação professor-aluno através de bilhetes ou cartas, é normal que ficassem lacunas, pois este ensino oferecido pelos rádios possui essa fragilidade.

O estabelecimento de correspondência entre as escolas radiofônicas e a sede coordenativa do MEB foi um importante meio de comunicação entre os alunos e monitores com os coordenadores e supervisores do Movimento, pois era uma forma deles comunicarem, por meio de cartas, as conquistas e as dificuldades das E.R, além de servir como um indicador avaliativo, pois através da escrita dos indivíduos, era possível verificar o grau de aprendizagem. A seguir a transcrição de algumas cartas:

Baixão

Aqui na escola fizemos um debate, achamos que para ajudar o Brasil progredir é preciso estar consciente, vamos que esta consciência só pode ser através do estudo. Assim podemos dar anossa parcela de contribuição. Em nome de todos meus colega do 2º ano.

Assina

Geraldo Gomes Neto<sup>266</sup>

É interessante observar que o aluno destacou que o caminho possível para a conscientização é através do estudo. Por meio desta carta, podemos observar que indivíduos

---

<sup>265</sup> Entrevista concedida à Ana Baumworcel em 26 de março de 2007, no Rio de Janeiro apud BAUMWORCEL, Ana. *As escolas radiofônicas do MEB*. Trabalho apresentado no **VI Congresso de História da Mídia**, em maio de 2008, na UFF, Niterói, Rio de Janeiro, p. 2.

<sup>266</sup> PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. **Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965**. Teresina, 1965, p. 39.

eram instigados a um debate crítico. Baixão era uma das 224 escolas radiofônicas existente no território piauiense.

Piripiri

Prezados supervisores

Ofim desta cartinha é somente para dar minhas nuticias. Eu aqui com a nossa escola radiofônica vamos bem grassa ao nosso bom Deus oque estou aprendendo porque eu não conhecia nem o A agora estou escrevendo esta cartinha.

Para vocês aqui despede a aluna

Maria Francisca dos Reis<sup>267</sup>

É explícito o sentimento de gratidão da aluna Maria Francisca dos Reis. A importância da alfabetização para jovens e adultos revela que são capazes de aprender independente da idade. Mostra ainda o importante papel social que as escolas radiofônicas executavam nas comunidade, proporcionando o conhecimento do mundo das letras. Por meio da carta dessa aluna, percebemos que ela era recém-alfabetizada, uma escrita simples com a ocorrência de alguns desvios que fogem à norma-padrão da língua portuguesa, no entanto, a mensagem que ela quis transmitir foi compreendida pelo destinatário. Além do que, mostrou o seu processo de aprendizagem no mundo das letras. A escolha dessas duas cartas diz respeito ao teor das questões levantadas, a primeira por confirmar que era desenvolvido na prática, a conscientização. E a segunda por demonstrar a importância do aprendizado na vida dessas pessoas. A seguir a transcrição de duas cartas de monitores.

Bacuri

Prezados supervisores do MEB

Aqui nestas poucas linhas quero enviar-lhe a fôlha de frequência e também as minhas saudades acompanhados de votos de felicidades. Sim comeceis as aulas em maio por motivo dos alunos não querem cooperaram. E a frequência não tem, estão dizendo que não vem mais, eu já fis o possível e agora peço a supervisora que venha conversar com eles. Estou decepcionada com isso, ainda não entreguei esperando que êles decidissem vir ou não e continuam na mesma situação, êles cartilhas não querem comprar, nem fiz aliás é nada. Sim êles pedem é que eu ensine particular, mas eu não ensino e ensinava se êles quizesse estudar na Escola Radiofônica mas êles não querem assim. Vou terminar bastante triste, por não ter poder fazer desta Escola Radiofônica a maior.

Recomendação para todos

---

<sup>267</sup> Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965, p. 39.



Ass) Lúdia Andrade da Costa<sup>268</sup>

A carta da monitora Lúdia demonstrou as adversidades que essa escola radiofônica enfrentava. Uma E.R. necessitava da cooperação dos alunos e do trabalho voluntário dos monitores, mas nem todos os núcleos obtiveram sucesso. Nesta situação conflituosa, ela recorreu a ajuda da supervisora para, quem sabe, tentar reverter a situação. É perceptível o sentimento de frustração presente na correspondência.

Bela Fonte  
Prezados supervisores do MEB

Escrevo-lhe estas poucas linhas somente para dizer que no Domingo passado nós realizémos outro leilão em benefício da nossa escola. Os alunos estão colaborando bem, E leilão rendeu Cr\$ 2.2 Cr\$ 11.30 e quero dizêr a vocês qe aqui tem um homem ele deu uma leitôa para o leilão que rendeu Cr\$ 2.250. Êle chama-se Antônio Liberato eu fiquei muito agradecida, Eu aviso também que no dia do nosso leilão compareceram os seguintes monitores: Maria Fialho, Maria do Socorro Nascimento, Francisco Sales, Francisco Sousa.

Monitora Antônia Pereira de Sousa<sup>269</sup>.

A carta da monitora Antônia é animadora, pois é explícita a cooperação dos alunos, como também dos residentes da localidade. Como já foi discutido anteriormente, a ação do MEB tinha o objetivo de englobar toda a comunidade, percebemos por meio dessa correspondência a união da população. Geralmente o dinheiro arrecado serviria para investir na escola radiofônica, como por exemplo: na estruturação do ambiente, compra de materiais e etc. Todas as cartas seguiram um determinado padrão, e a escolha dessas duas correspondências foi para retratar as dificuldades e o sucesso das E.Rs, para demonstrar que o caminho foi árduo, porém, recompensador.

É relevante salientar que a dinâmica das escolas radiofônicas do MEB consistia em promover a difusão dos conteúdos pelos professores-locutores por meio do rádio com o auxílio presencial dos monitores nas escolas radiofônicas, mas, por mais que houvesse essa dinamização das atividades, ainda existiam lacunas relacionadas à dialogicidade da educação entre professores e alunos. Os monitores eram apenas um dos sustentáculos, por isso, as visitas feitas pelos supervisores às escolas serviam para avaliar o desenvolvimento das atividades, como também como um incentivo para a continuação das ações. A escolha do monitor acontecia nas primeiras visitas da supervisão às localidades:

<sup>268</sup> Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965, p. 40.

<sup>269</sup> Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965, p. 40.

Já nas primeiras visitas às comunidade, procura-se obter a indicação dos possíveis monitores das escolas radiofônicas. Essa primeira seleção não é ainda definitiva, pois os elementos então escolhidos participarão, posteriormente, de um treinamento no qual deverão demonstrar-se capazes de assumir suas funções perante as comunidades do MEB.<sup>270</sup>

A comunidade ficava incumbida de disponibilizar um local para o funcionamento da escola e de escolher os monitores para auxiliarem no processo de ensino e aprendizagem, haja vista que o professor-locutor ficava na rádio transmitindo as aulas via rádio para os vários centros radiofônicos e fazia-se necessário alguém para ajudar na dinamização dos conteúdos e na assistência aos alunos. Por isso, o ideal era que os monitores fossem residentes do lugar, pois sua contribuição se dava de forma presencial. Era normal, em muitos lugares, os monitores assumirem papéis de líderes. Em algumas comunidades eram realizadas eleições para a escolha desses tutores. Dessa forma, os monitores realizavam importante trabalho no MEB e caracterizavam-se como um dos principais pilares para a progressão das atividades. Em uma matéria do jornal *O Dominical* redigiram uma entrevista do Pe. Isidoro Pires sobre a situação do MEB e as expectativas:

Adiantou-nos ainda o Coordenador [Pe. Isidoro Pires] que a Escola Radiofônica vale o que vale o seu Monitor, em Rodeador [Altos], os alunos vibram com a presença da Monitora, Maria Raimunda do Nascimento. Fêz ver também o Pe. Isidoro que nem tudo são flôres no Movimento. Enquanto umas escolas animam a Equipe, outras ameaçam tôda esperança<sup>271</sup>.

Pelo que se pode perceber da declaração acima, o monitor possuía papel de destaque nas escolas radiofônicas: quanto mais ativo ele fosse, mais a escola se fortaleceria. Nesse sentido, Pe. Isidoro atribuiu ao monitor qualidade basilar para a sustentação dos centros de ensino, porém, evidenciou o papel que os alunos desempenham na motivação e reconhecimento aos seus monitores como ponto importante na progressão dos trabalhos. Com a afirmação: “a Escola Radiofônica vale o que vale o seu Monitor”, Pe. Isidoro colocou o sucesso das escolas sob a responsabilidade dos monitores, por estarem presentes todos os dias no desenvolvimento das atividades. Dessa maneira, além de auxiliarem nas ações educacionais, eles deveriam ser incentivadores e impulsionadores do MEB nas comunidades, estando à frente de ações comunitárias que visassem à integração dos sujeitos das localidades, caso contrário, eles ameaçariam “tôda esperança”.

<sup>270</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Segunda parte, p. 54.

<sup>271</sup> COORDENADOR do MEB Sugere Convênio com Estado. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 45, 29 Nov. 1964, p. 1.

Com relação aos lugares de existência das escolas radiofônicas, Pe. Isidoro Pires interpela que “[...] estas escolas se destinam sobretudo aos adultos. Elas são bem simples. – E qualquer sala, na fazenda ou no sítio, com um quadro negro, gis, apagador, uma cartilha e um lampião. Um professor ou professora, com pelo menos o curso primário é o monitor [...]”<sup>272</sup>. Desse modo, era compromisso dos moradores da localidade arrumarem um local para o funcionamento da escola. A responsabilidade de fornecer os rádios, para que a comunidade pudesse ter acesso às aulas transmitidas pelas emissoras, era do MEB. Eram aparelhos que funcionavam a pilha e tinha suas ondas cativas, ou seja, no caso do Piauí, só seria possível sintonizar na Rádio Pioneira de Teresina.

As escolas radiofônicas foram escolhidas como uma válvula de escape frente ao problema gritante do analfabetismo. Em matéria de *O Dominical*, o coordenador do MEB, Pe. Isidoro Pires declarou: “Apelamos então para as escolas radiofônicas, meio mais rápido de levar tanto ao homem do campo como ao trabalhador urbano, os elementos indispensáveis à sua promoção dentro da comunidade”<sup>273</sup>. Por ser o rádio um comunicador de massa, que tem a possibilidade de grande abrangência territorial, configurou-se como melhor opção frente à necessidade de promover alfabetização, alcançando um número maior de pessoas no interior do Piauí.

Para que houvesse um desenvolvimento satisfatório das escolas radiofônicas, fazia-se necessário a constante comunicação entre os vários setores do movimento. Era imprescindível a visita dos supervisores aos lugares onde houvesse escolas radiofônicas. Outro ponto importante era a execução de treinamentos e encontros para os monitores. Para que eles se familiarizassem com a sistemática pedagógica do MEB, era oferecido um curso de formação para que pudessem compreender o trabalho do movimento e seu funcionamento, principalmente sobre a instalação e desempenho das escolas radiofônicas.

O I Treinamento de Monitores do MEB foi relatado no semanário de *O Dominical* em setembro de 1962 pelo Pe. Isidoro com bastante entusiasmo. Ele deixou claro que os monitores não iriam receber salário, e que o trabalho que será desenvolvido deve ser pensando com amor ao próximo. Abordou a questão do analfabetismo no Nordeste como um impulso de motivação, uma batalha que foi travada contra esse inimigo cruel. Nessa primeira capacitação, foram treinadas 23 pessoas, o que implicou na abertura de 23 escolas em

---

<sup>272</sup> PIRES, Pe. Isidoro. Educação de Base. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 11, 18 Mar. 1962, p. 1.

<sup>273</sup> ESCOLAS Radiofônicas. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 22, 3 Jun. 1962, p. 3.

localidades distintas. Geralmente, a preparação dos monitores ocorria em cursos que tinham a duração entre três a sete dias<sup>274</sup>. Houve um aumento considerável de escolas radiofônicas nos dois primeiros anos de atuação do movimento no Brasil, que cresceu de 2.697 para 5.598.

Os treinamentos e encontros de monitores configuravam-se como um importante mecanismo de preparação de recursos humanos, como também, na socialização do desenvolvimento das escolas radifônicas e na elaboração de planos de ações para as E.Rs. pois:

No conjunto, os Encontros são atividades de grande importância na execução do trabalho do MEB, pois, periodicamente, avaliam o trabalho do período anterior, planejam atividades para o período seguinte, estabelecem critérios para atendimento, críticas, elaboram política de trabalho e procedimentos para ação concreta, seja o plano nacional, estadual ou regional<sup>275</sup>.

O relatório do MEB do primeiro semestre de 1965 descreveu como funcionavam esses Encontros de monitores, organizado pela Equipe Local do Estado. Geralmente, o evento tinha a duração de quatro dias, o primeiro dia servia basicamente para a chegada dos monitores e alojamento dos mesmos. No segundo dia dava-se início às atividades. O Encontro relatado ocorreu em Campo Maior durante os dias de 3 a 6 de janeiro de 1965, o primeiro dos sete encontros de monitores.

1ª dia: - “Constatação da realidade das Escolas Radiofônicas”.

Cada monitor fez exposição oral da situação de sua Escola. Com essa técnica a Equipe quis levar os monitores a (levar) examinar, em conjunto, a realidade de suas escolas, para no segundo dia, estudando – O monitor e o MEB – melhor julgarem se corresponderam ao que o Movimento espera deles. Quis também proporcionar enriquecimento pessoal, mediante a troca de experiências<sup>276</sup>.

O primeiro dia de atividades servia para avaliar a situação de cada escola radifônica, como descrito acima, o monitor fazia uma exposição oral sobre como estava o desenvolvimento das atividades, destacando os sucessos e as dificuldades. Esse momento de socialização servia para os supervisores averiguar a condição da E.R. e com isso fundamentar suas ações educativas para se adequar às necessidades dos alunos. Foram apresentadas também algumas dificuldades decorrentes das escolas radiofônicas:

---

<sup>274</sup> PIRES, Pe. Isidoro. I Treinamento de monitores para escolas radiofônicas. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 35, 2 Set. 1962, p. 1.

<sup>275</sup> Relatório preliminar do Movimento de Educação de Base, 1966. p. 8-9.

<sup>276</sup> Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965, p. 21.

Iniciaram as Escolas com boa matrícula, havendo entretanto, no decorrer do ano, grande evasão escolar motivada pelos seguintes fatores: ausência de supervisão (motivada por situação econômica); falta de liderança, esclarecimento e idealismo dos monitores; falta de aceitação da Escola, dado o desconhecimento do valor da mesma; pela exigência de colaboração para a manutenção da escola; ausência de livros; horário de aulas relativamente cedo e insuficiente; má iluminação e instalação das Escolas.<sup>277</sup>

A partir desta realidade relatada pelos monitores nesse encontro, percebemos algumas discordâncias entre o plano ideal e o real do MEB. O primeiro embasado por princípios teóricos, nos quais prezavam o desenvolvimento da dignidade do homem de maneira integral por meio da conscientização. Entretanto, na prática, alguns fatores prejudicavam a execução do projeto. Podemos depreender que um dos motivos que mais pesou na desmotivação em algumas escolas radiofônicas era a condição econômica, pois eram os alunos que mantinham a escola. O horário inadequado e falta de iluminação prejudicavam o processo de ensino-aprendizagem do MEB. Provavelmente, a falta de supervisão gerava um sentimento de abandono. A falta de aceitação da Escola significou a não receptividade das E.Rs em todos os lugares. Porém, essas dificuldades não anularam a ação do Movimento, apenas o fragilizaram.

2º dia: - “O Monitor e o MEB”.

Os monitores foram divididos em três grupos de estudo, cada um sob a responsabilidade de um supervisor. A participação nas discussões, de modo geral, foi boa. Isso foi constatado na análise de ocorrências observadas pela supervisão, nas EE. RR... Como se tratava de situações vividos, os monitores ficaram abalados, chegando mesmo a reconhecerem suas deficiências, e a necessidade de tomarem uma atitude enérgica e decisiva, no desempenho de suas funções de monitor<sup>278</sup>.

Essa atividade proposta servia para os monitores se autoavaliarem, detectar os êxitos e as falhas, para que pudessem trabalhar em cima de suas fragilidades com o intuito de melhorarem, tornando-se um líder ativo e dedicado em suas atribuições. Tinham sobre si, a responsabilidade de incentivar os alunos a frequentarem as escolas, essa atribuição recaía sobre eles, porque estavam fisicamente próximos aos educandos.

3º dia: - “O Cristão em face da situação atual do Brasil”.

O assunto foi apresentado através de cartazes, focalizando aspectos da realidade brasileira. Após esta apresentação, os monitores foram divididos em dois grupos para discussão em painel. Apesar de nunca terem participado deste tipo de debate, foi bom o resultado, tanto no que se refere às conclusões do assunto apresentado, como também no que diz respeito às

<sup>277</sup> Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965, p. 24.

<sup>278</sup> Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965, p. 22.

relações de grupos, e até individuais. Foi uma oportunidade muito boa para o conhecimento da capacidade de raciocínio de casa um, assim como das reações diante de opiniões contrárias<sup>279</sup>.

Essa ação possuía um teor discursivo sobre a realidade brasileira, levando os monitores a debaterem criticamente quais fatores assolavam o Brasil. Essa atividade era importante, pois relevou um diálogo de conscientização e reflexão sobre o mundo em que estavam vivendo. Este exercício era relevante para o desenvolvimento do MEB como um ensino que promovia um olhar crítico sobre a realidade. Era também uma forma de incentivar que os monitores executassem discussões em suas escolas radiofônicas. “No último dia os monitores foram levados a planejar suas atividades para 1965”<sup>280</sup>.

Os treinamentos e os encontros eram importantes mecanismos de desenvolvimento do MEB, pois através destes ocorriam à sistematização do Movimento em nível estadual, “Dedicados à conscientização e à formação dos monitores, esses treinamentos têm-se constituído em um dos instrumentos educativos de maior alcance”<sup>281</sup>.

Outra forma de comunicação estabelecida entre a Equipe Local e os Monitores era a realização de programas radiofônicos, geralmente ocorria aos domingos, intitulado “Conversa com o Monitor”, em que os professores-locutores e supervisores dramatizavam certas situações de debate, uma delas também presente no relatório do Movimento de Educação de Base do primeiro semestre de 1965, que tinha como tema: “é certo que gente velha não deve ir à escola porque papagaio velho não aprende a falar?”, cuja discussão possuía o objetivo de desconstruir a ideia de que pessoas velhas não tinham mais condições cognitivas de serem alfabetizadas.

O MEB possuía intuítos que iam além do ensino básico para promover a alfabetização de jovens e adultos, prezava também a realização de trabalhos comunitários como forma de desenvolver a consciência coletiva em busca da melhoria da qualidade de vida dos moradores da localidade. Sobre esse objetivo, Palmira descreve que:

Então nós começamos realmente com a escola radiofônica. Já no fim nós fazíamos uma crítica, primeiro com a escola radiofônica. Nós queríamos que em torno da escola radiofônica fosse criado um núcleo de comunidade, e a partir da escola radiofônica, a comunidade se organizasse e começasse a trabalhar para superar suas dificuldades, seus problemas<sup>282</sup>.

<sup>279</sup> Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965, p. 22.

<sup>280</sup> Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965, p. 22.

<sup>281</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Segunda parte, p. 54.

<sup>282</sup> SOARES, 1997.

De acordo com a declaração de Palmira, o MEB propunha-se a desenvolver uma ação conscientizadora, na qual fosse capaz de motivar a comunidade a procurar meios de mudança, para combater seus problemas de ordem sócio-econômicos. É como se fosse lançada a semente, porém, a atitude deveria ser tomada pelos populares. Segundo Palmira, os responsáveis pela manutenção da escola seriam os próprios sujeitos da comunidade e o trabalho do monitor seria voluntário. Ainda sobre o trabalho do MEB, no qual excedia o ensino da leitura, escrita e dos números dizia respeito aos grupos comunitários, “Bom, então nós trabalhamos com a escola radiofônica e depois trabalhamos com grupos comunitários, nós criamos grupos comunitários. Tinha casa de farinha comunitária, roças comunitárias, tinha criação de pequenos animais, criação comunitária”<sup>283</sup>.

Em 1964, no início da ditadura militar brasileira, *O Dominical* trouxe uma matéria referente ao MEB, intitulada “Movimento de Educação de Base tem vasto trabalho de alfabetização” em que se mostrou entusiasmado mediante os resultados que estavam sendo alcançado, pois em dois anos o movimento cresceu bastante, visto que 25 municípios foram beneficiados e já eram contabilizados 286 escolas radiofônicas.

[...] Atualmente, com 286 escolas radiofônicas, depois de apenas dois anos de atividade, tendo começado com 36 escolas. Estas escolas espalhadas por todo o Piauí, atingindo muito mais que oito mil alunos, estão localizados nos municípios de Teresina, Campo Maior, Capitão de Campos, José de Freitas, Miguel Alves, Pedro II, Água Branca, Agricolândia, São Pedro do Piauí, Regeneração, Angical, Palmeirais, Elesbão Veloso, São Félix do Piauí, Valença, Prata, Demerval Lobão, Natal, Barro Duro, Alto Longá, Beneditinos, Amarante e São Gonçalo do Piauí<sup>284</sup>[...].

Através desse excerto, é possível verificar o árduo trabalho dos dirigentes do MEB e os resultados que foram alcançados. A faixa etária dos alunos girava em torno de 13 a 66 anos. O trabalho das escolas radiofônicas do MEB representava significativa importância no desenvolvimento social para o Piauí, visto que o analfabetismo caracterizava-se como um vilão, esta mazela era consequência da pobreza do estado. No Brasil em 1960 e 1970 o analfabetismo alcançou as taxas de 39,35% e 33,01% respectivamente<sup>285</sup>. No Piauí, entre a população de 10 anos e mais, nas décadas de 1960 e 1970 o analfabetismo correspondeu a 67,02% e 61,76% respectivamente<sup>286</sup>. De 1940 a 1970 houve um crescimento da rede primária na zona rural piauiense, que consistia na construção de prédios escolares com o

<sup>283</sup> SOARES, 1997.

<sup>284</sup> MOVIMENTO de Educação de Base tem vasto trabalho de alfabetização. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 18, 24 Maio 1964, p. 4.

<sup>285</sup> FONTE: ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1998.

<sup>286</sup> FONTE: BRASIL. IBGE: Censos demográficos de 1940 a 1980.

objetivo de atender a demanda populacional espalhada pelo estado<sup>287</sup>. Contudo, mesmo com essa ampliação, ainda era bastante decorrente a alfabetização em casas-escolas ministradas por professoras leigas. Porém, a rede primária era um ensino destinado para crianças e pré-adolescentes e, dessa forma, jovens e adultos não eram atendidos por essa educação, por isso, o MEB foi importante na alfabetização dessa parcela da sociedade, principalmente na zona rural, contribuindo para diminuir as taxas de analfabetismo, levando um ensino que tinha como intuito a formação integral do homem, visando:

Integrá-las no processo de desenvolvimento sócio-econômico, através da aquisição de novos conhecimentos e novas aptidões, exercendo um papel importante na comunidade, fazendo sentir os resultados da sua educação e mudança de atitudes pessoais, em serviços da comunidade e no acréscimo de produção da sua localidade. [...] Bem como, prepará-lo, através de atividades cooperativas, recreativas, cívicas, etc<sup>288</sup>.

A equipe do MEB-PI, em 1964, era composta por dezesseis pessoas, entre as quais o Pe. Isidoro era o Coordenador do movimento no Piauí e Dom Avelar ficava incumbido do papel de orientação. A rede de escolas radiofônicas era ampla e precisava de bastante articulação no desenvolvimento das atividades:

[...] No Piauí, o MEB possui ampla rede de alfabetização, tendo atuação efetiva e eficácia comprovada, através de atividades educacionais desenvolvidas em nossa capital e em mais de 25 dos nossos Municípios. O Movimento de Educação de Base surgiu, oportunamente, numa hora em que era preciso levar ao homem do campo os primeiros alicerces de uma educação sadia, livre, sobretudo, da Inspiração perigosa dos princípios comunistas [...] <sup>289</sup>.

Procurou-se atestar que o movimento estava sendo bem-sucedido em sua empreitada da alfabetização, isso se comprova com a anunciação do aumento de escolas e também do número de municípios. Outro fator que chama atenção nessa assertiva é o destaque que se fez ao não ligamento do MEB a ideologias comunistas, muito pelo contrário, tratou de manter uma postura combativa frente a princípios considerados de “inspiração perigosa”. De acordo com Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes Sousa, a Igreja, sob os auspícios de Dom Avelar, implantou e incentivou a sindicalização rural como uma forma de combater o crescimento das

---

<sup>287</sup> Ler mais em: SANTANA, Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco. **A constituição da rede escolar e a prática das professoras primárias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970**. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Piauí, 2011. Site <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/DISSERT%20Socorro%20Santana.PDF>, Data de acesso: 10/12/13.

<sup>288</sup> PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. MEB, **Teresina – 10 anos a serviço do desenvolvimento do Piauí. Relatório das atividades entre 1962-1972**. Teresina, 1972. p. 2.

<sup>289</sup> MOVIMENTO de Educação de Base tem vasto trabalho de alfabetização. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 18, 24 Maio 1964, p. 1.



Ligas Camponesas no campo, e por isso a Instituição se caracterizou como mediadora de conflitos no meio rural.

Se a rápida expansão das Ligas Camponesas no Piauí em março de 1962 acelerou a execução dos planos de sindicalização rural da Arquidiocese de Teresina, não parece razoável supor que essa foi à única motivação da Igreja Católica. Na medida em que a Arquidiocese desenvolveu seus trabalhos de sindicalização e formação de líderes, contando com o apoio de leigos, os sindicatos ligados à Igreja Católica também incorporaram as demandas mais urgentes dos lavradores piauienses, sendo, por isso, combatidos veementemente pelos grandes proprietários do Estado<sup>290</sup>.

O plano de ação da Igreja Católica estava pautado em doutrina social. Como já foi discutida nas seções anteriores, a Instituição estava mais sensível às questões das condições de vida dos menos favorecidos. Ramsés defende que a postura da Arquidiocese de Teresina, em incentivar a sindicalização rural, provocaria reações dos “grandes proprietários do Estado”, que teriam seus interesses ameaçados. Embora a Igreja justificasse sua ação como mediadora de conflitos, e se colocasse contra as Ligas Camponesas e o Comunismo, o sindicalismo promovia a reflexão das condições de trabalho dos camponeses no campo e, em contrapartida, isso geraria atitudes relutantes.

Interessante perceber a mudança no destaque, quando se tratou de Educação de Base em 1962, nas páginas de *O Dominical*, as quais sempre relacionavam essa instrução voltada para a formação reflexiva e completa do homem. Essa modificação de comportamento justifica-se pelo contexto social e político que o Brasil vivenciou a partir de 1964 com a Ditadura Militar Brasileira. O MEB possuía em suas diretrizes o desenvolvimento da conscientização dos sujeitos e os incentivava para transformar a realidade em que viviam, por meio de: associativismo, cooperativismo e iniciativas sindicais rurais. O MEB, por ser considerado um Movimento de Cultura Popular, tornava-se suspeito frente ao novo regime, pois alguns setores da sociedade conservadora, dentre eles alguns políticos e proprietários de terra, condenavam o Movimento, acusando-o de estar ligado ao comunismo. Por isso, era tão importante deixar claro o não envolvimento, e sim o combate a essa ideologia, para continuar mantendo o apoio financeiro do Governo Federal.

---

<sup>290</sup> Sousa, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de esperança**: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960. 2015. 412 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015, p. 61.

É importante frisar que, mesmo antes da instalação do governo militar, *O Dominical* trazia matérias de posicionamentos contrários ao comunismo, visto que esse semanário pertencia à Ordem Religiosa Católica e, dessa maneira:

Era certamente por ver na Igreja uma forte aliada para barrar a ascensão das ligas camponesas e, como se dizia, a penetração do comunismo no campo que o governo norte-americano, através da Aliança, via com bons olhos o trabalho do SAR no Rio Grande do Norte e o sindicalismo rural dirigido pelos padres Crespo e Melo em Pernambuco<sup>291</sup>.

Antes da instalação do golpe civil-militar, em 1964, a conjuntura política encontrava-se bastante polarizada entre esquerda e direita. Os ânimos já estavam bastante acirrados. Com isso, o MEB começou a sentir os impactos das forças conservadoras com a apreensão da cartilha “Viver é Lutar<sup>292</sup>”, produzida em 1963, censurada por ser considerada subversiva. O confisco do livro aconteceu em 20 de fevereiro de 1964<sup>293</sup>, por ordem do governador do Estado da Guanabara, o udenista Carlos Lacerda<sup>294</sup>, antes mesmo da instalação do Regime Militar, devido às pressões e as suspeitas da relação do Movimento com o comunismo e a radicalização de alguns centros, como por exemplo, Pernambuco, que se configurava de forma mais ativa e combatente, resultado também do envolvimento do MEB-PE com outros movimentos sociais. O episódio da apreensão da cartilha “reafirmou para alguns bispos a necessidade de “frear” as ações do movimento; por outro lado, demonstrou de uma forma

---

<sup>291</sup> FÁVERO, 2006, p. 102.

<sup>292</sup> “Viver é Lutar” foi uma cartilha própria do Movimento elaborada em 1963, que estava embasada com conteúdos conscientizadores para promover a alfabetização, ou seja, estava ligando a realidade do homem rural ao seu processo educativo, para tornar o ensino mais próximo de seu campo de experiência. Possuía palavras geradoras, uma didática desenvolvida por Paulo Freire, em que buscava encaixar o mundo vocabular do alunado nas lições., sendo composta por um conjunto de 30 lições que propuseram um jogo reflexivo da realidade do homem. Ex: “4º LIÇÃO: Pedro trabalha. Sua mulher também trabalha. Eles trabalham para sustentar a família. Mas a família de Pedro passa fome. O povo trabalha e vive com fome. É justo a família de Pedro passar fome? É justo o povo viver com fome?” (FÁVERO, 2006, p. 182). Essas lições são verdadeiras denúncias sociais, nas quais evidenciam a realidade da vida no campo. Elas inquietam as propostas de mudança social. O medo de essas cartilhas provocarem entre os camponeses lutas sociais em busca de mudança, como por exemplo, uma reforma agrária, fez com que o Governo Militar a tirasse de circulação. “Pode-se dizer que o MEB propôs nesses textos, por inteiro, os fundamentos de sua ação educativa. Viver é lutar, em especial, sintetiza a ideologia do Movimento, constituindo-se, em minha opinião, na sua produção mais significativa do período”. (FÁVERO, 2006, p. 179). “No final de 1963, foram feitos os contratos para a impressão e distribuição da *Viver é Lutar* com o Estúdio Gráfico Brasil. Foram encomendados 100.000 exemplares, divididos em duas remessas de 50.000. Em janeiro de 1964 a gráfica entregou os primeiros 45.000 livros, que foram enviados aos sistemas do MEB em caminhões. Dos 5.000 restantes, ficaram para trás 3.000, que se destinavam à diocese de Belém do Pará. Foram exatamente estes exemplares, os últimos da primeira edição, que foram apreendidos pela polícia de Lacerda” (TEIXEIRA, 2008, p. 144).

<sup>293</sup> FÁVERO, 2006, p. 112

<sup>294</sup> Fonte: carta enviada pela sede do MEB no Rio de Janeiro aos centros estaduais do MEB.

bastante clara, assim como o Método Paulo Freire, a relação entre os movimentos de educação e cultura popular com o contexto político polarizado da época”<sup>295</sup>.

A partir desse período, o MEB passou por uma reestruturação para continuar vigorando. Muitos movimentos considerados subversivos foram encerrados nesse período, como por exemplo: “De pé no chão também se aprende ler”, o Movimento Cultural Popular de Recife, entre outros, pois tudo que fosse considerado contra a ideologia do novo regime era censurado. A permanência do MEB se deu pelo prestígio que a Igreja Católica tinha perante o Governo Federal, mas, para isso, foram desenvolvidas ações de adaptação do movimento:

Iniciou-se um duplo e desgastante processo: interno, de enquadramento do MEB na estrutura tradicional da Igreja, traduzido nas propostas de redefinição e reestruturação, a primeira sintetizada nas diretrizes para o funcionamento, aprovadas pelo CDN em agosto de 1964 (MEB, 50), e a segunda na reestruturação interna, de setembro de 1966 (MEB, 64); e externo, de empenho institucional por parte da CNBB, decorrente da decisão de continuar a ação do MEB, submetendo-se às exigências do MEC, com vistas à obtenção e à liberação das verbas federais<sup>296</sup>.

De acordo com a assertiva acima, foi necessário trazer o MEB de volta para a supervisão da Igreja, visto que o desenvolvimento das atividades do movimento estava delegado aos leigos, que embora tivessem envolvimento com a Igreja, isso provocou certo distanciamento dos matizes católicos, que conseqüentemente, resultou na diminuição dos princípios dogmáticos católicos e se aproximaram cada vez mais do político, das associativas rurais, dos sindicatos. Outro mecanismo de controle do movimento se fazia com a supervisão do MEC sobre o MEB, principalmente a assuntos ligados a conteúdos e materiais didáticos. Para que o MEC pudesse acompanhar mais de perto as ações do movimento, foi solicitado que a sede do MEB fosse transferida do Rio de Janeiro para Brasília – DF. O movimento estava sob duplo comando da Igreja e do Estado. Isso tudo provocou certa desconfiguração do MEB, que precisou se adequar às novas exigências políticas para sobreviver.

A partir de 1964, o MEB começou a sentir seus primeiros sinais de crise, que se relacionaram com questões como a falta de recursos humanos e meios de transporte, ou seja, essas instabilidades representaram asfixia do Movimento, fazendo com que inibisse o desenvolvimento das atividades. Em matéria encontrada no jornal *O Dominical*, Pe. Isidoro interpela por um convênio entre o MEB e o Governo:

---

<sup>295</sup> TEIXEIRA, 2008, p. 143.

<sup>296</sup> FÁVERO, 2006, p. 113.

[...] Mostrou-se, entretanto, o Pe. Isidoro Pires bastante otimista. Ressentindo-se, porém, de falta de pessoal e transporte, achou que tendo o Estado um plano de alfabetização de adultos pelo Rádio, bem poderia haver convênios entre o MEB e o Estado, atendendo-se, assim, com mais eficiência, ao problema educacional do povo piauiense. Fez ver, por outro lado, que há uma grande necessidade de união, para solucionar os problemas do povo. O DOMINICAL, levando ao Governo a sugestão, espera conseguir, pelo menos, estudo para o caso<sup>297</sup>.

De acordo com o excerto anterior, o coordenador propôs um convênio entre o Governo e o MEB, colocando como principal objetivo a educação do povo piauiense, afinal, o analfabetismo era um problema que deveria ser combatido por ambas as forças, e por esse motivo, se tornariam mais fortes para enfrentar o inimigo se convergissem os esforços. Afinal de contas, o MEB executava um trabalho que era primordialmente incumbência do Estado. De acordo com o relatório do MEB-PI, de 1965, “nesta computação está incluída a importância paga pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura, ao pessoal (3 professores) postos a disposição do MEB-PI”<sup>298</sup>, evidenciando uma relação do Governo com o Movimento.

Um dos principais impasses vivido pelo MEB, no período pós-ditadura militar, foi uma crise financeira, que ocasionou no fechamento de muitos centros radiofônicos. Um dos principais centros, que mais teve destaque na primeira fase do movimento, o MEB – Pernambuco, teve o encerramento das atividades por falta de verba. Por volta de 1966<sup>299</sup>, essa realidade assolou grande parte dos polos espalhados pelo Brasil. Isso pode ser considerado uma asfixia ao Movimento, visto que levou ao fechamento do MEB-PE, um dos principais centros, reconhecido com um dos mais atuantes e combatentes no meio social. A crise financeira de 1966, e a insegurança de continuidade do projeto, foram questões que causaram aflição a todos no MEB, provocando um clima de incerteza.

O Movimento ficou à mercê da crise, atingindo os vários setores. “A capacitação, através de treinamentos a par de ser preocupação constante do MEB, foi, em 1966 seriamente prejudicado pela insuficiência de verba<sup>300</sup>”. O movimento tinha um cuidado especial referente à preparação do pessoal para o trabalho, pois prezava uma boa formação para que pudessem desenvolver com êxito o papel educativo.

A verba solicitada pelo MEB ao Ministério da Educação e Cultura para 1966, foi de Cr\$ 4.059.067.000. Essa quantia era considerada como

<sup>297</sup> COORDENADOR do MEB Sugere Convênio com Estado. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 45, 29 Nov. 1964. p, 4.

<sup>298</sup> Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965, p. 5.

<sup>299</sup> Relatório preliminar do Movimento de Educação de Base, 1966, p. 3.

<sup>300</sup> Relatório preliminar do Movimento de Educação de Base, 1966, p.8.

necessária à realização normal do trabalho. [...] Isto significa que, da verba solicitada ao MEC, apenas 20% foram aprovados e publicados no orçamento geral da União. A restrição financeira do MEB tornou-se ainda mais séria com o corte de 30% das verbas orçamentárias. Com êste corte, os Cr\$ 4.059.067.000 solicitados foram transformados em Cr\$ 560.00.000. A liberação dessa verba só se deu em julho. Êsse atrasado quase ocasionou na paralisação total do MEB no primeiro semestre de 1966<sup>301</sup>.

A crise orçamentária comprometeu o desenvolvimento das atividades de forma direta, pois se ficou impossibilitado de investir de maneira devida em supervisões, treinamentos, e/ou reuniões, isso repercutiu na diminuição de escolas, visto que elas ficaram praticamente abandonadas, sendo necessário o encerramento vários núcleos. Diante disso, apresentaremos uma tabela com dados nacionais para discutir as consequências da interferência do Regime Civil-Militar no Movimento.

---

<sup>301</sup> Relatório preliminar do Movimento de Educação de Base, 1966, p. 11.

**Quadro 1. Número de Escolas Radiofônicas por Unidades da Federação (1961-1966)**

| Unidades<br>Da<br>Federação | Nº EERR<br>em 1961 | Nº EERR<br>em 1962 | Nº EERR em<br>1963 |       | Nº EERR em<br>1964 |       | Nº EERR<br>em 1965 | Nº EERR<br>em 1966 |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------|--------------------|-------|--------------------|--------------------|
|                             |                    |                    | Set.               | Nov.  | Mar.               | Dez.  |                    |                    |
| Amazonas                    | -                  | -                  | -                  | -     | 30                 | 130   | 286                | 360                |
| Pará                        | 75                 | 362                | 500                | 500   | 705                | 548   | 765                | 781                |
| Piauí                       | -                  | 32                 | 145                | 139   | 286                | 207   | 209                | 187                |
| Ceará                       | 941                | 1.666              | 1.217              | 950   | 883                | 781   | 708                | 561                |
| R. G. Norte                 | 1.083              | 1.327              | 1.524              | 945   | 1.111              | 955   | 795                | 192                |
| Pernambuco                  | 74                 | 617                | 1.670              | 1.298 | 1.440              | 815   | 893                | -                  |
| Alagoas                     | -                  | 408                | 487                | 152   | 181                | 35    | 28                 | 35                 |
| Sergipe                     | 418                | 520                | 543                | 582   | 510                | 443   | 391                | 357                |
| Bahia                       | 70                 | 386                | 898                | 700   | 700                | 368   | 256                | 43                 |
| M. Gerais                   | -                  | 19                 | 139                | 120   | 120                | 152   | 72                 | 31                 |
| Goiás                       | 26                 | 261                | 190                | 147   | 211                | 104   | 40                 | 45                 |
| M. Grosso                   | -                  | -                  | 60                 | 40    | 83                 | 60    | 79                 | 41                 |
| Rondônia                    | -                  | -                  | -                  | -     | -                  | -     | -                  | 13                 |
| Total                       | 2.687              | 5.598              | 7.353              | 5.573 | 6.218              | 4.554 | 4.522              | 2.646              |

**Fontes:** Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Segunda parte, p. 90 e Relatório preliminar do Movimento de Educação de Base, 1966, p. 17.

Percebemos por meio deste quadro, que a principal área de atuação do Movimento concentrou-se no Nordeste, compreendendo todos os Estados dessa região. É relevante salientar que o Maranhão não está presente neste quadro, porque as ações do MEB não se desenvolveram neste Estado por meio de escolas radiofônicas, o funcionamento era diferenciado, consistia em animação popular e fomentação de atividades nas comunidades<sup>302</sup>. Interessante verificar que a principal área de atuação do Movimento acontecia em uma das regiões mais pobres do Brasil, em que as movimentações no campo estavam cada vez mais

<sup>302</sup> RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base: discurso e prática (1961-1967)**. São Luís, Universidade Federal do Maranhão e Secretaria de Educação do Estado do Maranhão. 1985.

recorrentes, “em 1975 a renda per capita era de somente 27,4% em relação ao restante do país”<sup>303</sup>. De acordo com Scott Mainwaring,

De 1955 a 1964, o Nordeste vivenciou conflitos intensos para organizar. Várias instituições e facções da esquerda competiam para organizar os camponeses e direcionar as suas ações políticas. [...] A criação dos sindicatos da Igreja e do MEB foram respostas claras a essa mobilização (favoráveis em alguns casos, defensivas em outros).<sup>304</sup>

O Nordeste caracterizava-se como uma região propícia às agitações populares por meio da formação das Ligas Camponesas, que incentivavam o desenvolvimento do senso político dos camponeses, perante as injustiças que sofriam no campo, com o intuito de promoverem levantes sociais. Embora alguns membros da Igreja defendessem essas manifestações, a postura adotada pela Igreja, principalmente a nordestina, consistia em incentivar a sindicalização rural, como um modo de “combater as Ligas Camponesa lideradas por Francisco Julião, simpatizante do socialismo, a Igreja fundou no Nordeste vários sindicatos, apesar dos empecilhos do Ministério do Trabalho para aprová-los”<sup>305</sup>.

Com relação ao quadro 1, é perceptível a progressão e regressão dos números de escolas radiofônicas no Brasil. Portanto, enquanto em todas as Unidades Federativas diminuíram significativamente as suas E.Rs., percebemos um efeito contrário nos Estados do Amazonas e Pará, em que tiveram seus números ampliados substancialmente, dado também o contexto histórico brasileiro em que as escolas radiofônicas estavam sofrendo ataques. Segundo Mainwaring, esse fator se deve a transformação da atuação dessa Igreja regional, na qual houve a inovação pastoral e o desenvolvimento do trabalho junto aos camponeses e aos índios.<sup>306</sup>

A redução desses números das escolas radiofônicas na maioria dos Estados estava intimamente ligada à instalação do Regime Civil-Militar, a perseguição aos centros e o sufocamento por meio da redução das verbas destinadas ao Movimento. Segundo Emanuel Kadt:

O levante político de abril de 1964 causou a paralisação completa das atividades do MEB em quase todos os *sistemas*, variando de uma semana a mais de três meses. Os militares invadiram ou fecharam escritórios, patrões fecharam escolas, material foi destruído ou confiscado, membros de quase uma dúzia de equipes locais foram presos por breves períodos ou chamados

<sup>303</sup> MAINWARING, 2004, p. 115.

<sup>304</sup> MAINWARING, 2004, p. 115-116.

<sup>305</sup> DEBALD, 2007, p. 58.

<sup>306</sup> MAINWARING, 2005, p. 106.

a depor na Polícia Militar. Monitores foram ameaçados, presos ou demitidos de seus cargos em meia dúzia de estados, o quadro de professores estaduais foi reincorporado pelas escolas estaduais.<sup>307</sup>

De acordo com o excerto e a exposição da tabela 1, o Regime Civil-Militar perseguiu o MEB duramente. Essas ações resultaram no esfacelamento de muitos núcleos radiofônicos e no encerramento total do MEB em Pernambuco. É perceptível ainda a repressão por parte de patrões. Em muitos lugares, as escolas radiofônicas funcionavam nas propriedades dos donos da Terra. Dessa maneira, os proprietários, assim como a Nova Ordem vigente, sentiram-se ameaçados pela postura de conscientização do ensino e da relação das escolas com sindicatos e outras organizações.

Diante dessa discussão e da apresentação do contexto nacional, é relevante analisar o desenvolvimento do MEB no Piauí, as consequências da crise orçamentária e a repressão do Regime Civil-Militar. De acordo com fontes do MEB-PI, temos os seguintes números:

#### SÍTESE EVOLUTIVA DO TRABALHO – MEB-PI

- Dezembro/61 – Treinamento para capacitação de pessoal e formação da equipe – 17 pessoas participaram;
- Janeiro/62 – Início do funcionamento – equipe formada p. 16 pessoas;
- 19 outubro/62 – Foi levada ao ar a primeira aula radiofônica, dirigida a 820 alunos, em 33 escolas;
- 1963 – Escolas acrescidas para 139, em 15 municípios, atingindo 2.775 alunos;
- 1964 -1970 – MEB-PI teve instaladas 300 escolas, com 15.575 alunos<sup>308</sup>;

<sup>307</sup> KADT, Emanuel. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, MEC, 2007. p. 219.

<sup>308</sup> Relatório – Movimento de educação de Base do Piauí – MEB-Teresina – 10 anos a serviço do desenvolvimento do Piauí. Relatório das atividades entre 1962-1972. p. 3.



**Quadro 2. Número e localização das Escolas Radiofônicas no Piauí (janeiro a junho de 1965)**

| ORDEM | MUNICÍPIOS      | Nº DE ESCOLAS |
|-------|-----------------|---------------|
| 1     | Agricolândia    | 9             |
| 2     | Água Branca     | 5             |
| 3     | Altos           | 7             |
| 4     | Amarante        | 17            |
| 5     | Angical         | 13            |
| 6     | Barro Duro      | 2             |
| 7     | Beneditinos     | 6             |
| 8     | Campo Maior     | 24            |
| 9     | Demerval Lobão  | 1             |
| 10    | Elerbão Veloso  | 3             |
| 11    | José de Freitas | 8             |
| 12    | Miguel Alves    | 1             |
| 13    | Monsenhor Gil   | 1             |
| 14    | Palmeirais      | 7             |
| 15    | Pedro II        | 4             |
| 16    | Regeneração     | 18            |
| 17    | São Gonçalo     | 3             |
| 18    | São Pedro       | 9             |
| 19    | Teresina        | 39            |
| 20    | União           | 45            |
| 21    | Valença         | <u>2</u>      |
|       |                 | 224           |

FONTE: Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965.

**Tabela 3. Localização, número de Escolas Radiofônicas e alunos**

|     |                    | E.R. Existentes em janeiro | E.R. que enviaram dados | Turmas |     | Total |
|-----|--------------------|----------------------------|-------------------------|--------|-----|-------|
|     |                    |                            |                         | “A”    | “B” |       |
| 1.  | Água Branca        | 4                          | 1                       | 4      | 6   | 10    |
| 2.  | Agricolândia       | 2                          | 1                       | 4      | 2   | 6     |
| 3.  | Altos              | 5                          | 1                       | 14     | 11  | 25    |
| 4.  | Amarante           | 17                         | 1                       | 4      | 5   | 9     |
| 5.  | Angical            | 12                         | 1                       | 16     | 7   | 23    |
| 6.  | Campo Maior        | 20                         | 16                      | 58     | 45  | 103   |
| 7.  | José de Freitas    | 7                          | 0                       | 0      | 0   | 0     |
| 8.  | Miguel Leão        | 2                          | 0                       | 0      | 0   | 0     |
| 9.  | Regeneração        | 15                         | 3                       | 15     | 17  | 32    |
| 10. | São Pedro do Piauí | 2                          | 0                       | 0      | 0   | 0     |
| 11. | Teresina           | 31                         | 11                      | 71     | 32  | 103   |
| 12. | União              | 31                         | 14                      | 87     | 93  | 180   |
| 13. | Valença            | 2                          | 0                       | 0      | 0   | 0     |
| 13  | -----              | 150                        | 49                      | 263    | 218 | 481   |

Fonte: Relatório semestral do Movimento de Educação de Base do Piauí – janeiro a junho de 1967

**Quadro 4. Número de municípios, escolas e participantes**

| Nº Municípios | Nº Localidades | Nº de Grupos | Nº Participantes |
|---------------|----------------|--------------|------------------|
| Teresina      | 12             | 18           | 218              |
| União         | 07             | 08           | 84               |
| Campo Maior   | 04             | 09           | 156              |
| Água Branca   | 04             | 05           | 37               |
| Regeneração   | 04             | 04           | 30               |
| 5             | 31             | 44           | 525              |

Fonte: Relatório – Movimento de educação de Base do Piauí – MEB-Teresina – 10 anos a serviço d desenvolvimento do Piauí. Relatório das atividades entre 1962-1972. p. 14.

A redução dos repasses financeiros para o MEB refletiu diretamente nas atividades desenvolvidas pelo Movimento. Com menos recursos, os supervisores não tiveram condições de acompanhar todas as localidades e escolas radiofônicas. Conforme dados expostos anteriormente no texto, em 1962 o MEB instalou 33 escolas radiofônicas, em 1963, um ano depois, o Movimento cresceu substancialmente, alcançando o número de 139 E.R. e atingindo 2.775 alunos. Até 1964, podemos observar altas nos números das E.R., porém depois da instalação do Regime Civil Militar e a diminuição da verba, verifica-se a redução dos municípios assistidos pelo MEB: em 1964, contava 23 municípios participantes do Movimento; em 1967, apenas 13; e em 1972 registrou a menor baixa, contabilizando somente 5 municípios, conseqüentemente representou a subtração das escolas radiofônicas, bem como

da quantidade de pessoas atingidas. Consta-se que os cinco municípios que continuaram são localizados próximos à Teresina, a sede do MEB-PI. Uma hipótese pertinente para essa situação diz respeito aos recursos escassos: sem verba para realizar muitas viagens e percursos longos, o Movimento se concentrou perto da sede, possibilitando uma maior assistência para essas regiões.

Sobre essa crise financeira, Maria do Carmos Alves do Bomfim, que trabalhou no movimento durante os anos de 1968 a 1972, destacou a: “dificuldade recorrente sobretudo da falta de recurso limitado (...) pela ditadura militar, as relações entre Igreja e Estado foram dificultadas e portanto, os recursos financeiros eram muito restritos”<sup>309</sup>. De acordo com esse trecho, Bomfim ressaltou indiretamente os conflitos entre a Igreja e o Estado. Um dos motivos pelos quais os recursos financeiros foram reduzidos, diz respeito à relação do MEB com grupos de esquerda, e a acusação de estar envolvido com o comunismo, que aos olhos do novo governo, tornava o MEB não atrativo, pois estas denúncias o faziam parecer subversivo e, por conta disso, deveria ser combatido.

A atuação da professora Maria do Carmo Bomfim se deu em um período mais agudo da ditadura militar, pois 1968 foi o ano marcado pelo “golpe dentro do golpe”, o sistema ditatorial ficou mais enrijecido, mais truculento e mais violento. Esse período de maior repressão também atingiu o MEB de maneira direta.

No entanto, essa não foi a única dificuldade que o MEB enfrentou com a repressão da Ditadura Militar. Como já foi mencionado, em 1968 iniciou o que se denominou como os anos de chumbo, o período mais violento e repressor. O MEB não escapou do controle desse período. De acordo com Bomfim, essa repressão se dava da seguinte forma:

No que diz respeito à relação Estado e Igreja, como já falei, eram relações muito difíceis, por conta da perseguição política, naquele período não apenas para o MEB, mas para funcionários em geral que trabalhavam com as camadas populares. E essa perseguição, no caso do MEB-PI, se deu de vários tipos, tanto na fiscalização desde a [inaudível], do material e também do aprisionamento do material, prisão de pessoas que trabalhavam no MEB<sup>310</sup>.

A relação entre Estado e Igreja ficou estremecida, porque não era do agrado dos líderes religiosos verem participantes de um movimento apoiado pela Igreja serem presos ou

---

<sup>309</sup> BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 2003. O arquivo dessa fonte encontra-se em áudio armazenado em um CD, disponível no Núcleo de História Oral da UFPI.

<sup>310</sup> BOMFIM, 2003.

estarem sob suspeita. A Igreja também era contra o comunismo, mas nesse período, a linha era muito tênue entre movimentos sociais e comunismo ou subversão. É possível verificar no acervo do MEB, no edifício Paulo VI localizada na Avenida Frei Serafim, Teresina-PI, os roteiros das aulas radiofônicas com o carimbo do departamento da Polícia Federal - TOF, aulas que diziam respeito a um curso de formação sobre agricultura.

A experiência de Palmira já foi um pouco mais dramática, ela foi espionada e chamada para um interrogatório. Sobre este fato, Palmira relatou:

Aqui nós de fato sofremos pressões, nossa programação de rádio era toda acompanhada, toda gravada, tinha gente mesmo gravando, fomos chamados, várias vezes, a responder por essa programação; eu mesma que fazia a programação tive que comparecer duas vezes no DOPS, duas vezes no 25º BC, a última vez que estive lá eu respondi a um Interrogatório. Também quando eu fui ao DOPS fui muito menos pela programação do MEB, mas mais por causa de um amigo nosso que estava envolvido com o movimento e deu o nome de padres e pessoas conhecidas dele como pessoas que eram adeptas do movimento dele e por isso vários padres foram chamados e eu fui também, fui interrogada no DOPS<sup>311</sup>.

Durante o período de 1968 a 1974, todos os conteúdos que eram divulgados pela mídia, independente de qual formato fosse, jornal, rádios, programas de televisão, peças teatrais, enfim, tudo deveria passar pelo crivo da censura do regime ditatorial. Conteúdos que fossem considerados subversivos eram proibidos de serem transmitidos. No Piauí, são poucos os relatos sobre torturas ou violências físicas nos acusados, em Teresina se desenvolveu mais a violência psicológica contra os presos ou suspeitos. Palmira foi marcada pelo horror da repressão, o abuso psicológico que é, também, capaz de marcar profundamente o sujeito.

As experiências de repressão que atingiram o MEB marcou a memória de quem vivenciou esses momentos. Segundo Bomfim:

O trabalho do MEB é um trabalho muito caro, para mim e para todas as outras pessoas do meu tempo que trabalhamos juntas, né. Porque era um trabalho de garra, com muita dificuldade, por exemplo, na época da ditadura militar, a professora Palmira ministrava aula de alfabetização na rádio Pioneira e tinha uma porta grande de entrada e ficava um agente da polícia federal ali para fiscalizar, né. Para você vê que era muito caro e ela resistiu todo tempo e depois saiu do MEB, depois o MEB teve outra etapa com outras pessoas<sup>312</sup>.

Interessante observar como a memória sobre o MEB é construída, Bomfim evidenciou algumas marcas, tais como: trabalho, garra, repressão e resistência. O trabalho tornou-se

---

<sup>311</sup> SOARES, 1997.

<sup>312</sup> BOMFIM, 2019.

duplamente mais complicado pela redução dos repasses financeiros ao Movimento e pela coerção do Regime Civil-Militar. Em contrapartida foi estabelecido um trabalho de resistência para que o MEB continuasse existindo. Dom Augusto relatou que

Naturalmente, chegamos a 64, aí houve aquele truncamento de tudo aquilo que pudesse ameaçar o Sistema. Quer dizer, um povo consciente, um povo alfabetizado poderia trazer empecilhos, obstáculos, no tempo da Ditadura, né. Então, mas mesmo assim o MEB não se extinguiu, foi apresentando projetos, foi contactando comunidades, dioceses, que foram aproveitando as ideias<sup>313</sup>.

Conforme o relato de Dom Augusto, o Governo Militar perseguiu e coagiu o Movimento, porque não era interessante para os interesses da Ordem Vigente cultivar cidadãos das classes populares ativos e conscientes. De maneira implícita, o entrevistado evidenciou as resistências do MEB. Os sujeitos concebem uma leitura a respeito de suas experiências. Nesse sentido, segundo Alberti a história oral possui especificidades que se destaca por “sua grande riqueza está em ser um terreno propício para o estudo da subjetividade e das representações do passado tomados como dados objetivos [...]”<sup>314</sup>. Dessa forma, a partir das narrativas de construção do vivido, podemos analisar as subjetividades e as representações que os sujeitos tecem em seus relatos.

Os relatos memoriais das ex-professoras do MEB trazem consigo a esperança de um projeto que representava a luta pela mudança da realidade das diversas comunidades piauienses, mas traz, também, o sofrimento do desenvolvimento do MEB frente aos empecilhos lançados pelo regime ditatorial brasileiro. Nesse sentido, a memória é o eterno retorno do passado no presente, as experiências já não pertencem mais ao passado, mas habita o tempo atual, é por isso que o trabalho da memória é uma reatualização constante do que passou. Também podem ser caracterizadas como cintilos, pois, como sugere Walter Benjamin, “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi; significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo’”<sup>315</sup>, ou seja, articular historicamente o passado está mais ligado ao movimento entre passado e presente em que essa relação pode se produzir através de mediações, da reflexão, em outras palavras, é a rememoração, na qual o presente interfere na leitura sobre momentos vividos no passado. Benjamin expõe a fragilidade da memória, tal como ela cintila, ou seja, a lembrança vai

---

<sup>313</sup> ROCHA, 2019.

<sup>314</sup> ALBERTI, 2004, p. 42.

<sup>315</sup> BENJAMIN, 1974, p. 695 apud GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. **Revista Projeto História:** trabalhos de memória. SP: PUC, n.17, nov./98, p. 213- 221. p. 214.

aparecendo de formas diferentes, o indivíduo vai metamorfoseando a narrativa do vivido de um mesmo acontecimento cada vez que ele o relatar.

Pela crise econômica que se instaurou, com verbas reduzidas, foi preciso elaborar uma medida de contra-ataque, a partir da qual as equipes locais passaram a desenvolver nas comunidades uma linha de Animação Popular, que transcendeu a atuação educacional do MEB, pois era uma ação que englobava a comunidade, devendo a iniciativa e o desenvolvimento partir das próprias pessoas. Geralmente, quem se colocava a frente eram os monitores, que na posição de líderes e conhecedor das fragilidades do lugar, atuavam na busca para solucionar os problemas. O MEB apenas prestava auxílio, sem muita interferência. Luiz Eduardo W. Wanderley esclarece que,

Na própria concepção de Movimento, o processo de *animação popular* transcendia o processo educativo. [...] Como complemento necessário do núcleo irradiador de todo o trabalho inicial do Movimento, ou seja, as escolas radiofônicas e toda a pedagogia radiofônica que as suplementava, percebido por algumas equipes como indispensável para dar continuidade à atuação nas comunidades<sup>316</sup>.

Este sistema de animação popular teve o apoio das comunidades piauienses que possuíam escolas radiofônicas. De acordo com o relato memorial da professora Maria do Carmo Bomfim<sup>317</sup>, a atuação do MEB se dava de forma direta através das animações populares, que eram desenvolvidas pelos próprios monitores, e indireta através das transmissões das aulas pelas escolas radiofônicas. Nesse período, era muito comum o desenvolvimento de ações comunitárias que visassem o benefício de todos, como construção de poços comunitários e roças, entre outras iniciativas.

A Rádio Pioneira de Teresina transmitia as aulas radiofônicas de segunda a sexta no horário de 18:15 às 19:00 e aos sábados 18:15 às 20:00 horas, após as quais o monitor tinha a incumbência em dar prosseguimento à aula, dinamizando os assuntos que foram transmitidos pelo rádio, cedendo espaços para esclarecimentos de dúvidas e a sociabilização dos conteúdos com os alunos. Relativamente, eram poucos minutos de aula, tendo em vista também o cansaço dos alunos que tinham um dia de labor, sendo que esses fatores, de certa forma, fragilizavam o processo de ensino e aprendizagem. Mas, vindo pelo lado positivo, os encontros também propiciavam momentos de interação e descontração entre os discentes.

---

<sup>316</sup> WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para Transformar**: Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis, Ed. VOZES, 1984, p. 224.

<sup>317</sup> BOMFIM, 2003.

**Quadro 5. Planejamento Mensal – conhecimentos Gerais – Maio de 1965**

|             |  |
|-------------|--|
| 1ª Semana:  | Quanto vale o trabalho do camponês   |
| 1º e 2º dia | Realização pessoal e a igualdade de valores  |
| 3º dia      | A recompensa do trabalho no plano material (remuneração)   |
| 4º dia      | A recompensa do trabalho no plano espiritual.  |
| 5º dia      | O trabalho como contribuição para engrandecimento nacional   |
| 6º dia      | Revisão.   |
| 2ª semana   | O trabalho de todos ajuda o trabalho de Deus   |
| 1º e 2º dia | O nosso trabalho continua a obra de Deus   |
| 3º dia      | O trabalho e a comunidade  |
| 4º dia      | O trabalho e a Nação   |
| 5º dia      | O trabalho e o mundo   |
| 6º dia      | Revisão  |
| 3ª semana   | Condições de trabalho: terra e assistência técnica   |
| 1º dia      | Condições de trabalho que o camponês tem; dependência da distribuição da terra (cambão, meia, terça) |
| 2º dia      | Ausência de assistência técnica no campo   |
| 3º dia      | Falta de crédito (venda de folha)  |
| 4º dia      | Problemas do intermediário   |
| 5º dia      | Necessidade e urgência por reforma agrária   |
| 4ª semana   | Como garantir o fruto do trabalho (cooperativismo)   |
| 1º dia      | Necessidade de união, solidariedade nos problemas comuns.  |
| 2º dia      | Forma de ajuda mútua   |
| 3º dia      | Ajuda e cooperação comunitária   |
| 4º dia      | Cooperativismo   |
| 5º dia      | Revisão  |

Fonte: Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965.

Podemos observar, através desse planejamento mensal elaborado para nível local, a preocupação da equipe em promover uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido pelo camponês no campo, no qual estabelece o esforço humano merecedor de recompensa, tratando, além disso, de um princípio ético-moral presente na Bíblia. Coloca o trabalho como

algo engrandecedor do ser humano, e possibilita uma visão do micro para o macro quando coloca o trabalho da escala local à escala mundial. Incita para uma reforma agrária, o que já é um princípio contrário às vertentes do novo governo e, por último, incentiva o cooperativismo, o amor e a ajuda ao próximo como meio de se desenvolver plenamente no campo.

De acordo com esse quadro programático de conteúdos a serem tratados, percebe-se, por meio do título “quanto vale o trabalho do camponês”, o desenvolvimento de discussões que fomentaram a formação de uma consciência crítica acerca do labor dos indivíduos, que girou em torno de conceitos simbólicos (o trabalho enquanto dignificação do homem) e financeiros (o valor justo a ser pago). Como não existia uma legislação até meados de 1960 que fornecesse parâmetros para a regulamentação do trabalho das pessoas que residiam no meio rural, ocorriam arbitrariedades por parte dos proprietários em relação à remuneração desses trabalhadores, segundo José Murilo de Carvalho: “ao mesmo tempo em que cerceavam os direitos políticos e civis, os governos militares investiam na expansão dos direitos sociais. O que Vargas e o Goulart não tinham conseguido fazer, em relação à unificação e universalização da previdência, os militares e tecnocratas fizeram após 1964”<sup>318</sup>, até 1964, os camponeses eram excluídos do direito à previdência e a melhores condições de vida. Em 1963, durante o governo de Goulart, houve elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural, com a intenção de implementar a legislação trabalhista que abarcasse o campo e a tentativa de estender a previdência ao campo, porém essa ação foi frustrada<sup>319</sup>.

Outro ponto bastante agudo, presente nesse quadro, diz respeito ao incentivo à reforma agrária. Verifica-se que houve um trabalho de preparação e amadurecimento da consciência política e crítica dos camponeses, quando são refletidas questões relacionadas às “condições de trabalhos que o camponês tem”, em que podemos inferir, de acordo com a historiografia estudada, que as circunstâncias de trabalho eram precárias, porque, consoante com o que foi exposto no parágrafo acima, eles estavam sujeitos aos proprietários das terras, e, como geralmente eles eram desassistidos pelo poder público, sofriam arbitrariedades dos patrões, visto que, no meio rural, o proprietário era a própria lei, deixando os camponeses bastante vulneráveis.

---

<sup>318</sup> CARVALHO, 2007, p. 170.

<sup>319</sup> CARVALHO, 2007, p. 153.



As condições de vida desses trabalhadores eram precárias, destoando bastante dos moradores das zonas urbanas. No quadro, também se observa o incentivo à distribuição de terras como uma maneira de compensar as disparidades sociais. Por meio do subtópico “Ausência de assistência técnica no campo”, depreende-se que as técnicas de trabalho eram rudimentares, logo, existia certa debilidade em relação às atividades desenvolvidas na cidade. E por fim, coloca como “necessidade e urgência por reforma agrária”, pois a compreendiam como um meio de compensar as fragilidades vividas no campo, e que, portanto, deveriam ser realizadas em caráter de emergência. De acordo com uma matéria escrita no jornal *O Dominical* nominada “A Encíclica ‘*Mater et Magistra*’ e a Reforma Agrária”, em que expõe a defesa do Papa João XXIII aos camponeses e o apoio à reforma por meio da Encíclica:

Uma sadia reforma agrária não deve se limitar a um simples processo de distribuição de terra [...] O que há de suma importância em revelações como estas é o sentido tipicamente social, influenciando na reforma das estruturas das empresas, urbanas e "rurais, através da distribuição não só dos rendimentos, mas da participação do trabalhador no domínio e gestão das empresas, que devem operar em regime solidário. A empresa agrícola, segundo um conceito humano e cristão, deveria funcionar como uma comunidade de pessoas. O associativismo é uma exigência vital. "Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns aos outros, e colaborar na criação de iniciativas cooperativistas e associações profissionais e sindicais". O Papa: recomenda ainda o desenvolvimento gradual e harmonioso do sistema econômico e, com esta intenção, vem em socorro da agricultura abandonada e esquecida, nesta fase de industrialização desconexa e divorciada do campo. O desenvolvimento gradual e harmônico entre todos os setores produtivos é assim um outro apelo humanista para a organização de uma civilização solidária. "É preciso que no setor agrícola se realizem as transformações que dizem respeito às técnicas da produção, à escola das culturas e à estruturação das empresas conforme as permitir ou exigir a vida econômica no seu conjunto; de modo que se atinja, logo que seja possível, um nível de vida conveniente, comparado com o do setor da indústria e dos vários serviços<sup>320</sup>.

Este trecho da matéria fundamenta adequadamente a discussão feita anteriormente, pois o MEB possuiu em sua essência influência da Igreja Católica e, dessa maneira, era natural que ele fosse afetado por certas tendências defendidas pela instituição, principalmente as de ordem progressista. Podemos inferir que este excerto ajuda a analisar a natureza da reforma agrária que aquele quadro programático estava tratando, visto que estavam priorizando muito mais do que a distribuição de terras, pois apenas isso não resolveria o problema dos camponeses, era preciso um trabalho muito mais acurado, para tentar equilibrar as disparidades sociais entre o setor urbano e rural.

---

<sup>320</sup> A ENCÍCLICA "Mater et Magistra" e a Reforma Agrária. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 16, 22 Abr. 1962, p. 3-2.

À vista disso, com relação ao compartilhamento dos lucros de acordo com o trabalho realizado por cada um, defendida na matéria, revela um caráter utópico, pois este sistema nunca chegou a ser concretizado no Brasil. Percebe-se, também, por meio das duas fontes, o incentivo à cooperação entre os populares da região; o autor da declaração acima destaca que deveriam se basear em conceitos “humano e cristão”, sendo o segundo item uma maneira de motivar o *status quo* do catolicismo no meio rural; desse modo, conseqüentemente, se formariam sindicatos e associações cooperativas entre os camponeses como uma alternativa para se tornarem mais fortes no enfrentamento de problemas comuns, tanto no combate às arbitrariedades no campo, tais como: remuneração injusta, falta de condições de vida adequada à sobrevivência, entre outras, como também, no desenvolvimento de atividades econômicas que beneficiassem a população residente do lugar. Enfim, todas as forças se convergiram para promover oportunidade de vida digna no campo para todos.

As aulas que eram transmitidas pelas escolas radiofônicas abrangiam vários assuntos, desde a formação elementar (ler, escrever, operações matemáticas), até noções de agricultura, higiene, e primeiro socorros, atendendo a concepção de educação de base.

Concluimos por meio deste capítulo, que o MEB contribuiu na promoção de uma consciência crítica aos problemas presente no cotidiano do meio rural, pois a ação de incentivar atividades por meio de cooperativas foi uma alternativa encontrada não apenas para propiciar a interação do grupo, mas também para o desenvolvimentos de trabalhos que beneficiassem a todos, tais como uma casa de farinhada. A educação proposta favoreceu aspectos da formação elementar, além de noções que atendiam outros aspectos da vida humana e que serviriam para aplicá-las em ações práticas do dia-a-dia. Dessa maneira, o ensino defendido pelo MEB possuía a intenção de fomentar a cidadania desses jovens e adultos. Porém, é relevante salientar, que houve certo distanciamento entre o MEB real e o MEB ideal. Como foi discutido anteriormente, algumas escolas radiofônicas não funcionaram obtiveram êxito. A falta de materiais e energia elétrica dificultaram o desempenho das E.Rs. Outro problema que fragilizou o Movimento foi a crise financeira, sentida a partir de 1964, que refletiu na diminuição dos núcleos escolares e na falta de verba para a realização de viagens de supervisão e treinamentos.

No próximo capítulo analisaremos as cartilhas de leitura do MEB e verificaremos em que medida elas atendiam os objetivos das diretrizes educacionais do Movimento,

examinando como essas lições promoviam a conscientização da realidade dos educandos, estimulando a consciência crítica e reflexiva sobre suas condições de vida.

#### 4. A VINCULAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS E DOS MANUAIS DIDÁTICOS DO MEB

A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanentemente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como *estão sendo* no mundo *com que e em que se acham*.<sup>321</sup>

Em sua trajetória, Paulo Freire defendeu uma educação contextualizada, porquanto deveria estar focada nas experiências cotidianas do alfabetizando, e conscientizadora, na medida em que o educando compreenderia seu papel como agente social e produtor de conhecimentos. Trata-se de uma proposta educacional que visa promover um ensino crítico que possibilite ao sujeito a reflexão de sua situação no mundo. Freire ficou conhecido como o “pedagogo dos oprimidos” por incentivar, por meio da educação, a práxis da liberdade. Freire se importou com o universo de vivência dos jovens e adultos analfabetos, possibilitando uma educação mais próxima aos educandos. Dessa forma, ele conseguiu fomentar o sentimento de identificação social, pois “nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais”<sup>322</sup>. Além disso, tinha como objetivo promover, através da educação, a dignidade, a humanização, a liberdade, a conscientização, a transformação, a reflexão e a autonomia, que são palavras-chave nas obras de Paulo Freire.

Os materiais didáticos do MEB têm influência de Paulo Freire. As cartilhas e livros de leituras foram confeccionados baseados na realidade dos alunos, ajustado à realidade dos sujeitos, que geralmente eram homens do campo. Os conteúdos são referentes à vida cotidiana, ao trabalho, à terra, assuntos que faziam parte do universo de experiência dos indivíduos.

Analisaremos o segundo livro de leitura *Mutirão*, produzido em 1965, período em que o MEB enfrentava algumas dificuldades junto ao novo Governo Militar, tais como perseguições e fechamento de centros radiofônicos. Dessa maneira, o Movimento foi condicionado a passar por adequações para não conflitar com o Regime. Por meio disso, poderemos perceber, na produção da cartilha *Mutirão*, reflexos dessa conjuntura histórica. O objetivo principal da seção é analisar o conteúdo das produções didáticas, como também, investigar sobre a formação de uma consciência cidadã inserida nos manuais. Compreendemos que essas produções didáticas estão investidas de função ideológica e

<sup>321</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005. p. 82.

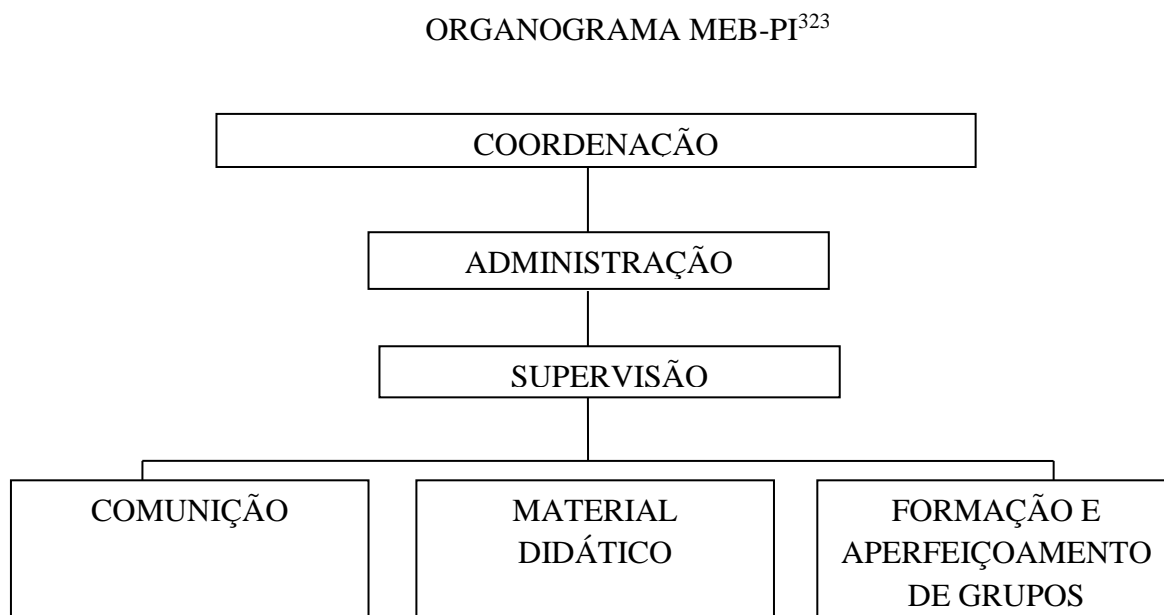
<sup>322</sup> FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação vol. 1. p. 61.

cultural que dialogam, mas também, duelam com os projetos políticos vigentes. Em síntese, questionamo-nos em que medida a proposta educacional do MEB contribuiu para a construção de uma concepção de cidadão fundamentada em uma noção de identidade cristã.

#### 4.1. O material didático do MEB

A partir de 1962, no Governo de João Goulart, as produções dos materiais didáticos do MEB partiram de dois setores: nacional e estaduais. Existiram produções de livros de leitura produzidos pela Coordenação Nacional do MEB, que eram encaminhados para todos os centros estaduais, como, por exemplo, a Cartilha *Viver é lutar* (1963). Em contrapartida, as aulas radiofônicas eram produzidas por coordenações locais, atendendo a demanda das necessidades das comunidades. Por esse motivo, as viagens de supervisão eram importantes, pois serviam como parâmetro para avaliar as localidades e conhecer a realidade dos alunos. Os responsáveis por realizar as expedições eram os supervisores.

O MEB Piauí estava organizado da seguinte forma:



Essa organização facilitava a sistematização e organização do Movimento. A coordenação ficava responsável: pelas correspondências, em promover estudo de equipe,

<sup>323</sup> Movimento de educação de Base do Piauí – MEB-Teresina – 10 anos a serviço do desenvolvimento do Piauí. p. 4.

participar de supervisão, planejamento e avaliação de trabalho, coordenar reuniões semanais, contato com entidades, coordenar as atividades do Sistema, contatos com o bispo, assinatura de cheques, administração de recursos, prestação de contas à equipe entrada e saída de recursos, mensalmente. A administração possuía a incumbência de: pagamento de pessoal, prestação de contas, pagamentos, levantamento do material necessário ao trabalho do sistema (mensalmente), concessão de férias e licenças, administração do pessoal, retirada de dinheiro em bancos<sup>324</sup>. A supervisão se dividia em três setores, comunicação, material didático e formação e aperfeiçoamento de grupo. O primeiro ficava encarregado de elaborar o programa radiofônico e emitir os programas. O segundo tinha a função de produzir os materiais didáticos utilizados na alfabetização dos alunos. O terceiro diz respeito à formação de treinamento de monitores, uma boa preparação era imprescindível, pois seriam eles os responsáveis pelo funcionamento das escolas radiofônicas, encarregados de exercer sua função presencialmente para dinamizar e discutir sobre o conteúdo transmitido pelo rádio com alunos.

O nosso estudo irá privilegiar a análise do livro de leitura *O Mutirão*, composto por 39 lições, produzido pela Coordenação Nacional do MEB em 1965 e distribuídos especialmente para as Coordenações Estaduais do MEB do Nordeste. Em sua conjuntura, podemos notar a influência do Movimento de Cultura Popular, pois no livro estão presentes conceitos como educação popular, cultura popular e conscientização. Conforme Wagner Teixeira “A educação e a cultura passaram a ser palcos de uma luta política que traduzia os conflitos sociais, expunha as contradições presentes na sociedade e norteava a disputa política”<sup>325</sup>.

As lições do livro de leitura *Mutirão* foram embasadas na realidade e no cotidiano dos trabalhadores, rurais ou camponeses, evidenciando suas lutas diárias, ao passo que se empenha em provocar, nos jovens e adultos, a reflexão de suas condições de vida, que contribuía para sua formação política.

Os primeiros anos da década de 1960 foram importantes na fomentação e desenvolvimento de movimentos de cultura popular que envolveram diferentes setores da sociedade, como universidades, intelectuais, a Ação Popular, entre outros, que deram origem ao Movimento de Cultura Popular (MPC) e ao Centro Popular de Cultura (CPC), que refletiram diretamente na educação popular e influenciaram movimentos como o MEB, e a

---

<sup>324</sup> Movimento de educação de Base do Piauí – MEB-Teresina – 10 anos a serviço do desenvolvimento do Piauí. p. 6.

<sup>325</sup> TEXEIRA, 2008, p. 76.

Campanha de Pé no Chão também se aprende a Ler, de Natal-RN. Podemos dizer que os primeiros anos antes do Golpe Civil-Militar foram bastante frutíferos como fator de transformação social.

O conjunto didático *O Mutirão* foi produzido em 1965, meses após a instalação do Regime Civil-Militar, porém, podemos notar a contribuição dos movimentos de cultura popular no que diz respeito à educação popular, percebemos ainda um teor crítico e conscientizante no conteúdo do livro de leitura. Podemos inferir que isso só foi possível porque antecedeu a 1968, ano que iniciou o período denominado de “anos de chumbo”, devido a maior repressão e endurecimento do Regime.

O MEB configurou-se como um movimento que desenvolveu a educação popular com o intuito de promover um ensino baseado na realidade dos sujeitos para estimular a conscientização dos alunos. Desse modo, segundo Felipe Ziotti Narita,

Diversas experiências em educação popular assinalam justamente uma preocupação com o público ao qual o ensino é dirigido – o que implica uma reflexão sobre a própria situação de exclusão socioeconômica e de incompletude das tarefas também incumbidas aos poderes públicos.<sup>326</sup>

Coforme o excerto, podemos defender que o MEB baseou sua educação pautada nas demandas das populações pobres, explorando assuntos como trabalho, religião, educação, política, entre outros. Assim, desenvolveu um ensino que abordou a conjuntura de desigualdades sociais que afetavam as pessoas nas áreas em desenvolvimento do Brasil, com o propósito de conduzir uma ação educativa reflexiva para motivá-las a reconhecerem seus direitos e deveres e lutarem por mudanças. Percebemos essas características imbuídas nas lições do livro *O Mutirão*.

Paulo Freire, um dos principais mentores da educação popular no Brasil, reconhecia a importância do ensino como forma de conscientização e transformação. Por isso, ele desenvolveu o método de alfabetização com intenções políticas, baseado na ideia de que “a educação brasileira sempre ignorou a política, a política nunca ignorou a educação. Não estamos politizando a educação, ela sempre foi politizada. Ela sempre esteve a serviço das classes dominantes”<sup>327</sup>. Por meio desta concepção, Freire trabalhou em uma perspectiva de educação “libertadora”, que possibilitasse a autonomia do oprimido. Por isso, ele sofreu

---

<sup>326</sup> NARITA, Felipe Narita. Temas, conceitos e processos em educação popular: uma discussão a partir das ciências sociais. Revista Eletrônica Cadernos CIMEAC, Ribeirão Preto-SP, v. 4, n. 2, p. 41-57, 2014. p. 48.

<sup>327</sup> FREIRE, 1979, p. 14.

coerção logo após a instalação do Regime Civil-Militar, pois representava uma ameaça à nova Ordem Vigente, por ser considerado subversivo.

Dessa maneira, podemos notar, por meio das diretrizes do MEB, o objetivo de propiciar uma educação conscientizadora com intenções políticas que estimulassem a reflexão e a mudança. Assim, o livro de leitura o *Mutirão* foi marcado por uma conjuntura de transição, que ainda carregava em si essas ideologias mais progressistas, porém, não mais de forma intensa e incisiva. Conseqüentemente, estes sinais de enfraquecimento da ideologia do Movimento eram resultantes das adequações ao novo Governo.

#### **4.1.1. I Encontro Nacional de Coordenadores**

A nossa análise irá percorrer por dois eventos que influenciaram diretamente na produção dos livros de leitura do MEB. O primeiro, I Encontro Nacional de Coordenadores do MEB realizado em Recife durante os dias 5 e 15 de dezembro de 1962. O segundo, I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular que aconteceu em Recife entre os dias 15 e 21 de setembro de 1963. Interessante observar que esses dois eventos foram executados em uma capital nordestina, que representou um dos principais centros de movimentação popular na década de 1960. Dessa forma, podemos destacar: Estado do MEB-PE, um dos mais atuantes; cidade de atuação de Paulo Freire, Estado com frente esquerdista, representado pelo governador Miguel Arraes; capital com uma União de Estudantes (UNE) bastante ativa, na qual conduzia o MCP. Por meio dessas informações, podemos inferir que Recife era o lugar mais propício para a realização desses eventos e também mais simbólico, por representar um espaço de movimentos populares.

O I Encontro Nacional de Coordenadores foi marcado pela “ideia de uma transformação radical da realidade brasileira”, que “deu a tônica do Encontro, diante da necessidade urgente de realizar essas mudanças”<sup>328</sup>, com temas que exploraram a conscientização, e a situação da realidade brasileira. O Encontro representou um marco para a nova postura do Movimento. Interessante salientar que o evento ocorreu um ano após a sua fundação, nesse período, como já foi destacado anteriormente, o Movimento cresceu bastante, os números dobraram. Em 1961 eram 2.687 rádios que atendiam 38.734 alunos, em 1962

---

<sup>328</sup> TEXEIRA, 2008, P. 97.



eram 5.596 aparelhos que atingiam 108.571 alunos, estando o trabalho do MEB mais concentrado no Nordeste<sup>329</sup>. Houve uma aproximação maior do MEB com as comunidades e conseqüentemente uma visão mais acurada dos problemas socioeconômicos que atingiam as áreas rurais. Por isso, conseguiram elaborar ações direcionadas a essas necessidades:

O MEB existe em função de uma realidade nacional que necessita de transformações urgentes porque, subjulgando o homem, priva-o de sua atividade criadora e o coloca à margem do processo histórico. Consciente de que a promoção dêse homem só tem sentido se êle mesmo a assumir, o MEB, engajado com o povo nesse trabalho de mudança social, estabelece seu compromisso com êsse mesmo povo. Nunca com qualquer tipo de estrutura social ou qualquer instituição que pretenda substituir o povo<sup>330</sup>.

Conforme o excerto acima, podemos observar a preocupação do Movimento frente ao cenário político e à configuração da sociedade brasileira que, em muitos aspectos, negligencia o homem como agente social capaz de refletir sobre suas circunstâncias sócio-político-culturais e promover mudanças sociais por meio de ações planejadas individuais ou coletivas. Parafraçando uma ideia de Paulo Freire, “sujeito x objeto”, o intuito do Movimento era incentivar o homem a abandonar sua postura de objeto, para torna-se sujeito do seu próprio processo histórico. Para isso, o homem tem que se fazer consciente para lutar por mudança social. Porém, o povo não estaria sozinho nessa empreitada, o MEB se comprometeu a engajar-se junto com ele. Como defende Freire, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”<sup>331</sup>.

Os assuntos que foram debatidos no I Encontro Nacional de Coordenadores foram diversos. Perpassaram por vários temas que foram necessários para repensar a postura do MEB, tais como: Realidade internacional e brasileira, processo de conscientização, sindicalismo, reforma agrária e cultura popular<sup>332</sup>. O evento priorizou uma visão macro para conseguir instrumentalizar a educação de base do Movimento.

O texto produzido sobre a *Realidade Brasileira* foi elaborado por Luis Eduardo Waldemarin Wanderley, no qual tratou sobre a questão da soberania nacional, e defendeu que “para que o processo de libertação dos povos colonizados seja autêntico, e não haja submissão

<sup>329</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Segunda parte, p. 90.

<sup>330</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Primeira parte, p. 16.

<sup>331</sup> FREIRE, 2005, p. 58.

<sup>332</sup> CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB, **Índice dos assuntos tratados, I Encontro Nacional de Coordenadores**. Recife, 1962. Disponível em: [http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

a um ‘bloco’ ou outro, se faz necessário um eficiente trabalho de politização do povo, bem como um desenvolvimento seguro de liderança”<sup>333</sup>. Ainda nesse mesmo texto, foi realçada a importância do Concílio Vaticano II como um evento revolucionário e, por conta disso, os católicos progressistas enfrentavam problemas por causa da conjuntura histórica do momento, na qual, devido a esse engajamento, eram “taxados” de comunistas.

Outro tema discutido foi a “promoção da mulher”. Sobre a realidade brasileira foram pontuadas as seguintes questões: “Ateísmo da civilização burguesa”; a “propriedade” relacionada à injustiça da estrutura social vigente. Logo se coloca como solução o “processo da transformação” para reverter essa ordem. Destacou também a “reforma de base” e a “posição da Igreja”. Toda essa discussão culmina na análise do “MEB e realidade”, que defende que “o MEB não venha constituir um paliativo, deverá ser repensada toda sua orientação, em função das necessidades do Brasil”<sup>334</sup>. No texto, é possível observar os anseios de embasar “o MEB como um movimento de vanguarda pra desenvolver um processo acelerado de mudança. Ele constitui um movimento cujo compromisso deve ser essencialmente com o povo (povo dominado)”<sup>335</sup>, colocando em evidência dois polos: oprimidos X dominantes. Por fim, destaca: “Na medida que se politiza o homem do campo ele irá exigindo a satisfação das duas necessidades e pressionando as mudanças (...). Revolução violenta hoje é suicídio”<sup>336</sup>. Dessa forma, ele atesta que uma educação que conscientiza o povo é a forma mais eficaz para se atingir a mudança, sem precisar utilizar meios violentos.

O texto o *Processo de conscientização*, produzido por Luiz Sávio de Almeida, abordou esse processo relacionado diretamente à politização. Circunscreveu o homem a seu ambiente, no qual está influenciado por duas instâncias: tempo e espaço e, por uma terceira dimensão: a transcendentalidade<sup>337</sup>. Destacou também a existência do homem entre “autêntica x alienada”, em relação à primeira postura encontra-se um sujeito crítico e profundo, enquanto

---

<sup>333</sup> CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB, **Realidade Brasileira, I Encontro Nacional de Coordenadores**. Recife, 1962. p. 2 Disponível em: [http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>334</sup> MEB, Realidade Brasileira, I Encontro Nacional de Coordenadores, Recife, 1962, p.7.

<sup>335</sup> MEB, Realidade Brasileira, I Encontro Nacional de Coordenadores, Recife, 1962, p. 8.

<sup>336</sup> MEB, Realidade Brasileira, I Encontro Nacional de Coordenadores, Recife, 1962, p.13.

<sup>337</sup> CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB, **Processo de conscientização, I Encontro Nacional de Coordenadores**. Recife, 1962. p. 2. Disponível em: [http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

o segundo torna-se apenas objeto do processo, um mero figurante, sem ação e sem pretensões. Para o MEB, fazia-se necessário um povo autêntico, pois “caso a realidade não se ponha de acôrdo com sua noção de mundo, compromete-se e parte para modificá-la, vindo de uma criticização feita, obra de sua consciência”<sup>338</sup>.

De acordo com a compreensão do texto, percebemos que o homem é modificador e produtor de cultura, pois “êste homem habita dentro de um tempo e de um espaço; à medida que êle consome tempo e incide sôbre o espaço, constrói a história, força a cultura, e ela a civilização”<sup>339</sup>. Almeida discutiu a relação da cultura elite X popular, a primeira como alienante e dominadora e a segunda como encarnação do espírito do povo. Apontou que a consciência estrutura-se em uma ordem de valores que fundamentam o agir dos sujeitos. Continuando sua linha de raciocínio, classificou a consciência em três tipos: simples, ingênua e crítica. O autor desenvolveu a ideia do processo partindo do ponto da necessidade da “formação da consciência crítica”, para que consequentemente, estimule o “movimento do grupo de pressão”. Um instrumental importante que Almeida enfatizou para o processo é a comunicação entre os indivíduos, assim como a valorização da realidade dos sujeitos. Por fim o autor elencou as conclusões às quais chegou sobre o processo de conscientização:

- 1- Entendemos por conscientização um processo educativo destinado a formar no homem a consciência histórica, a partir de uma consciência crítica da realidade. Êste processo é dinâmico e deve levar o homem a engajamentos que visam a transformação radical dessa realidade.
- 2- A conscientização, sendo um processo educativo, deve levar uma mensagem. Tôda mensagem é informada por valores. A conscientização deve, pois, ser informada num corpo coerente de valores. Tais valores universais, explícitos pela consciência histórica atual, não serão-isso é importante impingidos, mas pelo diálogo e pela ação refletida, serão descobertos em conjunto com o grupo que se está conscientizando.
- 3- Podemos aproveitar valores de outras ideologias, mesmo de uma ideologia marxista, pelo simples fato de nelas encontrarem valores universais.
- 4- Entendendo “precipitar etapas” não como pular etapas, - mas acelerar o processo da história, pode-se e ate deve-se precipitá-las, desde que os caminhos estejam delineados<sup>340</sup>.

Com relação à primeira, notamos que o intuito do MEB era promover uma educação que desenvolvesse a conscientização dos sujeitos, tornando-os engajados na luta por transformações sociais, sendo, para isso, necessária a formação de uma consciência crítica frente à realidade, para que pudessem traçar um planejamento para a ação. O segundo item

---

<sup>338</sup> MEB, Processo de conscientização, I Encontro Nacional de Coordenadores, Recife, 1962, p.3.

<sup>339</sup> MEB, Processo de conscientização, I Encontro Nacional de Coordenadores, Recife, 1962, p.4.

<sup>340</sup> MEB, Processo de conscientização, I Encontro Nacional de Coordenadores, Recife, 1962, p.18.

destaca que as mensagens são revestidas de valores, de intenções. Valores universais estão relacionados com a dignidade humana. Outra questão relevante a salientar é que o trabalho da descoberta é feito mediante o diálogo e pela reflexão. É importante que essa ação seja feita pelo grupo para que todos tenham êxito. O terceiro ponto evidencia certa simpatia ao marxismo. O quarto tema é mais um esclarecimento.

O texto elaborado sobre *Sindicalismo* apontou como motivação para a atividade no Brasil as encíclicas *Rerun Novarum* do Papa Leão XIII, *Quadragesimo Anno* do Papa Pio XI e *Mater et Magistra* do Papa João XXIII. De um modo geral, as três encíclicas se preocuparam com a “Defesa da moral cristã como base do edifício social e Justiça Social conforme a Doutrina Social da Igreja”<sup>341</sup>. O texto traçou um contexto histórico para justificar a atuação do sindicalismo, que dividiu em “escravidão, servidão, salariado, socialização” e colocou o trabalho desenvolvido como defensor da dignidade humana. Abordou também sobre o sindicalismo internacional. Categorizou o sindicalismo em urbano e rural, visto que as realidades e as necessidades dos dois meios são diferentes. Abordou a relação dos sindicatos rurais e as escolas radiofônicas:

As experiências estaduais têm variado quanto à criação em algumas escolas radiofônicas é que são as sementes de sindicatos, em outras onde há equipes que começam a sindicalização primeiro os sindicatos é que solicitam escolas. O sindicato pedindo escolas já é o fruto de uma consciência da comunidade<sup>342</sup>.

A relação entre escolas radiofônicas e sindicatos foi se configurando por meio do trabalho que incentivava o associativismo nas comunidades, como uma maneira da população rural se proteger. De uma maneira geral, o sindicalismo era defendido da seguinte maneira: “a necessidade de sindicalização é um direito do trabalhador e se cristãos agem neste campo é na linha de justiça e de uma promoção autêntica do homem rural, para as quais o sindicato é um instrumento urgente e exigência vital”<sup>343</sup>.

O texto *Reforma agrária*, elaborado por José Olímpio Vera, abordou o contexto do início de 1960, quando se discutia sobre as reformas de base. Defende que “reformas de base

<sup>341</sup> CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB, *Sindicalismo, I Encontro Nacional de Coordenadores*. Recife, 1962. p. 3. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>342</sup> MEB, *Sindicalismo, I Encontro Nacional de Coordenadores*, Recife, 1962, p.8.

<sup>343</sup> MEB, *Sindicalismo, I Encontro Nacional de Coordenadores*, Recife, 1962, p.7.

– a agrária – é justamente o espírito humano e cristão preocupado em salvar o mais importante dos direitos do homem do campo, que é o direito de viver condignamente”<sup>344</sup>, por meio dessa ideia, percebemos que a justiça social do movimento é embasada por princípios cristãos, seguindo a lógica defendida pela Igreja. O autor esclarece em qual perspectiva é compreendida a reforma agrária:

A reforma agrária não se apresenta como uma simples distribuição de terras, mas significa muito mais uma mudança completa da vida rural, quer dizer uma transformação de estrutura e mentalidade. Daí ter de ser uma necessidade sentida pelo povo para que, por êle mesmo possa ser realizada e não imposta de “cima para baixo”<sup>345</sup>.

Por meio do excerto, fica evidente que precisa ocorrer o processo de conscientização para que o povo se torne engajado na causa por mudanças em sua própria realidade. A ação apenas de conceder-lhe terras tem uma postura paternalista, algo que de certa forma condiciona o homem a estabelecer laços de dependência com outrem, o que implicaria sua domesticação. O problema da desigualdade de distribuição de terras é apontado por Vera como uma consequência do período das sesmarias, uma prática pertencente ao período colonial. A situação atual, apontada pelo autor, é marcada pela expansão industrial a partir de 1941, que beneficiou apenas os trabalhadores urbanos, amparados por leis trabalhistas, enquanto o trabalhador do campo não foi amparado por tais leis, sofrendo exploração. A pergunta que Vera lança para debate no I Encontro Nacional de Coordenadores é a seguinte “O M.E.B está de fato trabalhando para promover a reforma agrária?”.

O texto *cultura popular* iniciou as discussões apresentando o termo “democratização da cultura” como um fator que adveio após a Segunda Guerra Mundial. Em sequência abordou que a cultura popular, em países em desenvolvimento, deveria atender os diversos setores da sociedade. Criticou o ensino promovido pelo Estado como planejado e sem unidade coerente. Evidenciou o trabalho de outras organizações, com dos MCPs e do MEB, como responsáveis por “colocar o povo em contato com instrumentos de cultura: rádio, TV, cinema, teatro, folclore, e etc.”<sup>346</sup>, mas adverte para a importância do diálogo com o intuito de

---

<sup>344</sup> CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB, **Reforma agrária, I Encontro Nacional de Coordenadores**. Recife, 1962. p. 1. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>345</sup> MEB, Reforma agrária, I Encontro Nacional de Coordenadores, Recife, 1962, p.1.

<sup>346</sup> CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Cultura popular, I Encontro Nacional de**

promover a assimilação dos valores culturais. O texto ainda defendeu que o MEB deveria incentivar a cultura popular embasada em princípios da conscientização de si e do seu mundo, ação necessária para “descobrir seus próprios valores e aprender a lutar para obtenção do que considera serem seus direitos”<sup>347</sup>. Dessa maneira, é perceptível a preocupação do movimento com a formação de um cidadão ativo, consciente de seus direitos e deveres.

Em outro texto do MEB, *Cultura e cultura popular*, cultura foi conceituada como “o fazer do homem. Tudo que o homem faz e acrescenta à natureza, tudo aquilo que não é natureza. Cultura é a marca da presença humana no mundo. Transformando a natureza o homem se afirma e realiza-se como homem”<sup>348</sup>. O texto ainda destacou que essa realização é executada por meio da comunicação entre os homens, visto que a cultura entre o grupo só terá sentido se for compartilhada por todos. Dessa maneira, a comunicação se configura como mediador entre os homens para haver a circulação de valores. A posição que o sujeito assume é como produtor de cultura em seu meio social, e é por isso que se compreende que todo povo tem sua cultura, pois age diretamente em sua realidade.

Logo, essa característica foi marcante na produção dos livros de leitura do MEB no seu quinquênio. Sobre essa questão do natural X cultural que o homem opera em sua realidade, Paulo Freire defende “não se reduzindo a nenhuma das duas dimensões – a natural e a cultural – de que participa, da primeira pelo seu aspecto biológico, da segunda, pelo seu poder criador, o homem é um ser eminentemente interferidor”<sup>349</sup>. A atuação do homem no mundo é trabalho, e está relacionado diretamente às significações construídas em seu meio. Carlos Estevam definiu a cultura como “a rigor, quer dizer tudo que não é exclusivamente da natureza e passa a significar praticamente tudo num mundo como o de hoje penetrado por todas as partes pela ação criadora do trabalho humano”<sup>350</sup>.

---

**Coordenadores.** Recife, 1962. p. 3. Disponível em: [http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>347</sup> MEB, *Cultura popular*, I Encontro Nacional de Coordenadores, Recife, 1962, p. 4.

<sup>348</sup> CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, *EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS*. MEB, *Cultura e cultura popular. Resumo das discussões dos Dias de estudo do MEB/Nacional*, 1963. p. 1. Disponível em: [http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>349</sup> FREIRE, 1985, p. 101.

<sup>350</sup> ESTEVAM, Carlos. A questão da cultura popular. In: FÁVERO, Osmar (org). *Cultura popular e educação popular*: memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 37.

A cultura se relaciona com o processo histórico, visto que o homem é um agente transformador do mundo; os homens se reconhecem entre si; o sujeito se posiciona como criador de um mundo, resultando em sua realização enquanto homem<sup>351</sup>. Dessa maneira, “criando e recriando, integrando-se às condições do seu contexto, respondendo a seus desafios, auto-objetivando-se, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo – o da história e o da cultura”<sup>352</sup>. O mundo humano é feito a partir da “integração” do sujeito à natureza, mas, por conta de suas ações, ele adquire o domínio sobre a natureza. Sobre essa questão, Estevam defende “o avanço do homem no conhecimento e no domínio prático da natureza sobrepôs ao mundo dado um gigantesco conjunto de meios adequados à satisfação das necessidades naturais”<sup>353</sup>. Dessa forma, o homem opera em seu mundo para promover uma ação criadora que o beneficie em suas necessidades.

A cultura popular está relacionada diretamente ao agir do homem em seu mundo como criador de sua cultura. Mais que isso, é promover a valorização dessas produções populares. O texto do MEB deixou claro que “uma cultura verdadeiramente popular seria uma cultura em que todos os homens de uma sociedade participassem na sua elaboração, como no seu significado. Em uma sociedade como a nossa é impossível estruturar-se uma Cultura Universal”<sup>354</sup>, porém, “a cultura popular foi um termo de circunstância para expressar a separação existente entre os padrões culturais em uma sociedade estratificada”<sup>355</sup>. Fica claro que a sociedade brasileira, herdeira de um passado escravocrata e com uma realidade de desigualdades sociais, seria incapaz de produzir uma cultura que privilegiasse a todos, em suas particularidades. Por isso, em 1960, no Brasil, iniciou-se o movimento de cultura popular para valorizar a cultura das massas populares e por meio desta promover a conscientização. Essa atitude foi necessária, pois havia uma cultura elitizada destinada a atender a necessidade dessas camadas mais altas.

As ideias sobre cultura popular surgem no Brasil no início dos anos de 1960, advindas de alguns países da Europa que discutiam a elitização da cultura e o acesso do povo aos bens culturais. Dessa forma, a cultura popular surge como uma reação dos intelectuais brasileiros à cultura desenvolvida no país que servia apenas à classe dominante, buscando, a partir da tomada de

---

<sup>351</sup> MEB, Cultura e cultura popular. Resumo das discussões dos Dias de estudo do MEB/Nacional, 1963, p. 1.

<sup>352</sup> FREIRE, 1983, p. 101.

<sup>353</sup> ESTEVAM, 1983, p. 37.

<sup>354</sup> MEB, Cultura e cultura popular. Resumo das discussões dos Dias de estudo do MEB/Nacional, 1963, p. 2.

<sup>355</sup> MEB, Cultura e cultura popular. Resumo das discussões dos Dias de estudo do MEB/Nacional, 1963, p. 2.

consciência acerca da realidade brasileira, a elaboração de uma cultura livre e autêntica que pudesse integrar todos os homens no processo histórico<sup>356</sup>.

Além de promover a valorização da cultura popular, existiu outro objetivo mais profundo, que era a conscientização das massas de sua condição histórica, de seus problemas socioeconômicos e de possíveis soluções. Dessa forma, “a cultura popular, essencialmente, diz respeito a uma forma particularíssima de consciência: a consciência política, a consciência que imediatamente deságua na ação política. Ainda assim, não a ação política em geral, mas a ação política do povo”<sup>357</sup>. Assim, o indivíduo torna-se sujeito, pautado por uma consciência política que visa mudanças sociais, mas esse é um trabalho que se alcança em comunhão. De acordo com Ferreira Gullar, a cultura popular “deve se desenvolver em todos os níveis simultaneamente, como criação e como crítica, junto aos intelectuais e junto ao povo”<sup>358</sup>. Dessa maneira, a ação deve partir em conjunto com os sujeitos, a produção cultural não deve ser feita para o povo, mas com o povo, assim, todos conscientes lutarão por mudanças sociais. Essa discussão foi parte dos movimentos de cultura popular.

Esses assuntos, discutidos no I Encontro Nacional de Coordenadores, fundamentaram uma atuação do MEB mais motivado a engajar transformações nas comunidades que funcionavam as escolas radiofônicas, pois além de promover a alfabetização, incentivavam a formação de uma consciência crítica. Dessa forma, reformularam o conceito de Educação de Base:

Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como Educação de Base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro<sup>359</sup>.

<sup>356</sup> RODRIGUES, Edivânia Duarte. **Estratégias argumentativas na construção do discurso ideológico**: um estudo da produção didático-pedagógico do MEB. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 36.

<sup>357</sup> ESTEVAM, 1983, p. 39.

<sup>358</sup> GULLAR, Ferreira. Cultura popular. In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 53.

<sup>359</sup> CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB. **Conclusões 1. I Encontro Nacional de Coordenadores**. Recife, 1962. p. 3. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.



De acordo com o excerto, a Educação de Base que o MEB se propôs a realizar possuía o intuito de conscientizar o sujeito criticamente, seria esse o fator determinante para que o povo reconhecesse sua situação histórica e sua realidade e provocassem mudanças em seu meio, com um objetivo maior de transformar todo o Brasil. Dessa forma, seguiria uma linha de atuação que partiria do micro para o macro. O MEB deixou claro a sua preocupação com a dignidade dos homens, e promover condições de vida digna para a população era outro objetivo do Movimento. É evidenciado que o MEB iria auxiliar na capacitação dos homens, porém, salientou que essa luta pertencia ao povo. O fragmento acima também abordou sobre a questão da cultura popular enquanto transformadora, mas ressaltou a característica “autêntica” no sentido de ser feita com o povo. Todas essas discussões contribuíram na elaboração dos livros de leitura do MEB, especificamente *O Mutirão*.

#### **4.1.2. I Encontro Nacional de Alfabetização**

O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, que aconteceu em Recife entre os dias 15 e 21 de setembro de 1963, colaborou com a atuação do MEB e o influenciou em suas produções didáticas. De acordo com Teixeira, “além do apoio imediato do governo pernambucano, desta conversa saiu a ideia de ampliar o encontro e torná-lo nacional, nasceu assim o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. Fruto das articulações políticas do MPA<sup>360</sup> com o apoio do governo pernambucano”<sup>361</sup>. O evento foi marcado pelo ecumenismo, pois reuniu diversas organizações que promoviam o movimento de cultura popular, a começar pela formação da cúpula que compunha o evento, conforme Teixeira aponta: “MEC, Secretaria de Educação e o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, a União Nacional de Estudantes, o Movimento de Educação de Base, Instituto de Cultura Popular de Goiás e a Divisão de Cultura da Secretaria do Rio Grande do Sul”<sup>362</sup>. Foi um Encontro propício para socializar as experiências de cultura popular e de alfabetização realizadas em todo país, um momento para recuperar o fôlego e impulsionar mais esses movimentos. Consoante com o mesmo autor citado anteriormente, foi contabilizada a participação de 78 organizações; desse número, duas eram nacionais, e as outras 76 regionais.

---

<sup>360</sup> O Movimento Popular de Alfabetização (MPA) era dirigido pela União Nacional de Estudantes (UNE).

<sup>361</sup> TEXEIRA, 2008, p. 120.

<sup>362</sup> TEXEIRA, 2008, p. 120.

O movimento de cultura popular utilizou instrumentos culturais para introduzir-se nas camadas populares, com o intuito de politizar e conscientizar, tais como:

Alfabetização, núcleos populares, praça de cultura, teatro, artes plásticas, cinema, música, publicações, festas populares, festivais de cultura e todos os outros que se propõe à mobilização popular. Elaborados com e a partir de seus valores fundamentais, são válidos enquanto possibilitam a libertação popular de suas alienações<sup>363</sup>.

Consoante com o fragmento, observamos que todos os meios empregaram referências culturais populares para possibilitar uma aproximação ao povo, com o fim de instigar a formação de uma consciência crítica a partir de sua realidade, como uma forma de libertar-se das alienações que o acomodam e o domesticam, impedindo o homem de ser ativo em seu meio social.

A cultura popular permeou diversos movimentos, como por exemplo, os Centros Populares de Cultura (CPCs) da UNE e o Método de Alfabetização de Paulo Freire, com a formação dos Centros de Cultura. Essas organizações influenciaram a prática educativa do MEB. De certa forma, a relação do MEB com esses movimentos provocou um hibridismo benéfico em sua instrumentalização da educação de base<sup>364</sup>. Podemos dizer, baseado em nossa pesquisa, que o MEB adotou princípios do Método de Alfabetização de Paulo Freire.

Na verdade, esses movimentos inauguraram uma maneira construtiva de conduzir a educação de adultos. Eles tinham consciência da importância que desempenhavam na promoção da instrução destinada à população mais madura, pois: “O número de analfabetos não-eleitores, 18 milhões, representava, portanto, 1/3 a mais do que o número de eleitores. Estes dados demonstram que o analfabetismo é um mecanismo de manutenção da atual estrutura do poder”<sup>365</sup>. A exclusão dos analfabetos do processo eleitoral brasileiro foi uma realidade que persistiu em grande parte da história do país, pois somente com a Constituição Federal de 1988 foi concedido o direito ao voto para as pessoas analfabetas. Essa era uma maneira de afastar as massas populares de um momento tão importante, que decide o rumo da nação.

<sup>363</sup> AP/Cultura popular. In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 24.

<sup>364</sup> Em 1962 foi lançado o *Livro de Leituras para adultos do MCP*, elaborado por Josina Godói e Norma Coelho. (...) A cartilha marcou época e influenciou os demais movimentos, as cartilhas produzidas a partir daí tiveram sempre a realidade como base, a politização como meio e a transformação como meta. (TEIXEIRA, 2008, p. 76).

<sup>365</sup> Resoluções do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura (Recife, 15 a 21 de setembro de 1963). In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 238.

Sem dúvida, o analfabetismo foi um dos principais fatores que motivaram esses movimentos a privilegiar a educação de adultos, pois para promover mudanças no país, era necessária a participação do povo no processo. Não fazia parte do intuito desses movimentos propiciar uma alfabetização descompromissada com a realidade, mas uma educação que possibilitasse a formação de uma consciência crítica das massas. Os indivíduos precisavam se reconhecer enquanto cidadãos ativos e agentes transformadores. A estruturação da sociedade brasileira foi marcada pela injustiça social. Dessa forma, os movimentos de cultura popular compreendiam que esses problemas eram provenientes da herança histórica do Brasil, por isso, o intuito consistia em transformar as estruturas do país, pois só assim poderiam construir um país justo para todos.

A alfabetização das massas poderia também despertar o interesse de políticos, como é o caso de Jânio Quadros, um líder populista, que assinou, em março de 1961, o decreto 50.370 de criação do MEB, por meio de negociações agenciadas pela CNBB, na figura do bispo Dom José Távora. O contato de Jânio com as iniciativas educacionais católicas se deu quando, “em campanha pelo Nordeste Quadros conheceu em Natal as experiências da Igreja Católica com alfabetização de adultos pelo rádio. Em passagem por Aracaju se reuniu com o bispo D. José Távora, então responsável pelas escolas radiofônicas”<sup>366</sup>. Podemos compreender o apoio de Quadros ao Movimento por meio do qual “o Governo Federal forneceria recursos – através de convênios com órgãos da administração federal – para serem aplicados no programa da CNBB”<sup>367</sup>, como uma forma de aliar-se à Igreja com a intenção de conseguir votos para se reeleger na próxima eleição, o que não foi possível, pois o mesmo renunciou sete meses após sua posse. Porém, o seu vice-presidente, João Goulart, deu continuidade aos trabalhos. De acordo com Teixeira, durante o governo Goulart, entre 1961 e 1964, foram desenvolvidas ações que atingiram seu auge e se tornaram prioritárias do Estado, tais como a mobilização em torno da educação e a cultura popular <sup>368</sup>.

O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular foi um evento importante, pois reuniu diversas organizações de movimento de cultura, segundo Teixeira:

O cadastramento realizado pela coordenação do encontro registrou 78 organizações participantes, sendo duas nacionais, o MEB e a Cruzada Evangélica de Alfabetização de Adultos, e 76 regionais, com atuação no

---

<sup>366</sup> TEXEIRA, 2008, p. 59.

<sup>367</sup> WANDERLEY, 1985, p. 48.

<sup>368</sup> TEXEIRA, 2008, p. 99.

estado, município ou, até mesmo, bairros e favelas, como, por exemplo, o Movimento de Cultura Popular da Rocinha.<sup>369</sup>

Assim, o Evento representou um momento de socialização das experiências realizadas em diversos lugares do país, com a finalidade de instigar a ampliação da participação política junto aos órgãos governamentais e incentivar a construção de uma consciência crítica, para os sujeitos promoverem transformações em seu meio social para a promoção do homem. Dessa forma, o movimento alcançava objetivo pretendido, dado que “a cultura popular pode se concretizar de mil formas diferentes. Todas, entretanto, servem sempre ao mesmo propósito último, que é a educação revolucionária das massas”<sup>370</sup>.

#### 4.2. O livro de leitura o *Mutirão*

Durante a realização do II Encontro Nacional de Coordenadores na cidade do Rio de Janeiro, durante os dias 8 e 18 de março de 1985, foram apresentados e discutidos os textos correspondentes ao primeiro e ao segundo livros de leitura do MEB, intitulados “Mutirão”. A comissão responsável pela elaboração foi “formada com os representantes das equipes do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Goiás, que trabalhou no Rio, com o Setor de Metodologia, dia 25 de janeiro a 9 de fevereiro”<sup>371</sup>. As produções foram destinadas, especificamente, para o Nordeste, “combinou-se, também, que os textos seriam aplicados nos seguintes Estados: Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Bahia”<sup>372</sup>.

Por meio de uma correspondência remetida pela Comissão Executiva Nacional, foram apresentadas as seguintes críticas:

Para as 50 consultas feitas ao Srs. (Acer)Bispos, recebemos 21 respostas: 6 aprovaram integralmente o Programa e os Livros; 13 aprovaram o programa, mas apresentaram críticas e sugestões; 2 fizeram restrições ao Programa e aos livros. Constatou-se uma incidência de crítica sobre os seguintes aspectos: Pessimismo de algumas lições; Imprecisão de alguns trechos, dando margem a diversas interpretações; Ausência de um tom cristão

<sup>369</sup> TEXEIRA, 2008, p. 120.

<sup>370</sup> ESTEVAM, 1983, p. 40.

<sup>371</sup> CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB. **Relatório do II Encontro Nacional de Coordenadores**. Rio de Janeiro, 1965. p. 3. Disponível em: [http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>372</sup> MEB. Relatório do II Encontro Nacional de Coordenadores. Rio de Janeiro, 1965. p. 4.

marcante; Uso de certas expressões, gramaticalmente erradas ou consideradas de mau gosto; Algumas lições boas em si, mas que poderiam ser exploradas por outrem.<sup>373</sup>

Conforme o excerto, no ponto “ausência de um tom cristão marcante” retratou o interesse da Igreja em utilizar o MEB como canal para evangelização de maneira mais presente. O pessimismo, apontado nas críticas, diz respeito à discussão da condição do homem do campo. Porém, para desenvolver o processo da conscientização, era necessário estimular a criticidade do homem sobre a realidade do seu meio. Ao mostrar as injustiças sociais em que estavam submetidos, sem mascarar os efeitos que isso poderia provocar, pois de certa forma, poderia despertar indignação e revolta, situação que a Igreja queria evitar. Sobre o item “imprecisão de alguns trechos, dando margens a diversas interpretações”, estava diretamente relacionada com a preocupação de como essas lições seriam interpretadas, podendo ser consideradas subversivas. Esses dois últimos itens, principalmente, estavam ligados diretamente ao contexto histórico brasileiro, visto que a cartilha foi produzida em 1965, período que compreendia o governo militar. Por isso, os Bispos estavam cautelosos para não afrontarem a Ordem Vigente. Dessa maneira, as correções executadas no livro o *Mutirão*, para atender essas exigências, refletiram a forma como a Ditadura Civil-Militar interferiu na ação educativa do MEB. Em algumas lições iremos abordar a forma como estava escrito originalmente e como ficou depois das correções.

Analisaremos apenas o segundo livro de leitura *Mutirão*. De certa forma, as duas produções seguem uma mesma linha ideológica que fundamentou para a construção de uma consciência crítica da realidade. Porém, o segundo livro encontra-se mais completo e com lições mais ricas, na qual exploram o cotidiano dos alunos em diversos aspectos, tais como: terra, trabalho, família, voto, festas, sindicato, cooperativa, e educação.

“Mutirão” é, assim, o nome de um livro de leitura que se propõe a ser instrumento de trabalho do camponês para atitudes de REFLEXÃO – (para que seu agir seja consciente) e COOPERAÇÃO ORGANIZADA (para que, sem se perderem os valores da cooperação espontânea, haja uma atitude coletiva de superação, uma arrancada para o desenvolvimento, entendido este termo de promoção humana integral)<sup>374</sup>.

Conforme o excerto, o intuito da produção do livro de leitura era incentivar a reflexão do camponês sobre a realidade em que vivia, configurando-se como um “instrumento de trabalho”. Dessa forma, consciente de sua situação, buscaria, por meio da “cooperação

<sup>373</sup> PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. **BANDEIRA, Marina. Circular Nº B-14/65. Setor: Comissão Executiva Nacional. 2f. Mutirão 1 e 2. 31 ago. 1965, Rio de Janeiro.** Teresina, 1965. p. 1.

<sup>374</sup> PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. **Mutirão 2º livro de leitura.** Teresina, 1965, p. 1.

organizada”, promover a união da comunidade para se engajar por mudanças que contemplassem a todos. Assim, alcançariam a promoção humana de maneira integral. As cooperativas desenvolvem o espírito coletivo e a comunhão entre os moradores da localidade, por isso o MEB estimulava esse tipo de atividade como uma maneira de se integrarem.

O MEB desenvolveu seu método de alfabetização a partir de suas experiências com educação para adultos e de sua relação com outros movimentos que trabalharam com a mesma faixa etária. Dessa maneira:

O método de alfabetização do Movimento, na quase totalidade dos sistemas, é um método global, duplamente global, que possui suas características originais por ser destinado a adultos, por ser transmitido pelo rádio e por ser situado dentro da realidade camponesa, por ser adaptado à sua estrutura de pensamento descritivo-concreto, com seu universo vocabular e para sua estrutura motivacional.<sup>375</sup>

O método de alfabetização do Movimento caracterizou-se de forma global, pois de acordo com o fragmento anterior, foram desenvolvidas algumas particularidades, tais como: primeiro, um ensino destinado a adultos. O MEB e outras organizações iniciaram o desenvolvimento de uma educação que se voltou ao público adulto, iniciando assim a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em segundo lugar, a transmissão das aulas pelo rádio. Esta forma de ensino representou um marco na evolução da Educação à Distância (EAD). Terceiro, utilização da realidade dos alunos, empregando o universo vocabular para embasar a educação, construindo assim, um sistema de identificação dos educandos ao processo de ensino. Dessa forma, cria-se um sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, o espírito da motivação. Dessa forma, o MEB introduziu uma educação progressista:

É necessário dizer que, paralelamente ao desenvolvimento da leitura e da escrita, há um desenvolvimento mais profundo, que se traduz por uma liberação crescente do pensamento camponês e por uma criação e expressão espontâneas sempre maiores. Tanto o desenvolvimento da leitura e da escrita como o desenvolvimento do pensamento criador possuem técnicas e atividades, ora criadas pelo próprio Movimento, ora adaptadas de outras experiências de educação de adultos no mundo.<sup>376</sup>

A educação que o MEB se propôs a fazer consistiu em objetivos mais profundos. O Movimento possuiu a intenção de propiciar o ensino da escrita e da leitura, mas atrelada a essa ação, tinha o interesse de estimular a construção de uma consciência crítica do camponês, desenvolvendo a sua capacidade de pensamento criador. Dessa maneira, de acordo com Paulo

<sup>375</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Segunda parte, p. 55.

<sup>376</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Segunda parte, p. 55.

Freire “a partir dessas relações do homem com a realidade e nela criando, recriando, decidindo, que ele vai dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade externa. Vai acrescentando a ela algo de que é mesmo o fazedor”<sup>377</sup>. O fragmento acima não cita de forma direta a influência de Paulo Freire, porém, de acordo com nossa pesquisa, podemos constatar várias semelhanças entre o ensino do MEB e o Sistema Paulo Freire de Educação, tais como a adoção do método da palavra geradora e a promoção do ensino conscientizante.

A forma como o Movimento foi se construindo, sentiu-se a necessidade de elaborar os seus livros de leitura para atender os objetivos de educação do MEB. As cartilhas representaram uma materialização da proposta educacional, afinal, é a partir delas que podemos perceber as concretizações da ideologia do Movimento:

Os objetivos dos livros de leitura do MEB serão: instrumentos de alfabetização conscientização, procurando dar uma visão transcendental do homem e despertando-o para engajamentos concretos em organizações profissionais, organizações de classes e grupos que visem o desenvolvimento da comunidade. O livro de leitura levará uma mensagem na qual o homem do campo se identifique. O MEB deve ter livros de leitura que alfabetizem ao mesmo tempo que levem a uma conscientização.<sup>378</sup>

Consoante com o excerto, o MEB defendeu que seus livros de leitura são importantes mecanismos para promover a alfabetização e a conscientização, como uma maneira de provocar a visão transcendental, incentivando o homem a olhar além do que é dado como natural. Dessa forma, o sujeito ultrapassaria a sua zona de conforto em busca de soluções para sua condição, para transformar a realidade do seu meio. Para o MEB, um meio para alcançar tal objetivo, são as organizações, este era um recurso concreto que deveria ser desenvolvido nas comunidades. As cartilhas produzidas pelo Movimento apresentaram conteúdos que priorizaram “a valorização do homem e da comunidade, sua cultura, seu papel diante da realidade brasileira – tudo de acordo com as necessidades das diferentes áreas”<sup>379</sup>. Por isso, o livro de leitura *Mutirão* foi destinado para o nordeste, pois os assuntos tratados no material são característicos dessa região do Brasil.

Como o intuito de o *Mutirão* foi promover a discussão sobre a realidade dos alunos, conscientizando enquanto alfabetizava, o conteúdo da cartilha foi estruturado da seguinte forma: “Os textos de leitura funcionam como situações-problemas para a motivação das

---

<sup>377</sup> FREIRE, 1983, p. 102.

<sup>378</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Segunda parte, p. 56.

<sup>379</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Segunda parte, p. 56.

atividades ligadas ao programa”<sup>380</sup>. O professor-locutor e o monitor deveriam adotar um esquema de sugestão de como conduzir a análise das lições:

Após cada leitura é INDISPENSÁVEL conduzir o grupo a uma ANÁLISE DO TEXTO, pois a tônica da nossa atividade pedagógica é a REFLEXÃO. Assim, damos aqui um esquema geral de análise, a ser adaptado e desenvolvido pelos professôres:

- 1- O QUE: resumo da situação apresentada, enredo, personagens.
- 2- POR QUE: discussão das causas, das circunstâncias, das relações.
- 3- PARA QUE: consequências, ideologia implícita.
- 4- ONDE: localização no espaço.
- 5- QUANDO: localização no tempo.
- 6- COM QUE: instrumento de ação<sup>381</sup>.

As instruções, para utilização do segundo livro de leitura *Mutirão*, destacam de forma enfática as palavras: “indispensável”, “análise do texto”, “reflexão”, como uma maneira de chamar atenção dos professores, apontando o caminho que deveria ser seguido. Apontaram ainda os itens necessários para conduzir a atividade reflexiva sobre as lições. Primeiro, os alunos deveriam identificar qual a história do texto.

No segundo ponto, os adultos deveriam tecer uma análise mais profunda sobre as circunstâncias descritas na lição. Provavelmente, nesse momento, os alunos se colocavam nas situações apresentadas para formularem uma ideia mais concreta pautada em sua realidade. Dessa forma, essa ocasião se configurava como o mais propício para o desenvolvimento de discussões e socialização de conhecimentos e experiências.

No terceiro, os alunos eram motivados a observar o contexto e identificarem os interesses que compunham a situação. No quarto, os educandos deveriam reconhecer o espaço em que acontecia a história e em seguida, no quinto, apontar o tempo. No sexto ponto, eram instigados a identificarem o instrumento de ação utilizado pelos personagens nas lições, com o intuito deles também adotarem essa estratégia em seu meio social. Por isso o processo de identificação era tão importante, pois através dele, os adultos se sentiriam motivados a buscar mudanças.

A vinculação política-ideológica, presente nos manuais didáticos produzidos pelo MEB, seguiu uma lógica para atingir o seu público. De acordo com Terry Eagleton, “uma ideologia bem-sucedida deve funcionar tanto em termos práticos quanto teóricos, descobrindo

---

<sup>380</sup> MEB. *Mutirão* 2º livro de leitura, 1965, p. 1.

<sup>381</sup> MEB. *Mutirão* 2º livro de leitura, 1965, p. 2.



algum modo de ligar esses níveis”<sup>382</sup>. Dessa maneira, precisa utilizar um arcabouço teórico para fundamentar a ideologia, no entanto deve fazer sentido para que seja realizável. Desse modo, as lições, da cartilha o *Mutirão*, desenvolveram algumas estratégias para conectar os dois planos. Na teoria, baseia a sua ação em uma sociedade que precisa transforma-se para combater as injustiças sociais, na prática, o MEB apresenta instrumentos de ação para auxiliar nessa mudança, estimulando também alguns valores que considera essenciais, tais como: união, esperança, fraternidade, a fé, o ânimo, entre outros.

Refletir sobre as lições de o *Mutirão* requer uma categoria de análise. Dessa forma, “pode ser útil ver a ideologia como um conjunto particular de efeitos *dentro* dos discursos”<sup>383</sup>. Esses efeitos estão relacionados a “traços discursivos”, que trazem simbologias que são reflexos de um contexto histórico com o objetivo de afetar os indivíduos. Enquanto que “a formação discursiva constitui uma ‘matriz de significado’ ou sistema de relações lingüísticas”<sup>384</sup>. Dessa maneira, configura-se como produtora de sentido, baseando-se na relação com uma ideologia.

O segundo livro de leitura *Mutirão* é composto por 39 lições que abordam aspectos da vida prática do camponês, tais como: “preparo do terreno, plantio, colheita, venda. Essa seqüência permite situá-lo em sua dimensão familiar, educativa, política, recreativa e religiosa”<sup>385</sup>. Seguindo essa classificação, iremos dividir a análise das lições levando em consideração essas categorias.

#### **4.2.1. A conscientização por meio do trabalho do homem do campo**

Nesta seção, será privilegiada a análise das lições que retratam aspetos do trabalho do homem no campo. Observaremos como são discutidas as questões da terra, plantio, venda etc., em que medida os homens são incentivados a compreender criticamente sua realidade e instigados a lutarem por mudanças. Todas as lições discutidas foram transcritas do mesmo documento: MEB. *Mutirão* 2º livro de leitura, 1965.

Lição – 1

O homem chega na mata,  
Corta a mata com machado

---

<sup>382</sup> EAGLETON, 1997, p. 53.

<sup>383</sup> EAGLETON, 1997, p. 172.

<sup>384</sup> EAGLETON, 1997, p. 173.

<sup>385</sup> MEB. *Mutirão* 2º livro de leitura, 1965, p. 2.

Enfrenta o trabalho duro  
 Pra fazer o seu roçado.  
 O homem trabalhador,  
 Filho de Deus criador,  
 Deixa o mundo melhorado.

A lição baseou a formação discursiva com um fato da vida cotidiana de trabalho dos camponeses. Ressaltou o labor do homem do campo. De acordo com Oscar Vasconcelos de Souza Filho, “o trabalho humano é parte da criação e contínua a ação criadora de Deus”<sup>386</sup>. Podemos apontar que o efeito de sentido utilizado envolveu mensagem religiosa com a intenção de provocar no sujeito um sentimento de pertencimento à criação divina e, por isso, na visão católica, “o trabalho faz parte do plano de amor de Deus; nós somos chamados a cultivar e preservar todos os bens da criação, e deste modo participamos na obra da criação”<sup>387</sup>. Podemos observar mais dois aspectos, o homem enquanto criador e modificador de seu meio e a exaltação de seu valor, responsável por “deixar o mundo melhorado”. Compreendemos essa forma de interferência do homem no mundo como uma alusão à cultura do trabalho, pois, de acordo com a discussão natureza X cultura, quando o homem realiza ações para transformar a natureza está consequentemente construindo um modo de ser e agir no mundo, o que entendemos por cultura. Dessa forma, “cultura é tudo o que homem acrescenta à natureza; tudo o que não está inscrito no determinismo da natureza e que aí é incluído pela ação humana”<sup>388</sup>. Para Paulo Freire, o homem executa modificações em seu meio, logo, “cultura como resultado de seu trabalho. De seu esforço criador e recriador”<sup>389</sup>. Dessa maneira, é imprescindível que os sujeitos se conscientizem e se reconheçam enquanto criador de cultura, de valores e de modos de vida. Assim, “cultura é toda criação humana”<sup>390</sup>.

#### Lição – 2

Tem terra que não se acaba  
 Esperando plantação,  
 Mas grande parte do povo,  
 Que vive da produção,  
 Trabalha como empregado,  
 Não é dono da terra não;

<sup>386</sup> SOUZA FILHO, Oscar Vasconcelos de. Visão cristã do trabalho. **De Magistro de Filosofia**, Goiás, Ano VIII – no. 15, p. 142-158, jan./jun. 2015. p. 142.

<sup>387</sup> SOUZA FILHO, 2015, p. 142.

<sup>388</sup> MEB/cultura popular: notas para estudo. In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 87.

<sup>389</sup> FREIRE, 1983, p. 116.

<sup>390</sup> FREIRE, 1983, p. 117.

Ou então tem pouca terra,  
Também passa privação.

A formação discursiva desta lição levou os alunos a refletirem sobre a questão da terra no Brasil, a analisarem a sua situação fundiária brasileira. Será que se identificaram da mesma forma transcrita no fragmento? Provavelmente, sim. De certa forma, o texto denunciou a desigualdade da distribuição das terras, deixando implícito um ar de indignação com as terras que não eram cultivadas e pela miséria do povo. Ainda podemos observar o efeito de sentindo à intenção subtendida de reforma agrária, quando é destacada a imensidão de terras e em contrapartida a necessidade que o povo passa por não possuir propriedades. Os princípios da reforma agrária foram discutidos à luz da Encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII em uma matéria do jornal *O Dominical*:

Uma sadia reforma agrária não deve se limitar a um simples processo de distribuição de terra. [...] A empresa agrícola, segundo um conceito humano e cristão, deveria funcionar como uma comunidade de pessoas. O associativismo é uma exigência vital. "Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns aos outros, e colaborar na criação de iniciativas cooperativistas e associações profissionais e sindicais".<sup>391</sup>

Conforme o excerto, percebemos a preocupação com as demandas do homem do campo, assim, a reforma agrária é apontada como um mecanismo para promover justiça social. Observamos que os princípios de cooperativas, associações e sindicatos serão indicados nas lições como instrumentos necessários à promoção humana. Para isso, estas ações precisam estar baseadas na solidariedade entre os indivíduos para que esses empreendimentos alcancem êxito.

A primeira edição em revisão do livro de leitura o *Mutirão* foi corrigido para se ajustar à ideologia política vigente. A transcrição a seguir corresponde à primeira versão da lição dois: "No Brasil há muita terra esperando plantação tôda terra sem proveito dá prejuízo à nação. Se a terra é mal dividida não se arranja solução. Mas o Estatuto da Terra pode ajudar a questão, pois uma parte do povo que planta milho e feijão, quer ser dono da terra pra plantar com paixão". Dessa maneira, deixou mais claro a intenção de reforma agrária, colocando em evidência a má distribuição da terra e por apontar o Estatuto da Terra, um instrumento que ajudaria na ação social coletiva organizada. Podemos depreender que, como a cartilha foi produzida depois da instalação do Regime Civil-Militar, os autores tiveram que conter o real motivo de algumas lições, colocando essas ideias apenas de forma sutil, para não levantar

---

<sup>391</sup> A ENCÍCLICA "Mater et Magistra" e a Reforma Agrária. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 16, 22 Abr. 1962, p. 3-2.

mais suspeitas contra o Movimento. Outro motivo seria o episódio da apreensão da cartilha *Viver é lutar* que foi considerada subversiva, por poder provocar a “desordem”.

#### Lição – 3

Seu João trabalhou sozinho,  
Teve pouco resultado  
Seu João chamou mais gente  
E ficou animado.  
Todos juntos trabalhando  
É trabalho abençoado.

Nesta lição, o personagem principal dessa história é nominado João. Os nomes utilizados nos textos da cartilha *Mutirão* são comuns na região do Nordeste. Dessa forma, configurou-se como mais uma estratégia para provocar a identificação dos alunos às lições. A intenção do autor é incentivar a formação de cooperativas, no fragmento ficou implícito o intuito de estimular os adultos a desenvolverem roças comunitárias. O MEB, por meio de sua ação educativa, objetivou impulsionar no meio social dos indivíduos o espírito do associativismo, como uma maneira de os camponeses trabalharem juntos em prol do bem comum, pois assim estariam alcançando o desenvolvimento integral humano nas comunidades. O MEB defende os valores, tais como: solidariedade, união, entre outros.

#### Lição – 4

O trabalho do roçado  
Não é só pra quem plantou:  
Dá ajuda ao sertanejo,  
Dá de comer ao doutor.  
Serve prá comunidade,  
No sertão e na cidade,  
Por isso tem mais valor.

A lição quatro retratou a importância do trabalho do homem do campo, que se configurou como uma formação discursiva comprometida com a construção de uma imagem do homem do campo. O efeito de sentido proveniente desta construção discursiva foi conscientizar os educandos sobre a função social do agricultor, bem como o valor de seu ofício para a sociedade. A lição contribuiu para combater preconceitos sociais, relacionados às diferenças entre homem da cidade e homem do campo e, ao fazer isso, os autores mostraram a necessidade de cooperação entre tais grupos sociais, ou seja, uma espécie de harmonização. Além disso, chamaram a atenção para os direitos reivindicados pelos agricultores.

## Lição – 5

Lutar no cabo da enxada  
 É trabalho de cansar.  
 Tão minguada é a colheita,  
 Nem dá pra remediar  
 Quando o campo tiver máquina  
 Muita coisa vai mudar.  
 Todo o povo se ajudando  
 Com máquina trabalhando  
 Vai a colheita aumentar.

A lição cinco abordou a vida do camponês de uma forma mais sofrida. Apresentou o trabalho árduo do homem do campo. O infortúnio de uma safra reduzida, seja por falta de condições climáticas favoráveis, ou pela presença de pragas. Porém, o texto animou os camponeses com uma esperança da presença de máquinas no campo para auxiliar no labor do camponês, contribuindo para aumentar a colheita. O efeito de sentido na lição está direcionado mais uma vez ao trabalho conjunto entre o povo, motivando a ajuda mútua entre os camponeses. Não evidenciou conflitos, mas sugeriu harmonia entre “todos”.

## Lição – 6

Seu Zé precisa de terra  
 Para plantar seu roçado,  
 Vai procurar o patrão,  
 Dono de terra e gado.  
 O homem cede o terreno,  
 Fica tudo combinado:  
 O sistema é parceria,  
 Dividindo o resultado.

A lição seis apontou o personagem principal, Seu Zé. O texto tratou da negociação do homem do campo com o seu patrão. O autor destacou as riquezas e as propriedades do dono da terra. Provavelmente, o efeito de sentido foi provocar nos alunos uma análise comparativa entre a situação do camponês (que poderia ser aplicado à realidade dos alunos) com a do patrão. A lição ainda colocou a divisão dos lucros, porém, não foi estabelecido se a distribuição foi justa ou não. Na primeira versão de o *Mutirão*, que ainda estava em fase de revisão, a lição seis foi colocada da seguinte forma: “Zé plantou de parceria não deu muito resultado. Dividir o pouco lucro deixou Zé desanimado. Zé, então, arrendou a terra pra fazer o seu roçado. Mas a safra foi pequena o seu lucro foi minguado”. Nesta situação, a parceria de Seu Zé foi exposta de maneira mais realista, na qual o personagem não obteve um lucro satisfatório, pelo fato de a safra ser pequena e ainda ter que repartir os rendimentos.

Circunstâncias como essa levavam o homem do campo a viver em condições de miséria e dureza.

#### Lição – 7

Seu José encontrou Chico,  
 Rapaz de muito saber,  
 E perguntou: “Mas me diga  
 Que é que se vai fazer,  
 Se o pouco que a gente ganha  
 Mal chega para comer?”  
 O Chico, rapaz letrado,  
 Respondeu logo de vez:  
 - Homem, eu li numa carta  
 Do Papa João 23:  
 “Todo filho de Deus pai  
 Tem direito de ser gente,  
 Carece viver decente  
 Com liberdade e honradez”.

Na história da lição sete, foram apresentados dois personagens, Seu José, representado de maneira implícita como um homem simples, e o Chico, figura instruída. Mais uma vez, a formação discursiva com a qual a referida lição dialoga, apresentou as limitações da vida do camponês. O rapaz ofereceu certo conforto em suas palavras, citando uma passagem da carta do Papa João XXIII, em que defende que todo homem deve viver dignamente, isso ficou subentendido quando destacou “tem direito de ser gente”, ou seja, oferecer o mínimo de condições necessárias e fundamentais para que o sujeito viva decentemente. Levando em consideração que as diretrizes do MEB inquietam os indivíduos a se conscientizarem para promover transformações em seu meio, podemos depreender que o feito de sentido consistiu em motivar o camponês a se reconhecer como um cidadão de direitos e pretendeu instigá-lo a buscar meios que pudessem viabilizar a mudança em suas comunidades.

#### Lição – 8

Seu José vai pela estrada  
 e não pára de pensar:  
 “Minha conta lá na venda  
 Tá danada pra aumentar  
 Ésse tal fornecimento  
 Não me deixa sossegar.  
 Não sei se a safra me rende  
 O que eu preciso pagar”.

A lição oito apresentou-se como uma consequência das outras situações analisadas anteriormente. A incerteza de um bom rendimento da colheita atormentava o Seu José, pois este sujeito, como pai de família, tinha compromissos a cumprir, primeiramente em seu lar,

em razão de ser o provedor de sua casa. Dessa forma, o efeito de sentido refletiu sobre a falta de dinheiro como mais uma circunstância desfavorável que afetava a vida do camponês que, por conseguinte, atingiria o comerciante. Abordou também a ausência de investimento público e políticas públicas de assistência ao agricultor.

#### Lição – 9

Seu José pergunta a um homem  
Acabado de chegar:  
“Por que largou a sua terra?  
Por que parou de plantar?”  
“O homem que tem a posse,  
Deixando de cultivar,  
Fez outro uso da terra,  
Dando ao gado pra pastar”.

Na lição nove, dois personagens fizeram parte da história, o Seu Zé e o homem proprietário. O texto retratou outra forma de trabalho que pode ser executado na terra, como por exemplo, a atividade pecuarista. Originalmente, o final da lição continha essa crítica: “Enquanto que muita gente tem terra sem produção e nem sequer compreende que prejudica a nação”. No entanto, omitiram essa parte, porque de certa forma, era condizente com os princípios da reforma agrária, pois, tinha como intenção distribuir terras sem uso para quem não possuía. Podemos inferir que a supressão desse trecho caracteriza-se como um amordaçamento do Regime Civil-Militar ao Movimento.

#### Lição – 10

Trabalhar é necessidade,  
É até obrigação,  
Mas deve-se trabalhar  
Pra alegrar o coração.  
Trabalhar na enxada é duro,  
É difícil o ganha pão,  
O trabalho rende pouco,  
É pequena produção,  
Trazendo muita pobreza  
Cá prá nossa região.

A formação discursiva com a qual o texto dialogou expressou a necessidade do trabalho para a vida de qualquer pessoa. Porém, o texto entrou em contradição, quando motivou a “trabalhar pra alegrar o coração”, e ao mesmo tempo, expôs a situação penosa da vida no campo. O maior problema não é o trabalho ser duro, e sim o trabalhador não ser recompensado da forma como merece. Dessa forma, a lição responsabilizou essa conjuntura como consequência da pobreza presente na região nordeste.

A Igreja Católica, a partir do Papado de Leão XIII (1872-1903) e por meio dele a escrita da encíclica *Rerum Novarum*, começou a ficar atenta às demandas sociais dos operários na Europa e a questão da dignidade do trabalho. Conforme Souza Filho,

O trabalho humano é visto como uma participação na obra de Deus. O trabalho, pois, é um elemento fundamental para a dignidade da pessoa. E não só isso, dá-nos a capacidade de nos mantermos, a nós e à nossa família, mas também de contribuir para o crescimento da própria Nação, que em nosso caso teve como inspiração na criação das leis trabalhistas (CLT 1943) a *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII.<sup>392</sup>

Assim, a Igreja Católica ressaltou a importância da dignidade do trabalho, ou seja, é primordial que os homens tenham condições necessárias de prover o sustento apropriado para si e suas famílias. No excerto anterior, foi destacado pelo autor as contribuições da encíclica *Rerum Novarum* na elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1945. Dessa forma, podemos perceber estas influências da Instituição Católica por meio da relação Estado e Igreja.

Com relação à preocupação com o homem do campo e a dignidade do seu trabalho, podemos apontar a Encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII. De acordo com Souza Filho, foram discutidas questões que abordaram a “formulação ética da dimensão social do Evangelho com empenho de não ficar em uma elaboração teórica, abstrata, mas, numa análise dos sistemas industriais, econômicos, agrícolas lança uma grande luz sobre as raízes e causas das exclusões e desigualdades sociais”. Por meio disso, percebemos que a lição dez dialogou com a condição do trabalho do camponês, apontando os problemas socioeconômicos que eram consequências estruturais que afetavam principalmente a população mais carente.

Quando a cartilha ainda estava em revisão, o início da lição dez foi escrito da seguinte forma: “O homem pra trabalhar precisa ter condição precisa gozar saúde e também ter instrução. Carece de instrumento e de financiamento para haver compensação, pois sofrer muita pobreza não está direito, não”. Dessa maneira, o efeito de sentido do texto fazia uma reflexão mais aprofundada da realidade e defendia as condições básicas para que o homem pudesse desenvolver melhor o seu trabalho. Os elementos destacados são: saúde, instrução, instrumentos e financiamento. Somente dessa forma, o sujeito poderia alcançar êxito e vencer a pobreza. O modo como o trabalho e a miséria foram abordados na lição revisada, apontaram para certo fatalismo e sem muita margem para a reflexão.

---

<sup>392</sup> SOUZA FILHO, 2015, p. 155.



### Lição – 11

Veio a chuva e levou tudo  
 Que era semente no chão.  
 Foi um estrago danado,  
 Na terra do seu João.  
 Êle plantou na ladeira,  
 A aguá fêz cachoeira,  
 Levou pedra, terra e grão.  
 Se êle aprendesse o traçado  
 E plantasse atravessado  
 Não perderia o feijão.

A lição onze apresentou um personagem principal, Seu João, que por um infortúnio e falta de conhecimento teve sua plantação arrastada pela chuva. O texto discutiu uma situação que poderia ter ocorrido com qualquer camponês. De certa forma, o efeito de sentido é promover a motivação para que o trabalhador do campo procure sempre se informar sobre a melhor forma para executar o seu trabalho. Dessa maneira, ele estaria agindo na prevenção de possíveis falhas. Também, evidenciou que os problemas do campo não eram somente a seca.

### Lição – 12

Seu Genésio, que é vizinho  
 E amigo de seu João,  
 Resolve ajudar o homem  
 E organiza um mutirão:  
 Mutirão é adjutório  
 Pra quem tem precisão.  
 Um pobre ajuda outro pobre,  
Alegre, sem ganhar cobre,  
 Pois é preciso união.

A lição doze foi construída como uma continuação da lição anterior. Os personagens apresentados nessa história são: o Seu Genésio e o Seu João. O texto discutiu sobre a iniciativa de Seu Genésio em organizar um mutirão para ajudar o seu vizinho/amigo. Dessa forma, exaltou essa ação, pois tem como princípio a união dos homens, um valor bastante defendido pelo Movimento. O efeito de sentido do texto foi motivar os alunos a fazerem adjutório em situações que visassem colaborar com o irmão que precisasse, ou para algum serviço que beneficiasse toda a comunidade. Um exemplo era a construção das escolas radiofônicas, visto que era a localidade que ficava incumbida de disponibilizar o lugar para o funcionamento da E.R. Em muitos casos, os moradores realizavam mutirão para edificar o espaço das escolas radiofônicas. O próprio nome da cartilha *Mutirão* é denominado dessa forma por retratar o trabalho cooperativo, e por ser uma atividade presente no interior do Brasil. Não iremos analisar a lição treze por discutir a mesma questão da lição anterior.

## Lição – 17

A capina do roçado  
 É pra bom trabalhador.  
 Seu José vai com a família,  
 Povo de muito valor.  
 Tôda a família se cansa,  
 Mas trabalha com esperança  
 Merece nosso louvor.

A lição dezessete apresentou Seu José que com sua família trabalham todos na roça. A formação discursiva dessa situação abordada no texto refletiu a realidade da maioria das famílias que moravam na zona rural. No interior, era comum, os camponeses terem muitos filhos, primeiro, porque os métodos contraceptivos não faziam parte de seu contexto social, segundo, porque os filhos representavam uma força a mais no labor do campo. O efeito de sentido da lição direciona a reflexão para o valor do trabalho e da esperança. Dessa forma, este texto apresentou princípios importantes, tais como: labor e família, que são defendidos pela moral católica, “o ensinamento da Igreja mostra que o trabalhador deve se empenhar do serviço e para isso receber salário digno para sustentar sua família, deve cada vez mais aprimorar seus conhecimentos para poder crescer como pessoa”<sup>393</sup>. Partindo desta concepção, o trabalho dignifica o homem.

## Lição – 33

Terminando de colhêr.  
 Nova luta então começa.  
 Tudo vai apodrecer,  
 Se não se vende depressa.  
 Seu João não tem transporte  
 Pra levar a produção.  
 Comprador compra na porta  
 E leva no caminhão.  
 O preço é muito minguado,  
 O produtor é explorado,  
 Bem pequeno é seu quinhão.

A lição trinta e três abordou mais uma situação decorrente no meio rural. A formação discursiva reflete sobre a condição da exploração que o homem do campo sofre. A safra rendendo pouco lucro repercutirá em outros momentos. Dessa maneira, o efeito de sentido presente no texto é sobre a exploração do homem, que resulta na falta de dinheiro que afetará na ausência de condição de obter outros produtos necessários para o indivíduo sobreviver dignamente.

---

<sup>393</sup> SOUZA FILHO, 2015, p. 143.

As palavras-chave mais recorrentes nas lições foram: trabalho, terra, união, mutirão, safra minguada, produção, desigualdade social, exploração, roçado, luta, família, filho de Deus, patrão, pobreza. As duas mais presentes são: trabalho e terra. Das 14 lições analisadas, trabalho aparece em sete textos e terra em quatro.

O conceito de trabalho apresentado nas lições significou: a ação transformadora do homem em seu meio, enquanto parte integrante da criação divina; como também, o ofício de trabalhador rural, que ora versou na condição de empregado e outra como dono. Foi ressaltado o trabalho em grupo, em formato de mutirão, como forma de exaltar a união entre os homens do campo. As lições caracterizaram a lida do camponês que estava diretamente ligada à terra, pois esta era o principal meio de trabalho para a sobrevivência na zona rural. Levantaram-se questões relevantes sobre a má distribuição desse bem, declarando a carência de uns em detrimento aos grandes proprietários, que de forma implícita refletiu a necessidade de uma reforma agrária.

#### **4.2.2. A conscientização por meio da dimensão política, familiar, educativa, festiva e religiosa**

Nesta seção, abordamos as lições que retrataram a vida do homem e a constituição de redes de sociabilidade, na qual reflete em questões políticas, familiar, educativa, festiva e religiosa. Analisamos em que medida os textos conscientizaram o indivíduo sobre sua realidade e o estimulou a promover mudanças em seu meio social. Dessa maneira, construindo a noção de cidadão pautada em uma identidade cristã.

Lição - 14

Cada um tem seu caminho  
Pra junto de Deus chegar.  
Deus quer bem a todo mundo,  
Fêz a gente para amar.  
O povo, no mutirão,  
Não olha religião  
Para o próximo ajudar.

A lição quatorze consistiu em sua formação discursiva sobre o respeito às pessoas com religião distinta da católica. Dessa forma, incentivou o ecumenismo, o amor ao próximo, a caridade, como uma maneira de lutar contra o preconceito. No texto, o efeito de sentido, a

nosso ver, versou sobre importância de saber lidar com o diferente, afinal, todos os homens são filhos de Deus. Devido ao contexto Pós-Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, de acordo com Souza Filho, o Papa João XXIII

Trata de sintonizar a mensagem e a solícitude do magistério eclesial com as transformações do mundo moderno. Ao lado da permanente ameaça de guerra total, o clima ainda é de otimismo quanto à reconstrução do diálogo e da paz. Não é à toa que o ecumenismo será, entre outras, uma das marcas do evento conciliar.<sup>394</sup>

Assim, configurava-se uma Igreja mais atenta às demandas do mundo moderno. O evento que a assertiva destaca é o Concílio Vaticano II (1962-1965), o qual tratou sobre o ecumenismo. Dessa maneira, podemos observar que a lição quatorze refletiu sobre a postura da missão social da Igreja em privilegiar o universal e as diferenças.

#### Lição – 15

Terminando o mutirão,  
Seu Zé pra casa voltava,  
Quando, no meio da estrada,  
Viu um trator que passava  
Prás terras do seu Clemente,  
Que sempre o trator usava.  
Já toda população  
Fizera reclamação,  
Pois do trator precisava.  
E sempre a máquina vinha  
Para quem prestígio tinha  
E não pra quem reclamava.

A lição quinze trouxe uma situação reflexiva sobre algumas injustiças que poderiam ocorrer no campo. Na história, Seu Zé viu um trator, que geralmente atendia apenas pessoas influentes e de uma condição social mais elevada, em contrapartida, a população necessitada não tinha acesso ao benefício. Dessa forma, o efeito de sentido que pretendeu o texto, consistiu em levar os alunos a identificarem as ilegalidades, as desigualdades sociais, as relações de poder, os privilégios e possivelmente a debaterem como combater esses desvios.

#### Lição – 16

Os homens do povoado  
Cansaram de reclamar  
E viram que carecia  
De a gente se organizar.  
Encontraram solução  
Dentro da cooperação,  
Para a vida melhorar.

<sup>394</sup> SOUZA FILHO, 2015, p. 150.

A lição dezesseis pode ser entendida como uma consequência da lição quinze. É interessante esses dois textos serem trabalhados em sequência, pois este apresentou a solução para a situação anterior. O efeito de sentido da lição ficou nas estrelinhas: como os homens poderiam se organizar para resolverem seus problemas? As saídas para combater esse problema foram apresentadas de maneira implícita, estavam relacionadas à cooperativa, ao associativismo e aos sindicatos. Estas instituições prezam pelo trabalho conjunto. “União” foi a palavra de ordem para os camponeses basearem suas ações. O fundamento dessa solidariedade baseou-se na manutenção de princípios e valores cristãos como referência para o estabelecimento das relações interpessoais. As lições exprimiram um exercício sobre como se tornar um ‘bom cristão’ e perpetuar os princípios elementares do catolicismo presentes nas lições. Assim, os códigos de conduta, fundamentados em concepções da religião católica, constituíram, segundo a ideia de Felipe Ziotti Narita<sup>395</sup>, “uma gramática moral fundamental para as interações sociais”<sup>396</sup>.

#### Lição – 18

O menino Zé Maria  
 Não pode mais estudar.  
 Deixou de lado a escola,  
 Foi prá roça capinar.  
 Por mais vontade que tenha,  
 Não vai poder-se ilustrar.  
 Um dia vai ter um jeito  
 De Zezinho ter direito  
 De ter tempo pra estudar.  
 É pena a situação  
 De a gente ter precisão  
 De criança trabalhar.

A lição dezoito analisou a situação dos menores de idade na zona rural do Brasil. O personagem menino Zé Maria representava a realidade de milhões de crianças que viviam no interior do país, que não tinham a oportunidade de estudar e precisavam trabalhar para ajudar a família. O texto sinalizou uma preocupação com os altos índices de analfabetismo entre crianças e jovens do nordeste, quando apontou para a carência da população como a principal responsável pelo trabalho infantil. A lição também aborda sobre um dia Zezinho ter direito para estudar. Assim, está subentendido a ausência de políticas públicas que assegurem direitos

<sup>395</sup> Embora o autor analise as implicações da religião católica nos processos da educação e as consequências na formação da sociedade durante o período imperial brasileiro, Narita nos proporciona algumas chaves de leitura que nos permite compreender as relações da Igreja e a atividade educacional do MEB, no que se refere à formação de uma identidade cristã pautada em valores morais defendidos pela Instituição.

<sup>396</sup> NARITA, Felipe Ziotti. **A educação da sociedade imperial: moral, religião e forma social na modernidade oitocentista**. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 50.

a jovens e crianças. A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, representou um dos pilares para recente democracia que se instalava no país. No tocante às crianças e adolescentes, a nova Carta Magna reconheceu as crianças e adolescentes como seres de direito. Dessa maneira, o Art. 227 estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão<sup>397</sup>.

O reconhecimento da necessidade de proteção às crianças e aos adolescentes e a definição de seus direitos foi importante na luta contra o trabalho infantil. Outra medida para combater essa realidade veio por meio da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aprovado em 1990, com o intuito de resguardar os menores de idade.

No conjunto didático *Viver é lutar* está presente uma lição semelhante a essa que analisamos. “Este menino é o Zé. Zé é menino e já trabalha. Trabalha porque precisa. É menino e não estuda. Não tem escola para o Zé. Todo menino precisa estudar. O povo todo precisa de escola. Por que não tem escola para o Zé. Por que não tem escola para todos?”<sup>398</sup>. São tratadas basicamente as mesmas questões. O personagem principal continuou com o mesmo nome. A forma como foi conduzida a reflexão nesta lição é mais incisiva. A educação foi colocada como um direito a todos. Leva o aluno a observar mais criticamente os motivos de não ter escola para todo mundo.

#### Lição - 19

Tôda mulher, no sertão  
 Capina, lava e cozinha,  
 Prepara o que todos comem,  
 Limpa a casa e faz farinhada.  
 E, se não fôsse a mulher,  
 Que graça que a vida tinha?  
 Além do trabalho duro,  
 Mulher cuida de menino.  
 Seja grande ou pequenino,  
 Seja de noite ou de dia.  
 Parece a Virgem Maria,  
 Que levou vida igualzinha,  
 E, se não fôsse a mulher,  
 Que graça que a vida tinha?

<sup>397</sup> BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

<sup>398</sup> Lição 5. Conjunto didático *viver é lutar*. In: FÁVERO, 2006, p. 183

A lição dezenove refletiu sobre a importância da mulher para o lar. Apontou os seus vários afazeres para zelar a sua casa, porém, a sua atuação não se restringiu apenas a sua residência, ela atuou também na roça, para auxiliar o seu marido. O efeito de sentido do texto baseou na comparação da mulher à Virgem Maria com a intenção de colocar essa figura bíblica como referência da representação mulher-esposa ideal, por elementos como pureza, virtuosidade, integridade, obediência a Deus, e abnegação. A mulher também foi apresentada como a responsável por dar sentido à vida da família, da comunidade. Nesse sentido, a figura feminina se desenvolveu junto ao lar, sendo a responsável pela harmonia da casa. Assim, a moral católica sistematizou o discurso, a fim de incutir um ensinamento que preza as virtudes cristãs presente na Virgem Maria para construir “uma mensagem normativa sobre a educação e o comportamento sexual da mulher, bem como sobre a sua participação na família, no mundo social, do trabalho e do lazer”<sup>399</sup>. Diego Omar Silveira discutiu sobre as transformações no seio da Igreja, como por exemplo, o Concílio Vaticano II que trouxe importantes contribuições para a ação pastoral, porém, em meio a essas “evidentes rupturas, existiram também permanências muito marcantes nos enunciados da Igreja”<sup>400</sup>, principalmente relacionado ao conservadorismo do papel da mulher.

#### Lição – 20

Uma mulher faz o fio,  
 Outra bota no tear,  
 A terceira corta o pano,  
 A quarta vem pra bordar,  
 A rendeira faz a renda,  
 A renda para enfeitar.  
 Cada um faz um bocado,  
 O mundo assim foi criado,  
 Pra junto se trabalhar.  
 Trabalho, que sai da mão,  
 Vem também do coração  
 Tem que se valorizar.

A lição vinte abordou trabalhos característicos do meio rural executados por mulheres. O efeito de sentido do texto foi incentivar a comunhão entre as pessoas. A distribuição das tarefas é uma maneira de não deixar o serviço exaustivo. Dessa maneira, poderiam fazer mais coisas se tivesse união. Mais uma vez o trabalho feito pelos homens do campo foi valorizado. Nesse sentido, a consideração do trabalho manual foi recorrente devido ao reconhecimento

<sup>399</sup> SILVEIRA, Diego Omar da. Mulher, mãe e esposa: conservadorismo católico e representações do feminino na imprensa católica mineira. **Pro-Posições**. DOSSIÊ: Empreendimentos sociais, elite eclesiástica e congregações religiosas no Brasil, Campinas, V. 28, N. 3 (84), p. 303-352, set./dez. 2017, p. 339-340.

<sup>400</sup> SILVEIRA, 2017, p. 332.

do esforço de Jesus, filho de Deus, que, como humano, levou uma vida simples e de labor. Conforme Souza filho “a dignidade e a honra do trabalho humano são claramente reveladas na humanidade sagrada de Jesus Cristo quando entrou em nosso mundo criado”<sup>401</sup>. Assim, a Igreja Católica fundamentou o valor do trabalho na figura de Jesus.

#### Lição – 21

Tôda roça está em festa,  
Num grande contentamento:  
É o pessoal que se alegra  
Na festa de um casamento.  
O povo todo vai ver  
Essa família nascer,  
Benzida no sacramento.

A lição retratou um momento festivo na comunidade. O efeito de sentido do texto deixou implícito o casamento como um dos mais importantes sacramentos, pois, é a partir da união de duas pessoas que é possível formarem uma família. Representa também um dos pilares da sociedade. É por meio das festividades realizadas pelos sujeitos que se desenvolvem os mecanismos de identificação social. Nesse sentido, Joaquim de Sousa Teixeira argumenta que “festa e identidade precedem-se mutuamente, são ambas factor e resultado, causa e efeito, mas em patamares e momentos diferenciados, num processo inacabado de identificação e de reinvenção celebrativa”<sup>402</sup>. Assim, fica evidente que a festa e identificação ocorrem de maneira dinâmica, em que é possível uma constante recriação das representações culturais.

A lição apresentou uma festa de casamento que é imbuída de ritos sagrados e profanos, sobre essa discussão, Teixeira aborda que o “carácter misto e paradoxal (de cerimónia e de festividade) constitui, pois, uma primeira definição objectiva de festa. Toda festa, por um lado, tem por referente um objecto sagrado ou sacralizado e, por outro, necessita de comportamentos profanos”<sup>403</sup>. Nessa medida, os componentes sagrados relacionaram-se com a composição católica da liturgia na festa de casamento. Em contrapartida, o momento profano se referiu ao divertimento, ao prazer dos indivíduos na celebração.

#### Lição – 23

Todo mundo quer escola.  
Neste ponto tem razão.  
Mas escola, pra ser boa,

<sup>401</sup> SOUZA FILHO, 2015, p. 155.

<sup>402</sup> TEIXEIRA, Joaquim de Sousa. Festa e identidade. **Lusosofia**, Covilhã, 2011, p. 5.

<sup>403</sup> TEIXEIRA, 2011, p. 15.



Não é só leitura não.  
 Ensina um jeito prá gente  
 Melhorar a situação.  
 Ensina a mudar de vida  
 Pela cooperação.

Na lição vinte e três, o desejo da comunidade de possuir uma escola parte de todos. Dessa forma, a formação discursiva do texto refletiu sobre a proposta de escola que o MEB desenvolvia nas localidades. Um ensino que priorizava a leitura e a escrita, porém, incentivava as pessoas a mudarem as circunstâncias que os afetavam negativamente em sua realidade. Este último fator configurou-se como o efeito de sentido que se pretendia transmitir. Foi apontado um instrumento de ação, a cooperação. Esta ação relaciona-se com o engajamento dos sujeitos em prol de melhorias que beneficiem a todos. Dessa maneira, “a educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanentemente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham”<sup>404</sup>.

#### Lição – 24

Seu José sabe que o povo  
 Precisa se organizar,  
 Que progresso, nesta vida,  
 Sòzinho não vai achar.  
 Reuniu seus companheiros,  
 Pra um sindicato fundar.  
 Um sindicato decente  
 Mostra o caminho da gente,  
 Prá justiça procurar.

Nesta lição, foi apresentado outro instrumento de ação, o sindicato, pois esta instituição representava proteção e apoio aos indivíduos. Como foi ressaltado no texto, Seu José sabia que o povo precisava se organizar para lutar por melhorias. Para conceber um pensamento sobre a realidade, o sujeito precisa realizar uma ação reflexiva sobre o seu meio para conseguir identificar os problemas e, assim, traçar as possíveis soluções. Dessa forma, o efeito de sentido da lição estimulou os alunos a se organizarem para combater os empecilhos. Portanto, “pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objetos que se devesse salvar de um incêndio”<sup>405</sup>. O homem precisa entender as causas e os motivos da ação que está executando para não se tornar massa de manobra.

#### Lição – 25

---

<sup>404</sup> FREIRE, 2005, p. 82.

<sup>405</sup> FREIRE, 2005, p. 59.

Quando Deus criou o homem,  
 Foi pra ser feliz e amar  
 E procurar o seu rumo,  
 Pra junto de Deus chegar.  
 Depois mostrou o caminho  
 Pra todos os filhos Seus:  
 É o que chamamos Igreja,  
 O grande povo de Deus.

A lição vinte e cinco apresentou um conteúdo essencialmente cristão. O texto retratou a figura do homem como merecedor da felicidade e do amor. O efeito de sentido se concentrou em defender que o caminho para alcançar a Deus seria por meio da Igreja, que foi representada por meio da união do “povo de Deus”. O intuito do MEB era promover educação de base para jovens e adultos, porém, como o Movimento era tutelado pela Igreja Católica, conseqüentemente, esta instituição iria utilizar esse meio para evangelização. Dessa maneira, a coordenação geral do Movimento evidenciou que o MEB não possuía fins essencialmente apostólicos, quando defendeu que: “a inspiração do MEB é, inegavelmente, cristã e, uma atitude cristã, pretende que os homens cheguem a uma fé adulta, assumida livre e conscientemente. Mas a ação educativa do MEB é distinta de uma missão evangelizadora, embora ligada a ela”<sup>406</sup>. Nesse sentido, a educação do MEB não descartou a possibilidade da propagação da fé católica. Assim defendeu que “o MEB tem um fim sócio-educativo e não puramente apostólico”<sup>407</sup>.

#### Lição – 26

A vida do sertanejo  
 Não é só trabalho não;  
 Tem também divertimento,  
 Tem as festas do sertão.  
 Tem boi, capoeira e congo,  
 Cantadores, violão,  
 Viola, côco e xaxado,  
 Maracatu e baião.  
 Tem barro do Vitalino,  
 Tem renda e bordado fino.  
 Tudo isso é coisa que dura,  
 É o que se chama Cultura.

A lição evocou as festas características do Nordeste para demonstrar que o homem do campo também tinha seus prazeres. No Piauí, é mais comum o boi, o reizado (que não foi citado, porque a elaboração da cartilha foi em âmbito nacional, embora destinado para a região nordestina), cantadores e violão. O efeito de sentido do texto refletiu que as festas e o

<sup>406</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Primeira parte, p. 14.

<sup>407</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Primeira parte, p. 14.

artesanato feitos pelos alunos também era parte da cultura. Tudo que o homem produz, reflete diretamente na formação da cultura popular. Assim, coloca o sujeito como produtor, ou seja, “a cultura é o que é feito pelo homem”<sup>408</sup>. O propósito da lição foi a valorização das produções do homem do campo, ao colocar, em um mesmo patamar, uma obra produzida por um artista reconhecido e as esculturas e utensílios de barro do Vitalino, um homem que representava o sujeito simples.

Sobre essa discussão a respeito da cultura e identidade, Kathryn Woodward abordou que “cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados”<sup>409</sup>. Nessa concepção, a lição utilizou peculiaridades festivas nordestinas para instigar os alunos a reiterarem, por meio da ação reflexiva, as visões de seu mundo. Conferindo, através dessa ação, as representações que constituem as sociabilidades, que são responsáveis pela formação dos significados que fazem parte do universo social dos sujeitos. Assim, “os processos envolvidos na produção de significados por meio dos sistemas representacionais, em sua conexão com o posicionamento dos sujeitos e com a construção de identidades no interior de sistemas simbólicos”<sup>410</sup>. Dessa forma, as identidades são elaboradas a partir do desenvolvimento de atributos simbólicos que permeiam uma sociedade.

#### Lição – 28

Mesmo se a gente tivesse  
 Armazém e caminhão,  
 Se a colheita é muito grande,  
 Que fazer com a produção?  
 No povoado vizinho,  
 Não há mais estrução,  
 O povo já começou  
 Sua industrialização:  
 Existe lá uma fábrica,  
 Não se perde a produção.

A lição vinte e oito abordou um problema e uma solução. Se a safra rendeu bastante, os homens precisavam desenvolver maneiras para evitar desperdício. Assim, podemos destacar, que a falta e o desperdício representava um dilema para os camponeses. O texto

<sup>408</sup> AP/Cultura popular, 1983, p. 15.

<sup>409</sup> WOODWART, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 41.

<sup>410</sup> WOODWART, 2000, p. 67.

trouxe o exemplo da fábrica de um povoado vizinho como uma possível saída para controlar essa situação.

Lição – 29

Seu José mais seus amigos,  
 Enfrentaram essa questão,  
 Reuniram todo o povo  
 Para encontrar solução;  
 Resolveram começar  
 Sua industrialização!  
 -“É preciso que o Govêrno  
 Estimule a produção.”  
 Era o que todos diziam,  
 No final da reunião.  
 “Não é favor que pedimos,  
 Êle tem obrigação.  
 Govêrno é coisa que existe  
 Pra servir ao cidadão”.

A lição vinte e nove é uma continuação da anterior. O texto apresentou a organização do povoado, por meio da iniciativa do personagem seu José para conduzir a industrialização. Neste texto, percebemos questões mais incisivas, como, por exemplo, a consciência dos camponeses como cidadãos conhecedores de seus direitos que reconheciam a responsabilidade do governo. O efeito de sentido da lição estimulou os alunos a serem cidadãos ativos e cientes de suas garantias e deveres, que saibam reconhecer que o Governo tem que agir para proporcionar uma vida digna às pessoas. Dessa maneira, os indivíduos deveriam refletir sobre sua realidade para alcançar esse entendimento. Nesse sentido, Dalmo de Abreu Dallari defende que

É preciso ter consciência de que os problemas políticos são, sempre, problemas de todos os membros da sociedade. [...] Cada indivíduo sofre influência da sociedade em que vive, mas, ao mesmo tempo, exerce alguma influência sobre ela. Por isso, todos os problemas relacionados à convivência social são problemas da coletividade e as soluções devem ser buscadas em conjunto, levando em conta os interesses de toda a sociedade.<sup>411</sup>

De acordo com a circunstância exposta na lição vinte e nove, os personagens conscientes da situação em que estavam inseridos e dos “problemas políticos” que afetavam a todos, reconheciam suas garantias enquanto cidadãos, na medida em que influenciava os alunos a cobrarem dos governantes para executarem ações que privilegiassem os interesses da sociedade.

---

<sup>411</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. 1. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1983, p. 15.

## Lição – 30

No dia da eleição,  
 Tôda a gente vai votar.  
 Nesse dia o povo elege  
 O prefeito do lugar.  
 Escolhe o representante,  
 Pelo voto popular.  
 E assim, participando  
 Do direito de votar,  
 Também está ajudando  
 O Brasil a caminhar.

A formação discursiva da lição trinta instigou os alunos a compreenderem a relevância do voto, que se configura como um direito do cidadão. O efeito de sentido do texto exaltou a importância dessa atribuição para colaborar com o progresso do país, pois é a partir dela que se escolhe um representante para administrar um lugar. A cartilha foi produzida em 1965, quando o regime militar vigorava. A escolha do presidente e dos governadores foi suprimida da vontade popular, restando apenas às eleições parciais. Segundo Letícia Bicalho Canêdo “os candidatos se apresentaram com suas propostas e os eleitores aceitaram suas atribuições e escolheram seus representantes nas Câmaras federais, estaduais, municipais”<sup>412</sup>. No entanto, é importante ressaltar que em 1969, Costa e Silva baixou o Ato Institucional Número 7 (AI-7) que consistiu na suspensão de todas as eleições.

Embora as eleições fossem parciais, a lição evidenciou a importância da participação popular na tomada de decisão. Dallari argumenta que

Para que cada um tenha respeitados seus direitos e sua dignidade é preciso que ninguém fique indiferente, passivo, sem procurar influir na decisão dos assuntos de interesse em comum. Todo ser humano tem o dever de participação política, para que a ordem social não seja apenas a expressão da vontade e dos interesses de alguns.<sup>413</sup>

A lição defendeu que era um exercício de cidadania o direito ao voto. Dessa forma, representou na prática a responsabilidade do sujeito em escolher seus representantes políticos, pois, teoricamente, é uma das maneiras mais eficientes do povo se fazer presente na vida política do país e interferir diretamente em questão que beneficiem o coletivo. No entanto, essa participação no processo eleitoral brasileiro em 1965 não se deu plenamente, pois a eleição foi fragmentada.

---

<sup>412</sup> CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 540.

<sup>413</sup> DALLARI, 1983, p. 30.

## Lição – 31

Seu Tibério, homem do povo,  
 Certas coisas não entende:  
 Existir gente que vota  
 Sem saber o que pretende.  
 O voto é coisa sagrada  
 Para quem o compreende;  
 Liberdade não se compra,  
 Consciência não se vende!

A lição trinta e um, por meio do personagem Seu Tibério, caracterizado como homem do povo, conduziu uma reflexão de maneira mais profunda sobre a questão do voto. Evidenciou que o ato de exercer esse direito requer ponderações sobre a realidade em que se está inserido, pois precisa ter propósito. O indivíduo tinha que estar ciente de que, através do voto, ele poderia promover mudanças em sua cidade, o que pode ser percebido por meio da frase “o voto é coisa sagrada”. O efeito de sentido da lição se propôs a incentivar a conscientização do cidadão, apontando o voto como algo sério, necessário para praticar a sua cidadania. Dessa forma, o sujeito jamais deveria vender o seu voto, submetendo-se a uma situação que iria arrancar sua liberdade e sua honra.

O voto configura-se como um direito político ao cidadão, que por muito tempo foi negado às classes populares como uma maneira de exclusão. Segundo Canêdo, no Brasil Colônia, “estavam excluídos os sem domicílio na terra, os filhos do reino, os mecânicos, operários, os degredados, e outros pertencessem às classes dos peões, sem esquecer, obviamente, as mulheres e os escravos”<sup>414</sup>. Na Primeira República, foi concedido o direito ao voto para as classes populares, porém, continuaram fora do processo os analfabetos, o que consequentemente excluiu grande parte da população, visto que não eram alfabetizadas. A estruturação da sociedade brasileira foi marcada pela desigualdade e exclusão social, por isso, o MEB reconhecia que era necessário desenvolver a conscientização dos sujeitos e evidenciar que a conquista desse direito político decorreu de um longo processo histórico. Canêdo defende que “o voto foi objeto de todo um trabalho social e político para lhe dar forma, simbólica e material, e condição de ação”<sup>415</sup>.

## Lição – 32

Agora se fala muito  
 Na palavra do momento,  
 Difícil até de dizer:

---

<sup>414</sup> CANÊDO, 2003. p. 521.

<sup>415</sup> CANÊDO, 2003. p. 519.

Subdesenvolvimento.  
 Palavra de légua e meia  
 Porque parece estar cheia  
 De dor e de sofrimento.  
 É criancinha que morre,  
 Logo depois de nascida;  
 É homem que morre cedo,  
 Com poucos anos de vida.  
 É gente que pede esmola,  
 Por não ter casa e comida.  
 O Brasil tem que vencer,  
 Tem que se desenvolver,  
 Que é para o povo ter vida.

A lição trinta e dois analisou as injustiças sociais que assolavam as regiões em desenvolvimento. O texto levou os alunos a refletirem sobre essas situações, como a fome, a miséria, e falta de saúde, que atingiam o interior do nordeste. O efeito de sentido da lição consistiu em abordar essa realidade de forma crítica, como uma denúncia social, com o intuito de defender que o povo precisava ter dignidade para viver. Tornar-se um homem consciente de sua situação é crucial para empreender ações que visem à transformação de seu meio. Dessa forma, segundo Raul Landim Filho,

Consciência é tomada no sentido de conhecimento. [...] Ao se conscientizar, dá-se consciência de um mundo real, historicamente descoberto e modificado, comunicam-se dois sujeitos para os quais o mundo tem uma significação e o homem um determinado valor. Enfim, toda a conscientização ocorre dentro de um contexto histórico, ou seja, dentro de uma determinada consciência histórica.<sup>416</sup>

Conforme o excerto, a consciência acontece por meio do conhecimento de si e do mundo. Para que o processo de conscientização ocorra, é necessária a comunicação entre pelo menos dois sujeitos. Dessa forma, como defende Paulo Freire, “os homens e mulheres se conscientizam em comunhão”<sup>417</sup>. A conscientização parte das inquietações de uma conjuntura histórica, devendo ser uma ação desenvolvida por todos.

#### Lição – 35

Como aqui é diferente  
 Da vida lá da cidade!  
 A gente trabalha muito  
 E não tem comodidade.  
 Não tem água, nem esgôto,  
 Nem tem eletricidade.  
 Precisamos conseguir

<sup>416</sup> LAMDIM FILHO, Raul. Educação e conscientização. In: In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 178.

<sup>417</sup> FREIRE, 2005, p. 58.

Melhoria de verdade,  
Para o NORDESTE crescer,  
No campo e lá na cidade.

A lição trinta e cinco conduziu a discussão sobre as diferenças da vida no campo e na cidade, apontando para a inexistência de serviços básicos, tais como água encanada, rede de esgoto e luz elétrica. O intuito do texto consistiu em defender uma infraestrutura adequada para oferecer comodidade e melhorias para a vida na zona rural. Essas questões também perpassam sobre a formação de uma cidadania que privilegie o direito a uma vida digna. Na concepção de Jaime Pinsky, “exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais”<sup>418</sup>. Porém, com a instalação do Regime Civil-Militar, não foi possível exercer a cidadania plenamente, visto que as manifestações foram reprimidas, e a maioria dos partidos políticos foi eliminada, ficando apenas dois, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), aliada ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que teoricamente seria oposição.

Para o MEB era crucial promover, por meio de sua ação educativa, a dignidade das pessoas, e, para isso, foi desenvolvido um ensino que motivasse as massas a se conscientizarem:

O único modo possível de justificar a conscientização seria então partir daquilo que é anterior e que, por isso mesmo, funda a própria história, isto é, a pessoa na sua exigência de humanização. Ora, neste sentido, educação de base, isto é, educação que parte do que é fundamental, do que é primeiro, coincide com próprio princípio da conscientização. Em última análise, uma conscientização válida é aquela que se preocupa com o homem no mundo, na sua dignidade de pessoa que transcende o mundo e cria um universo humano. Exatamente porque necessita de justificação de seu valor e, portanto, de racionalização, que compreenda e explique o seu processo, a conscientização exige uma ideologia – justificação imanente de seu valor<sup>419</sup>.

Consoante com o excerto, a conscientização deve partir da valorização da humanização. Dessa forma, caracteriza-se como o objetivo primeiro. O fragmento defendeu que uma educação de base deve privilegiar a conscientização, pois se configurava como um dos fundamentos desse tipo de ensino. Assim, é básica no sentido de proteger a vida e a dignidade das pessoas. Em suma, a conscientização se baseia em uma ideologia, é partir dela que foi possível o Movimento fundamentar suas diretrizes de ação, seus materiais didáticos. Podemos compreender o MEB como defensor de uma ideologia que parta de um “processo de

---

<sup>418</sup> PINSKY, Jaime. Introdução. In: In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9.

<sup>419</sup> Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Primeira parte, p. 13.



produção de significados, signos e valores na vida social”<sup>420</sup>. Percebemos isso por meio de sua proposta de ensino, que visou promover uma educação de base conscientizante, que priorizava a humanização dos sujeitos. Nos materiais didáticos observamos que as lições tinham a preocupação de valorizar o homem e suas criações como forma de conceber uma cultura popular, própria do meio de socialização dos indivíduos.

A ideologia se desenvolve no mundo real, por isso é necessário que ela seja praticável para que ela possa se fortificar “mais do que sistemas teóricos especulativos, as ideologias são vistas, com frequência, como conjunto de crenças particularmente orientadas para a ação”<sup>421</sup>. Dessa forma, o MEB elaborou o seu material didático pautado por uma ideologia da conscientização que visava à transformação de seu meio, de modo que a lições foram orientadas para instigar a ação dos alunos. A concretização das ideologias realiza-se no campo prático, contemplando aquilo que faz sentido para as pessoas, fomentando a prática dos indivíduos para agirem no âmbito de uma determinada ordem. Mas para que ela obtenha êxito é necessário que “funcione tanto em termos práticos quanto teóricos, descobrindo algum modo de ligar esses níveis”<sup>422</sup>.

#### Lição – 36

Tem gente que, quando parte,  
Tira o pedaço melhor.  
Tem gente que, quando vende,  
Engana e vende o pior.  
Esquece o companheirismo,  
Dá mostra de egoísmo,  
Terá pecado maior?

A lição trinta e seis teve o intuito de demonstrar uma situação de egoísmo, produzindo um efeito de sentido incentivando os alunos a não praticar tal ato. O texto baseou essa ideia em princípios cristãos, para legitimar o assunto defendido. Nesse sentido, a lição trouxe em seu conteúdo valores morais defendidos pela Igreja. Conforme argumenta Narita “a moralização do agir e sua condição de visibilidade moral na estima social, como à honra e a conduta honrada, situava na própria dinâmica de reprodução e instituição da sociedade seu desenvolvimento valorativo”<sup>423</sup>. Dessa forma, podemos observar que as lições possuíam intenções em promover uma educação baseada em preceitos morais cristãos, ou seja, na

---

<sup>420</sup> EAGLETON

<sup>421</sup> EAGLETON, 1997, p. 53.

<sup>422</sup> EAGLETON, 1997, p.53.

<sup>423</sup> NARITA, 2016, p. 130.

medida em que alfabetizava, se proporcionava a propagação de um código de postura considerado ideal para esses cidadãos praticarem em sociedade.

#### Lição – 37

Irmão é aquele que ajuda,  
Sem recompensa esperar.  
Irmão é aquele que chora,  
Se vê a gente chorar.  
Irmão é quem está alegre,  
Se a gente vai festejar.  
Irmão luta pela gente  
E morre, se precisar.  
Quem trabalha em união,  
Dentro da cooperação,  
Muito irmão vai encontrar.

A lição trinta e sete consistiu em retratar a figura do irmão. Porém, não se referiu, especificamente, aquele parente consanguíneo, mas, abordou o irmão como uma relação entre pessoas, em que são construídos os laços afetivos. Configura-se como um sentimento de fraternidade universal. O efeito de sentido que se quis provocar, nesta lição, está relacionado com a valorização da união e da irmandade, pessoas se ajudando e trabalhando pelo bem comum. Nesse sentido, os preceitos morais religiosos estavam imbricados na construção de sentido das lições de o *Mutirão* com a finalidade de conduzir, segundo a doutrina bíblica, as ações dos sujeitos. Narita defende que

A moralidade como campo dos processos de formação constrói uma dimensão de sociabilidade a partir do interior da esfera educacional. [...] Trata-se de uma ancoragem moral, atando o agir a um sistema de imperativo que, em referência ao religioso, apresenta os fundamentos e os limites da integração social.<sup>424</sup>

Assim, o MEB, por meio de sua ação educacional presente nas lições, instrumentalizou o ensino com o intuito de construir cidadãos ativos e reflexivos imbuídos de valores cristãos. Nesse sentido, a educação propiciada pelo Movimento utilizou uma “ancoragem moral” que guiava os alunos a adotarem uma postura com princípios religiosos para praticarem em sociedade, estabelecendo “fundamentos e limites”, ou seja, instigavam-nos a assumirem atitudes honráveis, como por exemplo, a união, o amor, a cooperação, o trabalho, a obediência, etc., na medida em que reprovavam comportamentos que se contrapunham a harmonia em sociedade, tais como o egoísmo, o individualismo, os privilégios, entre outros.

---

<sup>424</sup> NARITA, 2016, p. 174-175.

## Lição - 38

A gente do povoado  
 Já tem muito o que fazer.  
 As coisas, às vezes, vai mal  
 Fazendo o povo sofrer.  
 E mesmo a cooperativa  
 Está custando crescer.  
 Seu João se aperreia,  
 Pois não sabe resolver.  
 Mas seu José lhe responde,  
 Com jeito de cabra macho:  
 “Quer saber o que é que eu acho?  
 Não se pode esmorecer.  
 Com a escola que ensina a gente  
 A lutar para viver,  
 Vamos andando prá frente  
 Desaminar é morrer!”

A formação discursiva da lição trinta e oito refletiu sobre as adversidades da vida e da dificuldade de crescimento da cooperativa, este que era um instrumento de ação defendido pelo MEB, que motivava as comunidades a fundarem estas organizações, como uma maneira de integrar os residentes do lugar. Foram apresentados dois personagens, Seu João, atormentado pelas circunstâncias, e seu José, que possuía uma mensagem de ânimo, em que apresentou a escola do MEB como um suporte para lidar com os obstáculos da vida. Nessa lição, o efeito de sentido que se quis transmitir, consistiu em apresentar uma escola com uma metodologia diferenciada da tradicional, pois sua ação educativa ia além de alfabetizar, priorizava também instigar os alunos a desenvolverem maneiras para transformar sua realidade, ou seja, lutar para viver. A luta está tanto relacionada ao trabalho executado no cotidiano, como a luta de viver dignamente. No final do texto, ainda contém uma alerta: “desanimar é morrer”.

## Lição – 39

“Lutemos unidos todos,  
 Sem temor e sem vaidade;  
 Pois unidos venceremos  
 As nossas dificuldades.  
 Unidos podemos tudo,  
 Unidos seremos fortes;  
 A mão de Deus ajudando,  
 Garante, seremos fortes”.

A lição trinta e nove, a última do livro de leitura o *Mutirão*, encerra o ciclo trazendo uma formação discursiva que refletiu sobre a importância da união entre os homens para alcançar vitória. O efeito de sentido estimulou os indivíduos a se unirem por um propósito

maior. O texto ainda perpassa por uma mensagem de cunho religioso. De certa forma, a lição atribuiu a Deus a solução dos problemas, ou seja, com o auxílio divino os homens sentir-se-iam amparados e fortificados para lutarem. Dessa forma, esta estratégia de incluir conteúdos religiosos na produção foi uma maneira de evangelizar enquanto ensinava, na intenção de formar cidadãos pautados em uma identidade cristã, ou seja, baseada nos princípios e preceitos da moral católica. Nesse sentido, a ação educacional do MEB, por meio das lições, fomentou a construção da identidade fundamentada em concepções da diferença, ou seja,

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: identidade *depende* da diferença<sup>425</sup>.

Assim, para viabilizar a aceitação e identificação a uma identidade moralmente católica, as lições estabeleceram condutas aceitáveis e honráveis, em detrimento de comportamentos repreensíveis. Nesse sentido, percebemos o favorecimento de certos valores como: união, amor, trabalho, alegria, fraternidade, obediência, cooperação; em oposição, demonstraram-se as diferenças que duelam com esses princípios, tais como: o egoísmo, os privilégios, as ilegalidades. Dessa maneira, as representações simbólicas partiram das concepções da moral religiosa. O binômio identidade/diferença constitui uma relação de dependência, na qual se acentuam os limites do aceitável e do reprovável. De acordo com Tomaz Tadeu da Silva:

A identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. [...] A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e lingüística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas.<sup>426</sup>

Conforme o argumento de Silva, podemos perceber que as lições, do livro o *Mutirão*, fomentaram formações discursivas baseadas em princípios morais católicos com a intenção de desenvolver “bons-cidadãos”, ativos e reflexivos, porém inseridos em uma conjuntura valorativa cristã. Nesse sentido, a Igreja Católica configurou-se como um vetor de força e poder, para propagar seus preceitos morais, por meio da ação educativa do MEB.

A ideologia do MEB representou o seu objetivo político educativo por meio da linguagem presente no livro de leitura o *Mutirão*, que estava investida de simbologias

<sup>425</sup> WOODWART, 2000, p. 39.

<sup>426</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 81.

significantes para o homem do campo, porém só alcançaria êxito se fizesse sua mensagem ser entendida pelos sujeitos. Para isso, utilizou estratégias para aproximar-se do entendimento dos alunos e para promover a identificação ao processo de ensino do MEB. Podemos destacar o emprego de expressões características da região nordeste, que esteve presente em todas as lições, a apresentação de nomes populares na região, a valorização da cultura do homem do campo, a composição dos textos em formas de versos que rimam, lembrando uma cantiga. Dessa forma, as lições estimularam o questionamento de suas experiências cotidianas.

A linguagem não se caracteriza prioritariamente como ideológica, para isso, é necessário haver interesse, conforme Eagleton, “descrever ideologia como discurso ‘interessado’, portanto requer a mesma qualificação que caracterizá-la como uma questão de poder”<sup>427</sup>. Nesse sentido, de acordo com nossa análise da ação educativa do Movimento, podemos compreender o MEB por meio de seu “discurso interessado”, com o intuito de subverter as estruturas de poder vigente no Brasil antes da instalação da Ditadura Civil-Militar, e, por isso, configurava-se como “uma questão de poder”.

Podemos classificar a ideologia do Movimento como “um conjunto de crenças que reúne e inspira um grupo ou classe específico a perseguir interesses políticos considerados desejáveis”<sup>428</sup>. Dessa forma, o MEB possuía o intuito de, por meio de sua ação educativa, promover a conscientização dos homens, para alcançar “interesses políticos desejáveis”, no que se refere na priorização da dignidade e, conseqüentemente, na humanização.

A construção de uma consciência na formação dos indivíduos enquanto cidadãos, presente no material didático do MEB, tem muito a dizer sobre uma época, sobre uma conjuntura social e política. O texto em si é o material bruto a ser interpretado e o discurso é a formação ideológica existente no conteúdo textual, que remete a um conjunto simbólico.

A materialidade do texto se corporifica através do escrito e do oral, pois, afinal de contas, existe um jogo simbólico e de sentidos por trás das mensagens que são transmitidas e que afetam os sujeitos. Segundo Orlandi,

O discurso, por princípio, não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem uma sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por se uma prática simbólica<sup>429</sup>.

<sup>427</sup> EAGLETON, 1997, p. 23.

<sup>428</sup> EAGLETON, 1997, p. 50.

<sup>429</sup> ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 71.

Muito mais do que apenas a decodificação da linguagem, a análise busca o discurso, do qual se utiliza de uma atmosfera simbólica, e que está também intimamente ligado ao tempo histórico e as demandas políticas do período, no qual se concretizam através da prática.

A proposta educativa do MEB se baseou em desenvolver um cidadão imbuído por uma identidade moral católica, consciente, ativo e participativo em seu meio social. Por meio de instrumentos de ação, como sindicatos e cooperativas, o Movimento incentivou os alunos a promoverem mudanças em suas comunidades, como uma maneira de alcançar a promoção humana.

Com o presente capítulo, percebemos por meio do conteúdo do livro de leitura o *Mutirão* a intenção da ação educativa do MEB em constituir uma identidade político-religiosa atrelada à concepção de cidadão. Nesse sentido, a Igreja evidenciou que o MEB não era uma iniciativa essencialmente evangelizadora, porém, não descartou a possibilidade de utilizar esse meio educacional como instrumento para propagar ensinamentos cristãos pautados na moral, ou seja, havia o propósito em promover uma educação de base vinculada a intuições apostólicas.

São vários os indícios que atestam a intenção em construir uma identidade cristã pautada em “uma gramática moral” católica ligada a uma idealização de cidadão. Por meio da fala de Dom Augusto, podemos atestar nossa hipótese sobre o trabalho do MEB.

Então, esse trabalho era, digamos assim, a essência do MEB, quer dizer, a gente gerar para a comunidade um cidadão participativo, um cidadão moralmente comportado, quer dizer, capaz de compreender o que é direito e o que é correto. Educar de fato um cidadão como se espera e, não como um fantoche ou uma pessoa que eu posso manobrar, manipular<sup>430</sup>.

Conforme o excerto, podemos confirmar que através da ação educativa do MEB, havia o objetivo de formar sujeitos ativos e engajados em sua comunidade, fundamentados em uma identidade cristã. Dessa forma, podemos inferir que para a Igreja o ideal de cidadão deveria formar-se por meio da consciência política e de uma moral católica. De certa maneira, Dom Augusto estabeleceu um paradoxo, visto que a Igreja induzia os indivíduos a adotarem determinada postura, porque na visão da Instituição, esse é o caminho correto. Entretanto, ao condicionar o comportamento dos indivíduos, a Igreja exerceu uma relação de força sobre eles, ou seja, houve uma atividade de manipulação.

---

<sup>430</sup> ROCHA. Dom Augusto Alves da. **Entrevista concedida a Jéssika Maria Lima**. Teresina, 04 fev. 2019.

Assim, o livro de leitura o *Mutirão* baseou-se em um sistema de representação, em que apontou os valores desejáveis para compor a concepção de cidadão do MEB. De acordo com Woodward, “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito”<sup>431</sup>. Dessa maneira, o conteúdo das lições, a partir da vida prática dos sujeitos, construíram significados utilizando um conjunto de representações, tais como: a conscientização, a participação, aliados a princípios morais católicos, com a intenção de construir uma identidade político-religiosa. Assim, “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora”<sup>432</sup>. Nesse sentido, é perceptível a afirmação de valores nas lições de o *Mutirão*, tais como: cooperação, trabalho, união, sindicalização, educação, política, que afirmaram uma identidade cristã engajada em seu meio social. Desse modo, estabeleceram fronteiras para incluir o que é desejável e advertir moralmente o que não é aceito pela doutrina católica. Dessa forma, identidade respalda-se na percepção de “identidade e diferença”.

A formação da identidade político-religiosa, presente no *Mutirão*, elegeu um modelo de cidadão ativo e cristão. Partindo da ideia de Tomaz Tadeu da Silva,

A identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder<sup>433</sup>.

Conforme o fragmento, a identidade não é algo dado, é construída por meio das relações humanas, no estabelecimento de representações que conferem sentido a vida prática dos sujeitos, que estão intimamente ligados à vinculação de poder. A constituição de uma identidade não é um ato descompromissado. Podemos notar isso, por meio das lições de o *Mutirão*. Desse modo, a ação educativa do MEB configurou-se como interessada, no sentido de conceber um cidadão pautado em uma identidade político-religiosa. Os sujeitos eram incentivados a adotarem uma postura participativa e proativa em seu meio, assim, caracterizavam-se como transformadores de sua realidade, afinal, seriam eles os principais responsáveis por promoverem mudanças. Os sistemas de referências que conduziriam essas ações seriam a própria moral católica.

---

<sup>431</sup> WOODWART, 2000, p. 17.

<sup>432</sup> SILVA, 2000, p. 82.

<sup>433</sup> SILVA, 2000, p. 96.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa, observamos que a transformação interna da Igreja Católica, primeiramente, com as Encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) do Papa João XXIII, na qual elaboraram uma nova postura de atuação da Igreja, mais relacionada com as demandas do mundo secular e atenta as injustiças sociais decorrentes de uma estrutura econômica. Dessa forma, possuíam o objetivo de proporcionar condições na qual o homem alcançasse sua dignidade. Outro evento importante que influenciou de forma positiva foi a convocação e a realização do Concílio Vaticano II (1961-1965) pelo mesmo Papa, que trouxe mais mudanças para a missão pastoral da Igreja. Embora, antes desses eventos já houvesse um engajamento de bispos brasileiros em causas sociais, esses acontecimentos a nível internacional inspiraram transformações no exercício da Igreja Católica nacional e vieram legitimar o desempenho mais atuante desses bispos<sup>434</sup>. Dessa maneira, o MEB é fruto desse período de reforma da Instituição, como também, resultado de experiências bem-sucedidas no campo da educação popular, uma das mais importantes, realizadas pelo Bispo Dom Eugênio Sales em Natal. Posteriormente, a realização da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (1968) em Medellín reafirmou as concepções do Vaticano II, como também, desenvolveu discussões, a partir do Concílio, que privilegiaram a realidade dos países latinos.

Vimos que o MEB foi fundado em um período da história do Brasil denominado “experiência democrática”, em que houve um crescimento vertiginoso de movimentos sociais e ampliação dos direitos políticos. Dessa maneira, percebemos em seu plano ideal algumas utopias de um tempo que foi permitido sonhar. Prezou o desenvolvimento do homem consciente de si e do seu mundo para que ele promovesse transformações em seu meio social. A dignidade representou uma palavra chave de atuação do Movimento.

Alguns eventos foram primordiais para o desenvolvimento do MEB mais atuante e conscientizante. O primeiro, I Encontro Nacional de Coordenadores (1962), que foi considerado a “virada” do Movimento, tratou sobre questões sensíveis, tais como: sindicalização, reforma agrária, conscientização, cultura e cultura popular, aspectos da realidade brasileira, entre outros. Logo, este Encontro instrumentalizou a ação do MEB de forma mais incisiva ao combate das injustiças sociais. Assim, representou o revigoramento

---

<sup>434</sup> MAINWARING, 2004.



que o Movimento precisava. O Segundo, I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular (1963), foi relevante no sentido de representar um evento ecumênico em que reuniu movimentos de cultura popular de todo o Brasil. Dessa forma, simbolizou a união dessas organizações em prol da utilização da cultura popular como meio de conscientização para promover transformações radicais no meio social. Assim, esses movimentos são encarados como reformadores e formadores de uma consciência política. A presença de Paulo Freire no evento foi emblemática, visto que ele desenvolveu um método de alfabetização que conscientiza ao mesmo tempo em que promove a educação. Todos esses fatores, internos e externos, foram significativos para operacionalização dos objetivos do MEB, que consistiu em promover uma educação de base que privilegiasse a emancipação de toda a comunidade. Dessa maneira, as escolas radiofônicas seriam o centro principal para proporcionar a organização da população, partia do princípio que esse processo deveria ser tomado pelos próprios residentes do lugar.

Verificamos que o MEB foi implantado no Piauí (1962) por Dom Avelar em um período de crescimento vertiginoso do Movimento, simbolizando, dessa forma, uma vitória ao Movimento. Logo, a ação educacional desenvolvida pelo MEB representou relevância em âmbito nacional. Dessa maneira, podemos perceber alguns interesses, tanto dos Bispos como do presidente Jânio Quadros e João Goulart. O MEB e a concessão de canais radiofônicos aos eclesiásticos representavam reconhecimentos aos bispos e um instrumento a mais para ampliar a evangelização aos povos. Em contrapartida, a educação de adultos correspondia a uma conveniência ao presidente. Visto que era uma maneira de aumentar o número de eleitores, já que analfabetos não poderiam votar.

Identificamos que o MEB contribuiu no processo da formação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no desenvolvimento da Educação a Distância (EAD), devido a sua experiência educacional em âmbito nacional.

Trabalhamos na perspectiva de o Movimento promover por meio da ação educativa a fomentação da concepção de cidadão. Dessa maneira, podemos confirmar esta ideia por meio das diretrizes do MEB, na qual prezavam pela formação integral do homem. O processo ocorria mediante a tomada de consciência em que estava diretamente relacionado à “sua dignidade como criatura humana, feita a imagem de Deus”, justificada perante o ponto de vista religioso, e por fim, colocados como “agentes de criação” em que se utilizariam a cultura

popular como meio de promoção e transformação <sup>435</sup>. De acordo com nossa pesquisa, a concepção integral de homem estava relacionada à preparação do sujeito para vida, ou seja, por meio de um ensino contextualizado que promovesse a reflexão sobre sua realidade social e incentivasse para a tomada de atitude, através do trabalho colaborativo entre os indivíduos, para a promoção de mudança na comunidade que privilegiasse a todos, por exemplo, as cooperativas. Desse modo, integral, pois contemplava o homem em perspectivas diversas, tais como, instrução escolar, os dilemas sociais, o bem-estar, política, religiosidade. De forma geral, o MEB preconizava a formação de sujeitos conscientes e ativos capazes de alcançarem autonomia frente aos problemas cotidianos.

A linguagem impressa nos manuais didáticos do MEB, em especial o *Mutirão*, também contribuiu para o incentivo da formação da noção de cidadão. O conteúdo da cartilha pode ser considerado ideológico por está imbuído dos valores do Movimento, que propiciavam à conscientização do seu meio, evidenciando as injustiças sociais, os possíveis instrumentos de ação, a valorização da cultura popular. Os manuais didáticos possuíam a intenção de promover a construção de uma narrativa identitária de caráter político e religioso, na medida em que incentivavam a atuação mais engajada da comunidade frente aos seus dilemas socioeconômicos, como também, a propagação de preceitos religiosos, desempenhando assim, o papel evangelizador frente às comunidades.

Observamos que as lições do manual o *Mutirão* estavam contextualizadas com uma realidade rural, na qual trazia temas referentes ao trabalho no campo, religiosidade, festividades, família, política, associações. Por meio desses textos, houve o desenvolvimento de operações reflexivas com o intuito de levar o aluno a analisar o seu meio social. As lições que discutiram trabalho exploraram esse conceito em diversos aspectos, tais como, o sujeito como obra divina, as relações com o patrão, as dificuldades do campo, as questões relativas à terra. Sobre este assunto último assunto, podemos notar críticas, de maneira sutil, às concentrações de latifúndios em detrimento de uma grande parcela da população que não tinha propriedades de terra restando como opção trabalhar como empregado.

Com relação ao viés religioso, as lições exploraram a fomentação de valores e comportamentos cristãos, como por exemplo, a união, a fraternidade, a cooperação entre os

---

<sup>435</sup> Movimento de Educação de Base – MEB. Diretrizes para o funcionamento do MEB. Aprovado pelo Conselho Diretor Nacional, em 3/8/64. p. 1.

indivíduos com o intuito de incentivar a formação de cidadãos conscientes imbuídos de princípios católicos.

As festividades tratadas nas lições, tais como, cantadores, maracatu, baião, possuíam características típicas da região Nordeste que conseqüentemente provocavam a identificação do sujeito, ou seja, era possível o indivíduo visualizar-se na narrativa. Outro agregador utilizado nos textos para reforçar esse processo, foi o emprego de palavras características da Região, além do uso de nomes comuns, como por exemplo, João, Maria.

As lições que abordaram política discutiram sobre temas, como: voto, eleição, formação de sindicato, cooperativas. O estímulo para o desenvolvimento de associativas comunitárias possuía o objetivo dos sujeitos protegerem-se e promoverem melhorias para o seu meio social. Com relação à vida política, o ato de votar, os textos refletiram sobre a importância desse direito como mecanismo de mudança social.

No entanto, com a instalação do Regime Civil-Militar, podemos notar algumas interferências desse governo, quando algumas lições são modificadas para não provocar conflitos contra a nova Ordem Vigente. Assim, essas ações podem ser caracterizadas como uma forma de docilizar os sujeitos e não provocar questionamentos e agitações.

A ação do Regime Civil-Militar em asfixiar o MEB por meio da redução de verbas, perseguição ao Movimento, assim como abafar os outros movimentos de educação e cultura popular, significava que eles estavam no caminho certo rumo à libertação das massas, por isso o Governo se sentia ameaçado.

No Piauí, o MEB sentiu a crise orçamentária, de modo a comprometer o desenvolvimento das atividades nas comunidades. Na verdade, podemos inferir que isso se configurava como uma intenção do Governo, a fim de fragilizar o Movimento. A partir dos relatórios do MEB-PI, podemos notar que a redução dos repasses financeiros refletiu na diminuição da quantidade do número de escolas radiofônicas no Piauí. Conforme o relatório de 1965, o MEB-PI passava por dificuldades, tais como: escolas sem supervisão, a desmotivação dos alunos e monitores, horário das aulas radiofônicas insuficientes (45 minutos) e inadequadas. Visto que, era cedo em relação à rotina de trabalho do camponês <sup>436</sup>. De certa forma, essa era uma das faces do projeto real do MEB. Porém, isso não suprime a

---

<sup>436</sup> Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965.

importância do Movimento para o Piauí, dado que o Estado sofria de problemas estruturais, tais como: pobreza, rede pública educacional insuficiente, entre outros fatores.

O MEB pode ser representado como uma confluência de forças. Marcado pela postura de uma Igreja progressista, pelo trabalho dos leigos e jovens militantes que contribuíram diretamente no desenvolvimento do Movimento e, do comprometimento das comunidades em tornar-se a condutora de transformações em seu local de convivência.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Ouvir Contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 26-34.
- ANDRADE, José Maria Vieira de. Pelas ondas do rádio: A trajetória da radiodifusão no Piauí na década de 1960. In: **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – João Pessoa, 2003.
- AP/Cultura popular. In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto**: trajetória e representação do Arcebispo do Piauí (1956-1971). Teresina, 2008. Dissertação (Mestrado de História) – Universidade Federal do Piauí.
- BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. Religião, política e Teologia da Libertação: trajetória e desafios. Rev. **Pistis Praxis**, Teol. Pastor., Curitiba, v. 6, n. 1, p. 229-254, jan./abr. 2014, p. 240.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMWORCEL, Ana. As escolas radiofônicas do MEB. Trabalho apresentado no **VI Congresso de História da Mídia**, em maio de 2008, na UFF, Niterói, Rio de Janeiro.
- BAUMWORCEL, Ana. Reflexão sobre o uso educativo do rádio no Brasil. Alcar 2015. In: **10º Encontro Nacional de História da Mídia** – UFRGS. ISSN 2175-6945.
- BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)
- BOFF, Leonardo. **Igreja**: carisma e poder. Edição revista. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- Cadernos MEB Nova Série, Brasília, 1 (2): 1-72, dez. 1994.
- CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. In **USP** – Ano III, n. II, PP. 95-116, 2016.
- CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão**: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **Dom Avelar Brandão Vilela**: uma biografia histórica. 2010. 207 f. Dissertação (mestrado de História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. 1. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

DEBALD, Blausius Silvano. **A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro – 1889 / 1960**. Pleiade, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 51-61, jan./jun. 2007.

DELGADO, Lucilia de Almeida Alves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ESTEVAM, Carlos. A questão da cultura popular. In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris. Do golpe à ditadura: a Doutrina de Segurança Nacional e a construção do Regime Militar. In: **OP SIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 60-78 - jan./jun. 2014.

FÁVERO, Osmar. Uma **pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas-SP: Autores Associados, 2006, (Coleção Educação Contemporânea).

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação vol. 1.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In: **Revista Projeto História**: trabalhos de memória. SP: PUC, n.17, nov./98, p. 213- 221.

GERMANO, José Wellington. **Ordem e progresso**: o discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. In: Revista Educação em Questão, Natal, v. 32, n. 18, p. 79-112, maio/ago. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 5ª ed – São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOMES, Victor Leandro Chaves; LENA, Hélio de. A construção autoritária do Regime Civil-Militar no Brasil: Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais (1964-1969). *In: OPSIS*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 79-100 - jan./jun. 2014.

GONÇALVES, Angelo Barreiro. **A Igreja Católica e o golpe de 1964**. Akropolis, Umuarama, v. 12, nº 1, jan. /mar., 2004.  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> Acessado em: 25/05/17.

GULLAR, Ferreira. Cultura popular. *In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.  
João Francisco Regis de. **Os bispos e a política no Brasil**: O pensamento social da CNBB. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

KADT, Emanuel. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.

LAMDIM FILHO, Raul. Educação e conscientização. *In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

LIMA, Jéssika Maria. **A PROFESSORA JOANA DE JESUS LIMA E A “SUA” CASA-ESCOLA EM LAGOA GRANDE-PI – 1972 A 1984**. 2015. 57 f. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2015.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985**. Tradução Heloíse Braz de oliveira Pietro. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MEB/cultura popular: notas para estudo. *In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente 1964-1992**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MOLES, Abraham A. Doutrinas sobre a comunicação de massa. *In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa** / introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima*. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MONTE, D. Nivaldo. O MEB: origem, experiência e visão do episcopado. *In: **Igreja e educação popular***. Cadernos da A.E.C do Brasil. 1985.

MORAIS, João Francisco Regis de. **Os bispos e a política no Brasil**: O pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

NARITA, Felipe Ziotti. **A educação da sociedade imperial: moral, religião e forma social na modernidade oitocentista**. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

\_\_\_\_\_. Temas, conceitos e processos em educação popular: uma discussão a partir das ciências sociais. **Revista Eletrônica Cadernos CIMEAC**, Ribeirão Preto-SP, v. 4, n. 2, p. 41-57, 2014.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e memória: o rádio por seus locutores**. In: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 3; ano III, nº4, 2006.

\_\_\_\_\_. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 07-28.

OLIVEIRA, Maria José de. Movimento de Educação de Base e o Sistema Paulo Freire. MEB/Sergipe.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PADRÓS, Enrique Serra. A memória confiscada: o tempo presente e as ditaduras de segurança nacional. In: Sigmund Freud Associação Psicanalítica. **Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

POLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2(3), Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15. [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf) acessado em 25/05/17.

Resoluções do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura (Recife, 15 a 21 de setembro de 1963). In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

RODRIGUES, Edivânia Duarte. **Estratégias argumentativas na construção do discurso ideológico: um estudo da produção didático-pedagógico do MEB**. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

SEIXAS, J. A. de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. (Org.) **Memória e (Res)Sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. São Paulo: EDUNICAMP, 2004. p. 37–58.

SILVA, Dayane Mendes da; SANTOS, Andréia Ferreira dos. **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO BASE EM GOIÁS – MEB-GOIÁS: CONSTRUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO BENEDITO E JOVELINA**. Disponível em:



<http://www2.unucseh.ueg.br/ceped/edipe/anais/vedipefinal/pdf/gt09/poster%20grafica/Dayane%20Mendes%20da%20Silva.PDF>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 91.

\_\_\_\_\_. **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed. 9ª reimp. Belo Horizonte: autêntica, 2005, 156 p.

SILVEIRA, Diego Omar da. Mulher, mãe e esposa: conservadorismo católico e representações do feminino na imprensa católica mineira. **Pro-Posições**. DOSSIÊ: Empreendimentos sociais, elite eclesiástica e congregações religiosas no Brasil, Campinas, V. 28, N. 3 (84), p. 303-352, set./dez. 2017.

SIQUEIRA, Giseli do Prado; BAPTISTA, Paulo Agostinho N.; SILVA, Wellington Teodoro. A Conferência de Medellín: contexto político-eclesial e a posição sobre a Educação e a Juventude. Dossiê de Medellín: 50 anos. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 648-676, maio/ago. 2018.

SOLON, Daniel Vasconcelos. **O eco dos alto-falantes: Memória das amplificadoras e sociabilidades na Teresina de meados do século XX**. 2006. 162 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. Igreja **Católica e educação popular: anotações sobre a experiência do movimento de educação de base – MEB (1962 – 1990)**. <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.11/GT16.PDF> acessado em: 20/09/17

Sousa, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960**. 2015. 412 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015, p. 61.

SOUZA FILHO, Oscar Vasconcelos de. Visão cristã do trabalho. **De Magistro de Filosofia**, Goiás, Ano VIII – no. 15, p. 142-158, jan./jun. 2015.

SOUZA JÚNIOR, Edvaldo Vieira de. **Dom Avelar Brandão versus Dom Helder Câmara: Apontamentos sobre Eclesialidade e política no discurso e prática das CEBs em Salvador e Recife (1964 a 1985)**. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SOUZA, Cláudia Moraes. **Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o MEB**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. In: **Estudos Avançados** 18 (52), 2004.

TEIXEIRA, Joaquim de Sousa. Festa e identidade. **Lusosofia**, Covilhã, 2011.

TEXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta: História dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)**. 2008. 229f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para Transformar: Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base**. Petrópolis, Ed. VOZES, 1984.

WOODWART, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

## FONTES

### Fontes hemerográficas

#### O Dominical

6º ANIVERSÁRIO da posse de Dom Avelar. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 18, 6 Maio 1962. p. 1.

A ENCÍCLICA "Mater et Magistra" e a Reforma Agrária. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 16, 22 Abr. 1962, p. 3.

A ENCÍCLICA "Mater et Magistra" e a Reforma Agrária. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 16, 22 Abr. 1962, p. 3-2.

ARQUIDIOCESE promove impressionante ação de assistência social. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 16, 10 Maio 1964, p. 1.

ARQUIDIOCESE promove impressionante ação de assistência social. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 16, 10 Maio de 1964, p. 5.

COORDENADOR do MEB Sugere Convênio com Estado. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 45, 29 Nov. 1964, p. 1.

COORDENADOR do MEB Sugere Convênio com Estado. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 45, 29 Nov. 1964. p, 4.

DOM AVELAR completará oito anos de sacrifício, amor e luta em favor do Piauí. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 15, 3 Maio 1964. p. 1.

DOM AVELAR retornou domingo a Teresina. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 49, 25 Dez. 1964, p. 1.

DOM AVELAR retornou domingo a Teresina. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 49, 25 Dez. 1964, p. 6.

DOM AVELAR seguiu para Roma: foi ao Concílio. **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 34, 13 Set. 1964. p. 4.

ESCOLAS Radiofônicas. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 22, 3 Jun. 1962, p. 3.

JOSÉ, Pe. Raimundo. Sindicatos – Por quê? **O Dominical**. Teresina, ano XXIX, n 17, 17 Maio 1964, p. 3.

MOVIMENTO de Educação de Base tem vasto trabalho de alfabetização. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 18, 24 Maio 1964, p. 4.

MOVIMENTO de Educação de Base tem vasto trabalho de alfabetização. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 18, 24 Maio 1964, p. 1.

PIRES, Pe. Isidoro. Educação de Base. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 11, 18 Mar. 1962, p. 1.

PIRES, Pe. Isidoro. I Treinamento de monitores para escolas radiofônicas. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 35, 2 Set. 1962, p. 1.

RÁDIO Pioneira de Teresina. **O Dominical**. Teresina, Ano XXVII, n 7, 18 Fev. 1962, p. 1.

RÁDIO Pioneira de Teresina: o fim da batalha. **O Dominical**. Teresina, ano XXVII, n 32, 12 Ago. 1962, p. 1.

### Fontes documentais do MEB

PIAUI, Centro Pastoral Paulo VI. **BANDEIRA, Marina. Circular Nº B-14/65. Setor: Comissão Executiva Nacional. 2f. Mutirão 1 e 2. 31 ago. 1965, Rio de Janeiro.** Teresina, 1965.

PIAUI, Centro Pastoral Paulo VI. **CADERNOS MEB**, 1994.

CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB, **Cultura e cultura popular. Resumo das discussões dos Dias de estudo do MEB/Nacional**, 1963. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Cultura popular, I Encontro**

**Nacional de Coordenadores.** Recife, 1962. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB, **Índice dos assuntos tratados, I Encontro Nacional de Coordenadores.** Recife, 1962. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB, **Processo de conscientização, I Encontro Nacional de Coordenadores.** Recife, 1962. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB, **Realidade Brasileira, I Encontro Nacional de Coordenadores.** Recife, 1962. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB, **Reforma agrária, I Encontro Nacional de Coordenadores.** Recife, 1962. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB, **Sindicalismo, I Encontro Nacional de Coordenadores.** Recife, 1962. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB. **Conclusões 1. I Encontro Nacional de Coordenadores.** Recife, 1962. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. **Mutirão 2º livro de leitura (em revisão)**. Teresina, 1965.

PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. **Mutirão 2º livro de leitura**. Teresina, 1965.

PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. MEB. **Plano de trabalho para 1965**. Teresina, 1965.

CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB. **Relatório do II Encontro Nacional de Coordenadores**. Rio de Janeiro, 1965. Disponível em: [http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. MEB. **Diretrizes para o funcionamento do MEB. Aprovado pelo Conselho Diretor Nacional, em 3/8/64**. Disponível em: [http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. MEB, **Teresina – 10 anos a serviço do desenvolvimento do Piauí. Relatório das atividades entre 1962-1972**. Teresina, 1972.

PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. **Relatório do Movimento de Educação de Base do Piauí. Primeiro semestre de 1965**. Teresina, 1965.

PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. **Relatório preliminar do Movimento de Educação de Base**. Teresina, 1966.

PIAUÍ, Centro Pastoral Paulo VI. **Relatório semestral do Movimento de Educação de Base do Piauí – janeiro a junho de 1967**. Teresina, 1967.

CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Relatório: MEB em cinco anos (1961-1966). Primeira parte**. Disponível em: [http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

CENTRO OESTE CENTRO MEMÓRIA VIVA DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA EM EJA, EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Relatório: MEB em cinco**

anos (1961-1966). Segunda parte. Disponível em:

[http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmiv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod\\_projeto\\_regional=1&cod\\_projeto\\_estadual=1&cod\\_sub\\_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra\\_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw\\_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmiv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave&fbclid=IwAR2tZ2Jw7Qx6aRU9JIFJ9ZRUYw_SqQzRuCO09IEjEmnLkqZID-vfqTYukk4) Acesso em: 20 jan. 2019.

PIAUI, Centro Pastoral Paulo VI. **Relatório: Plano de Trabalho para 1965**. Teresina, 1965.

### Fontes orais

BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 2003.

\_\_\_\_\_. **Entrevista concedida a Jessika Maria Lima**. Teresina, 08 jan. 2019.

DANTAS, Deoclécio. **Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento**. Teresina, 2004.

PADIN, Dom Cândido. Depoimento especial feito oralmente e gravado na Vila Kostka. Itapaci, set. 1980. In: MORAIS, João Francisco Regis de. **Os bispos e a política no Brasil: O pensamento social da CNBB**. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

ROCHA, Dom Augusto Alves da. **Entrevista concedida a Jéssika Maria Lima**. Teresina, 04 fev. 2019.

SOARES, Palmira Luzia. **Entrevista concedida a Maria do Amparo Alves de Carvalho**. Teresina, ago. 1997.

VILARINHO, Monsenhor Isaac José. **Entrevista concedido a Maria do Amparo Alves de Carvalho**. Teresina, abr. 1998.

### Site

Mapa do analfabetismo no Brasil. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>> acesso em 25/10/2017.